



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Leila Guimarães Lobo de Mendonça

Nem sempre o Danúbio é azul:

Qual destino para o infantil no tempo das funções parentais terceirizadas?

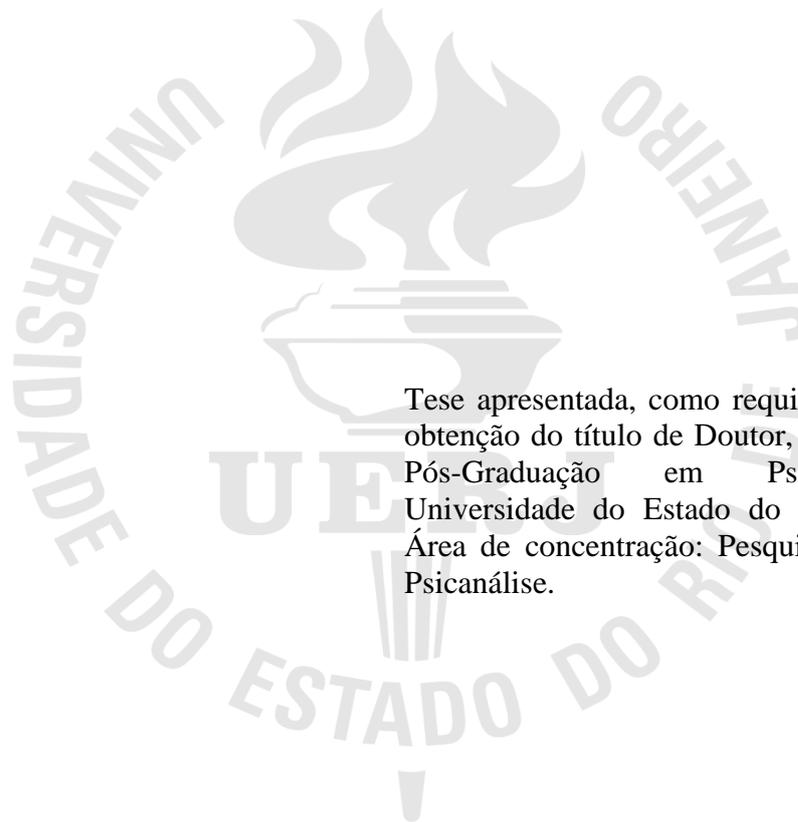
Rio de Janeiro

2022

Leila Guimarães Lobo de Mendonça

Nem sempre o Danúbio é azul:

Qual destino para o infantil no tempo das funções parentais terceirizada?



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa e clínica em Psicanálise.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita Maria Manso de Barros

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Josaida de Oliveira Gondar

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M539 Mendonça, Leila Guimarães Lobo de.
Nem sempre o Danúbio é azul: Qual destino para o infantil no tempo das
funções parentais terceirizadas? / Leila Guimarães Lobo de Mendonça. – 2022.
217 f.

Orientadora: Rita Maria Manso de Barros.
Coorientadora: Josaida de Oliveira Gondar
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Funções parentais – Teses. 2. Criança mal acolhida – Teses. 3.
Psicanálise – Teses. I. Barros, Rita Maria Manso de. II. Gondar, Josaida de
Oliveira III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.
III. Título.

bs

CDU 159.964.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leila Guimarães Lobo de Mendonça

Nem sempre o Danúbio é azul:

Qual destino para o infantil no tempo das funções parentais terceirizadas?

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa e clínica em Psicanálise.

Aprovada 25 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Rita Maria Manso de Barros (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Josaida de Oliveira Gondar (Coorientadora)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Marco Antônio Coutinho Jorge

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Sônia Elizabete Altoé

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Dr. Joel Birman

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Daniel Kupermann

Universidade de São Paulo - USP

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Aos bebês sábios,
aqueles que souberam se virar.

Ao Joel Birman,
com ternura.

AGRADECIMENTOS

Fios. Coloridos, pretos e brancos. Finos e grossos. De linho, de seda, de algodão e de ouro. De barbante, de corda e de palha. Agulhas. Finas e grossas. Retas, circulares e tortas. De baixo para cima. De cima para baixo. Entra e sai. Sai e entra. Na transversal, na diagonal. Em linha reta. Fios entrelaçados, embaralhados, trançados. Soltos, atados. Nó. Desata o nó. Troca de agulha, troca de fio, passa por cima, por baixo, arremata, dá um ponto, deixa a ponta solta, faz laçada. Enlaça. Tecemos memórias e histórias. Tecemos amor e amores, e o que mais quisermos. Com duas, quatro, seis, uma infinidade de mãos. Com elas tecemos o viver a vida. Tantas mãos, juntas as minhas, teceram a escrita desta tese:

Rita Manso, orientadora do mestrado e do doutorado, obrigada por mais uma vez. Obrigada pelo acolhimento, pela aposta na minha pesquisa. Obrigada, por mais uma vez, me receber nesse mundo do saber. E pelas boas conversas em nossos almoços.

Jô Gondar, aquela que, até então, só conhecia de nome. Um presente que a Rita Manso me deu. Obrigada pelo seu acolhimento, pela sua aposta na minha pesquisa e, principalmente, pela sua disponibilidade afetiva no exercício desse lugar difícil de coorientação.

Aos professores Daniel Kupermann e Marco Antônio Coutinho, o meu muito obrigada pelas férteis contribuições na ocasião do exame de qualificação.

À professora Sônia Altoé que desde o mestrado se colocou à disposição para o que eu precisasse, o meu muito obrigada.

E, principalmente, ao professor Joel Birman por mais uma vez ser presença: presença no mestrado, no doutorado e, fundamentalmente, na vida.

À Monica Marchese Swinerd, grande presente que recebi no doutorado. Obrigada pela amizade, pelas chamadas de vídeo e pelas risadas nos nossos bate papos.

Ao grupo das três, invenção de uma querida. Obrigada Dercir Freire pelas partilhas. Aos funcionários da secretaria, Carla e Fábio, obrigada por sempre se mostrarem atenciosos às minhas questões burocráticas.

Aquele que sempre esteve ao meu lado e que, juntos, tecemos uma história de vida. Mais uma vez, Heitor Lobo de Mendonça, obrigada pelo companheirismo, amor e amizade.

Aos meus meninos grandes, Fillipe Guimarães Lobo de Mendonça e Renato Guimarães Lobo de Mendonça, obrigada pela história terna que tecemos a cada dia. Obrigada pelo cuidado. Prometo não atravessar mais as madrugadas escrevendo.

À Sanya Zancanelli, o meu profundo obrigada pelo cuidado, pela dedicação e pelo carinho comigo. Obrigada por organizar a casa. Juntas arrumaremos os livros espalhados. À Thayla querida, como é bom ver você crescer alegre.

Ao meu pai, Luiz Mazzei Guimarães, obrigada pelos momentos de ternura.

Às minhas irmãs, cada uma a seu modo, obrigada pela presença de vocês em minha vida, em especial à Liana que não mediu esforços para me ajudar nos últimos dias da escrita. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, agradeço o afeto de vocês.

À amiga xará, Leila Mendonça, obrigada por mais uma vez me hospedar com tanto carinho e mimos na Cidade Maravilhosa.

À querida amiga Germana Vitói, obrigada por escutar minhas “novelas”, tendo sempre uma boa palavra. À Vitória Vitói, obrigada pela ajuda com a parte objetiva.

Aos colegas do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora/Ebep-JF, obrigada pelos debates e interlocuções.

Certo dia, sonhei que chegava para uma sessão de análise. Meu analista bordava uma linda almofada. Meus familiares entravam na sala e ele, calmamente, pediu para se retirarem. Sentou-se ao meu lado e, juntos, bordamos a almofada. Bonita, colorida e consistente. Obrigada por tudo o que tecemos. Obrigada por todas as costuras. E por todos os bordados. Obrigada por ter me dado à mão.

Quando o sol se escondeu muito além do chão e a luz viajou carregando o azul, o luar me chegou me acarinhou. Estrelou sobre o meu quarto de dormir. Sobre mim meu sonhar vagalumeou. E eu ouvi a canção de adormecer. (*Acalento - Meninos de Araçuaí/Vale do Jequitinhonha*)

RESUMO

MENDONÇA, Leila Guimarães Lobo de. **Nem sempre o Danúbio é azul: qual destino para o infantil no tempo das funções parentais terceirizadas?** 2022. 217 f. Tese (Doutorado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese parte da compreensão de que as transformações ocorridas na esfera sociopolítico-econômica do mundo ocidental a partir da segunda metade do século passado abalaram a organização até então existente, afetando a constituição do corpo subjetivo e, por conseguinte, acarretando outra ordem de sofrimento psíquico cujo cerne é uma experiência de dor sem apelo ao outro. O objetivo geral desta pesquisa é articular determinadas modalidades de vivência subjetiva que atualmente se apresentam no universo infantil com a experiência primordial quando marcada pelo mau acolhimento da criança pelo outro. Considera-se que as transformações que ocorreram provocaram um esgarçamento das funções parentais, que possibilitam o processo de subjetivação, devido ao processo de terceirização a que foram submetidas e às intervenções medicamentosas que parecem perpetuar a condição da criança como mal acolhida nos primórdios da vida. Assim, esta pesquisa apresenta como hipótese a ideia de que na atualidade parece prevalecer a “criança mal acolhida” que o psicanalista húngaro Sándor Ferenczi apresentou em sua obra. Pensa-se que a criança, em sua concepção universal, em virtude dos descompassos no acolhimento a que está sujeita hoje, se encontra mais exposta não somente aos transbordamentos pulsionais, mas às excitações que advêm dos estímulos externos. Isto significa que, não preenchendo as condições de mediador, o outro/cuidador priva a criança de um filtro que a proteja dos impactos do mundo externo e do mundo interno. Com esta hipótese, pensa-se que a criança elevada à condição de majestade foi filha da modernidade em função de um contexto histórico que promoveu uma supervalorização e um hiperinvestimento tanto do espaço familiar quanto do social sobre a criança, indicando que ela foi acolhida. O mundo contemporâneo, por sua vez, parece ter gerado a criança mal acolhida, visto o esvaziamento das funções primordiais que foram terceirizadas. Embora o mau acolhimento no início da vida e seus efeitos sobre a constituição da subjetividade também sejam abordados pelo referencial freudiano e laciano, a formulação de Ferenczi ocupa um lugar fundamental nesta pesquisa.

Palavras-chave: Contemporaneidade. Funções parentais terceirizadas. Criança mal acolhida.

RESUMEN

MENDONÇA, Leila Guimarães Lobo de. 2022. **El Danubio no siempre es azul: ¿cuál destino para los niños en el momento de las funciones parentales subcontratadas?** 217 f. Tese (Doutorado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tesis se basa en la comprensión de que las transformaciones ocurridas en la esfera sociopolítica y económica del mundo occidental a partir de la segunda mitad del siglo pasado estremecieron la organización que existía hasta entonces, afectando a la constitución del cuerpo subjetivo y, en consecuencia, provocando un otro orden de sufrimiento psíquico cuyo núcleo es una experiencia de dolor sin apelación al otro. El objetivo general de esta investigación es articular ciertas modalidades de experiencia subjetiva que actualmente se presentan en el universo infantil con la experiencia primordial cuando está marcada por la mala recepción del niño por parte del otro. Se considera que las transformaciones ocurridas provocaron una fragmentación de las funciones parentales, que posibilitan el proceso de subjetivación, debido al proceso de externalización al que fueron sometidas y a las intervenciones farmacológicas que parecen perpetuar la condición del niño como mal recibida en los inicios de la vida. Así, esta investigación presenta como hipótesis la idea que actualmente parece prevalecer el “niño mal recibido” que el psicoanalista húngaro Sándor Ferenczi presentó en su obra. Se piensa que el niño, en su concepción universal, debido al desorden en la recepción a la que está sometido hoy, está más expuesto no solo a los desbordamientos pulsales, sino a los excitamientos que provienen de estímulos externos. Esto significa que, al no cumplir con las condiciones de mediador, el otro/cuidador priva al niño de un filtro que lo protege de los impactos del mundo externo y del mundo interno. Esto significa que, al no cumplir con las condiciones de mediador, el otro/cuidador priva al niño de un filtro que lo protege de los impactos del mundo externo y del mundo interno. Con esta hipótesis, se piensa que el niño elevado a la condición de majestad surgió en la modernidad debido a un contexto histórico que promovía la sobrevaloración y la hiperinversión tanto del espacio familiar como social sobre el niño, indicando que era bienvenido. El mundo contemporáneo, a su vez, parece haber generado el niño mal recibido, dado el vaciamiento de las funciones primordiales que fueron subcontratadas. Aunque la mala recepción al inicio de la vida y sus efectos sobre la constitución de la subjetividad también son abordados por las referencias freudianas y lacanianas, la formulación de Ferenczi ocupa un lugar fundamental en esta investigación.

Palabras clave: Contemporaneidad. Funciones parentales subcontratadas. Niño mal acogido.

RÉSUMÉ

MENDONÇA, Leila Guimarães Lobo de. 2022. **Le Danube n'est pas toujours bleu: quelle est la destination des enfants au moment des fonctions parentales externalisées?** 217 f. Tese (Doutorado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Cette thèse fait partie de la compréhension que les transformations qui se sont produites dans la sphère sociopolitique et économique du monde occidental à partir de la seconde moitié du siècle dernier ont secoué l'organisation existant jusqu'à présent, affecté la constitution du corps subjectif et, par conséquent, provoqué un autre ordre de souffrance psychique dont le noyau est une expérience de douleur sans appel à l'autre. L'objectif général de cette recherche est d'articuler certaines modalités d'expérience subjective qui se présentent actuellement dans l'univers des enfants avec l'expérience primordiale lorsqu'elle est marquée par la mauvais accueil de l'enfant par l'autre. On considère que les transformations qui se sont produites ont provoqué une fragmentation des fonctions parentales, ce qui permet le processus de subjectivation, en raison du processus d'externalisation auquel elles ont été soumises et des interventions médicamenteuses qui semblent perpétuer l'état de l'enfant comme mal accueilli au début de la vie. Ainsi, cette recherche présente comme hypothèse l'idée qui semble actuellement prévaloir « l'enfant mal accueilli » que le psychanalyste hongrois Sándor Ferenczi a présenté dans son travail. On pense que l'enfant, dans sa conception universelle, en raison des faux pas dans l'accueil à laquelle il est soumis aujourd'hui, est plus exposé non seulement aux débordements pulsaux, mais aux excitations qui proviennent de stimuli externes. Cela signifie que, pour ne pas remplir les conditions de médiateur, l'autre/garde prive l'enfant d'un filtre qui le protège des impacts du monde extérieur et du monde intérieur. Avec cette hypothèse, on pense que l'enfant élevé à la condition de majesté est né de la modernité en raison d'un contexte historique qui favorisait une surévaluation et un hyperinvestissement de l'espace familial et social sur l'enfant, ce que indique qu'il était le accueilli. Le monde contemporain, à son tour, semble avoir généré l'enfant mal accueilli, étant donné la vidange des fonctions primordiales qui ont été externalisées. Bien que la mauvaise réception au début de la vie et ses effets sur la constitution de la subjectivité soient également abordés par les références freudiennes et lacaniennes, la formulation de Ferenczi occupe une place fondamentale dans cette recherche.

Mots-clés: Contemporanéité. Fonctions parentales externalisées. Enfant mal accueilli

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	DA INEXISTÊNCIA AO REINADO INFANTIL	21
1.1	Considerações iniciais	21
1.2	Somos seres históricos	23
1.3	Sobre a condição da criança: da miniatura do adulto ao futuro da nação	26
1.3.1	<u>A criança como estorvo ou a criança fora de cena</u>	27
1.3.2	<u>Um novo olhar sobre a criança ou hipocrisia vestida de ternura?</u>	32
1.3.3	<u>O futuro da nação ou a criança no centro da cena</u>	36
1.4	Freud e o infantil	44
1.4.1	<u>O infantil é a infância</u>	46
1.4.2	<u>O infantil é sexual</u>	49
1.4.3	<u>A virada freudiana</u>	53
1.4.4	<u>O infantil como um solo fundante</u>	57
2	ENTRELAÇANDO CORPO, AFETO E LINGUAGEM	60
2.1	Considerações iniciais	60
2.2	Tecendo o corpo erógeno: tecendo a vida	70
2.3	Envelopando o corpo à flor da pele	82
2.4	Atravessando o Danúbio com Ferenczi	99
3	DES(ACONTECIMENTOS)	122
3.1	Considerações iniciais	122
3.2	Sobre a criança mal acolhida e sua pulsão de morte	127
3.3	Desalento: o nome do trauma desestruturante	136
3.4	Des(acontecimento): a dor que habita o bebê sábio	148
3.5	“Nunca ninguém olhou para as minhas perebas”	156
4	CONTEMPORANEIDADE: TEMPO DOS BEBÊS SÁBIOS?	160
4.1	Considerações iniciais	160
4.2	O chão sob os nossos pés	165
4.3	A família nuclear moderna foi para o espaço	168
4.4	Anônimos, objetos e telas: as funções parentais foram terceirizadas	171
4.5	A condição da criança na atualidade	177
4.5.1	<u>Por onde anda o bicho carpinteiro?</u>	183
4.5.2	<u>Transtornadas ou zumbis: as crianças filhas do mau acolhimento</u>	184

4.6	Para não dizer que não falei das flores ou quando da ruptura se tece rede	.185
	CONCLUINDO197
	REFERÊNCIAS205

PRÓLOGO

A escrita desta pesquisa foi atravessada pela catástrofe provocada pelo Corona vírus. Ele parou o mundo. O silêncio da morte imperou. Milhões de vidas foram interrompidas. Durante os primeiros meses, não tínhamos as informações que hoje já temos. A única coisa que sabíamos era que, para protegermos nossas vidas, precisávamos nos distanciar das pessoas, mesmo das mais queridas. Fomos tomados pelo medo do contágio. A morte estava à espreita. Pelas nossas telas, assistimos as avenidas de Nova Iorque completamente desertas, como vimos os saguões dos aeroportos, mais movimentados do mundo, vazios. Compartilhamos da mesma tristeza ao assistirmos as praças, as avenidas, os bares, os pontos turísticos dos países europeus em silêncio. E nos emocionamos quando assistimos a cantoria dos italianos em suas janelas ou varandas. Cenas de horror eram transmitidas a todo momento pela mídia. Corpos guardados em caminhões frigoríficos, corpos amontoados em depósitos de alguns hospitais, covas e mais covas sendo abertas diariamente, pessoas agonizando. E pelas nossas telas acompanhávamos a catástrofe. Nós, brasileiros, junto à Covid 19, vivemos outra catástrofe. Vivemos tempos sombrios, muito sombrios.

As cenas de horror provocadas pela Covid eram seguidas pelas cenas de horror provocadas por aquele que tem como missão proteger seu povo. Passamos pelo pior momento de uma catástrofe com a autoridade máxima do país negando, desmentindo e, conseqüentemente, não acolhendo o seu povo. Escutamos dele: “é uma gripezinha”, “eu não sou coveiro”, “e daí, lamento. Quer que eu faça o que?”, “país de maricas”, “o cara que entra na pilha da vacina é um idiota”, “chega de frescura e mimimi”, etc. E vimos ele imitar as pessoas contaminadas sem ar. Vimo-lo gargalhando. Se o psicanalista húngaro, Sándor Ferenczi, estivesse vivo, provavelmente, diria que o Brasil, na figura de seu presidente, é um grande exemplo do desmentido, do mau acolhimento e da ausência de reconhecimento da condição vulnerável do outro. Nós, brasileiros, enquanto um país, somos “bebês sábios”. Quebramos. Estamos tendo que nos virar. A análise feita pelos cientistas sociais, políticos e econômicos diz que levaremos em torno de vinte anos para nos recuperarmos. Penso em minha geração. Somos sujeitos que nascemos às vésperas do golpe militar, passamos nossa adolescência e início da nossa juventude sob o regime de uma ditadura. É verdade que alguns anos da vida adulta tivemos um bom respirar, mas às vésperas dos sessenta anos tudo mudou. Se os analistas estiverem corretos em suas análises, quando o nosso país estiver recuperado minha geração já estará de bengala.

INTRODUÇÃO

As experiências de trabalho com sujeitos que trazem as marcas da precariedade do cuidado do outro em suas vidas se fizeram presentes desde o início do meu percurso profissional. As experiências com as crianças e os adolescentes vinculados ao extinto órgão assistencial público Legião Brasileira de Assistência (LBA), com as crianças que viviam sob os cuidados da Aldeia Infantil SOS/JF, com os adolescentes da zona rural do Vale do Jequitinhonha, com as crianças institucionalizadas ou abrigadas e, mais recentemente, com as crianças e os adolescentes que vivem em uma comunidade na periferia da cidade de Juiz de Fora/MG – em todas elas eu estava diante de seres humanos que viviam uma experiência-limite e suas capacidades simbólica e criativa se encontravam comprometidas. Muitos traziam em seus corpos uma intensa agitação; outros traziam a apatia, demonstrando a ausência de prazer em suas vidas. E não eram poucos os que apresentavam quadros como psoríase, bronquite asmática, gastrite e dermatite. Esses quadros não só eram comuns na história dessas crianças e adolescentes como também eram naturalizados, como um deles deixou transparecer em seu dizer: *“Ah, isso é sangue ruim. Desde pequeno tenho estas perebas”*.

Para mim estava claro que dia após dia essas crianças e adolescentes lutavam por sua sobrevivência física e psíquica. Eles não podiam contar com o olhar e o cuidado de seus pais. Ou porque a luta destes também era da ordem da sobrevivência, ou porque seus pais haviam perdido sua guarda quando a convivência com eles era um risco para suas vidas.

Estas crianças e adolescentes não carregavam dentro de si apenas a dor dos maus-tratos. É verdade que muitos deles nem a sentiam, pois se encontravam anestesiados. Ou, como um deles dizia rindo: *“meu couro é forte!”* Anestesiados ou não, a dor que se instalara em cada um deles foi fabricada não por questões intrapsíquicas, mas por um sistema sociopolítico- econômico que propaga a proteção, o amparo, o cuidado à criança, mas na realidade suas ações “[tornam] a vida de milhares de crianças brasileiras desperdiçadas, infâncias perdidas, expropriadas da própria possibilidade de futuro” (ALTOÉ, 1990, p. 268).

Se a afirmação da autora se refere às crianças e aos adolescentes que viviam na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), tomo como empréstimo suas palavras para estendê-las à criança em sua concepção universal, embora com contornos próprios e bem distintos. Faço essa extensão porque a prática no consultório com aqueles que têm a sobrevivência física assegurada não mostra uma situação muito diferente. Quero dizer com isso que esses sujeitos trazem também as marcas da precariedade do cuidado do outro em suas vidas. Embora pertençam a classes socioeconômicas muito diferentes dos primeiros, ou

seja, não precisam acordar de madrugada e andar alguns quilômetros a pé para chegar à escola, muitas vezes sem ter tomado o café da manhã e podem dormir com a certeza de que a sua casa não vai desabar ou ser inundada pela água da chuva que não cessa, ali no consultório as crianças e adolescentes que vinham ao meu encontro também pareciam sofrer uma experiência-limite que coloca em risco sua vida psíquica.

Enfim, foi com essas experiências de trabalho, com sujeitos que traziam suas fraturas expostas ou seus corpos esvaziados – como Mirtes, que, muito angustiada, relatou um sonho (ou pesadelo?) em que, ao espremer uma espinha em seu ombro, um buraco se abriu; olhando pelo buraco, viu que seu corpo era oco, vazio –, que iniciei meu percurso na pesquisa, trabalhando primeiro o tema do desamparo na obra freudiana em um curso de especialização em psicanálise. Alguns anos depois, ingressei no mestrado, neste programa, e realizei a pesquisa intitulada *De que sofrem as crianças hoje?* que, pautada principalmente nos ensinamentos de Freud e Lacan, teve como fio de prumo o investimento do Outro primordial sobre o infante, uma vez que ele favorece a constituição de um corpo imaginário/simbólico pelo qual o sujeito, além de reconhecer sua existência, se protege contra a angústia da fragmentação corpórea, já que aquele serve como um continente. A leitura mais apurada do texto do psicanalista húngaro Sándor Ferenczi despertou em mim o desejo de alçar um voo maior. Assim, *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929), além de me lançar sobre a sua obra e a de autores que compartilham de suas ideias, me trouxe até aqui. Em Ferenczi, encontrei maior respaldo para as questões que se impuseram a mim sobre a condição em que a criança se encontra na atualidade, visto que, com a terceirização das funções parentais, houve um esgarçamento dos referenciais pelos quais a subjetividade se constitui e se organiza.

Atualmente na clínica, tenho me deparado cada vez mais com a existência de uma ordem de sofrimento que não se reduz à dimensão intrapsíquica e, portanto, própria do sujeito, mas a uma ordem de sofrimento atrelada à precariedade das funções parentais. Isto me levou à leitura dos escritos ferenczianos, sobretudo *A adaptação da família à criança* (1928), *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929), *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (1933), *Reflexões sobre o trauma* (1934) e várias anotações de seu *Diário Clínico* (1990) por serem escritos em que ele, ao valorizar o ambiente no processo de subjetivação da criança, considerou sua falha potencialmente traumática, geradora de perturbações no psiquismo daquela que está por constituir o seu viver.

Equipada com esta visão mais ampla e profunda quis incluir nesta pesquisa uma discussão sobre o grande incômodo provocado pela lógica atual do discurso médico, que considera o sofrimento psíquico como manifestação de uma desordem da bioquímica cerebral.

Menos preocupado em ouvir ou reconhecer o sofrimento e mais preocupado com a medicação que pode suprimi-lo anestesiando-o, este discurso é um vetor importante na constituição do ambiente e, conseqüentemente, na constituição subjetiva da criança na atualidade. O fato de a medicação tornar-se a indicação prioritária das intervenções medico-psiquiátricas para anestesiá-lo foi decisivo para o meu desejo de ingressar no doutorado.

Desde muito cedo, ainda bebê, a criança vem sendo entregue às atenções especializadas que se tornaram encarregadas, em grande medida, daquilo que em psicanálise se costuma nomear “investimento primordial” e que a sociologia chama de “socialização primária”. Esse primeiro investimento libidinal sobre a criança, que sustenta os cuidados destinados a ela, é o que lhe servirá de base para sua subjetividade. Durante a modernidade, ele era realizado pela família em razão de uma conjuntura sociopolítico-econômica que assim desejava. Atualmente, esse primeiro investimento é realizado por outros atores que se tornaram encarregados de exercer as funções parentais: creches, escolas e outros especialistas.

Estamos no tempo dos profissionais da parentalidade ou da parentalidade institucionalizada. Com isso, a criança foi lançada em uma multiplicação anônima de cuidadores, cujo “investimento” aparenta ser mecanizado, padronizado e, portanto, esvaziado no que diz respeito ao investimento primordial. Isto aponta para dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito ao fato de a criança não mais representar a famosa expressão “*sua majestade, o bebê*”, que o pai da psicanálise usou para se referir ao investimento das figuras parentais sobre ela, e o segundo se refere ao fato de que, com a terceirização das funções parentais, à criança são destinados, muito frequentemente, inúmeros olhares e inúmeras palavras produzidas por outros bem menos implicados no investimento afetivo da criança do que seriam os pais. Não resta dúvida de que esses aspectos afetaram o processo de subjetivação daquela cujo destino não é o mesmo de outrora, uma vez que a criança não podendo “contar com o olhar e o cuidado permanente dos pais, os efeitos serão outros, produzindo novas modalidades de subjetivação” (BIRMAN, 2008, p. 98).

Entretanto, a terceirização das funções parentais não é restrita à multiplicação anônima de cuidadores e especialistas em torno da criança. Os objetos frutos da nova tecnologia também atendem à terceirização. São objetos que foram criados para os cuidados do bebê, substituindo o corpo parental e as experiências com ele. Nada disto parece ser sem grandes conseqüências, e esta é a razão da presente pesquisa.

Diferente de outrora, a clínica tem nos apresentado sujeitos desprovidos de uma rede subjetiva consistente, isto é, desprovidos de recursos que possibilitem a colocação de margens ao percurso pulsional (BARROS e OLIVEIRA, 2004). Isto impede que suas excitações

pulsionais encontrem outro destino que não seja o da descarga direta, cuja manifestação podemos encontrar sob a forma de ações destrutivas contra o outro (na violência, nos atos antissociais, por exemplo) ou contra eles próprios (como na inapetência, na agitação motora, no pânico, na apatia e na tricotilomania). Tratando-se da clínica com a criança, merece ser destacada a automutilação, cada vez mais presente no mundo da segunda infância.

Contudo, não são apenas os cortes nos pequenos corpos que constituem o cenário desta clínica. Não são poucas as crianças que, levadas pelos pais – algumas vezes a pedido da escola ou do pediatra –, têm chegado aos consultórios dos analistas com seus corpos regulados por alguma medicação e com seus diagnósticos na ponta da língua. Caladas em suas subjetividades pela medicação e certamente pela ausência de uma escuta, elas nos chegam como “*transtornadas*” ou como “*zumbis*”. Seu estado de esvaziamento subjetivo, para o qual já teria concorrido o mau acolhimento das figuras parentais, é, de alguma forma, legitimado pelo discurso médico, uma vez que este insiste em estabelecer apenas bases biológicas para os sofrimentos psíquicos.

Seus pais, não raro, vêm na esperança de obter um manual sobre como criar o filho ou a filha. Se não são poucos os que chegam com uma mensagem subliminar do tipo “*toma que o filho é teu*”, também não são poucos os que, num tom próximo da lamúria, dizem “*bom seria se nascessem prontos*”, quando se trata de crianças bem pequenas. Por fim, muitos são aqueles que, ou por não se afetarem ou por se afetarem demais, possuem dificuldades para se ocupar das intensidades do pequeno corpo e, assim, realizar a delicada função de acolher aquele que acabou de chegar à vida e tecer uma rede subjetiva para ele.

Se destacamos esta função, é por pensar em seu significado e nos seus efeitos quando ela não é realizada ou se realiza de forma precária. É por pensar, também, na experiência primordial e na existência do investimento e da implicação do outro que serão subjetivados, o que depende da possibilidade do outro exercer tal função. Ou seja, a qualidade de subjetivação das afetações vivenciadas pela criança em sua experiência primária dependerá da capacidade do outro em se deixar afetar pelo impacto que a chegada do bebê provoca em seu mundo. É preciso que ele esteja aberto às manifestações intensivas do filhote humano como um receptáculo, que ele empreste seu corpo em todos os registros e se adapte às necessidades dele, reassegurando, assim, o seu impulso de viver, como Ferenczi (1929/2011) elucidou ao escrever sobre a criança mal acolhida, aquela que, na ausência de um assegurar, rapidamente desliza para um estado de não-ser. Esta compreensão indica que a presença acolhedora do outro, materializada nos cuidados que exerce sobre o bebê, é fundamental no seu processo de

subjetivação, ou seja, a experiência com o outro materno é o fundamento por meio do qual a subjetividade se constitui.

Este é o ponto nevrálgico da presente pesquisa, e que se constitui como sua problemática. No mundo atual, o outro, enquanto cuidador, parece ter perdido o seu lugar para as máquinas, para os objetos frutos da nova tecnologia e para o anonimato imposto pela terceirização das funções parentais. A criança é lançada em uma espécie de abismo em razão da ausência de um corpo vivo capaz de acolhê-la em sua experiência primordial. Esta vivência pode ser da ordem do traumático, uma vez que o mau acolhimento promove “o abandono da criança em seu percurso de produção de sentido, necessariamente compartilhado com os adultos” (KUPERMANN, 2011, p. 330).

Portanto, esta pesquisa apresenta como hipótese a ideia de que na atualidade parece prevalecer a *criança mal acolhida* (FERENCZI, 1929/2011). Trata-se de pensarmos sobre a experiência originária marcada pelo mau acolhimento do outro materno em relação à criança. Muito diferente da criança “*sua majestade, o bebê*” (FREUD, 1914/2004), sobre a qual o investimento favorecia relações objetais que possibilitavam a simbolização das vivências primitivas mais intensas e, portanto, a constituição de uma rede subjetiva mais consistente, pensamos que grande parte das crianças atualmente, em virtude dos descompassos no acolhimento a que estão sujeitas, estão mais expostas não somente aos transbordamentos pulsionais, mas às excitações que advêm dos estímulos externos. Isto significa, que não preenchendo as condições de mediador, o outro materno priva a criança de uma rede subjetiva que lhe proteja dos impactos advindos tanto do mundo externo quanto do mundo interno (PINHEIRO, 1995) e isso acarreta outras perturbações psíquicas cujo cerne aponta para uma experiência de dor, sem apelo ao outro (BIRMAN, 2012).

Se a nossa hipótese nos leva a associar as ações destrutivas que as crianças vêm manifestando ao mau acolhimento a que foram submetidas nos primórdios da vida, tal como Ferenczi apresentou em seu escrito sobre a criança mal acolhida, ela nos leva a uma segunda hipótese, cuja problemática se centra na alta frequência com que as crianças estão sendo medicadas. Compreendendo que no cerne dessas ações existe uma experiência de dor, pensamos que a prática medicamentosa, além de produzir um efeito amortecedor da subjetividade infantil, perpetua o mau acolhimento a que foram submetidas, uma vez que a família, a escola e a sociedade não supõem uma mensagem em suas ações.

Com estas duas hipóteses, arriscamos dizer que a criança “*sua majestade, o bebê*” foi gerada pela modernidade em função de seu contexto histórico, em que a criança foi considerada a peça fundamental para a realização de seu projeto. Houve uma supervalorização

da criança e, conseqüentemente, um hiperinvestimento tanto do espaço familiar quanto do social sobre ela. O mundo contemporâneo, por sua vez, gerou a criança mal acolhida, visto haver um esvaziamento no que diz respeito às funções primordiais, já que foram terceirizadas em nome de um contexto sociopolítico-econômico que, movido pelo imperativo econômico e pautado na lógica do capitalismo neoliberal, esmaga todo e qualquer valor que alimente a alma de vida.

Por compreendermos que as transformações ocorridas na esfera sociopolítico-econômica do mundo ocidental a partir das últimas décadas do século passado abalaram a organização até então existente, afetando a constituição do corpo subjetivo e, por conseguinte, acarretando outra ordem de sofrimento psíquico, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o destino do infantil no mundo contemporâneo, visto que as funções parentais, que possibilitam o processo de subjetivação, sofreram um esgarçamento devido à terceirização a que foram submetidas e às intervenções medicamentosas, que parecem perpetuar a condição da criança como mal acolhida nos primórdios de sua vida, tal como Ferenczi propôs.

Levando em consideração que o sujeito humano é histórico e, assim, sua inscrição na cultura tal como o lugar que ela lhe confere se alteram ao longo dos tempos, visto que os operadores sociais e políticos se transformam, a presente pesquisa começará com um capítulo nomeado **Da inexistência ao reinado infantil**. Nele serão tecidos os fios da história da infância e, naturalmente, da figura social e cultural nomeada “criança”, entrelaçando-os com os processos político, econômico e social.

Para isso recorreremos à história social da criança, tomando como referência a obra do historiador francês Philippe Ariès (1973/1981), *História social da criança e da família* (1973/1981), da filósofa francesa Elizabeth Badinter, *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1980/1985), e a obra em que a historiadora francesa Michelle Perrot foi uma das organizadoras – *História da vida privada* (1987/2009). A escolha por essas obras se deve ao fato de elas mostrarem a construção de um modo de investimento sobre a criança por meio do qual foi possível sua inscrição no campo social e na família. Portanto, nesse percurso histórico destacaremos as transformações ocorridas na esfera sociopolítico-econômica, assinalando as mudanças na estrutura da família pré-moderna, visto que delas nasceu a criança como signo do futuro – “*sua majestade, o bebê*”. Dessa forma, ao resgatarmos os antecedentes históricos da criança e da família, temos como objetivo reconhecer e afirmar o impacto das dimensões social, política, econômica e cultural sobre a criança.

Partindo da articulação da conjuntura histórica na modernidade com a estruturação da família nuclear moderna, apresentando as bases sobre as quais se constituiu o processo de

subjetivação na modernidade e tendo em mente que a psicanálise nasceu em um contexto sociopolítico-econômico que pensava a existência da criança com base no adulto, o que se visava era um “adulto em potencial” e, para tanto, era preciso que a criança recebesse toda sorte de investimento. Assim, foi a partir da condição de majestade que foi conferido à criança que a psicanálise nasceu, embora subvertendo a ordem de existência, visto que ela nasceu pensando o adulto com base na criança que ele foi.

Neste horizonte histórico, Freud, ao revelar ao mundo científico outra compreensão da sexualidade, que atestava a presença de um corpo marcado pelo encontro com o outro materno, ressaltou a importância do investimento primordial. Pelo ato de o outro materno erogeneizar o pequeno corpo e nele investir maciçamente sua libido, o humano nascente é introduzido no campo pulsional e um corpo erógeno é constituído, possibilitando seu ingresso numa relação erótica e amorosa com o outro. Dessa forma, a psicanálise afirma que a relação com o mundo nasce dos cuidados que a mãe dispensa ao seu bebê. Isso significa que, com um bom acolhimento e suporte para os cuidados, o humano se constitui em sua corporeidade e, portanto, em sua potência simbólica.

Assim, no segundo capítulo, **Entrelaçando corpo, afeto e linguagem**, dissertaremos sobre a importância das funções primordiais no processo da constituição psíquica por favorecerem a simbolização das primeiras vivências, potencialmente perturbadoras e, dessa forma, a constituição de uma rede subjetiva. Para isso, destacaremos a experiência primordial percorrendo os ensinamentos dos mestres da psicanálise: Freud, Ferenczi e Lacan. Embora por ângulos distintos e mesmo com suas diferenças, compreendemos que os autores associam a constituição do psiquismo a um modo de investimento que será subjetivado em razão do encontro com o outro, marcado pelo acolhimento.

Em Freud, enfatizaremos a função do outro enquanto objeto primordial, que, ao favorecer a construção do circuito pulsional pela mediação da regulação da experiência de satisfação, viabiliza a subjetivação da experiência primordial e, conseqüentemente, a organização do psiquismo. Em Lacan, ressaltaremos a função do Outro primordial, que, ao possibilitar o estabelecimento de um laço simbólico entre ele e o bebê, permite a travessia do gozo do vivo à ordem simbólica. Após revisitarmos os escritos freudianos e lacanianos, dissertaremos sobre a função do outro tendo como referência a obra de Ferenczi. Se fazemos essa separação, é pelo fato de Ferenczi salientar o papel do ambiente na constituição da subjetividade. Com ele, enfatizaremos a experiência primária como sendo da ordem da catástrofe e a necessidade do acolhimento do outro para que o processo de introjeção possa se dar. Portanto, a intenção deste capítulo é ressaltar a importância do acolhimento, valorizando

seus efeitos na constituição psíquica, visto que a qualidade do acolhimento do outro está fundamentalmente ligada ao campo subjetivo daquele em via de advir.

A clínica mostra que o encontro do filhote humano com o outro materno pode ser de outra ordem, ou seja, marcado pelo mau acolhimento. Esta é a tônica do terceiro capítulo, **Des(acontecimentos)**, cujo intuito é abordar os seus efeitos psíquicos, visto que a inabilidade do outro materno para cumprir sua função potencializa o aspecto disruptivo e ameaçador da pulsionalidade, levando o humano infantil à vivência de um trauma precoce que não pôde ser elaborado pelo psiquismo. Desta forma, exploraremos em Ferenczi o conceito de trauma patológico, para o qual o mecanismo de defesa que se aciona é da ordem de uma radicalidade. O eu lança mão de uma estratégia de sobrevivência, a clivagem narcísica, para não sucumbir. Esta leva à constituição do “*bebê sábio*”, que traz em seu bojo uma experiência catastrófica nos primórdios da vida.

Caminhamos para o fim da pesquisa com o capítulo intitulado **Contemporaneidade: tempo dos bebês sábios?** Nele frisaremos as problemáticas da terceirização das funções parentais e da medicalização infantil. Compreendemos que estas práticas estão à serviço do neoliberalismo. Enquanto a primeira impulsiona o sujeito para o imperativo de gozo, a segunda, tão perversa quanto a outra, além de produzir um efeito de anestesiamento subjetivo e potencializar a desvitalização do sujeito infantil, acaba por desmentir a dor da criança. Portanto, neste capítulo abordaremos as transformações ocorridas na esfera sociopolítico-econômica a partir da segunda metade do século XX, articulando-as com as formas de padecimento psíquico infantil que se apresentam atualmente no universo infantil devido ao esgarçamento das funções parentais por terem sido terceirizadas.

Por fim, nas linhas que seguem, compondo esta pesquisa, há mais que um texto acadêmico: existe um manifesto contra a violência que a criança vem sofrendo pelo Estado, pela sociedade e pela família. Assim, esperamos que o leitor possa se sentir afetado por ela.

1 DA INEXISTÊNCIA AO REINADO INFANTIL

1.1 Considerações iniciais

O mundo mudou, é fato. E com ele, a relação com as coisas, com o outro e com a vida. Do mundo pré-moderno – abrigado pelo sagrado – ao mundo moderno – do nascimento da sociedade capitalista, do Estado-nação e do indivíduo – até o mundo atual, marcado pelo processo de globalização ou mundialização, pela economia neoliberal e globalizada¹, fonte do imperativo de lucratividade, e pela hipermídia, vemos que inúmeras e profundas transformações ocorreram, fazendo cair por terra os referenciais existentes e fundando outros (REIS; MENDONÇA, 2018). Isso equivale a dizer que a maneira de ser, de pensar, de viver, de se relacionar e de sofrer do homem acompanham essas mudanças. Ou seja, sua mentalidade se transforma (LE GOFF, 1990), explicando o fato de certas práticas terem sido concebíveis em determinada época e não mais em outra, da mesma maneira que determinadas práticas que antes eram inaceitáveis passaram a ser aceitáveis, como nos demonstram o historiador francês Philippe Ariès (1973/1981) e a filósofa francesa Elisabeth Badinter (1980/1985) em suas primorosas obras ao se referir à condição da criança, tanto em nível micro quanto macrossocial, desde a Antiguidade até a Modernidade.

De alguma forma, ainda iniciando os primeiros passos de sua criação, o pai da psicanálise já nos apontava para isso quando, numa carta a Wilhelm Fliess, seu amigo mais íntimo, fazendo referência ao fato de que a literatura da época estava se voltando muito para a psicologia das crianças², afirmou que “sempre se é filho da época em que se vive, mesmo naquilo que se considera ter de mais próprio” (MASSON, 1986, p. 278). Freud se referia à visibilidade dada à criança – uma visibilidade que se fez presente apenas na modernidade, contrastando com o mundo pré-moderno em que a condição da criança era a de inexistência. Porém, sua afirmação não nos diz somente isto. Ela parece nos dizer bem mais.

Levando em consideração que nada é “mais próprio” que a subjetividade, podemos entrever na afirmativa freudiana que o sujeito é histórico, isto é, ele é inscrito em uma temporalidade histórica que se constitui por elementos de ordem política, econômica, social e

¹ Entendemos por economia neoliberal e globalizada um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a existência do livre mercado, ou seja, a total liberdade de comércio; conseqüentemente, a não participação do estado na economia.

² Nessa ocasião, Freud havia recebido mais um livro sobre o assunto. Tratava-se do livro *Mental Development in the Child and the Race* (1895), de James M. Baldwin.

religiosa. Dessa forma, sua inscrição na cultura e o lugar que ela lhe confere se alteram ao longo dos tempos, à medida que se articulam a esses elementos, que, como operadores, produzem efeitos na constituição subjetiva. Assim, compreendemos ser impossível pensar o sujeito fora do campo histórico-cultural, reafirmando as palavras de Freud ao seu amigo Fliess, pelas quais podemos concluir que, ao mudarem as épocas, mudam os sujeitos porque se produzem outras formas de subjetivação. Isto já indica a razão de começarmos nossa escrita por um capítulo que se constitui eminentemente por elementos históricos.

Para um leitor de Freud, é sabido que a psicanálise nasceu no seio da modernidade em função da neurose, especialmente da histeria – uma forma peculiar de sofrimento humano cujo modo de subjetivação se constituiu na trama e no drama da moral sexual civilizada própria da modernidade. Seus sustentáculos foram o capitalismo, o Estado-nação, a industrialização, a urbanização, a racionalidade, a tecnologia, a delimitação entre os espaços público e privado, o nascimento da família nuclear e a moralidade burguesa. Em conjunto, esses elementos colocaram fim ao mundo pré-moderno – um mundo fechado, heterogêneo, finito (KOYRÉ, 1957/2006) e cuja existência repousava sobre uma verdade única e absoluta enunciada pelo divino. Ou seja, um mundo portador de um único discurso, do qual estavam ausentes não somente o indivíduo como titular de direitos e sujeito autônomo, mas as instituições capazes de reconhecer e garantir estes direitos (PAULA, 2014).

Neste cenário em que o mundo ocidental foi revirado da cabeça aos pés pela tamanha transformação que sofreu, a vida passou a ser organizada por outros parâmetros, fundando uma civilidade que se constituiu à custa de pesados sacrifícios impostos ao indivíduo. O escrito freudiano *Moral sexual civilizada e doença nervosa* (1908), em que o autor expõe a tese de que o sujeito neurótico é fruto da modernidade, nos mostra de forma bastante clara a dimensão desses sacrifícios no campo da subjetividade (FREUD, 1908a/2020).

Foi neste cenário também que nasceu a família nuclear moderna. Embora mais voltada para a sua intimidade – estado impensável na família pré-moderna –, ela conservou um vínculo com a esfera pública, já que lhe foram prescritas normas pelos meios jurídicos, médicos e educacionais a fim de se obter a garantia da civilidade. “Mão invisível da sociedade civil, ela é ao mesmo tempo ninho e núcleo”, escreve Michelle Perrot na introdução de seu escrito sobre a família do século XIX para indicar que essa foi “triumfante” nas doutrinas e nos discursos, levando não somente os conservadores, mas os liberais e até os libertários a louvá-la “como a célula da ordem viva” (PERROT, 1987/2009, p. 78).

Desta posição, a família triunfante procurou, em parte por razões políticas, incorporar uma multiplicidade de funções, visto que, como átomo da sociedade civil, ela era “a

responsável pelo gerenciamento dos ‘interesses privados’ cujo bom andamento era fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade” (PERROT, 1987/2009, p. 91). Quando família e Estado formaram uma aliança na construção de um projeto coletivo de nação, a criança foi considerada “o ser social e o capital mais precioso” (PERROT, 1987/2009, p. 78). Essa conjuntura possibilitou que ela saísse da condição de inexistência e fosse elevada à condição de soberana.

Tendo como pano de fundo a ideia de que o sujeito é histórico, o que colocamos em pauta na primeira parte desta pesquisa, que se constitui eminentemente por elementos históricos, é o impacto das dimensões social, política, econômica e cultural sobre aquele que está por constituir o seu viver. Recorrer à história social da criança é fundamental, pois ela permite, em primeiro lugar, a percepção de que a criança, com suas particularidades reconhecidas, é fruto de um investimento que nem sempre existiu, tanto pela sociedade quanto pela família e, em segundo lugar, a constatação de que, na ausência de investimento, a vida parece se tornar irmã da morte, como mostra Badinter (1980/1985).

Trata-se aqui da ausência do reconhecimento da vulnerabilidade da criança. Suas particularidades – tamanho, insuficiência, dependência, etc. – apontam não para um ser incapaz, como normalmente a criança é considerada, mas mostram que a criança é um ser vulnerável por não possuir “condições de superar fatores de risco que podem afetar o seu bem-estar” (SIERRA; MESQUITA, 2006, p. 150). Isto significa que, para sobreviver e crescer, ela depende da relação que se estabelece com o outro, ela depende do ambiente em que está inserida, já que a garantia do atendimento de suas necessidades depende dele. Esta condição atribui não apenas à família, mas à sociedade e ao Estado, a responsabilidade pela constituição de seu bem viver. É fundamental o reconhecimento de sua vulnerabilidade para que possa ser acolhida e o seu bem-estar, assegurado.

1.2 **Somos seres históricos**

Em se tratando de criança, certo é para todos nós a diferença entre ela e o adulto. Porém, quando resgatamos a história social da criança, vemos que nem sempre foi assim. Seus antecedentes históricos nos afirmam a existência de um tempo em que as particularidades do infantil não eram reconhecidas e a criança não era diferenciada do adulto. Isto significa que os dados conceituais concernentes à criança não são atemporais. Ou seja, eles surgem em função de um tempo, de um lugar e de um contexto histórico. Logo, em consonância com a mentalidade da época e, conseqüentemente, com seu discurso, ao longo da

história da humanidade a criança foi vista de diferentes formas. Várias foram as imagens da infância e da criança que apontavam tanto para um tempo em que não havia um lugar próprio para ela como, mais tarde, para um tempo em que sua existência, por estar atrelada à conformidade de um ideal, era o centro das atenções (MENDONÇA, 2013).

Em uma ocasião passada³, tivemos a oportunidade de nos debruçar sobre essas imagens. O antagonismo presente nelas propõe a ideia de que a infância é fruto de uma construção social, podendo ser compreendida com base em uma noção histórica e cultural, como nos aponta Ariès em seu clássico livro *História Social da Criança e da Família* (1973/1981), cuja pesquisa foi embalada pela história das mentalidades.

Rejeitando a perspectiva quantitativa da estatística, o autor serviu-se de variadas fontes – registros icnográficos, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo, inscrições em túmulos – tendo como pretensão defender a ideia de que “o sentimento da infância, não existia na Idade Média (...). A infância, de acordo com o autor, foi descoberta na França, na altura do século XVII” (BURKE, 1991, p. 58). Sua pesquisa indica que a infância é fruto da vida moderna, resultante das modificações na estrutura social. Para ele, o mundo pré-moderno ignorava a criança. Essa indiferença se materializava nos altos índices da mortalidade infantil e na forma de viver da criança, que não se distinguia da dos adultos.

Considerada uma “*miniatura do adulto*”, suas características e necessidades não eram reconhecidas. Foi preciso um tempo relativamente longo, precisamente no século XVIII, para que o sentimento de infância – um sentimento que equivale “à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ARIÈS, 1973/1981, p. 99) – se arraigasse nas mentalidades e os adultos passassem a investir na criança uma atenção e um cuidado até então inexistentes, como nos esclarece Badinter (1980/1985). Como fio condutor, essa consciência possibilitou que a criança ganhasse uma inscrição na língua⁴, um lugar na sociedade e na família e saísse, assim, da condição de inexistência (MENDONÇA, 2013).

Esse pensamento não é unânime entre os pesquisadores. Alguns deles argumentam que a tese sustentada por Ariès é um exagero. Entretanto, as controvérsias não invalidam a importância de sua pesquisa. Ao direcionar seus interesses históricos para as fronteiras – zonas que se situam nas linhas de demarcação entre o biológico e o mental, o natural e o

³ Trata-se de nossa pesquisa de mestrado, que se encontra publicada no livro intitulado *De que sofrem as crianças hoje?* Curitiba: CRV, 2013.

⁴ Em nossa pesquisa anterior, fizemos um breve percurso pela terminologia das idades, o que nos permitiu verificar que somente no século XVII a palavra “criança”, tal como a conhecemos, ganhou uma inscrição na língua.

cultural –, para a relação entre natureza e cultura, Ariès contribuiu com sua pesquisa ao “colocar a infância no mapa histórico, inspirar centenas de estudos sobre a história da criança em diferentes regiões e períodos e chamar a atenção de psicólogos e pediatras para a nova história” (BURKE, 1991, p. 58).

O grande mérito da pesquisa do precursor da história social da criança foi, sobretudo, “abrir as portas para novas pesquisas” (FLANDRIN, 1964, p. 329), além de revelar um silêncio histórico, já que no mundo pré-moderno “não existia este objeto discursivo a que hoje chamamos infância, nem esta figura social e cultural chamada ‘criança’” (CORAZZA, 2002, p. 81). Portanto, os estudos das mentalidades por Ariès implicavam que a infância era uma construção cultural, mas só a compreendemos se levarmos em conta a história social da família e as relações de produção. Aos olhos dele, a infância é uma categoria histórica da modernidade e sua construção se deu na relação com a família e com a sociedade.

A partir dos pesquisadores da história das mentalidades, mais especificamente de Ariès, já não era mais possível pensar a infância pelo viés do naturalismo, conforme o qual as idades da existência da vida, segundo Birman (2009), são ordenadas por padrões. Esses, por serem regulados apenas pelos registros biológico e psíquico, acabam por efetuar o apagamento da dimensão histórica, significando que os registros da educação, do trabalho, da família e da saúde – referentes sociais e institucionais construídos historicamente – são considerados consequências de certo funcionalismo regulado pelo determinismo biológico.

Cada período seria concebido em uma perspectiva estritamente biológica, que conferiria os parâmetros objetivos para a fundamentação científica do modelo em pauta. A leitura psíquica ficaria atrelada ao biologismo de base, de forma que as características psíquicas de cada um dos períodos em causa seriam a simples *derivação* da fundamentação biológica. (...). Contudo, é preciso que tal registro seja devidamente relativizado e contextualizado, ao ser inscrito e relacionado nas séries institucionais e sociológicas. Seria apenas pela consideração destas que as ditas idades da existência poderiam adquirir uma dimensão *simbólica* propriamente dita, pela mediação que permitiria ao registro psíquico assumir a sua efetiva pregnância. (BIRMAN, 2009, p. 195).

Ao reconhecer as características históricas da infância, Ariès desnaturalizou as idades da existência da vida. Evidenciando os operadores social e político e com isso relativizando o determinismo biológico, ele levou em consideração o impacto das dimensões social, política, econômica e cultural sobre a criança. Desse modo, não era mais possível pensar a concepção de infância como uma categoria natural, mas histórica e cultural. A imagem que se constrói da criança, assim como o seu lugar na sociedade e na família, estará na dependência do contexto e das condições sócio-históricas e culturais em que se vive.

No entanto, é importante assinalar que os operadores social e político produzem efeitos na constituição do psiquismo. Esta não se dá sem o outro enquanto objeto, visto que somente por meio dele a pulsão se inscreve no psiquismo. Porém, o outro traz consigo a dimensão histórica que, transmitida pela linguagem, se faz presente na produção e reprodução do psiquismo. O outro apresenta uma pluridimensionalidade.

Da incidência constitutiva da imagem especular e da linguagem, como enfatizaram Freud e Lacan, é preciso evocar ainda a incidência fundamental dos operadores social e político na construção do psiquismo. Esses incidem também sobre as pulsões de maneira crucial, sempre pela mediação dos registros da imagem e da linguagem, modulando e precipitando, enfim, seus efeitos (BIRMAN, 2009, p. 198).

Podemos depreender das palavras do autor que, se a subjetividade se constitui pela vinculação com o outro, e não por determinações intrapsíquicas universais, ela se constitui com base em uma psicologia social, tal como foi enunciado por Freud (1921/2020). Essa ideia nos interessa pela razão de a subjetividade infantil estar *em* constituição. Seu advento e sua organização estarão sempre na dependência daquele que comporá o campo relacional.

Dessa forma, devido à sua fragilidade, a criança estabelece com o outro uma relação de subordinação. A forma de ele sentir e pensar a criança, além de produzir um discurso sobre ela, pode permitir um investimento, que lhe define um lugar de pertinência. Isso significa que existe uma relação de poder que tanto pode ser da ordem de um investimento que possibilita a vida como pode ser da ordem de uma destituição, cujo efeito pode ser, quando não a morte de fato, a perda de sua vitalidade.

Voltemos à história social da criança para que possamos delinear o campo social, político e econômico que possibilitou a passagem da condição de inexistência da criança à condição de signo do futuro – ideal sustentado pelo mundo moderno. Para isso, importaremos parte de nossa pesquisa anterior que, investigando sobre o sofrimento da criança na atualidade, constatou que em épocas pretéritas, devido à conjuntura histórica, a criança, como *miniatura do adulto*, estava fora de cena – do social, da família e, até mesmo, da língua – e, assim, não recebia os cuidados que lhe eram necessários.

1.3 **Sobre a condição da criança: da miniatura do adulto ao futuro da nação**

Pensar nas particularidades da criança em relação ao adulto é pensar, sobretudo, em sua fragilidade. Diferente do mundo moderno, o mundo pré-moderno não a reconhecia e, dessa forma, não a acolhia. Foi somente quando a vida da criança passou a ser vinculada a um

ideal sustentado pelo Estado, o que provocou uma grande transformação na estrutura familiar, que sua fragilidade foi reconhecida e as práticas de cuidados se voltaram para ela. Assim, se no mundo pré-moderno a imagem da criança era a de “*miniatura do adulto*” (ARIÈS, 1973/1981, p. 17) e a infância era considerada “o estado mais vil e abjeto da natureza humana, depois da morte”, conforme o religioso francês Pierre de Bérulle (HEYWOOD, 2004, p. 21), no mundo moderno a imagem da criança dizia respeito a um ideal. Ela era o “*futuro da nação*” (PERROT, 1987/2009, p. 134). Como veremos, essa mudança não se deu por si só e nem sem delonga. Para entendê-la, é preciso que tenhamos em mente os processos político e econômico, que se condensam na complexidade social e histórica da estrutura familiar (BIRMAN, 2007).

1.3.1 A criança como estorvo ou a criança fora de cena

Resgatar os antecedentes históricos da infância nos permite verificar que o mundo pré-moderno não reconhecia a condição vulnerável da criança. A razão é que a criança não correspondia ao ideal humanitário: o sexo masculino, o adulto, a força física, o raciocínio lógico e a consciência eram os atributos que compunham o modelo da perfeição humana⁵.

Considerada um ser imperfeito, incompleto, incapaz e frágil, por um longo tempo a criança na concepção da teologia cristã foi identificada tanto ao animal – por não possuir consciência moral, razão e domínio linguístico – quanto ao pecado. Um dos grandes representantes da Igreja, Santo Agostinho, opunha a imperfeição infantil à perfeição que todo adulto deveria alcançar. Ele retratava a criança como “um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original” (BADINTER, 1980/1985, p. 55), um ser ignorante, apaixonado e caprichoso, capaz de se precipitar em qualquer crime. Desse modo, seria preciso expurgar esse estado de animalidade, lutar contra o estado infantil, livrar-se do estado negativo e corrompido como forma de se redimir da malignidade em que os homens se encontravam no início de suas vidas. Na verdade, o sentimento existente em relação à infância em pleno século XVII era o medo. A criança amedrontava os filósofos e teólogos da época.

⁵ De acordo com a visão aristotélica, a ideia de perfeição surgiu associada à quantidade de calor vital. Sob a perspectiva dos quatro elementos naturais, que possuíam uma hierarquia com base em suas características, pensava-se que a perfeição de qualquer corpo vivo estava ligada a uma quantidade maior de calor. Como o que era quente e seco era da ordem do masculino e o que era frio e úmido era da ordem do feminino, a natureza humana foi pensada por esta perspectiva, sendo os órgãos sexuais apenas instrumentos. Assim, o sexo masculino foi pensado como portador de maior calor em função da externalização de seus órgãos e, portanto, o único capaz de transmitir o calor vital necessário para a formação da vida (BADINTER, 1980/1985).

Embora a noção de “inocência infantil” já começasse a se impor, a imagem da criança como a encarnação da imperfeição – que obstaculizava a perfeição que todo adulto deveria atingir – e como um ser maligno se prolongou até o fim do século XVII. Inspirados na representação agostiniana da criança, alguns movimentos pedagógicos e moralistas do século XVII recomendavam tanto à família quanto às escolas que mantivessem uma atmosfera de dureza em relação ao pequeno ser, não havendo lugar para a tolerância. Pensava-se que, para combater a malignidade, a criança deveria ser submetida a uma rigorosa educação, incluindo o castigo sobre o corpo. Somente assim a alma estaria salva do pecado. Portanto, era preciso isolar a criança pequena e desconfiar de sua espontaneidade, pois “a infância é a vida de um animal” (BADINTER, 1980/1985, p. 60).

Essa imagem dramática da criança preponderou tanto na teologia quanto na pedagogia do século XVII. A filosofia nova, que teve como grande representante René Descartes, retomou em outro registro a crítica do estado infantil, banindo o pensamento escolástico. Para o filósofo cartesiano, a infância estaria associada ao erro, já que estaria totalmente dominada pelo corpo. Considerada por ele como uma fraqueza do espírito, a alma infantil seria desprovida de discernimento e crítica. Assim, por ser movida pelas sensações corpóreas – prazer e dor –, ela estaria condenada ao erro perpétuo. Era, então necessário livrar-se desse estado infantil, visto que ele constituía a causa dos erros do homem (BADINTER, 1980/1985).

Ainda que a influência do pensamento dos teólogos, dos pedagogos e dos filósofos fosse grande nas classes dominantes, ela não atingia os outros meios sociais. Isso significa que essas imagens da criança pareciam não ser as mais proeminentes. De qualquer forma, representando o mal, o pecado e o erro, a criança atravessou grande parte da história da humanidade despossuída de qualquer valoração positiva. Considerada como um estorvo ou até mesmo como uma desgraça, ela parecia constituir um fardo para os seus pais, razão pela qual as práticas do abandono físico ou moral e do infanticídio eram tão comuns.

Antes da era cristã, as crianças indesejadas eram expostas à morte, sendo empilhadas em monturos públicos de deposição dos enjeitados, colocadas em barcos e lançadas ao mar, largadas no campo ou na rua para que fossem recolhidas por algum interessado ou devoradas por insetos rasteiros, cães e outros animais. Podiam ser queimadas em fogueiras de dejetos ou sacrificadas em rituais místicos ou religiosos; ou, ainda, eram mutiladas para justificar o pedido de esmolas ou apelo de ajuda socioeconômica por adultos pobres, comerciantes decadentes e escravos fugidos (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 160).

Mesmo que inúmeras leis tivessem sido criadas proibindo o abandono, essa prática ainda era tão frequente que os hospitais, seguindo as orientações da Igreja, passaram a receber

e a recolher essas crianças a fim de evitar o acúmulo de tantas mortes miseráveis⁶ (MARCÍLIO, 1998/2006). Quanto ao infanticídio, passou a ser considerado um crime e, conseqüentemente, severamente punido. Porém, era praticado em segredo, camuflado sob a forma de um acidente: “as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou para salvá-las” (ARIÈS, 1973/1981, p. XV). Para a criança que apresentasse alguma deformidade ao nascer, o infanticídio era tolerado. O pai decidia o seu destino, que frequentemente era a fogueira ou o mar, já que se acreditava que a deformidade era um mau presságio para a comunidade e para a família (MARCÍLIO, 1998/2006)⁷.

Do infanticídio à indiferença, existiam inúmeras formas de os pais se livrarem da criança. Uma delas era o hábito de enviá-la à casa de amas-de-leite, onde permanecia até os seus quatro ou cinco anos de idade sem a visita deles (BADINTER, 1980/1985). A longa estadia sob os “cuidados” da ama que, não muito raro, se encontrava em estado deplorável, era marcada por condições muito precárias. Pobreza, sujeira, falta de higiene e práticas utilizadas para a criança ser apaziguada em seu sofrimento eram fatores que muitas vezes a levavam à morte, o que explica o alto índice de mortalidade da época.

Esse hábito, restrito apenas às famílias aristocráticas no século XIII, estendeu-se a toda a sociedade no século XVIII: “dos mais pobres aos mais ricos, nas pequenas ou grandes cidades, a entrega dos filhos aos exclusivos cuidados de uma ama é um fenômeno generalizado”, nos afirma Badinter (1980/1985, p. 67); um fenômeno de um “infanticídio disfarçado”, para o qual nem sempre as razões econômicas (a criança era um impedimento para a mulher ajudar o marido em seu ofício e garantir maior rentabilidade), sociais (numa sociedade em que o homem ocupava a posição central, os interesses do marido tinham prioridade sobre os da criança) ou a ignorância serviam como justificativa. Muitas vezes o desinteresse e a indiferença pela criança eram as razões para tal feito.

A volta para a casa dos familiares não representava que um vínculo afetivo se estabeleceria entre os pais e a criança. Esse vínculo, tal como entre os cônjuges, não era

⁶ Conforme Marcílio (1998/2006), as leis foram criadas muito mais em função dos resultados que o abandono poderia ocasionar – incesto, prostituição, estímulo a relações extramatrimoniais – do que propriamente uma preocupação com a criança. Badinter (1980/1985) nos fornece outra posição em relação a isso ao dizer que, a partir dos séculos XII e XIII, tanto a Igreja quanto o Estado passaram a condenar a prática do abandono, do aborto e do infanticídio. Sendo o filho criatura de Deus, era preciso fazer dele um bom cristão. Porém, em função da miséria da maioria, entenderam que seria melhor tolerar o abandono a fim de que o infanticídio fosse reduzido. Assim, as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas só foram criadas no século XVII, mais exatamente em 1638, quando o Abrigo das Crianças Achadas foi fundado por São Vicente de Paula.

⁷ Embora o poder do pai já encontrasse alguns limites impostos pela Igreja e pelo Estado, que cada vez mais interferiam no governo doméstico, para tal situação ele era soberano. Cabia a ele decidir o destino do filho.

necessário para que a família se constituísse, uma vez que esta significava a manutenção do patrimônio. Sua função, longe de ser afetiva, era a de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, isto é, “a família era uma realidade moral e social, mais que sentimental” (ARIÈS, 1973/1981, p. 164). A transmissão dos valores e dos conhecimentos e a socialização, em se tratando de famílias abastadas, era confiada a uma governanta ou a um preceptor até por volta dos oito anos de idade da criança. Antes do século XVII, ela ficava sob os encargos de outra família, em que era educada pela aprendizagem prática. Servindo a um mestre, ela aprendia um ofício. O mestre lhe transmitia “a bagagem de conhecimento, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir” (ARIÈS, 1973/1981, p. 156). Desse modo, seu convívio com a família era muito pequeno; ela convivia mais com a comunidade, ingressando no mundo dos adultos para que pudesse aprender e encarnar a moral e os bons costumes e contribuir para a conservação dos bens e a proteção da vida e da honra. Era nessa mistura cotidiana com os adultos que ela aprendia a viver. Vestindo-se como eles, participando das conversas, das festas, dos jogos e dos trabalhos, ela não se diferenciava mais deles. Ela era a “miniatura do adulto” (ARIÈS, 1973/1981, p. 15).

Pelas primorosas pesquisas de Ariès e Badinter, podemos observar a ausência de reconhecimento das inúmeras particularidades que distinguiam a criança do adulto, o que a colocava em uma condição de inexistência. Isto parece justificar o fato de a sociedade ter reservado uma indiferença à criança até o século XVIII. O sentimento que existia em relação a ela, que Ariès denominou de “paparicação”, era um sentimento que a identificava como um objeto de diversão: “as pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico” (ARIÈS, 1973/1981, p. X). Esta foi uma outra representação dada à criança: “um brinquedo divertido, do qual se gosta pelo prazer que proporciona, e não pelo seu bem” (BADINTER, 1980/1985, p. 78).

Como “uma espécie de pequeno ser sem personalidade, um ‘jogo’ nas mãos dos adultos” (BADINTER, 1980/1985, p. 78), era natural a familiaridade sexual dos adultos com a criança, o que salientava sua insignificância. Mais que uma alma carregada de pecado ou uma alma perfeitamente inocente, a criança era um brinquedo sem alma. Quando maiores, eram vistas como máquinas. Como a obediência era considerada a virtude mais importante e a disciplina era muito rigorosa, a expressão de sentimentos e pensamentos não tinha lugar. Diante de sua obediência mecânica aos pais, “torna-se então tentador comparar a criança a um autômato, sem vida e sem alma” (BADINTER, 1980/1985, p. 79).

De tudo isso, queremos sublinhar que a criança não possuía valor algum. Ela era privada de qualquer positividade. Desejava-se que ela possuísse tão logo uma postura de

adulto, pois, dessa forma, se encontraria apta a contribuir para a manutenção da família, que tinha como missão “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana” (ARIÈS, 1973/1981, p. X), cabendo ao pai manter a integridade do patrimônio. Como guardião, competia a ele governar a família e o patrimônio como um rei, sustentando e reproduzindo o que havia herdado de seus ancestrais. Sendo o dono de tudo e de todos à sua volta, ele era visto e reverenciado como uma pessoa sacrossanta. Tudo o que se encontrava dentro dos limites de sua propriedade, que se encontrava encerrado na grande casa, dependia de seu poder (DUBY, 1985/2004).

É importante lembrar que, até a Modernidade, a ordem do mundo repousava sob uma autoridade absoluta, cujo poder se concentrava na figura do Pai: Deus, soberano e chefe da família. O poder de sua autoridade se sustentava em um discurso que se referia à natureza masculina como aquela que simbolizaria a perfeição.

É ‘natural’ que a mais acabada das criaturas comande os demais membros da família, e isso de duas maneiras: em virtude de sua semelhança com a divina, como “deus comanda suas criaturas”, e em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas, como um “Rei comanda seus súditos” (BADINTER, 1980/1985, p. 33).

O pai reinava sobre o corpo da família. Seu poder era absoluto sobre o filho. Ele tanto podia legitimá-lo quanto abandoná-lo, uma vez que os laços de sangue não significavam nada se não fossem somados aos laços por adoção. Com a consolidação do cristianismo, ele passou a simbolizar a eternidade: “à imagem de Deus, o pai é visto como a encarnação terrestre de um poder espiritual que transcende a carne” (ROUDINESCO, 2003, p. 22). Transmissor de um duplo patrimônio – o sangue e o nome –, sem deixar de ser um corpo regido pelas leis da natureza, um corpo fadado à morte, o pai torna-se um corpo imortal: “prolonga, no nome que será carregado por seus descendentes, a lembrança de seus ancestrais, que igualmente perpetuaram a memória da imagem original de Deus pai” (ROUDINESCO, 2003, p. 27).

A emersão do sistema feudal associada à ascensão do cristianismo implicou uma série de mudanças substanciais na forma de viver do homem. Se na Antiguidade “a alegria de viver estava nas ruas e nos grandes monumentos urbanos” (ROUCHE, 1985/2004, p. 403), na medievalidade, em função da ameaça que o mundo exterior oferecia, o homem refugiou-se em comunidades isoladas. Isto fez com que não apenas os laços de sangue se estreitassem, mas os de outras relações humanas e de dependência também: formava-se a família extensa.

Com efeito, a família existia para manter o patrimônio, e o único sentimento existente era o da linhagem que “estende-se aos laços de sangue, sem levar em conta os valores

nascidos da coabitação e da intimidade” (ARIÈS, 1973/1981, p. 145). Diante do poder paterno, família e patrimônio pareciam comportar uma unicidade, visto que ela “se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome” (ARIÈS, 1973/1981, p. 159). À criança cabia cuidar não só do patrimônio, mas também reproduzir as tradições seculares. Do ponto de vista afetivo, sua posição enquanto filho era suplementar, e não complementar, como um acréscimo ou um adicional para suprir e completar o núcleo familiar. Possuía também uma posição instrumental, pois podia “ser chamada a exercer certas funções econômicas, sociais ou de poder na família ou sua linhagem” (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 163).

Como nas sociedades do século XVII, especificamente a partir do século XV, a fortuna não era mais o fator que assegurava uma posição mais honrosa na sociedade, mas a habilidade e a sagacidade nas redes de relações sociais, “a casa grande” passou a ser o lugar destinado a realizá-las. Fossem por motivos profissionais, fossem por motivos sociais, era lá que aconteciam as conversas, os contratos, os negócios, as soluções dos problemas – enfim, tudo acontecia nos mesmos cômodos em que se vivia com a família. Desse modo, a casa exercia uma função pública. Longe de ser um refúgio contra a invasão do mundo, como era na Alta Idade Média, essa grande família constituía “os núcleos de uma sociedade, os centros de uma vida social muito densa” (ARIÈS, 1973/1981, p. 182).

Nessa atmosfera “densa e quente” por onde circulavam homens, mulheres, crianças, velhos, criados, amigos e vizinhos, não havia lugar para o privado. Por conseguinte, não havia momentos em que se experimentavam a solidão e a intimidade, já que a vida coletiva era intensa: a casa era a “rua”, o indivíduo era a “multidão”. Era nessa vida coletiva incessante que se davam as trocas afetivas e as comunicações sociais. Nesse meio “caloroso” em que a sexualidade fervilhava, a presença da criança não era um empecilho para que assuntos, gestos ou brincadeiras referentes à sexualidade surgissem. Muito ao contrário, não raro os adultos faziam dela a protagonista de suas brincadeiras sexuais, envolvendo inclusive o contato físico. Esse costume, extremamente natural, era mais um a demonstrar a ausência de consciência da sociedade pré-moderna sobre as particularidades que diferenciam a criança do adulto.

1.3.2 Um novo olhar sobre a criança ou hipocrisia vestida de ternura?

Somente com a renovação religiosa e moral, instalada no século XVII, que os costumes sofreram uma grande reforma, possibilitando o surgimento de uma consciência denominada por Ariès de “sentimento da infância”. Entretanto, ele não surgiu sozinho, trouxe consigo o sentimento da família. O alicerce de toda esta construção nasceu como

consequência do grande movimento de moralização realizado pelos juristas, educadores e eclesiásticos, que supunham que a sociedade medieval se encontrava dominada pela anarquia. Para eles, separar a criança do mundo adulto, além de mantê-la em sua inocência primitiva, garantiria a ordem pública. Com base nesta perspectiva, as escolas se multiplicaram e, com elas, já no final do século XVII, a criação dos internatos efetivamente separou a criança do mundo dos adultos. Visando ao adestramento moral, ao disciplinamento físico e à rigidez de pensamento, tratava-se de “uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política” (ARIÈS, 1973/1981 p. 195), já que reconheciam que dessa forma se poderia educar a criança a resistir às tentações dos adultos. Assim, a criança foi retirada do anonimato, porém sob um regime disciplinar rigoroso que a privaria de toda e qualquer liberdade.

A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos. Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas. Mas esse rigor traduzia um sentimento muito diferente da antiga indiferença: um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVIII (ARIÈS, 1973/1981, p. 195).

Este grande acontecimento foi a principal característica que diferenciou a família medieval da família do século XVII. Porém, essa não era ainda uma família constituída pela ternura e intimidade entre pais e filhos. Era ainda uma família voltada para o público, em função dos processos político e econômico que dominavam a sociedade. Frutos das inúmeras mudanças que ocorreram, que promoveram a expansão do trabalho assalariado, a obtenção de lucros e uma economia monetarizada – embriões do capitalismo –, esses processos suscitaram não apenas as transformações econômicas, mas a vida em sociedade, já que a expansão comercial propiciava o contato mais intenso com outros povos.

Tudo indica, e Ariès tem o cuidado de demonstrar, que o nascimento da família moderna e da intimidade doméstica tem uma profunda relação com os progressos da vida privada. Segundo ele, enquanto a casa estava muito aberta para o mundo, o sentimento da família não podia se desenvolver na sua plenitude, uma vez que exigia uma intimidade que a antiga sociabilidade não permitia. Portanto, se durante algum tempo houve um equilíbrio entre a sociabilidade tradicional e a consciência nova da família, esse equilíbrio não resistiu à evolução dos costumes e aos novos progressos da intimidade, que inclusive afetaram a organização dos cômodos da casa, visto a necessidade de isolamento. Como nos indica o autor, “a reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a

intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e à criança, da qual se excluía os criados, os clientes e os amigos” (ARIÈS, 1973/1981, p. 186).

As crianças tais como são e a família tal como é, com suas dores e alegrias quotidianas, emergiram de uma rotina elementar para atingir as zonas mais luminosas da consciência. Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna (ARIÈS, 1973/1981, p. 188).

Contudo, a sociabilidade do século XVII não foi um impedimento para que um investimento fosse destinado à criança. Embora ela não fosse ainda o centro de todo um investimento ou “o pivô de todo o sistema” (ARIÈS, 1973/1981, p. 189), justamente porque a vida pública ainda prevalecia na família, a criança “tornou-se um elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com a sua educação, carreira e futuro” (ARIÈS, 1973/1981, p. 189). Essas mudanças, propiciadoras de um olhar cuidadoso destinado à criança, foram a razão pela qual a família deixou de ser a instituição de direito privado para transmissão de bens e de nome e passou a assumir a função de moralizar e de espiritualizar, já que passou a ocupar um lugar de “guardiães espirituais, que eram responsáveis, perante Deus, pela alma, e até mesmo, no final, pelo corpo de seus filhos” (ARIÈS, 1973/1981, p. 194). Ela seria a formadora dos corpos e das almas. Assim, a partir do fim da medievalidade, um olhar cuidadoso nasceu em relação à criança que despertou uma afetividade, “caracterizando a mudança das formas de sociabilidade operadas na modernidade” (VORCARO, 1997, p. 25).

É verdade que a educação, instituída como a principal responsável pela ordem pública, acabou por promover a criança “ao estatuto de objeto privilegiado da escolarização, recortando-a em uma inédita importância” (VORCARO, 1997, p. 26) e possibilitando a construção do sentimento da família, já que os pais passaram a não mais entregar seus filhos aos cuidados de outra família. Entretanto, uma questão se coloca aqui. Ela diz respeito ao fato de que as crianças permaneceram afastadas das figuras parentais. Sobre essa questão, a interpretação dada por Badinter parece ser mais coerente.

Mesmo reconhecendo o interesse pela criança no desejo dos pais de que ela fosse educada e instruída, a autora interroga se na nova atenção dirigida à criança não haveria também, por parte dos pais, um interesse voltado para eles próprios: “a expressão de um novo orgulho desejoso de que os filhos sejam a glória dos pais, uma outra maneira de satisfazer o eterno narcisismo” (BADINTER, 1980/1985, p. 133). Além disso, ela considera que o envio da criança para estas instituições (internatos e conventos), somada à forma como os pais tratavam seus filhos, era “um meio moralmente honroso de livrar-se deles” (BADINTER,

1980/1985, p. 133). O que a autora coloca em jogo é a ausência da responsabilidade dos pais pela educação moral dos filhos, visto que transferiram para terceiros a tarefa que não quiseram ou não puderam assumir. Questionando se essa não seria mais uma atitude de reafirmarem o desinteresse real pelas funções parentais, Badinter afirma que “era possível livrar-se dos filhos invocando os melhores motivos intelectuais e morais. Pelo bem das crianças, podia-se passar por pais exemplares, e isso a preços módicos e em prol da própria tranquilidade” (BADINTER, 1980/1985, p. 136).

Quando percorremos a história social da criança, vemos que não foi somente com a criação dos internatos que os pais terceirizaram suas funções. A entrega dos lactentes às amas de leite seguida da entrega a outras famílias ou a preceptores quando maiores, já era a terceirização das funções parentais em ação. Conforme Badinter, os pais seriam movidos por uma ideia diretriz: “como livrar-se dos filhos mantendo a cabeça erguida” (BADINTER, 1980/1985, p. 137).

Antes que incorramos no erro de dizer que nessa época o amor não existia e que teria surgido apenas em meados do século XVIII, é importante assinalar que ele existia, porém sua significação era muito diversa da nossa. Para os nossos antepassados, o amor era da ordem da contingência. Dessa forma, construir qualquer coisa sobre ele seria arriscar, pois a base seria frágil. Além disso, ele era associado também à perda da razão, ao enfraquecimento e à efemeridade. Portanto, havia uma imagem negativa do amor, o que dificultava a constituição de um laço, fosse ele familiar ou social. Em função da sacrossanta autoridade paterna, que precisava ser mantida para a manutenção de uma sociedade hierarquizada, os sentimentos que prevaleciam nas relações familiares de nossos antepassados eram a obediência e o medo, não havendo lugar para a ternura. Logo, o laço era alimentado por outros afetos.

Assim, nesse mundo em que a ternura parecia não fazer parte da vida do homem, a criança chegava e logo era confiada à ama ou abandonada em asilos. Fosse filho de quem fosse – do artesão ou comerciante, do magistrado ou do aristocrata da corte –, a criança conheceria desde cedo “uma solidão prolongada, por vezes a falta de cuidados e com frequência um verdadeiro abandono moral e afetivo” (BADINTER, 1980/1985, p. 119). Não foram poucas as que não conseguiram sobreviver nessas condições. Sabe-se que até um período bem avançado do século XVIII, estas práticas não foram condenadas pela ideologia moral ou social. A morte das crianças, por exemplo, não sensibilizava a sociedade e nem mesmo a família. A mentalidade que dominava tratava a morte do pequeno ser “como um acidente quase banal” (LEBRUN, 1971, p. 423), já que se achava que ela seria reparada por um nascimento posterior.

O que parecia ser comum para a sociedade do século XVIII torna-se para nós chocante. Talvez por isso alguns poucos historiadores das mentalidades tenham interpretado a frieza dos nossos antepassados frente à morte da criança como uma defesa, uma couraça diante da existência do grande risco de perder o objeto amado. Para eles, a lógica dessa mentalidade era a de que, como a perda da criança era certa, o melhor a fazer era não se apegar a ela. Ou seja, os pais e a sociedade não se interessavam pela criança porque ela morria muito facilmente. Porém, o que se constata é outra lógica: a de que a criança morria com facilidade justamente porque eles não se interessavam por ela (BADINTER, 1980/1985), sendo essa a lógica em que nos apoiaremos na presente pesquisa por sustentarmos que o mau acolhimento leva à perda da vitalidade. Enfim, o que se evidencia é que a ausência de ternura e a mortalidade infantil são as maiores provas da ausência de um investimento na criança, são o testemunho da ausência de reconhecimento de sua fragilidade e, portanto, da sua necessidade de ser acolhida e cuidada.

1.3.3 O futuro da nação ou a criança no centro da cena

Foi preciso esperar pelo final do século XVIII e início do século XIX para que a criança fosse reconhecida como um ser necessitado de práticas de cuidado. Somente a partir desse tempo que, ocupando lugar de destaque, ela recebeu toda forma de cuidados, tanto em nível micro quanto macrossocial. Foi um tempo em que vemos florescer uma sensibilidade em torno da criança, visto ter se transformado no mais precioso dos bens. Aqui começou o seu reinado – fruto das relações políticas, sociais e econômicas que embalaram o mundo moderno.

A partir do século XVIII, vemos operar uma transformação no campo das mentalidades que, tendo como força motriz as novas relações econômicas e políticas, trazia consigo um imperativo – a sobrevivência da criança – e com ele um inédito discurso – o da maternidade. Isso propiciou uma mudança nos costumes e novos modos de subjetivação.

Diferente de antes, quando o valor estava na autoridade absoluta do pai a fim de “formar súditos dóceis para Sua Majestade”, a partir desse momento trata-se de “produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado. Para isso é preciso impedir a qualquer preço a hemorragia humana que caracterizava o Antigo Regime” (BADINTER, 1980/1985, p. 146).

Eis o homem como provisão valiosa do Estado. Como nos esclarece Badinter ao citar o demógrafo francês Moheau, “o homem é o princípio de toda riqueza... uma matéria-prima própria para trabalhar todas as outras e que amalgamada com elas, lhes dá um valor, e delas o

recebe” (BADINTER, 1980/1985, p. 154). Ou seja, o homem passa a ser o princípio da “Riqueza Nacional”.

Nessa nova óptica quantitativa, todos os braços humanos têm valor, mesmo os que outrora eram vistos com certo desprezo. Os pobres, os mendigos, as prostitutas e, certamente, as crianças abandonadas tornaram-se interessantes enquanto forças de produção em potencial (BADINTER, 1980/1985, p. 155).

Foi então, com o desenvolvimento do capitalismo, que, segundo Foucault (1979/2010), o corpo foi socializado. Enquanto força de produção, força de trabalho, o corpo, na sua concepção biológica e somática, foi investido pela sociedade capitalista. Como objeto de um poder disciplinador que se iniciou a partir do século XVII, o corpo do indivíduo foi tomado como uma máquina, sendo assim, deveria ser adestrado, disciplinado para que fosse economicamente útil e politicamente dócil. Porém, em meados do século XVIII, outro polo de poder se organizou, pois a população tornou-se um problema econômico e político.

Esta problemática levou os governos a perceber que não se tratava apenas de lidar com os indivíduos. Era preciso lidar com a população e com tudo o que concernia a ela. Assim, um poder passou a se dirigir ao corpo-espécie, suporte dos processos biológicos – natalidade, morbidade, estado de saúde, esperança de vida, fecundidade, incidência das doenças, formas de alimentação e de habitat (FOUCAULT, 1988/2003). Desse modo, a qualidade de vida da população passou a ser destacada como um bem precioso para que ela pudesse produzir e, como consequência, aumentar a riqueza do Estado.

A existência de uma relação intrínseca entre qualidade de vida da população – nos aspectos sanitário e escolar – e riqueza do Estado passou a dominar os tempos modernos, visto que “não seria apenas a posse de múltiplos recursos naturais o que consubstanciaria a riqueza de um dado Estado, mas a qualidade de seus trabalhadores” (BIRMAN, 2009, p. 25). As palavras do autor parecem se harmonizar com a análise de Badinter: “enquanto na antiga versão cristã do homem, era a qualidade da Alma que contava acima de tudo, nesse final do século XVIII é em primeiro lugar a quantidade de homens que deve ser apreciada, pois esta é fonte de satisfação” (BADINTER, 1980/1985, p. 154).

Esta operação trouxe a criança para o centro da cena do social e da família, pois, se a riqueza das nações estava na dependência da qualidade de vida da população, era preciso, então, investir na qualidade de vida já nos primórdios da vida do homem – a infância. Se o cuidado com a saúde na infância é imprescindível para a sobrevivência e a constituição de um adulto saudável, a educação é o que vai permitir a construção de um adulto aprimorado. Logo, a qualificação vital dos adultos dependeria deste investimento primordial, cujo efeito seria

uma população saudável e bem-educada. Esse seria “o signo maior para o investimento social e econômico, de maneira que a medicalização do espaço social e a universalização do ensino obrigatório se propagaram pela Europa e pelos Estados Unidos” (BIRMAN, 2008, p. 95).

Esta foi a razão pela qual a mortalidade infantil ganhou um lugar relevante na época. De forma elevada, ela atravessou a história da humanidade sem causar espécie alguma de mobilização na sociedade. Somente na passagem do século XVIII para o século XIX que este cenário começou a mudar. Ela tornou-se alvo de grande preocupação do Estado, já que sua alta incidência passou a ser uma ameaça para o seu projeto que, ao consistir na produção e acumulação de riquezas e, portanto, no fortalecimento de seu poder, anunciava a criança como “*futuro da nação*”. Para tal fim, era necessária a preservação da força de trabalho, ou seja, era preciso constituir indivíduos sadios.

Esta lógica fez com que a sobrevivência da criança passasse a estar na ordem do dia. Considerada como uma riqueza econômica, ela saiu da condição de inexistência, em que era considerada um fardo ou um estorvo e era abandonada, e passou à condição de representante do futuro, em que todo investimento era destinado à sua promoção. Como um *vir-a-ser*, ela era um investimento lucrativo para o Estado, já que este encontrava nela a futura força de produção. Dessa forma, a criança tornou-se um valor mercantil em potencial.

Assim, a preocupação por parte do Estado com a alta mortalidade infantil foi fundamental para que a criança ocupasse um lugar no mundo familiar e no social. Considerada uma das peças fundamentais do projeto da modernidade, ela é, como signo do futuro, erguida à condição de soberana. Vista como a geração futura, é identificada, cada vez mais, como alvo de cuidados, dedicação e amor para dar continuidade ao presente.

Dessa maneira, a saúde, a higiene e a educação da criança ganharam um lugar ímpar na preocupação da sociedade e, conseqüentemente, na da família. Isso contribuiu não apenas para o reconhecimento de suas necessidades – tão diferentes das de um indivíduo adulto –, como também lançou “as bases de uma vigilância extrema sobre os hábitos, condutas e atitudes da população, disciplinando intensamente a vida e os conceitos de saúde e doença” (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 168).

Fica-nos a impressão de que este investimento sobre a criança tem outra causa que não a proteção ou a atenção a ela, isto é, de que esse investimento não visa aos interesses da criança, como afirma Perrot (1987/2009)⁸: importa apenas que uma criança bem investida

⁸ Segundo Perrot (1987/2009), a noção de “interesse da criança” só se desenvolve mais tarde. Por enquanto abrange somente os interesses mais altos da coletividade, isto é, a criança como ser social.

vale, no futuro, a garantia da qualidade vital de um adulto. Na verdade, a preocupação não era dirigida à criança, mas em controlar a disseminação das doenças que levavam o indivíduo à morte, já que toda morte humana significava um dano para o Estado. De qualquer forma, o que se evidencia é que esse investimento por parte do Estado e da família retirou a criança das margens do real da morte, levando-a efetivamente à vida.

Como o índice da mortalidade era muito maior entre os recém-nascidos em função das práticas de depositá-los nas rodas dos enjeitados e de encaminhá-los às amas-de-leite, estes se tornaram alvo dos higienistas. A prevenção dessas mortes foi articulada à contenção dos nascimentos, e todo um discurso médico recaiu sobre a higiene da maternidade de tal forma que as práticas higienistas foram incorporadas como valores: casamento, monogamia, fidelidade conjugal, ausência de prazer sexual e espaçamento da prática sexual após o nascimento de um filho passaram a ser pregados como valores morais (CECCIM; PALOMBINI, 2009). Em relação à educação da criança, a escola passou a ocupar um lugar privilegiado, já que, por meio da vigilância e disciplina do corpo e da mente, sua função passou a ser “formar cidadãos com retidão moral, capazes de amar e servir à humanidade e detentores do conhecimento competente para explicar o mundo e as relações entre os homens” (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 168).

Contudo, para a consolidação do projeto do Estado, que incluía controlar a disseminação das doenças e os óbitos infantis, alguém deveria se encarregar dos cuidados com a saúde da criança assim como de sua educação. Embora fosse considerada um ser imperfeito, a mulher foi elevada à condição de principal responsável por esses cuidados em função de sua natureza; afinal, ela havia gestado a criança em seu corpo. Ela foi transformada na “figura fundamental de poder que lhe foi outorgado no âmbito familiar, para mediar as relações com a ordem médica e pedagógica” (BIRMAN, 2008, p. 96). Portanto, de objetos imperfeitos, a criança e a mulher foram promovidas a objetos altamente valorizados. A mulher, como mãe, e a criança, como futuro da nação, passaram a constituir as peças fundamentais do projeto da modernidade.

Lembremos que, de um modo geral, a mãe até então considerava suas crianças um estorvo e por isso as rejeitava. Foi preciso outro discurso – diferente dos discursos econômico e social, cuja linguagem era a do dever, das obrigações e do sacrifício – para sensibilizar a mulher em relação à maternidade. Esse discurso, pautado pela linguagem da igualdade, do amor e da felicidade e que prometeu à mulher mundos e fundos, foi o que a levou a encarnar a

maternidade⁹. Por meio desta, a mulher obteve uma importância e um reconhecimento por parte da sociedade que até então não havia tido; afinal, seus cuidados e seu carinho seriam os fatores primordiais e insubstituíveis para a sobrevivência da criança¹⁰. Sua dedicação aos filhos passara a ser total e eles se tornaram suas únicas ambições – “por eles, esquecerá de contar seu tempo e não poupará nenhum esforço, pois os sente como partes integrantes de si mesma” (BADINTER, 1980/1985, p. 212). Nascia uma nova imagem da mãe e, com ela, um novo universo familiar que, fundado no amor, constituiu a família moderna.

Ordenada pela conjugalidade e pela lógica afetiva, a família moderna ou nuclear é um ninho sentimental (SHORTER, 1975). Sustentando-se na união do casal, seu vínculo é ditado pelo amor romântico e pelos cuidados dirigidos à criança. Embora a figura paterna seja a autoridade, a existência de uma reciprocidade de sentimentos entre os cônjuges favorecendo a realização de alianças e de trocas entre eles demonstra que o poder do pai, até então tirânico e soberano, sofreu limitações. Como o pai, a mãe passou a ter o direito de superioridade e de educação sobre os filhos, embora fossem limitados pelas necessidades da criança. Trata-se não mais de um poder exclusivamente paterno, mas de um poder parental, o qual é fundado na fragilidade infantil, em virtude da impossibilidade de a criança de zelar pela própria vida.

Assim, diferentemente da família tradicional, fundada no poder absoluto do pai, em que a formação de súditos dóceis era mais importante, a família moderna, regida pelos “bons princípios da moral”, oferecia estabilidade, proteção e segurança à criança, uma vez que sua subsistência passou a ser relevante. Ou seja, “mais do que Deus ou o monarca, é a natureza da criança que exige o poder dos pais e lhe impõe, ao mesmo tempo, justos limites” (BADINTER, 1980/1985, p. 162).

Dessa forma, o mundo moderno estabeleceu uma nova forma de vida, já que a vida privada ganhou um lugar diferenciado, uma forma de vida em que a família se fechou e se voltou mais para a casa, na tentativa de se resguardar contra as pressões do mundo exterior e de se proteger dos antigos hábitos de sociabilidade que levavam à intromissão do público nas relações familiares. Reservada aos pais e as crianças, a intimidade entre eles passou a prevalecer, reforçando os laços familiares ternos que em épocas pretéritas não existiam. Isso significa que a família moderna se isolou da coletividade e do controle que esta exercia com a

⁹ É importante lembrar que nem todas as mulheres se submeteram aos novos valores. Se muitas foram sensíveis a eles e os aceitaram, outras simularam acatá-los e outras tantas resistiram.

¹⁰ Vale ressaltar que, como figura idealizada, foi imposta à mulher uma cota de sacrifício, pois ela teve que renunciar à sua capacidade de desejar além do ser mãe, ou seja, a ela foi destinado um lugar onde seu ser foi reduzido à maternidade. Considerada a “rainha do lar”, ela tinha como único destino o casamento e, conseqüentemente, a maternidade; seu único lugar era na família; sua função, a criação dos filhos.

criação do ninho sentimental ou terno, proveniente do amor materno, em cujo interior a família vem se refugiar (SHORTER, 1975).

A domesticidade, ou a consciência que a família tem de si mesma enquanto unidade emocional preciosa que deve ser protegida com privacidade e isolamento da intrusão exterior, foi a terceira ponta de lança do grande surto de sentimento nos tempos modernos. O amor romântico desligou o casal do controle sexual comunitário e virou- o para o afecto. O amor materno criou um ninho sentimental dentro do qual a família moderna se aninhava e afastou muitas mulheres do envolvimento com a vida comunitária. A domesticidade isolou, além disso, a família no seu todo da sua interação tradicional com o mundo circundante (SHORTER, 1975, p. 244).

Toda essa conjuntura sociopolítico-econômica, além de ter incidido sobre os membros da família, incidiu sobre as funções exercidas por eles, de tal maneira que a estrutura da família pré-moderna foi transformada. Assim, o poder paterno, que até então era absoluto e soberano, passou a ser relativizado. A figura da mulher, considerada apenas como um corpo reprodutor, a partir desse momento, ao ser associada à condição de mãe, foi elevada à “figura crucial na qualificação familiar da futura riqueza das nações” (BIRMAN, 2008, p. 96).

A relação dos pais com seus filhos passou a ser marcada pela existência de um duplo movimento. Por representar o que há de mais precioso no campo social e psíquico, a criança passou a ser investida como centro da família. Ela é o seu futuro, uma vez que na condição de soberana poderia realizar os sonhos de seus pais que não foram realizados: “como herdeiro, o filho é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte” (PERROT, 1987/2009, p. 134). Entretanto, não era sem drama quando o filho – ou por não conseguir ou por não aceitar – não correspondia à imagem sonhada pelos pais, como também não era sem culpa que ele via as ambições da família desmoronar. Assim, vemos operar na família moderna uma espécie de controle profundamente neurótico, o que nos indica que ser herdeiro não é nada simples (PERROT, 1987/2009).

Como objeto de investimento não apenas afetivo, mas econômico, educativo e existencial, a criança tornou-se “ser social” em uma tarefa dividida entre família e Estado. Logo, o filho não pertencia somente aos pais, “ele era o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado de amanhã” (PERROT, 1987/2009, p. 134). Somente quando a educação se tornou mais liberal, abominando o castigo físico e instaurando outras formas de disciplina que visassem à interiorização é que se passou a pensar “trata-se agora de ‘tocar mais a alma do que o corpo’” (PERROT, 1987/2009, p. 145) e que a criança se tornou uma pessoa.

Por meio das várias observações a que está sujeita, (...), a criança vai assumindo rosto e voz. Sua linguagem, seus afetos, sua sexualidade, suas brincadeiras são

objeto de anotações que dissipam os estereótipos, em favor dos casos concretos e desconcertantes. A infância, a partir de então, é vista como um momento privilegiado da vida. (...). Para tudo e contra tudo, a infância se torna a idade fundadora da vida, e a criança vira uma pessoa (PERROT, 1987/2009, p. 148).

Com uma família tão harmoniosa e uma sociedade tão virtuosa, o Estado se tornaria rico e poderoso. Ou seja, a criança como um vir-a-ser foi o que as relações políticas, sociais e econômicas da modernidade estabeleceram como subjetivação da criança e da família: “a criança passou a encarnar uma promessa, um pacote de subjetividade voltado para o futuro, sua nova imagem. Pais, educadores e sanitaristas apontavam o caminho que as crianças deveriam seguir para se tornarem um adulto conforme a esse futuro projetado” (CECCIM; PALOMBINI, 2009, p. 170).

Portanto, foi nesse contexto histórico que a criança passou de objeto desprezível a objeto altamente valorizado, tornando-se objeto de pesquisa de alguns saberes científicos – pediatria, psicologia e pedagogia – que se constituíram a fim de protegê-la, educá-la, discipliná-la e conhecê-la inteiramente, já que ela passou “a condensar o Capital simbólico e econômico da futura riqueza das nações” (BIRMAN, 2008, p. 95).

Conhecê-la sob todos os ângulos, cuidá-la para que se previnam todos os riscos, superar os efeitos danosos do meio familiar ao seu florescimento eficaz, otimizar suas potencialidades, são imperativos asseguradores do controle das incertezas do futuro da civilização, e esperança de garantia da estabilidade da ordem social. É o que faz da criança uma valência futura – representação que resgata o que não foi possível realizar no passado, projetada para o futuro do adulto ideal (...) (VORCARO, 1997, p. 33).

Assim, tanto a pediatria quanto a psicologia e a pedagogia vão se incumbir de traçar as várias especificidades da criança e da infância, legitimando o que seria uma natureza própria delas. Tomando a criança como um vir-a-ser, isto é, visando à normalidade do indivíduo adulto, esses saberes se pautaram em uma visão cronológica e desenvolvimentista da criança. Isso significa que as manifestações infantis foram ordenadas na cronologia e classificadas tendo como referência uma medida quantitativa que indicava a normalidade e o progresso da criança. Desta forma, tais saberes – seja pela cronologia, seja por estágios de desenvolvimento – reclamam o mesmo ideal por meio de um discurso e de uma prática que apontam para uma continuidade, uma sequência, uma harmonia e, portanto, uma “correção” quando algo na criança não está de acordo com o ideal estabelecido.

Quando as manifestações infantis – que não dizem respeito ao adoecimento do organismo, mas que revelam um mal-estar – ameaçam o ideal social encarnado pela criança, a prática psicológico-psiquiátrica entra em cena, sustentando, pelo diagnóstico, “a promessa de

responder ao incômodo que a infância constitui, quando ela implica a questão: *quem é esse ser que deveria permitir reconhecer a possibilidade de realizar nosso ideal?*” (VORCARO, 1997, p. 35).

Em última instância, o diagnóstico psiquiátrico-psicológico propõe *descrever e compreender* a realização insistente do que é, na criança, irreconhecível pelo ideal parental e, mais ainda, *indicar terapêuticas* que, reconduzindo-a à normalidade ou adaptando-a, possam aliviar o mal-estar que a infância produz para o projeto social e, assim, sustentá-lo (VORCARO, 1997, p. 36).

A prática da anamnese é própria desses saberes e os dados colhidos sobre a criança apontam para o saber do outro sobre ela. São dados sobre a criança que só o “outro sabe”. Da mesma forma, estes saberes se fundamentam na queixa do outro, e não naquilo que faz questão para a criança (FERREIRA, 2000). Trata-se, então, de saberes que portam um discurso em que a adaptação, a ortopedia e a moral se fazem presentes em nome de um ideal, uma vez que visam à “cura social”. Levam a criança a responder de acordo com as normas regidas pela família, pela escola, pelo médico – enfim, a responder de acordo com um ideal preestabelecido.

Parece não restar dúvida de que a modernidade reconheceu a fragilidade da criança criando práticas de cuidado para que ela sobrevivesse e se desenvolvesse bem. Se em épocas pretéritas ela vivia em uma condição de inexistência e era identificada com a animalidade, agora uma existência lhe é dada, embora delimitada pelo discurso médico, pedagógico, psicológico e jurídico. Atravessando os caminhos traçados pela ciência, jurisprudência, escola e família, ela representa a promessa do futuro, a imagem da esperança.

Entretanto, é importante reconhecer que o desenvolvimento da criança, além de estar atrelado à exigência de um contexto histórico que a representa como a promessa do futuro, é submetido a interpretações que acabam por desconsiderar ou até mesmo patologizar as experimentações infantis quando estas não correspondem ao ideal proposto.

Foi nesse cenário que nasceu a criança nomeada por Freud como *sua majestade, o bebê* (FREUD, 1914/2004), fruto de um intenso investimento narcísico dos pais e, conseqüentemente, de suas fantasias, já que há uma aposta na transcendência de suas realizações na criança. Nesta imagem que reflete a subjetividade dos pais, temos o investimento deles que, como linha mestra, tece uma imagem do bebê e para o bebê. Essa imagem projetada no futuro como “herói ou princesa” nos diz que ele, o bebê, é muito mais do que realmente é.

As palavras tão bem formuladas de Freud em seu ensaio *Sobre o narcisismo, uma introdução* (1914) nos apresentam em que bases se constituiu o processo de subjetivação na modernidade – com base em uma supervalorização da criança e, dessa forma, em um hiperinvestimento sobre ela, bem de acordo com o ideal do projeto do Estado. Portanto, o processo de subjetivação na modernidade se condensa neste lugar que a criança ocupa em relação aos seus pais, que, como já mencionamos, é datado historicamente. Seu surgimento está vinculado à conjuntura sociopolítico-econômica que eleva a criança à condição de soberana, objeto de um investimento que lhe possibilitou sair das margens do real da morte e fosse levada efetivamente à vida.

1.4 Freud e o infantil

Neste cenário em que a riqueza do Estado depende da qualidade da população em seus aspectos sanitário e educacional, em que a criança, como signo do futuro, é o alvo das maiores atenções para que seu desenvolvimento seja pleno, em que a família, em aliança com o Estado, traça em torno da criança “um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento: no interior desse perímetro o desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito será encorajado por todas as contribuições da psicopedagogia e controlado por uma vigilância discreta” (DONZELOT, 1986, p. 48), em que os ideais e costumes burgueses, fundamentados na moralidade cristã-vitoriana, caracterizam a sociedade e, finalmente, em que o enigma da histeria se faz presente colocando em xeque o saber médico e a clínica do olhar, neste cenário Freud deu vida à psicanálise.

Sabe-se que os ideais relativos aos costumes burgueses aliados à moral sexual civilizada produziram efeitos danosos, já que o indivíduo, em obediência às exigências da civilização, precisou renunciar a parte de seus impulsos sexuais (FREUD, 1908a/2020). Este foi um solo bastante fecundo para Freud descobrir que o corpo contorcido, paralisado ou anestesiado que a histérica apresentava dizia respeito a um desejo sexual que, devido às normas sociais, não tinha livre curso. Porém, sua descoberta não se deu de forma imediata, nem mesmo tão livre dos valores que vigoravam no imaginário da época.

Suas cartas, rascunhos e ensaios pré-psicanalíticos mostram que sua descoberta foi se dando passo a passo. Mostram também os primeiros indícios do que viria depois: a criação da metapsicologia e, conseqüentemente, a criação do conceito de infantil. Para a psicanálise existe não apenas um intervalo abissal entre o infantil e a infância, como também por meio

dele Freud “realizou uma transformação radical na leitura do espírito humano” (BIRMAN, 1997a, p. 9).

Freud não teve uma clínica com a criança, porém estava voltado para ela tanto na criação do corpo teórico da psicanálise quanto no ato de escutar seus analisandos. Se as históricas o levaram a romper com a clínica do olhar praticada em sua época, foram as experiências que aquelas vivenciaram na infância que conduziram o pai da psicanálise a desejar escutar os meandros das cenas e lembranças infantis relatadas por elas. Porém, diferentemente da psicologia clássica, que se voltava para a observação das manifestações da criança, objetivando descrevê-las e codificá-las, isto é, se voltava para a transcrição das manifestações, o pensamento freudiano foi atravessado por um resto inacessível à observação codificada. Assim, as manifestações da criança “inseriram-se como pontuações vigorosas que apoiaram e articularam importantes veios teóricos” (VORCARO, 1997, p. 46). Vejamos alguns exemplos: a criança que *grita* (1895) permite a Freud situar o desamparo humano e a experiência de satisfação que o encontro com o outro materno proporciona; a criança que *sonha* (1900) possibilita que Freud consolide, mais uma vez, que o sonho é realização de desejo; a criança que *brinca* (1907) se porta como o adulto que fantasia; a criança que *investiga e teoriza* sua origem (1908b) aponta para Freud que o desejo da criança de saber das coisas surge das pulsões que a governam, e não de uma capacidade inata de pensar; a criança que *repete* situações desagradáveis (1920) leva o pai da psicanálise a formular que, por meio do jogo, ela repete o que lhe causou grande impressão na vida, transformando a passividade em atividade. Portanto, trata-se de um resto que, inscrito no psiquismo, constituía uma outra cena, uma outra realidade – a psíquica – que afirma a singularidade de cada um.

Nesse cenário em que se pensava a existência da criança partindo do adulto, a psicanálise nasceu subvertendo esta ordem de existência. Ela nasceu pensando o adulto partindo da criança que ele foi, ou seja, com base em suas experiências infantis. A razão é que, para Freud, essas vivências primitivas produziriam as marcas fundantes do psiquismo. Desta forma, com base na análise de seus pacientes adultos, que lhe apresentavam um tecido tramado pelas recordações infantis e cujo fio condutor seria esse resto, essas marcas mnêmicas referentes aos primeiros anos de vida que repousam sob o manto da amnésia infantil, Freud, ao se ocupar da “infância esquecida”, teve a possibilidade de encontrar uma criança diversa daquela que os saberes da época promulgavam. Com isso, ele pôde apresentar uma significação do infantil distinta, visto que assumia propriedades específicas.

Entretanto, nos primórdios da psicanálise, a compreensão freudiana sobre a criança e o infantil ainda era marcada pela versão de sua época, em que a criança era considerada um ser

assexuado e o infantil era articulado à dimensão cronológica e evolutiva de infância. Nesse período, o infantil era identificado com a imaturidade, principalmente no que tange à sexualidade, já que esta era associada ao desenvolvimento biológico.

1.4.1 O infantil é a infância

Foi com esta versão que Freud, às voltas com a etiologia da neurose, mais especificamente com a etiologia da histeria, pensou ter encontrado uma criança seduzida e traumatizada que estaria perturbando o espírito daquele que se tornou um adulto. Explorando cada fato da infância de seus pacientes, ele constatou a existência de um elemento comum – uma lembrança relacionada à vida sexual – como sendo a causa específica das neuroses histérica e obsessiva. Ele acreditava que essas perturbações se apoiavam em experiência de caráter sexual vivenciada na tenra infância pela qual o corpo da criança teria sido afetado. Isto é, esta lembrança inconsciente trazia como enredo “uma experiência precoce de relações sexuais com excitação real dos órgãos genitais resultante de abuso sexual cometido por outra pessoa; e o período da vida em que ocorre esse evento fatal é a infância” (FREUD, 1896a/1987, p. 151). Certo de que este evento teria acontecido na vida de seus pacientes, Freud esclareceu passo a passo o processo psíquico que levaria à neurose.

Nesse momento anterior ao desenvolvimento sexual, a excitação sexual precoce produziria pouco ou nenhum efeito, porém seu traço psíquico seria preservado. Somente em um tempo posterior, a partir da puberdade, que a cena de sedução infantil seria reativada, sob a forma de lembrança inconsciente, ganhando um sentido sexual que até então não tinha para a criança. Seria nesse momento que a cena de sedução vivenciada na infância se constituiria como uma experiência traumática: “a lembrança atua como se ele fosse um evento contemporâneo. O que acontece é, por assim dizer, a ação póstuma de um trauma sexual” (FREUD, 1896a/1987, p. 152). Na tentativa de repudiar a vivência infantil, um processo de defesa se instauraria. Na época, Freud denominou-o “divisão de conteúdo da consciência”. Com ela a lembrança da experiência traumática não seria acessível à consciência, mas estaria presente nos ataques histéricos: “o elemento constante e essencial de um ataque histérico é o retorno de um estado psíquico que o paciente já experimentou anteriormente – em outras palavras, o retorno de uma lembrança” (FREUD, 1892/1987, p. 194). Afirma ele ainda: “não é uma lembrança qualquer; é o retorno do evento que causou a irrupção da histeria – o trauma psíquico” (FREUD, 1892/1987, p. 194). Com isso, Freud formulava a teoria da sedução ou

teoria do trauma real acreditando que as perturbações psíquicas se alicerçariam no real da infância.

As experiências sexuais infantis que consistem na estimulação dos órgãos genitais, em atos semelhantes ao coito, e assim por diante, devem, portanto, ser consideradas, em última análise, como os traumas que levam a uma reação histérica nos eventos da puberdade e ao desenvolvimento de sintomas histéricos (FREUD, 1896b/1987, p. 203).

Nessa teoria, além de o evento ser da ordem do *sexual* e de sua ocorrência ser na infância, outro fator se destacaria na constituição da cena de sedução: ela seria gerada por um outro dotado de autoridade, assinalando a existência de uma *assimetria de força* entre a criança e o outro. Com isso, Freud conclui que seria essa experiência infantil, vivida de modo passivo, que constituiria a precondição fundamental da neurose, sendo ela que criaria os seus sintomas, fossem eles histéricos ou obsessivos, embora cada uma dessas neuroses daria um destino diferente a esse impacto originário. Porém, para que mais tarde, sob a forma de lembrança, essa experiência sexual na infância produzisse um efeito patogênico, seria preciso certo estado infantil tanto das funções psíquicas quanto do sistema sexual (FREUD, 1896a/1987).

Nesse momento, ao apontar para um infantilismo psíquico e para um estágio infantil de desenvolvimento das funções sexuais, vemos um Freud coadunado com os discursos biológico e psicológico de sua época, conforme os quais o infantil, caracterizado pela imaturidade, seria superado por processos evolutivos e civilizadores, alcançando, assim, a idade adulta, caracterizada pelas faculdades mentais, sexuais e morais já desenvolvidas.

Sabe-se que Freud não sustentou por muito tempo a teoria da sedução. Com sua célebre fala dirigida a Fliess, “não acredito mais em minha neurótica” (FREUD, 1897/1987, p. 309), ele desconstruiu sua primeira teoria das neuroses, já que não acreditava mais na realidade material das cenas de sedução infantil. Um dos motivos de sua descrença foi o fato de que, para sustentar essa teoria, ele teria que reconhecer todos os pais, inclusive o dele, como pervertidos. Seu descrédito teve importantes desdobramentos. Não só os conceitos de fantasia e de realidade psíquica se impuseram de forma categórica como o infantil, ao ser destacado da infância, assumiu a dimensão de um conceito articulado ao funcionamento do psiquismo.

A descrença freudiana levou à afirmação de que a experiência de sedução vivenciada na infância não seria fruto da realidade material, mas de uma fantasia impregnada de desejos que se constituiria como sendo a realidade psíquica. Longe de não dar crédito à narrativa de

seus pacientes, como fizeram os médicos da época, Freud atribuiu à realidade psíquica um estatuto de verdade. Apoiada na realidade material, a realidade psíquica se estenderia para além do que foi visto, ouvido e vivido na infância, sendo mais poderosa e determinante que aquela. Assim, ele abandonou a teoria da sedução ao concluir que a fantasia tem um lugar fundamental na constituição dos sintomas neuróticos e deu a esta um caráter de efetividade: “as fantasias possuem realidade psíquica, em contraste com a realidade material, e gradualmente aprendemos a entender que, no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva” (FREUD, 1917/1996, p. 370).

Em relação às fantasias, Freud já tinha conhecimento de que, como fachadas psíquicas, elas seriam construídas a fim de obstruir o caminho na direção das lembranças infantis. Dessa maneira, elas se relacionariam com o que foi ouvido pela criança em uma idade muito precoce (seis ou sete meses em diante), mas que só pôde ser compreendido mais tarde. Na verdade, elas se originariam de uma combinação inconsciente de coisas que foram experimentadas, de coisas que foram ouvidas, de acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e de coisas que foram vistas, sempre no “sentido de tornar inacessível a lembrança da qual emergiram ou poderiam emergir os sintomas” (FREUD, 1917/1996, p. 301).

Portanto, é a partir da “plena descoberta da natureza dinâmica dos ímpetos pulsionais presentes na infância e com a plena compreensão de que as fantasias podem atuar com toda a força das experiências reais” (FREUD, 1892/1987, p. 311) que efetivamente Freud abandonou sua primeira teoria das neuroses, transformando a cena de sedução na infância, que ele acreditava ser a causadora dos sintomas neuróticos, em fantasias impregnadas de desejos relacionadas ao complexo de Édipo (FREUD, 1925a/1996). Esta compreensão permitiu à Freud realizar uma leitura inédita da sexualidade, em que esta se inscreveria no registro da fantasia. A partir disso, o discurso freudiano passou a ter como fundamento não mais o sexual de uma realidade objetiva, mas o sexual de uma realidade psíquica que teria como estofa a fantasia, que seria vivida pelo indivíduo como algo de sua realidade externa.

Esta foi a tônica de dois grandes clássicos publicados logo depois: *A interpretação dos sonhos* (1900) e *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). Neles é possível a compreensão de que o universo da infância e a sexualidade estariam assentados no campo da fantasia, e não na realidade material. Isso significa que as perturbações psíquicas seriam produzidas por uma fantasia criada a respeito de um suposto acontecimento e não de uma sedução propriamente ocorrida. A construção freudiana, originada de sua autoanálise e do ato de escutar seus pacientes, propiciou uma subversão na leitura da subjetividade, uma vez que o sexual se deslocou do registro da materialidade para o da fantasia, que traz em seu bojo um

desejo infantil, sexual e recalcado. Nesse momento, o infantil foi identificado com o inconsciente, que, regulado pelo processo primário e pelo princípio do prazer, teria como matéria prima um desejo recalcado que se materializaria simbolicamente pelas diversas formas que o inconsciente se manifesta. Assim, “o desejo seria a forma de ser por excelência do infantil, a sua matéria prima primordial” (BIRMAN, 1997a, p. 20). Com isso, Freud criou bases para interpretar a lógica do espírito humano (BIRMAN, 1997a).

Nesta perspectiva, a infância foi remanejada na sua significação, pois se deslocou do registro genético e cronológico para o do funcionamento psíquico. Foi aqui que se constituiu propriamente o conceito de infantil, marcando a sua diferença com a noção evolutiva de infância. Existiria assim um infantil no psiquismo que seria irreduzível a qualquer dimensão cronológica e evolutiva. Vale dizer, foi pressuposta a existência de um infantil no psiquismo que não se dissolveria na infância cronológica do sujeito. Seria desta maneira, enfim, que o sujeito seria marcado pelo infantil não por acidente de percurso, pelas vicissitudes do processo maturacional de desenvolvimento, mas por vocação (BIRMAN, 1997a, p. 19).

Se a infância diz respeito a um tempo da realidade material e, conseqüentemente, à evolução, à continuidade e à harmonia, referindo-se à ideia de uma natureza passível de ser moldada e adaptada, o infantil diz respeito à atemporalidade – daí a permanência dele no humano adulto – e se identifica com um resto que sempre escapa às nossas expectativas e pretensões de harmonia, um resto que, ao apontar para a descontinuidade, nos diz da impossibilidade de ser moldado. Ou seja, trata-se, então, de um infantil que é indomável pela dimensão cronológica e evolutiva.

Foi por este viés, da “existência de uma lógica marcada não por uma característica evolutiva, mas por uma estrutura de descontinuidade, na qual elementos e ações psíquicas persistem, insistem, retornam” (FERREIRA, 2000, p. 37), que Freud construiu outra significação do infantil, rompendo com o discurso científico que vigorava na época. Vale ressaltar que, enquanto conceito, o infantil atravessou a obra freudiana sem que sua significação se mantivesse imutável. Muito ao contrário, ele recebeu diversas versões, que não se constituíram por uma continuidade (BIRMAN, 1997a).

1.4.2 O infantil é sexual

Em sua busca pelas causas das neuroses e da descoberta da fantasia, Freud se deparou com a sexualidade infantil indo de encontro ao que se pensava na época. Foi a descoberta de que a causa da neurose se encontrava nas experiências infantis, fundamentalmente nas impressões referentes à vida sexual, o que levou Freud a se contrapor às ideias vigentes, de

que a infância seria a idade da vida pautada pela inocência. Devido à ausência de uma maturação gonadal, ao corpo infantil seria impossível o conhecimento dos intensos desejos sexuais. Esse se daria somente com a chegada da puberdade, significando que a totalidade do aparelho sexual humano estaria compreendida nos órgãos genitais externos e nas duas glândulas reprodutoras (FREUD, 1898/1986). Dessa forma, acreditava-se que a criança seria um ser assexuado e o menor sinal de excitações sexuais em seu corpo significaria a presença de uma degenerescência ou de uma depravação prematura ou de uma aberração da natureza.

Na época, a sexologia do ocidente associava a sexualidade apenas aos órgãos genitais a fim de servir à finalidade de reprodução. Assim, era imposto um único objeto e um único sentido à sexualidade (FREUD, 1925b/1996). Ou seja, restrita ao campo biológico e, portanto, considerada como sendo de ordem instintiva, a existência do sexual era circunscrita por uma única modalidade do erótico. A sexualidade era delimitada no registro do comportamento e, como tal, era envolta em uma série de normas e interditos estabelecidos pela tradição cristã que identificavam o prazer e o gozo como sendo da ordem do pecado (BIRMAN, 1999). Muito ao contrário disso, Freud, com base em suas formulações sobre a fantasia como fundamental na constituição psíquica em que a sexualidade se inscreve, e na conclusão de que “as crianças são capazes de todas as atividades sexuais psíquicas, e também de muitas atividades somáticas” (FREUD, 1898/1986, p. 266), passou a sustentar a tese de que a sexualidade humana se fundamenta no campo pulsional, já que sua finalidade maior seriam a satisfação e o gozo, diferentemente da sexologia, que afirmava uma fundamentação instintual.

De maneira distinta da sexualidade de outros mamíferos, que seriam movidos pelo instinto, o que requer um objeto predeterminado biologicamente para atendê-la, o humano em sua sexualidade seria movido pela pulsão sexual, que, ao contrário do instinto, se satisfaz com uma multiplicidade de objetos. Assim, para o discurso freudiano, a sexualidade seria uma função corpórea mais abrangente, não sendo restrita à genitalidade e, conseqüentemente, não sendo restrita à reprodutibilidade como propósito. Como sua principal meta seria a obtenção do prazer, ela estaria divorciada de sua ligação muito estreita com os órgãos genitais. (FREUD, 1925b/1996). Com isso, Freud enunciou não apenas a diferença entre sexo e sexualidade – enquanto o primeiro responderia ao que seria da ordem do biológico, o segundo responderia ao que seria da ordem do erotismo –, como enunciou a existência de diversas modalidades do erotismo. Foi por esta via que ele pôde formular que a sexualidade humana é perverso-polimorfa e que essa mesma disposição polimorfa, infantil por excelência, é universalmente humana e originária (FREUD, 1905a/1986).

Enquanto perverso-polimorfa, a sexualidade existiria desde sempre no sujeito, independente do registro biológico do sexo, podendo acontecer na infância, na maturidade e na velhice, tornando-se, pois, relativamente autônoma dos processos hormonais. Dessa forma, a sexualidade foi concebida com autonomia do registro da reprodução, de maneira tal que aquilo que o sujeito visaria pelo erotismo seria primordialmente a satisfação e o gozo (BIRMAN, 1999, p. 30).

Não foi por um acaso que, com *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud causou uma grande balbúrdia. Afinal, ao retirar a sexualidade do campo do biológico visando à reprodutividade e deslocá-la para o campo do erotismo visando à satisfação e ao prazer, concebendo-a, então, no campo do desejo, ele afirmou que a criança, já na sua mais tenra infância, possui uma sexualidade. Segundo ele, essa se refere à satisfação que ela obtém no ato de sugar ao ser amamentada, levando-a a repeti-la em um segundo momento, porém com uma parte de seu próprio corpo – seu polegar, por exemplo (FREUD, 1905a/1986). Ou seja, “a função sexual se inicia no começo da vida e revela sua presença por importantes indícios mesmo na infância” (FREUD, 1925a/1996, p. 39). Mais do que enunciar a presença da sexualidade nos primórdios da vida, ele afirmou que a mãe, com os cuidados que dispensa ao filho, é quem a desperta, preparando a intensidade posterior daquela (FREUD, 1905a/1986). É importante registrar que, com o estabelecimento do conceito de fantasia, Freud havia abandonado a teoria da sedução. Entretanto, nesse momento ele retorna a ela, mas com uma nova perspectiva. Se antes ela possuía um caráter perverso, agora ela possui uma função constitutiva da subjetividade, visto ser associada aos cuidados maternos.

Portanto, por meio das linhas escritas em seus ensaios, Freud corajosamente apresentou ao mundo científico a complexidade da sexualidade humana. Nesta complexidade encontra-se a sexualidade infantil, que, além da sexualidade da criança, ele afirma ser originária. A sexualidade dita adulta e genital é atravessada por ela, já que os modos mais arcaicos do pulsional permanecem presentes – sendo passíveis de serem observados sob a forma de prazeres preliminares ao ato sexual –, fazendo com que o adulto porte para sempre o infantil que o constituiu (ZAVARONI et al., 2007).

Foi neste solo que a primeira teoria da pulsão foi formulada e o infantil apareceu identificado ao campo pulsional, mais especificamente à pulsão sexual. Esta possibilitou que Freud apresentasse a constituição do psiquismo com base em diversas modalidades do erotismo pulsional, pautando-se por organizações pré-genitais e genital (FREUD, 1905a/1986).

Partindo da premissa de que os órgãos somáticos, que foram denominados de zonas erógenas, são receptores de estímulos e, sendo assim, uma espécie de excitação surge deles, Freud esclareceu que essa excitação confere à pulsão um caráter sexual. O fato de aqueles

serem múltiplos faz com que a pulsão sexual não se apresente unificada desde sempre. Em seu início, ela é fragmentada em pulsões parciais, cuja satisfação deriva de uma excitação sensorial de um órgão somático – zona erógena, definida como fonte das pulsões.

Assim, tendo como fonte o processo somático que ocorre em uma parte do corpo, a pulsão sexual assume a forma de um conjunto de pulsões parciais, que, definidas por suas fontes e seus alvos, não se vinculam e assumem uma independência entre si em sua busca de prazer – prazer de órgão e por isso de ordem autoerótica – e cuja soma constitui a base da sexualidade infantil, que é originária, autoerótica e perversa-polimorfa. Somente mais tarde, na puberdade, é que as pulsões se unificariam e uma organização mais sólida se estabeleceria, já que se encontrariam sob o primado da genitalidade (FREUD, 1905a/1986).

Entretanto, isso não significa que, mesmo submetidas às ações do recalque e do processo secundário, as pulsões parciais não se fariam presentes com o intento de retornar ao prazer primordial, agora elaborado teoricamente como fantasia de desejo. Identificado com o inconsciente, que, regulado pelo princípio do prazer, teria como matéria prima as pulsões perverso-polimorfas, o infantil se encontraria no campo constituído pelos atributos erógenos, ou seja, no campo das representações, uma vez que se acreditava que a pulsão estaria sempre atrelada a um jogo de representações ou fantasias. Nestes termos, “a princípio, a pulsão seria apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente” (FREUD, 1905a/1986, p. 159). Assim, em um cenário simbólico, o infantil seria historicizado entre condensações e deslocamentos. Identificado com a sexualidade, isto é, com o recalque, com o campo das representações, o infantil seria circunscrito pela narrativa histórica (BIRMAN, 1997a).

Sabe-se que Freud, em *Três ensaios da teoria da sexualidade* (1905), delineou o conceito de pulsão para afirmar a existência de um alargamento da extensão da sexualidade humana. Neste escrito, mostrou como o objeto que satisfaz a pulsão é variável e como os alvos são múltiplos e dependentes de fontes somáticas, que são múltiplas também. Entretanto, foi em *As pulsões e seus destinos* (1915), escrito fundamental da metapsicologia freudiana, que o conceito de pulsão foi exposto de forma bem mais sistematizada, já que Freud introduziu outro elemento da pulsão – pressão ou força –, que, concebido como um fator quantitativo, possui certa independência do campo da representação (LAPLANCHE, 1987).

Consolidando a teoria da pulsão ao destacar sua dimensão intensiva e seus destinos, ele a definiu como “um conceito fronteiro entre o anímico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua ligação

com o corporal” (FREUD, 1915/2020, p. 25). Portanto, sua retomada do fator quantitativo levou-o a enfatizar a força da pulsão, “seu fator motor, a soma de força ou a medida da exigência de trabalho que ela representa” (FREUD, 1915/2020, p. 25). Ou seja, ele pôs em evidência a força pulsional, que, como estado puro da excitabilidade derivada do somático, seria a própria essência da pulsão. O infantil, que era identificado com o sexual, isto é, com o recalado, com o campo das representações, com o campo constituído pelos atributos erógenos e por isso circunscrito pela narrativa histórica, a partir desse momento passou a ser identificado com a força pulsional, que, com seu caráter irruptivo, “fornece a matéria-prima para as construções das metáforas sobre o sexual realizadas por Freud” (BIRMAN, 1999, p. 39).

1.4.3 A virada freudiana

A partir do escrito *As pulsões e seus destinos* (1915), vemos Freud enfatizar cada vez mais o campo da força pulsional, a tal ponto que o ano de 1920 foi considerado a marca temporal do que se convencionou chamar de “virada dos anos 20”. A formulação da segunda teoria da pulsão, em que Freud apresentou o conceito de pulsão de morte, criando um novo dualismo pulsional – pulsão de morte e pulsão de vida –, permitiu que ele formulasse a segunda tópica do aparelho psíquico – isso, eu e supereu (FREUD, 1923/1986) – e a segunda teoria da angústia, em que a angústia automática, como reação a uma situação traumática, se opõe ao sinal de angústia que o eu emite diante da situação de perigo a fim de evitar ser submerso pelo aparecimento daquela (FREUD, 1926/1986).

Assim, ao retomar vigorosamente a dimensão econômica do psiquismo, Freud retomou também a concepção do trauma. Este havia sido deixado de lado quando foi retirado do campo do acontecimento da sedução e transposto para o campo da fantasia. Entretanto, a existência das neuroses de guerra devido à Grande Guerra levou Freud a se ocupar novamente com o trauma – agora sob a forma clínica das neuroses traumáticas. Portanto, atribuindo ao traumatismo psíquico uma dimensão econômica, que até então era pouco evidenciada, Freud o recuperou em seu aspecto disruptivo. Seus notáveis escritos *Além do princípio do prazer* (1920) e *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926) são grandes testemunhos.

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud sublinhou de forma categórica o aspecto econômico e energético do inconsciente com base no conceito de pulsão de morte, que, como uma modalidade de pulsão sem atributo erógeno e por isso sem representação, se caracteriza pela força pulsional – estado originário da pulsão com o qual o infantil passou a

ser identificado (BIRMAN, 1997a). Ainda nesse escrito, Freud destacou também que, sob a regência do princípio de Nirvana, a pulsão de morte teria como destino a descarga direta das excitações, a expulsão, a morte delas, já que ele designa a tendência radical para levar a excitação ao nível zero a fim de atingir um estado de quietude absoluta (LAPLANCHE, 1987). Portanto, situado no campo pulsional – Isso – e regulado não mais pelo princípio de prazer, mas agora pelo princípio de Nirvana, o infantil se faria presente por meio dessa força, que, na ausência de representantes pulsionais e, por isso, como energia livre, se manifestaria pela compulsão de repetição (FREUD, 1920/2020).

Nesse contexto ainda, Freud formulou a existência de um novo dualismo pulsional, delineado pela pulsão de vida de um lado – que se esforça por combinar o que existe em unidades cada vez maiores – e do outro pela pulsão de morte – que se esforça por dissolver essas combinações e destruir as estruturas a que elas deram origem. Por meio desse dualismo, expressado por energia vinculada e energia livre ou desvinculada, Freud passou a pensar o trauma por outro viés, já que ele passou a representar uma experiência de fragmentação ou dispersão cuja vivência é da ordem de uma angústia inominável.

Partindo do princípio de que a todo instante o psiquismo é afetado por estímulos externos e internos e que a função do aparelho psíquico é ser capaz de ligar essas excitações afluentes à representações, isto é, configurar sentidos, a fim de que ele possa se desvencilhar daquelas, Freud esclareceu que, quando essas excitações são suficientemente poderosas – seja por excesso de intensidade, seja pela ausência de uma preparação prévia –, em relação à capacidade do aparelho psíquico de dominá-las e vinculá-las, ele é inundado por elas constituindo o que foi nomeado como “experiência traumática”. Embora o psiquismo disponha de uma proteção – escudo protetor – contra a quantidade excessiva de excitação proveniente do exterior, na experiência traumática a grande quantidade de estímulos atravessa o escudo protetor provocando uma grave perturbação na economia psíquica (FREUD, 1920/2020). Diante da quantidade excessiva de excitação, restará ao psiquismo “dominar o estímulo, de ligar psiquicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para levá-las, depois, à liquidação” (FREUD, 1920/2020, p. 113). Em uma tentativa de dominá-la, o psiquismo serve-se do processo da compulsão de repetição, inscrevendo a experiência traumática. Ou seja, por meio da repetição, ele tenta vincular a intensidade às representações psíquicas visando à criação de uma rede de sentidos a fim de eliminar o quantum de energia livre (FREUD, 1920/2020).

Então, a partir das elaborações da segunda teoria pulsional e da segunda tópica do aparelho psíquico, em que Freud estabelece uma conjunção entre o Isso, a pulsão de morte e a

compulsão de repetição, o infantil passou a ser a encarnação do traumático, cujo impacto impõe ao sujeito uma modalidade de angústia que, não inscrita no campo da representação, estaria na exterioridade do campo do desejo (BIRMAN, 1997b).

Em seu outro escrito, *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926), Freud nos mostra de forma mais detalhada e contundente o que já havia indicado anteriormente, ou seja, que na experiência traumática há uma grande perturbação na economia psíquica, visto haver um transbordamento energético. Contudo, isso ocorre em função de um despreparo. Sem ser avisado, o psiquismo é apanhado de surpresa e, dessa maneira, ao se encontrar despreparado, não pode lançar mão de recursos simbólicos que possam lhe proteger, já que antes não houve a emissão de um sinal de que, enquanto uma defesa é posta em ação, uma ação protetora levaria o sujeito a se proteger contra o terror vivenciado nessa situação. Atravessado pelo impacto da força pulsional, o sujeito é lançado no campo da angústia automática, o que revela sua condição de desamparo. Portanto, nesse cenário, o sujeito encontra-se diante do perigo mais extremo, sendo remetido ao sentimento de risco de catástrofe iminente que aponta para a experiência radical da morte com a qual o infantil passou a se identificar.

Ao definir essa angústia como sendo automática, Freud afirmou que originalmente ela surgiu como uma reação a uma situação de perigo, sendo reproduzida sempre que uma situação dessa natureza se repete. Segundo ele, essa situação de perigo teria como protótipo o ato do nascimento, em que há um aumento de excitação, que produz um estado de caráter desprazeroso, seguido de atos de descarga ao longo de trilhas específicas: a inervação ao ser dirigida para os órgãos respiratórios, prepara o caminho para a atividade dos pulmões e, ao acelerar as pulsações do coração, ajuda a manter o sangue isento de substâncias tóxicas (FREUD, 1926/1986). Trata-se, portanto, de um transbordamento energético, e o organismo encontraria alívio por meio dos atos de descarga já mencionados (FREUD, 1926/1986).

Evidentemente que no nascimento a situação de perigo diz respeito à vida, não havendo nenhum perigo que possa comprometer a subjetividade, em função da inexistência de qualquer conteúdo psíquico. Entretanto, isso não significa que o recém-nato não sinta o turbilhão em seu corpo. Retirado do estado de quietude absoluta em que estava mergulhado enquanto habitante do corpo materno, seu corpo é invadido por um excesso de intensidades, que, como grandes somas de excitação que nele se acumulam, provocam uma enorme perturbação na economia da libido narcísica, cuja reação é o estabelecimento de uma angústia automática determinada pelo desamparo inicial. Ele grita e esperneia indefeso. Como veremos mais adiante, será o acolhimento do outro que lhe retirará desta situação.

Assim, por experiência, a criança pequena sabe que, por meio do outro – sua mãe – suas necessidades, que lhe provocam crescente tensão e das quais ele não possui meios para se defender, são atendidas sem demora. Dessa forma, a não satisfação de suas necessidades constitui para ele uma situação de perigo. Em relação a isso, Freud esclareceu:

A situação de não satisfação na qual as quantidades de estímulo se elevam a um grau desagradável sem que lhes seja possível ser dominadas psiquicamente ou descarregadas deve, para a criança, ser análoga a experiência de nascer – deve ser uma repetição da situação de perigo. O que ambas as situações têm em comum é a perturbação econômica provocada por um acúmulo de quantidades de estímulos que precisam ser eliminadas. Em ambos os casos a reação de [angústia] se estabelece (FREUD, 1926/1986, p. 136).

Se o acolhimento do outro põe fim à situação de perigo vivenciada pelo humano infantil, ele possibilita que haja um deslocamento do teor do perigo. Com o acolhimento, o perigo se desloca da situação econômica para a perda do objeto – a mãe. Isso é fundamental, pois esse deslocamento permite que, diante de um novo perigo, um sinal de angústia seja emitido impedindo que a temida situação econômica se estabeleça.

Foi com base nesta elaboração que Freud pôde distinguir a situação traumática da situação de perigo com seus respectivos modos de angústias – angústia automática e angústia como sinal –, esclarecendo que tanto uma como a outra devem ser consideradas “um produto do desamparo mental da criança, o qual é um símile natural de seu estado de desamparo biológico” (1926/1987, p. 136). Assim, enquanto a situação traumática remete a uma situação de desamparo, caracterizado pela ausência de representações e, concomitantemente, pelo excesso de excitação no aparelho, onde o eu experimentou o trauma passivamente, na situação de perigo existe uma atividade por parte do sujeito. Por ser uma situação reconhecida, lembrada e esperada de desamparo, a angústia, como reação original ao desamparo no trauma, é reproduzida depois da situação de perigo como um sinal em busca de ajuda. Nas palavras dele:

O indivíduo terá alcançado importante progresso em sua capacidade de autopreservação se puder prever e esperar uma situação traumática dessa espécie que acarrete desamparo, em vez de simplesmente esperar que ela aconteça. Intitulemos uma situação que contenha o determinante de tal expectativa de uma situação de perigo. É nessa situação que o sinal de ansiedade é emitido (1926/1987, p. 161).

Em se tratando de uma criança, que não tem como representar o transbordamento do afluxo de excitações, mas tem a vivência de grandes somas de excitações que lhe acometem, cabe ao outro processar e ligar por meio de representações o excesso pulsional, isto é, inseri-lo em “uma estrutura que possa ser considerada a pré-história do sujeito” (ZORNIG, 2006, p. 28). Ao exercer essa função, ele cria condições para que o sujeito, num a posteriori, diante de

uma nova situação de perigo, em vez de reagir com um estado de angústia – reação ao perigo anterior que foi ativado –, inicie uma reação mais apropriada ao perigo recente.

Isso significa que ele, o outro, favorece a constituição de um eu mais enriquecido simbolicamente, de tal forma que esse possa emitir um sinal de angústia, permitindo uma preparação prévia diante do perigo à vista. Desse modo, o sujeito pode livrar-se imediatamente da angústia recorrendo a medidas mais adequadas (FREUD, 1926/1987).

De fato, a “virada dos anos 20” representou uma grande mudança nos conceitos teóricos e no manejo da clínica psicanalítica. Ela trouxe em seu bojo a presença de uma descontinuidade no discurso freudiano. O deslocamento da dimensão vitalista, norteadada pelo campo representacional, que circunscreveria a pulsão sexual, para a dimensão mortalista, norteadada pelo campo dos afetos, das intensidades e dos excessos, ou seja, pelo campo da força pulsional e, dessa forma, pelo estado de desamparo, é a marca crucial da presença de uma descontinuidade que transformou substancialmente o conceito do infantil.

1.4.4 O infantil como um solo fundante

Com a descontinuidade operada no discurso freudiano, o infantil se deslocou do eixo da vida para o da morte, deixando de ser identificado com o campo das representações e passando a se identificar com o aspecto energético do inconsciente. Identificado com a pulsão, que, como uma força constante atua sobre o psiquismo fazendo com que ele seja atravessado por intensidades cujo excesso não é absorvido tão logo pelo campo da representação, o infantil passou a ser remetido ao trauma, já que a pulsão é, por excelência, traumática, à angústia e ao desamparo, situando-se na exterioridade do campo do desejo e sendo circunscrito pelo não erótico. Assim, identificado ao trauma, o infantil se encontra além da história e da temporalidade balizada pelo desejo. Com isso, o discurso freudiano enfatiza o funcionamento primordial dos processos psíquicos fundamentado na experiência de morte. Dessa forma, segundo ele, na origem está a morte, significando que a existência psíquica só é possível devido a esta experiência originária (BIRMAN, 1997a).

Afirmando sua dimensão de morte em função do movimento natural do organismo que busca restaurar seu estado primitivo – o estado inanimado, o retorno ao inorgânico –, que é representado pela ausência de excitações (FREUD, 1920/1986), o infantil, ao ser marcado pela experiência de morte e se encontrando na exterioridade da temporalidade histórica, se situa em um tempo primevo; um tempo em que o corpo se apresenta fragmentado e, desse modo, constituído de fendas das quais emanam os fluxos de excitações – excitações brutas e

cruas, sem nome, sem contorno, sem lapidação – que possuem como único destino a descarga total se o outro não as acolher propiciando uma vivência de satisfação e, portanto, intervindo contra a descarga mortífera do organismo, isto é, contra a tendência originária do organismo para a quietude absoluta (FREUD, 1920/1986); um tempo em que o outro ainda não se inscreveu e por isso a linguagem ainda não se fez; um tempo fora da temporalidade do desejo.

Aqui se revela um imperativo: para sobreviver é imprescindível o outro. Isso significa que a construção do aparelho psíquico envolve uma complexidade, visto que, diferentemente dos outros aparelhos (circulatório, respiratório e digestivo, por exemplo), ele não é fruto do organismo. Ele é fruto de uma construção que se faz por um processo de erotização em que o outro está envolvido. Dessa maneira, a pulsão de vida é despertada e o movimento de descarga do organismo visando ao inorgânico é dominado, em função da vinculação da força pulsional aos representantes-representação da pulsão, por meio do investimento que o outro faz.

Pois bem, se isso aponta para a impossibilidade de o psiquismo se constituir por si só, já que, sem a presença do outro sua existência é inviável, revela também a condição de desamparo do humano diante da exigência de trabalho da pulsão, devido à impossibilidade de aquela vinculação absorver prontamente as intensidades e o excesso pulsional que atravessam o psiquismo. O infantil se define como sendo próprio da condição humana e não como sendo uma dimensão cronológica e evolutiva, ou seja, o humano seria infantil por vocação. Ele está sempre lá, materializado pelo sulco entre a força pulsional e o campo da representação. Este rasgão originário, que nos marca para sempre, está sempre lá nos acoçando, já que não existe costura possível para esse rasgão sempre repostado. Somos, então, prematuros para sempre. Por isso mesmo somos marcados pelo desamparo e pelo apelo sempre relançado ao outro (BIRMAN, 1999).

Assim é porque vivemos que o encontro com o infantil é inevitável; um encontro que se dá quando menos se espera. Sem data e hora marcada, ele aparece. Sua força desmantela as supostas certezas, desorganizando as ideias. No encontro com o sem sentido, o prumo é perdido. É o instante em que o real da angústia nos visita sem avisar, sem nos pedir licença. Ele tira o raciocínio e suspende a palavra, deixando os nervos à flor da pele. Ele nos lança lá onde a linguagem não existe; lá onde as sensações são brutas e cruas. Ele nos lança no campo do inassimilável, do indizível, do indeterminado e do informe, cujo destino pode ser a vida ou a morte. Se é possível fazer dele ou com ele um abismo para morrer na busca de uma quietude absoluta, é possível também inventar sentidos e criar múltiplos circuitos.

É possível inventar a vida. Como o infantil está além da história e se constitui como estado puro das excitações, ele se constitui como potência. No entanto, para que com ele possamos historicizar a vida, é preciso que o outro a acolha. Sem esse cuidado, nas suas mais variadas dimensões, a vida não se afirma e rapidamente se esvai. O que era potência de vida parece se transformar em potência de morte. Portanto, o discurso freudiano, ao indicar a dimensão originária do infantil, nos aponta para outra versão: como solo fundante, ele possibilita viver a vida nas suas múltiplas cadências que se pautam no desejo.

2 ENTRELAÇANDO CORPO, AFETO E LINGUAGEM

2.1 Considerações iniciais

A chegada do ser humano na vida é marcada por uma complexidade que independe da época, da cultura e da sociedade: o fato de elas possuírem características diferentes apenas leva ao estabelecimento de condições e formas distintas de ele ser reconhecido e inserido no mundo. Entretanto, dois aspectos apontam para uma universalização quando pensamos nas condições em que o humano faz seu advento no mundo. O primeiro diz respeito ao fato de que nascer significa ingressar em um mundo organizado e, nessas condições, o que se valoriza como forma de vida deverá ser o artífice de um percurso no sentido do “tornar-se humano”. Isto quer dizer que o homem chega em um espaço já estruturado que lhe é preexistente – um espaço pleno de sentidos. Aqui uma questão se abre: de que modo ele, o humano, apreende o sentido?

Diferentemente das outras formas de vida animal, que praticamente são o que são por ocasião do nascimento, o homem em sua origem se apresenta como a possibilidade de tornar-se aquilo que deverá ser. Assim, ele é a única forma de vida que, ao nascer, é apenas uma possibilidade que poderá se concretizar ou não. Desse modo, podemos pensar que a espécie humana quando vem ao mundo é um esboço inacabado. Eis a condição do homem em sua origem. O segundo aspecto é que, impossibilitado de sustentar sua sobrevivência do ponto de vista biológico e sendo incapacitado para regular a abundância de estímulos que recebe, o humano nascente precisa de outro da espécie, cuja presença se torna imprescindível para viabilizar a vida do ser. Isso quer dizer que, diferentemente de todos os outros mamíferos das outras espécies, que rapidamente alcançam a sua independência, o humano nascente precisará de um tempo muito maior, significando que, se nesse tempo não receber cuidados por parte do outro, ele não sobreviverá (MENDONÇA, 2013).

Segundo Golse (2002), a evolução parece ter selecionado para a nossa espécie uma imaturidade inicial muito arriscada, porém portadora de uma grande vantagem, o que a faz ser fundamental e fundadora. Esta vantagem diz respeito ao fato de que a construção do bebê humano se dá somente no contato e no convívio com o ambiente. Isto produz uma diversidade, já que cada um vai encontrar um ambiente diferente – familiar, relacional, social, cultural, ecológico, biológico – e, assim, vai se construir no convívio com o seu ambiente específico. Isto é um tesouro na nossa espécie, conforme afirma o autor; uma riqueza fundamental da espécie humana decorrente de sua imaturidade inicial, física e psíquica. Esta riqueza, que diferencia a nossa espécie das outras, se refere ao fato de que, nós humanos, subjetivamos.

Somos a única criatura no planeta dotada de capacidade simbólica e, por meio dela problematizamos o que os outros tipos de viventes fazem como compromissos banais para sua sobrevivência. Assim, ao darmos sentidos às coisas, deixamos de ser mais um animal entre outros e nos tornamos, por conseguinte, outro tipo de ser, que vivencia outro tipo de experiência com o ambiente. Isto significa que, por meio da linguagem transmitida pelo ambiente, nos tornamos humanos em essência, sendo este “o principal ganho evolutivo do fracasso humano em seu ser animal” (GERALDINO, 2014, p. 408).

Queremos ir além, ou melhor, queremos ampliar um pouco mais este mapa que nos situa em um lugar em que somos seres dotados de capacidade simbólica. Nenhum de nós possui dúvida quanto a isso. E nem duvidamos sobre o destino que aguarda um recém-nascido caso seja deixado à própria sorte em uma floresta: ou ele não sobreviverá ou será tomado por um mamífero adulto como seu filhote, passando de filhote do homem a filhote do animal. Essa foi a história do “*Selvagem de Aveyron*”, o menino que viveu até seus onze anos na floresta de Aveyron, no sul da França (PEREIRA; GALUCH, 2012).

Certamente faltou a essa criatura a entrada no mundo simbólico; faltou o outro para lhe transmitir a linguagem. Faltou-lhe o ambiente, não o ambiente físico e natural, mas o meio *do* ambiente, que diz respeito a uma atmosfera que nasce do interior do encontro entre a mãe e seu bebê e da potencialidade que desse encontro emerge. É por meio dessa atmosfera, que não se restringe ao filhote humano, “mas se estende ao outro como cuidado” (MAIA, 2009, p.373), que corpos, afetos e linguagem – uma tríade que constitui a subjetividade – vão se organizando. Como fios que vão se entrelaçando, uma rede de base é tecida possibilitando a emergência do sentido enquanto significação compartilhada (MAIA, 2001).

Portanto, quando ampliamos nosso mapa, outros registros surgem: corpo e afeto. Se sem a linguagem não existe possibilidade de a subjetividade se constituir e, conseqüentemente, de o sentido ser produzido, sem a presença do corpo, a linguagem – como um código linguístico – e o sentido não existem. Segundo a autora, a linguagem é um desdobramento das múltiplas sensações e percepções que passam por um processo semiótico. É porque existe um laço entre linguagem e não linguagem que o processo de significação ocorre. Isso quer dizer que não é possível pensar em significação sem que haja uma ligação com o corpo (MAIA, 2003).

É com essa rede de base que passamos do ser para o existir, esclarece Golse (2002). Ou seja, saímos da condição em que não diferenciamos o interior e o exterior – entre o si mesmo e o objeto, estando aquém dos processos de subjetivação e objetualização – e passamos à condição

de existir, que, como indica o prefixo *ex*¹¹, supõe essa diferenciação já constituída ou em vias de se constituir. Contudo, esta passagem não ocorre se o ambiente¹² não se fizer presente. Somente graças a ele o objeto é descoberto e, por meio dele, a descoberta de si mesmo.

Desde os escritos inaugurais da obra freudiana, o ambiente se encontra presente na estruturação da subjetividade. *Projeto para uma psicologia científica* (1895) é um bom exemplo. Neste, o ambiente – materializado na figura da mãe – aparece como aquele que favorece a constituição subjetiva, já que promove e estabelece sentidos para as experiências, cujos excessos afetam aquele que acabou de nascer. Assim, a presença da mãe diz respeito a uma função constituinte do psiquismo, que possibilita a simbolização das primeiras vivências. Isto é, ela é a base dos processos de subjetivação.

O que está em pauta no pensamento freudiano nesse momento é a condição desamparada do humano nascente diante da intensidade das excitações que afetam o seu corpo, cuja prematuridade motora o impede de dominá-las. Não é sem o outro materno que o domínio dessas excitações ocorre. Tais excitabilidades só são dominadas pela sua mediação, em função da realização da experiência de satisfação. Esta, ao ser instaurada, além de estabelecer um circuito vinculando às excitações ao campo do objeto, insere o humano nascente no mundo do desejo e da demanda, ou seja, o insere no campo do simbólico (FREUD, 1900/1987).

Mais tarde, revendo sua teoria da pulsão, que o levou a estabelecer a segunda tópica do aparelho psíquico e a segunda teoria da angústia, Freud demonstrou que o desamparo psíquico é um símile natural do desamparo biológico vivenciado nos primórdios da vida. Isto significa que o fato de o humano ter atingido a maturidade não o livra do retorno à condição originária. Portanto, ao longo da vida do humano, esse retorno constitui uma ameaça a cada experiência em que seu psiquismo tiver que se deparar com os excessos excitatórios. Assim, em função da existência de um desamparo primordial pelo qual o humano é marcado, o grande perigo vivenciado não é a ausência do outro materno, mas as excitabilidades que emergem do mundo interno (FREUD, 1926/1987). Sendo elas, por natureza, constantes e perturbadoras, do

¹¹ A palavra “existir” vem do latim *existere* ou *existere*. Formada pela junção da preposição *ex*, que significa “a partir de” ou “trazer algo para fora”, e o verbo *sistere*, que significa “firmar alguma coisa” ou “colocar de pé” no sentido de algo que se mantém firme, a palavra *existere* significa literalmente “surgir a partir de algo firme”. Pode significar também “revelar-se” ou “tornar-se”.

¹² A palavra “ambiente” será utilizada sempre com a conotação explicitada acima – o meio *do* ambiente – que, como veremos mais adiante, diz respeito a uma experiência de afetação entre aqueles que compartilham da mesma. O ambiente tanto pode promover um encontro potente e vitalizante como pode promover um encontro desvitalizante.

psiquismo será exigido sempre uma medida de trabalho na tentativa de dominar a intensidade de tais excitações, isto é, inscrevê-las em representantes psíquicos (FREUD, 1915/2020).

Desta forma, para Freud, o humano é constitucionalmente desamparado em função do despreparo para lidar com a intensidade das excitabilidades. Nesta perspectiva, Freud privilegia a dimensão pulsional. Sustentando firmemente a ideia de um aparelho psíquico que se constitui por sistemas (1900/1987) ou instâncias (1923/1987) e que é habitado por forças, ele deu prevalência ao que o próprio aparelho psíquico é capaz de produzir. Ou seja, ele enfatizou o mundo intrapsíquico – diferente de outros psicanalistas, que privilegiam o ambiente na constituição da subjetividade.

Sándor Ferenczi, psicanalista húngaro e discípulo de Freud, mas “que se queria independente do mestre tão amado” (PINHEIRO, 1995, p. 118) e que trouxe à lembrança da psicanálise “a importância do exógeno na etiologia das patologias” (PINHEIRO, p. 120), foi aquele que, adepto da medicina social, se mostrou sensível às dores dos oprimidos. Dessa maneira, se preocupou com os problemas vivenciados pelas mulheres, se preocupou em socorrer os excluídos e marginais, assim como saiu em defesa dos homossexuais ao escrever um texto – apresentado à Associação Médica de Budapeste em 1906 – “atacando os preconceitos reacionários da classe dominante, que tendia a designar aqueles (...) como degenerados responsáveis pela desordem social” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 232).

Se trazemos este brevíssimo histórico do autor, é para ressaltar que, antes mesmo em se tornar um psicanalista, ele já se mostrava sensível à ação do ambiente sobre o humano e seus efeitos na vida deste. Portanto, não foi sem sua sensibilidade, que, como psicanalista, tendo em mente a imaturidade física e psíquica do bebê humano e conseqüentemente a dependência absoluta deste em relação ao ambiente, ele se debruçou sobre a dimensão relacional. Ele considerava a falha do ambiente potencialmente traumática e, por efeito, geradora de perturbações no psiquismo daquele que está por constituir o seu viver.

Considerado o precursor da teoria das relações de objeto – suas ideias influenciaram psicanalistas como Melanie Klein, Michael Balint, Donald Winnicott e, em certa medida, Jacques Lacan –, ele não invalidou os fatores endógenos nem mesmo duvidou de sua importância; entretanto, enfatizou a importância dos fatores externos em relação ao mundo intrapsíquico por percebê-los como possíveis perturbadores da ordem e do ritmo do aparelho psíquico (PINHEIRO, 1995).

Sua compreensão nos diz que “o estado de desamparo não é, per se, a fonte do trauma; esse se dá apenas na relação com o outro. Assim como não existe um bebê sem cuidador, também não há desamparo sem uma perspectiva relacional que envolva a presença do outro

(KUPERMANN, 2019, p. 94). Isto significa que, se há estado de desamparo, este se origina na relação com o ambiente. Quando este não se adapta às necessidades e aos desejos do bebê, interfere em sua vivência de onipotência, que, como solo fértil em que germina a subjetividade, permite com que se esteja “mais à vontade nas mudanças exigidas pela passagem da atividade autística para a vida em coletividade” (FERENCZI, 1928a/2011, p. 14).

Cerca de pouco mais de uma década após a morte do pai da psicanálise, o psicanalista francês Jacques Lacan deu início aos seus seminários e escritos, pautados por um movimento inaugurado por ele – o “retorno a Freud” –, que visava a um retorno ao sentido de Freud (LACAN, 1956/1998). Era preciso dar vida à psicanálise. Monopolizada em sua prática pela *International Psychoanalytical Association* (IPA), ela hibernava. Os elementos preciosos da elaboração freudiana haviam se perdido, o que levou o pensamento freudiano a sofrer uma profunda desfiguração. Nas mãos dos analistas pós-freudianos, a psicanálise havia se transformado “numa terapêutica adaptacionista, normatizante” (JORGE, 2000, p. 18).

Sustentando a sua causa – “reabrir a via radical e inovadora de um pensamento” (JORGE, 2000, p. 19), Lacan, baseado em Freud, na linguística estrutural de Saussure e na antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, pôde firmar a sua máxima de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Reafirmando a confluência do registro do inconsciente com os processos de simbolização, ele trouxe de volta à psicanálise o papel decisivo da linguagem na constituição subjetiva. Porém, não sem alertar para que ela não fosse confundida com as diversas funções somáticas e psíquicas, “pela razão primeira de que a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (LACAN, 1957/1998, p. 498). Ou seja, não se trata de ser apenas uma capacidade a ser adquirida de acordo com a maturação e a aprendizagem – como a marcha e o controle esfinteriano, por exemplo; da mesma forma que não se trata apenas de ser um instrumento que permite que o humano se comunique.

Assim, trata-se de uma estrutura da linguagem que Lacan nomeou de “grande Outro – Outro”. Como estrutura, a linguagem antecede ao sujeito. Ela é anterior e exterior a ele, evidenciando não ser da ordem do inato. Da mesma forma, não é adquirida, tal como as outras habilidades para as quais o organismo se encontra potencialmente capaz. Talvez possamos dizer “que é a linguagem, esta estrutura, que ‘adquire’ a criança” (BERNARDINO, 2006, p. 25); uma espécie de enlaçamento que só ocorre em função da presença do outro materno, que, ao preencher a falta de saber instintual do organismo do bebê humano, lhe transmite um saber simbólico. Na perspectiva lacaniana, o desamparo do bebê não diz respeito somente ao

desamparo motor, mas ao desamparo acerca de um saber cuja ausência o coloca em uma dependência do simbólico.

Desse modo, para que o *infans* seja enlaçado à ordem simbólica, é imprescindível a presença de um outro que porte e materialize a estrutura da linguagem. Ou seja, é preciso que o outro encarne o lugar do Outro. Enquanto Outro encarnado – a quem Lacan denominou de Outro primordial (1956-57/1995) –, a mãe, envolvida em seu desejo não anônimo (LACAN, 1969/2003), encarna um saber, colocando “em jogo toda uma ordem de alteridade” (JERUSALINSKY, 2005, p. 3), isto é, uma rede simbólica determinante para o bebê: em relação a ela, o bebê produz respostas ao longo de sua constituição, assim como a mãe exerce seus cuidados.

Esta rede, tecida pelo desejo da mãe, mas não sem a palavra do pai, além de possibilitar a metamorfose do organismo ao sujeito de uma existência simbólica e transmitir o saber de que se é amado – sem este amor o bebê se encontra simbolicamente desamparado (LACAN, 1956-57/1995) – pelo laço simbólico do bebê com a mãe, permite que o “Outro passe por uma progressiva alteridade que se conduz da mãe ao pai, do pai ao grupo familiar, da família ao social e cultural” (JERUSALINSKY, 2005, p. 4). Podemos pensar que o psicanalista francês enfatizou também o ambiente, representado pela ordem da linguagem, na constituição da subjetividade.

Pois bem, se em relação ao processo de constituição subjetiva Freud enfatiza a dimensão do pulsional, Ferenczi destaca a do relacional e Lacan evidencia a da linguagem, algo se impõe para eles como indiscutível: esse processo não se dá sem os cuidados do ambiente. Se nos primórdios da vida este é habitualmente incorporado pela mãe, vale ressaltar que não necessariamente precisa ser a mãe biológica, nem mesmo alguém do sexo feminino.

Desde Freud sabemos que a relação com o mundo nasce dos cuidados, em suas mais variadas dimensões, que o outro materno concede ao humano infantil. Isso significa que, com um bom acolhimento e suporte para os cuidados, o humano se constitui em sua corporeidade e, portanto, em sua potência simbólica. Sabemos, também, que o cuidado que ele endereça ao bebê não se origina daquilo que o senso comum designa de instinto materno, tampouco diz respeito a um aprendizado obtido por meio de um *coach* materno ou de um manual, tão em voga no mundo atual. Trata-se de uma dimensão de cuidado que diz respeito à “experiência-de-existir-com-o-outro” (MAIA, 2009, p. 369). Nessa modalidade de cuidado que se opera nas relações intersubjetivas, não há o *eu* e o *outro*, mas o *nós*. É uma experiência que possibilita uma afetação entre aqueles que estão envolvidos. Trata-se de uma modalidade vital de cuidado, em que “há algo que se passa *entre* nós que nos alimenta com *vitalidade*” (MAIA, 2009, p.

370), sendo uma dimensão de cuidado que dá à vida um sentido erótico, não tangenciando sentidos autodestrutivos.

Assim, quando mencionamos que, do interior do encontro entre a mãe e seu bebê nasce uma atmosfera e que desse encontro emerge uma potencialidade, podemos pensar que essa atmosfera é uma experiência afetiva compartilhada por aqueles que estão envolvidos. É dessa experiência compartilhada que germina o processo subjetivo. Isto já nos diz que o psiquismo não está dado quando o humano nasce. Ele é constituído e se constitui pelas inscrições psíquicas que se precipitam por intermédio dessa experiência com o outro. Dessa forma, permeada por uma série de operações psíquicas a partir das quais a mãe pode dar origem à subjetividade do humano nascente e tomá-lo como seu bebê, a situação em que o humano se encontra ao nascer é alterada.

Enquanto habitante do corpo materno, o feto vive uma espécie de quietude homeostática (FREUD, 1920/2020). Suas necessidades vitais são satisfeitas pelo corpo materno: ele não sente fome nem sede, por exemplo, assim como não sente as oscilações de temperatura e de ritmo de sono e vigília. Porém, ao nascer a situação é outra. Segundo Freud, trata-se de um acontecimento traumático, como ele afirma em seu escrito *Inibições, sintomas e ansiedades* (1926): retirado do estado de quietude absoluta em que estava mergulhado, o corpo do bebê é invadido por um excesso intensivo, de dentro e de fora, provocando uma grande perturbação na economia libidinal.

Para Ferenczi (1924/2011), trata-se de uma catástrofe porque, ao ser lançado para fora do meio líquido e forçado a entrar no meio seco, o bebê vivencia a ruptura do estado de equilíbrio em que se encontrava. Entretanto, diferentemente de Freud, ele não dá um caráter traumático ao nascimento. São palavras dele: “é duvidoso que um transtorno eliminado de forma tão rápida e radical, pudesse ter o valor de ‘trauma’” (FERENCZI, 1928a/2011, p. 5). Sua célebre afirmação de que “o nascimento é um verdadeiro triunfo, exemplar para toda a vida” (FERENCZI, 1928a/2011, p. 5) revela sua percepção de que o nascimento, quando acompanhado da previdência fisiológica e do acolhimento do ambiente, é uma vivência de alívio, e não traumática. Além disso, para o autor, trata-se também de um acontecimento que suscita outra forma de existência, como respirar com os próprios pulmões, por exemplo. De qualquer forma, o que está em pauta aqui é a experiência primordial e a existência de um processo de afetação que será subjetivado.

Nascemos corpo, um corpo feito de carne, ossos e nervos que é atravessado por inúmeras excitações advindas dos estímulos externos, mas também pelas excitações que se originam do organismo, nos levando a experimentar as mais variadas sensações corpóreas até então

desconhecidas, como fome, sede, frio, calor, dor e tantas outras; sensações brutas e cruas, sem nome, sem forma, sem contorno e sem lapidação.

Matéria viva, o corpo é sede das experiências sensoriais, que, conduzidas pelos órgãos dos sentidos, se apresentam fragmentadas, descontínuas e indiferenciadas. É um tempo em que se está sob o primado da sensorialidade primitiva, em que os objetos não são vivenciados “em e por si mesmo, ou por aquilo que fazem ou são chamados” (STERN, 1991, p. 23). O que é visto, tocado ou ouvido não tem nome, não tem função. E nem mesmo é diferenciado. Nos primórdios da vida, o bebê não diferencia, por exemplo, o som da voz de sua mãe do toque dela em seu corpo, mas sente o fluir do som da voz ou do toque dela sobre ele, que tanto pode acalmá-lo, se for uma voz doce ou um toque suave, como pode ocasionar-lhe uma tensão, se for uma voz ríspida ou um toque atritado (STERN, 1991). Portanto, o corpo é anterior a tudo.

Esta conclusão não se revela como uma novidade. Freud já havia chegado a ela. Em seu escrito *O ego e o id* (1923), o corpo é destacado de maneira muito considerável. Ao escrever sobre o eu originário no seu processo de diferenciação em relação ao id, ele afirmou de forma categórica que “o ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal” (1923/1987, p. 39) porque ele “deriva das sensações corporais, principalmente, das que se originam da superfície do corpo” (1923/1987, p. 39) visto a pele ser um lugar do qual podem se originar sensações tanto externas quanto internas. “Pode ser assim encarado como uma projeção mental da superfície do corpo, além de representar as superfícies do aparelho mental” (1923/1987, p. 39).

Assim, pelas intensidades dessas sensações, um corpo primordial vai sendo esboçado; um corpo marcado por fortes impressões sensoriais, que, anteriores à aquisição da linguagem, são vivenciadas antes mesmo que o psiquismo esteja constituído. Isso nos permite afirmar que somos corpo, um corpo à flor da pele, pura sensorialidade, e que não diz respeito apenas ao humano nascente, mas a todos os humanos, sendo ele a fonte do estranho familiar (FREUD, 1919/2020) para nós que somos constituídos.

Para Ferenczi, a experiência primária é da ordem da intensidade. Ela é uma experiência de pura afetação. E é por ser assim que o psiquismo é constituído com a tarefa de criar e ligar representações, configurar sentidos e, portanto, possibilitar que o excesso de intensidades não se fixe como traumático. Porém, nos primórdios da vida, quando ainda não há um psiquismo constituído, é preciso que o ambiente se encontre em sintonia com aquele que está por constituir o prazer de viver.

É a partir do encontro entre o humano nascente, que traz consigo uma potencialidade psicobiológica inata¹³, e o ambiente, “já imerso na cultura, encorpado de afetos e linguagem” (MAIA, 2001, p. 268), que a experiência de afetação é subjetivada, conforme ele vai sendo acolhido. Assim, quando pensamos nesse encontro, pensamos em acolhimento e sua importância nos primeiros anos de vida. Um acolhimento que favorece um destino para a força pulsional que não seja a descarga direta (Freud); um acolhimento que, ao possibilitar a travessia do gozo do vivo à ordem simbólica, retira o constituinte do gozo mortífero (Lacan); um acolhimento que propicia que a experiência catastrófica originária sirva de motor impulsionador de novas organizações, não se fixando como traumática (Ferenczi).

Accolligere, palavra do latim vulgar, deu origem à palavra “acolher”, que, de acordo com os inúmeros dicionários da língua portuguesa, significa “recolher, receber, atender, aceitar, hospedar, agasalhar, aceitar, amparar, proteger, abrigar” – enfim, significa ações que expressam um cuidado com o próximo que se encontra em um estado de vulnerabilidade. Embora os dicionários não indiquem uma sinonímia entre “acolher” e “cuidar” e entre “acolhimento” e “cuidado”, compreendemos que existe uma justaposição. São ações que se entrelaçam. Acolher é cuidar e cuidar pressupõe um acolhimento. De acordo com os dicionários de filologia, “cuidado” é um derivado do latim *cura* que, em sua forma mais antiga, *coera*, era expressa num contexto de relações de amor e amizade. “Cuidado” também se origina de *cogitare-cogitatus*, tendo o mesmo sentido de “cura”: “cogitar, pensar, colocar atenção, mostrar interesse, revelar uma atitude de desvelo e preocupação, diligência, bom trato, atenção”.

Para Boff (1999), o cuidar não é somente um ato. É uma atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. Diz respeito a “uma atitude fundamental, de um modo-de-ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude” (p. 89). É um modo-de-ser essencial, um modo-de-ser no mundo do qual “emerge a dimensão de alteridade” (BOFF, 1999, p. 95). Isto indica que a relação não é de sujeito-objeto (objeto no sentido coisificado), que se faz pela dominação, mas de sujeito-sujeito, que se baseia em uma relação de con-vivência, em que “cuidar é entrar em sintonia com; auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele” (BOFF, 1999, p. 95).

A compreensão que o autor nos oferece sobre o cuidado, e que chamamos de acolhimento, nos leva a pensar sobre a importância do ambiente no processo da constituição psíquica. Mais à frente, veremos que não é sem consequências quando este se apresenta de

¹³ A biologia contemporânea e a psicologia experimental já trazem estas notícias sobre o desenvolvimento precoce infantil, como esclarece Stern (1992).

forma mecanizada, demonstrando ausência de sintonia com aquele dele que necessita para se constituir enquanto existência simbólica. Ou seja, algum efeito há de se ter sobre o sujeito se, nos primórdios de sua vida, ele não tiver sido (bem) acolhido pelo ambiente.

Portanto, as linhas que compõem este capítulo têm a intenção de ressaltar a importância do acolhimento do ambiente, valorizando seus efeitos na constituição psíquica, visto que sua qualidade está fundamentalmente ligada ao campo subjetivo daquele em via de advir. Para isso, destacaremos a experiência originária revisitando os escritos de Freud, Lacan e Ferenczi¹⁴.

Assim, se em Freud o acolhimento do outro materno enquanto objeto primordial se refere à construção do circuito pulsional pela mediação da regulação da experiência de satisfação, viabilizando a simbolização das primeiras vivências e ao mesmo tempo um destino para as excitabilidades, em Lacan o acolhimento diz respeito à constituição de um laço simbólico entre o Outro encarnado e o bebê que permite a travessia do gozo do vivo à ordem simbólica. Já Ferenczi destaca a experiência primordial como sendo da ordem da catástrofe e a necessidade do acolhimento do ambiente para que o processo de introjeção possa se dar, propiciando que a experiência catastrófica originária sirva de motor impulsionador para a criação de novas organizações, não se fixando como traumática. Para ele, o papel do ambiente na constituição da subjetividade é fundamental, já que seu acolhimento propicia a experiência de onipotência e a alegria que a acompanha, sendo “o fundamento a partir do qual a subjetividade, em seu movimento expansivo, desde então se constitui” (KUPERMANN, 2009, p. 192).

Embora por ângulos distintos e mesmo nas suas diferenças, compreendemos que os autores pensam a constituição subjetiva a partir do encontro com o ambiente que, pela mediação que realiza, “fornece ao bebê modos de leitura do mundo que lhe chegam por meio dos sons, dos odores, dos toques, do paladar e, por último, das imagens” (FERNANDES, 2011, p. 117). Isso indica que a presença acolhedora daquele é fundamental no processo de subjetivação, isto é, a experiência com o ambiente é o fundamento por meio do qual a subjetividade se constitui.

¹⁴ Não é por descuido que estamos rompendo com a lógica cronológica da história da psicanálise. Embora Ferenczi seja contemporâneo de Freud, tendo estado ao seu lado na descoberta de novos conceitos, não é por acaso que seu pensamento comporá a terceira seção deste capítulo. Isto se justifica pelo fato de os capítulos seguintes terem como referencial teórico a sua obra e a de autores que compartilham de seu pensamento. Fazemos essa separação pelo fato de ele salientar o papel do meio ambiente na constituição da subjetividade.

2.2 Tecendo o corpo erógeno: tecendo a vida

Na companhia do pai da psicanálise, iniciaremos pelo momento em que, expulso de um ambiente que se tornou inviável, eclode o filhote do homem pendurado ao corpo do outro materno. Com o corte que é realizado, muitas vezes o instante do primeiro vagido, o umbigo se fecha, a boca se abre e se inaugura o momento mesmo da vinda à vida, o tempo de viver de seu próprio corpo (SZEJER, 1999), mas que, em função de sua prematuração, não tem como se sustentar por si mesmo e necessita dos cuidados do outro materno. Por estes cuidados, além da vida se constituir e ser assegurada, uma existência se constrói – uma existência vitalizada, e por isso potente e alegre.

Com Freud, que sustentou firmemente a ideia de que a vida é “uma organização tecida contra o movimento primário orientado para a morte” (BIRMAN, 2003, p. 23), vemos que a vida é da ordem de uma construção. Ela não está dada. A criança não nasce com ela. Trata-se, então, de uma operação que nos diz que para estar vivo não basta nascer, assim como não basta ser amamentado, higienizado e aquecido, por exemplo.

É preciso mais. É preciso ser chamado para a vida, ser inserido na vida – efeito do encontro com o outro materno, cujo olhar é o que faz com que seja um encontro sensível. Um olhar que não é o da visão, mas o do cuidado. Quando, por exemplo, uma mãe pede a alguém para “olhar o seu bebê” na sua ausência, ela não está pedindo para que esse alguém veja ou enxergue o seu bebê. Ela está pedindo para que fique atento a ele, para que cuide dele. Trata-se, então, de um olhar que traz consigo um investimento, uma atenção, um cuidado. As pesquisas do psicanalista austríaco René Spitz (1979) sobre hospitalismo e depressão anaclítica mostram o que ocorre quando ao bebê só é dirigido o olhar de ver. Quando não vira para o lado e morre, se torna uma criança sem história, sem lugar e, por efeito, sem sentido; uma criança sem vitalidade (ANSERMET, 2003).

Vitalitās é uma palavra latina que significa força vital, energia, vigor. Na psicanálise, está associada à libido, energia da pulsão de vida – *Eros*. Por meio dele, que entremeia todas as expressões de ternura, o outro materno desperta a sexualidade em seu bebê, desperta a vida e o ensina a amar (FREUD, 1905a/1987). Isto significa que a vida se transmite pelo erotismo, ou seja, “a existência seria da ordem da transmissão” (BIRMAN, 1999, p. 49).

Assim, nesse encontro sensível, a mãe se envolve com o pequeno corpo: seu cheiro, sua pele, seus ruídos, seus sons, seus movimentos a seduzem. Ela brinca com as dobrinhas do corpo de seu bebê, beija sua barriga, faz cosquinha, beija as pontinhas de seus dedos e pergunta: “*Cadê*

o toicinho que estava aqui? O gato comeu!” Ela cheira seus pezinhos, ri, acarinha seu bebê. Ele emite um som, e a conversa entre eles parece não ter fim. “*Cadê o narizinho do neném? De quem é essa boquinha?*” Ela abraça-o em seu colo. Ela canta para ele: “*Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava, eu mandava ladrilhar, com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante, para o meu, para o meu amor passar*”. Ele a olha atentamente, esboça um sorriso. Ele gosta disso, e ela também.

O que está em pauta nesse encontro? Antes de tudo, a presença de um corpo vivo, impregnado de libido, cumprindo a função de erogenizar o pequeno corpo. Ela, a mãe, não se dispendo a ser uma “máquina de prestar cuidados de puericultura”, traz não somente a satisfação física, mas um além que, constituído pelo seu toque, seu olhar, sua voz e suas palavras, propicia a transformação do corpo funcional em um corpo erógeno. Ou seja, com uma presença que transpira *Eros*, ela transmite um voto amoroso ao seu bebê. Ela o chama para a vida, retirando-o do estado de desamparo constitutivo da espécie.

Vejamos como Freud nos apresenta isso. Em seu denso escrito *Projeto para uma psicologia científica* (1895), ele tece esclarecimentos sobre a origem e o funcionamento psíquico pelo método quantitativo, efeito das questões que o atormentavam, conforme confessou ao amigo Fliess em carta datada de 25 de maio de 1895 (*Carta 24*). Escreve ele sobre uma delas: “(...) examinar que forma irá assumir a teoria do funcionamento mental, se introduzirmos considerações quantitativas, uma espécie de economia das forças nervosas (...)” (MASSON, 1986, p. 130). Nesse momento, ele não mais mantinha a concepção de um aparelho de linguagem, tal como havia formulado no seu escrito *Sobre a concepção das afasias* (1891). Seu pensamento se voltava para um aparelho atravessado por excitabilidades, cujas intensidades geram um desprazer ao organismo.

Apoiando-se na fisiologia do sistema nervoso e na forma de funcionamento do aparelho nervoso, Freud demonstrou que, além de se caracterizar como um sistema receptor dos estímulos originários do exterior e dos estímulos de natureza endógena, o aparelho nervoso teria como função primordial se livrar das excitabilidades. Regido pelo princípio da inércia, sua tendência original seria a de reduzir o nível de excitabilidade a zero. Para isso, o organismo se valeria do mecanismo de descarga pela ação reflexa motora e conservaria as vias de escoamento a fim de se manter afastado das fontes de excitação – *fuga do estímulo*. Porém, esse mecanismo só funcionaria em relação aos estímulos exteriores.

Freud, então, apontou para a insuficiência do organismo humano, pois, enquanto aparelho neurônico, não consegue exercer sua função quando se trata das excitações que “se

originam nas células do corpo e criam as grandes necessidades: como, a fome, a respiração e a sexualidade” (FREUD, 1895/1987, p. 349), sendo estas precursoras das pulsões. Estas o organismo não consegue dominar pela ação reflexa motora, assim como não consegue evitá-las. Basta questionarmos: de qual ação muscular o organismo poderia lançar mão para descarregar esse tipo de excitação que se apresenta como sendo da ordem da necessidade? Qual ação reflexa motora poderia eliminar a fome, por exemplo, se ela só é suspensa se for satisfeita? Portanto, este é um tipo de excitação que cessa somente “mediante certas condições, que devem ser realizadas no mundo externo” (FREUD, 1895/1987). Ou seja, é um tipo de excitação que traz consigo uma exigência de satisfação e se caracteriza como força constante. Desta forma, ela insiste e persiste, levando o aparelho nervoso a um estado de perturbação por não dispor de outra modalidade de ação que possa regular o aumento das intensidades promovido pela força constante e que lhe gera o desprazer (BIRMAN, 2009).

É preciso, então, outra modalidade de ação para o organismo se livrar dela. Todavia, para realizar tal ação, o organismo precisaria ter um mínimo de excitabilidade. Isto significa que, na ausência total dela, o organismo não sobreviveria. Diante desta problemática, Freud precisou rever sua proposição inicial. Como conservar o princípio de inércia se o organismo precisa de um quantum de excitabilidade para se manter vivo? Influenciado pelo pressuposto vitalista da fisiologia de Claude Bernard e tomando as exigências da vida como um imperativo, Freud considerou que:

O organismo, como forma de ser da ordem vital, seria constituído como um sistema homeostático de autorregulação, no qual existiria a afirmação da vitalidade como um imperativo insofismável. A vida seria afirmativa (...). O organismo como uma totalidade seria marcado pelos imperativos da ordem vital que, pela presença de uma força vital lhe impulsionaria para a vida. Por isso mesmo, aquele seria autorregulado nos seus automatismos fisiológicos, funcionando, pois, como uma máquina homeostática (BIRMAN, 2003, p. 19).

Dessa forma, por meio da descarga pela ação reflexa motora, o organismo eliminaria apenas o acúmulo da excitabilidade, mantendo seu nível o mais baixo possível, ao mesmo tempo em que se protegeria da elevação dela. Ou seja, o organismo a manteria constante. A busca do prazer e a evitação do desprazer estariam de mãos dadas com a afirmação da vida, já que não haveria uma descarga total da excitabilidade. Assim, o princípio da inércia se transmutaria em princípio da constância, que se constituiria como fundador do organismo e do psiquismo (FREUD, 1895/1987). Entretanto, a questão sobre as excitações provenientes do interior do corpo – excitações pulsionais – ainda se fazia presente, já que pela ação reflexa motora não seria possível satisfazê-las.

Diante da impossibilidade de o aparelho nervoso regulá-las, a construção de outro aparelho se impõe. Como outro aparelho, o psiquismo exerce a função de dominá-las, diminuir as intensidades geradoras de desprazer para que o prazer possa ser restaurado. Portanto, diferente dos demais aparelhos, o aparelho psíquico se constitui depois do nascimento – momento em que o humano “emerge no que lhe é estrangeiridade radical, abaladora dos fundamentos do organismo” (VORCARO, 1997, p. 71) e que o leva a experimentar sensações que até então não havia experimentado.

Neste tempo em que o filhote do homem é um corpo à flor da pele sem saber do que se trata, ele grita em uma tentativa de se livrar das excitações que lhe geram uma vivência de desprazer. Porém, seu grito, como via de descarga motora, não produz resultado aliviante, já que elas não são interrompidas. Como já vimos, é preciso que outra ação seja realizada. A esta ação, Freud nomeou de *ação específica*, uma vez que ela possui a qualidade de satisfazer as excitações que, como necessidades, surgem no interior do organismo. Por meio desta ação, as excitações pulsionais são suspensas, ao menos temporariamente, proporcionando uma vivência de satisfação. Porém, ao filhote do homem não é possível realizar tal ação. A ausência de maturação biológica não lhe permite. Dessa forma, ele não pode atender suas necessidades vitais e, conseqüentemente, eliminar o acúmulo de excitações que se restabelece constantemente. Na verdade, ele nem ao menos sabe de que ordem é o seu desprazer.

Logo, entregue a si mesmo, o filhote do homem não tem a mínima condição de sobreviver – “a autonomia é mortal: a impotência vital de sua insuficiência adaptativa, o inacabamento anatômico do sistema piramidal e a carência de coordenação motora e sensorial constituem seu drama” (VORCARO, 1997, p. 71). Aqui se revela um imperativo: para sobreviver é imprescindível o outro materno. Esta é uma condição própria e específica do humano, cabendo àquele regular as excitações pulsionais por meio de ações específicas. É para esse imperativo que Freud aponta ao afirmar que:

Ela (a ação específica) se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais (FREUD, 1895/1987, p. 370).

Contudo, se a alteração da situação em que o humano se encontra ao nascer depende do outro materno em realizar a ação específica, é importante destacar que ela não se traduz apenas em realizar os cuidados básicos e necessários que se tem com o pequeno corpo para que ele sobreviva, ações que qualquer um pode realizar. Mais do que isso, a ação específica implica o outro materno, já que ele se sente afetado por aquilo que afeta o bebê, já que ele se sente afetado

pelas manifestações desse corpo que se encontra à flor da pele. O efeito de ser afetado é o que lhe permite escutar e se ocupar da intensidade do corpo do bebê – desse corpo que se dá a ver sem nenhum contorno. Queremos dizer com isso que tais ações são entremeadas pela sedução materna, ou seja, elas não são feitas sem o envolvimento do outro materno, sem seu investimento libidinal, sem *Eros*. Freud deixou isso claro quando afirmou que a mãe contempla sua criança com os sentimentos provenientes de sua sexualidade: “ela a acaricia, beija e embala, e é perfeitamente claro que a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo” (FREUD, 1905a/1987, p. 211).

Desse modo, ao mesmo tempo em que a mãe retira o seu bebê do estado de desamparo, ela possibilita a construção do psiquismo, uma vez que a ação específica juntamente com a eliminação do excesso de excitação “constitui então a experiência de satisfação, que tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo” (FREUD, 1895/1987, p. 370), pois com base nessa vivência se estabelecem as primeiras trilhas no aparelho psíquico. Isto é, o funcionamento dele é inaugurado com a primeira experiência de satisfação, por meio da qual surgem as primeiras inscrições psíquicas, que impedem a livre circulação das excitações e, por conseguinte, a descarga total (FREUD, 1895/1987, p. 370).

Embora em seu *Projeto para uma psicologia científica* (1895) Freud ainda não tivesse formulado o conceito de pulsão e nem mesmo feito menção à construção do circuito pulsional, vemos que ali já germinava o que ele apresentou em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) e o que mais tarde ele explorou no escrito *As pulsões e seus destinos* (1915). Assim, como um solo bastante fértil, o *Projeto para uma psicologia científica* (1895) trouxe, em estado germinativo o que posteriormente seria determinado como a montagem da pulsão e o que se constituiria com base nela – o circuito da pulsão –, que possibilitam a experiência de satisfação e a constituição de um corpo erógeno. Isto já nos diz que o corpo do bebê não se reduz ao organismo, para cuja sobrevivência bastariam os cuidados necessários. Portanto, se nos seus três ensaios Freud nos apresentou a pulsão apenas pelo viés qualitativo, isto é, inscrita no campo das representações psíquicas, como mencionamos no capítulo anterior, a partir de seu escrito dedicado à pulsão e seus destinos, em que o fator quantitativo passou a ser acentuado, a construção do circuito pulsional se impõe.

O que Freud começa a colocar em pauta é a dimensão intensiva do aparelho psíquico. Definindo a pulsão “como um conceito fronteiro entre o anímico e o somático (...)” (FREUD, 1915/2020, p. 25), ou seja, seria tanto a excitação que se origina de dentro do organismo quanto seu representante psíquico, ele passou a afirmar a autonomia da força ou pressão pulsional em relação aos representantes psíquicos, evidenciando a natureza da pulsão – uma natureza que é

da ordem da intensidade, sendo esta sua própria essência “em decorrência de sua relação com o corporal” (1915/2020, p. 25).

Disso podemos extrair que o estatuto que a psicanálise dá ao corpo é de outra natureza. Não é o corpo biológico, mas origina-se dele; irradia-se e dissemina-se pelo psiquismo sem se superpor a ele. O discurso freudiano nos fala de um corpo “pulsional”, que, por ser poroso, é atravessado por intensidades e permite que elas refluem e se irradiem sobre o somático e o psíquico (BIRMAN, 2009). Estamos aqui no polo da afetação: um polo dominado pelas intensidades, pela força da pulsão, que, na impossibilidade do organismo de dominá-la, tem como ação primordial a descarga absoluta e direta – uma descarga mortífera. Por isso mesmo, Freud pôde enunciar que a pulsão seria “como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico” (FREUD, 1915/2020, p. 25).

Este trabalho imposto ao psiquismo refere-se, então, ao domínio das intensidades pulsionais para que o prazer seja restabelecido, já que o aumento delas geraria o desprazer. Assim, por meio do circuito da pulsão, que se constituiria pela junção de seus diferentes elementos – força, alvo, objeto e fonte – configurando sua montagem, o psiquismo dominaria tais intensidades. Ou seja, a força pulsional que emerge de uma fonte somática em busca de sua satisfação seria vinculada ao objeto, por meio do qual obteria satisfação e, ao mesmo tempo, seria inscrita como representante psíquico. Portanto, pelo circuito pulsional, o aparelho psíquico, por intermédio da *vinculação* e da *inscrição*, dominaria as intensidades pulsionais.

Não demorou muito para Freud formular o conceito da pulsão de morte e, junto a ele, a formulação de um novo dualismo. Como já vimos, este seria entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Vimos também que, por ser caracterizada pela força pulsional, o movimento da pulsão de morte seria na direção da descarga total das excitabilidades, por meio da qual o organismo pretende atingir o estado de “quietude absoluta” (FREUD, 1920/1987, p. 56).

Nesse momento, diante do movimento originário em direção à morte, que demonstra a impossibilidade do organismo de se autorregular, o princípio do prazer deixa de ocupar a posição originária que Freud lhe havia concedido no *Projeto para uma psicologia científica* (1895) quando descartou o princípio da inércia. Assim, restaurando o princípio da inércia como originário – agora como princípio do Nirvana –, Freud colocou o princípio do prazer como secundário (FREUD, 1924/1987). Este seria regulado pelo outro materno pela constituição da experiência de satisfação e do circuito pulsional, que impediriam a eliminação total das excitabilidades.

Essa mudança no pensamento freudiano foi marcada pelos pressupostos teóricos da biologia de Bichat, em que “a vida seria o conjunto de forças que lutam contra a morte”

(BICHAT, 1994 apud BIRMAN, 2003, p. 22). Esta leitura da ordem da vida indica que a morte seria originária. A vida seria, assim, uma construção; uma construção que não se faz sem o outro. Ou seja, seria pelo seu investimento erótico que a vida se imporia.

A vida humana não seria apenas algo da ordem da natureza, mas também da ordem do artifício e da construção, propiciados sempre pelo outro (...). A vida seria, portanto, como forma, uma construção e um artifício realizados sobre o movimento do organismo voltado no fundo para a morte (BIRMAN, 2003, p. 22).

Pausa para uma ilustração. Em uma tentativa de ilustrar o que expusemos acima, apresentamos um fragmento de uma experiência de trabalho realizado na Enfermaria da Neonatologia de um hospital da cidade de Juiz de Fora, MG¹⁵. Esta enfermaria destina-se aos recém-nascidos que precisam dos cuidados de uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) neonatal. Antes de ir para casa, permanecem alguns dias, semanas ou, na pior das situações, meses, na enfermaria. Uma equipe multidisciplinar composta de médicos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros acompanha cada caso. Trazemos como ilustração o *RN de Maria*, ou seja, o recém-nascido de Maria. Na falta de um nome próprio, a instituição o nomeia, sendo este um procedimento natural.

Tratava-se de um bebê do sexo feminino que nasceu prematuro ou, na linguagem médica, era um recém-nato pré-termo. Nasceu fora do tempo previsto, fora do tempo normal. No discurso da equipe, normalmente o significante que circulava era a falta: falta temperatura, falta peso, falta desenvolvimento muscular, falta resistência, etc. Para a sua sobrevivência, era preciso completar esse tempo dentro de um “ventre artificial” (incubadora), com todo um aparato artificial também. Da mesma forma, existia toda uma conduta da equipe que se traduzia não só em cuidados, mas igualmente em estímulos, visto que os exames realizados em seu corpo eram constantes: coleta de sangue, introdução de sondas e cateteres, exercícios fisioterápicos, etc. Vale ressaltar que o ambiente de uma UTI neonatal e de uma enfermaria neonatal oferecem inúmeros estímulos sonoros.

A fragilidade corpórea deste bebê fazia com que a equipe ficasse presa a ela. O toque era em função das manipulações dos exames, da higiene e muitas vezes era acompanhado de urgência, o que fazia com que a palavra faltasse. Falava-se do bebê, sobre o bebê e, no entanto, ninguém falava com o bebê. Parecia que existiam apenas a temperatura, a pressão arterial, o batimento cardíaco, a respiração, enfim, parecia que existia apenas o organismo. O bebê era

¹⁵ Esta experiência encontra-se exposta em MENDONÇA, L.G.L. “De que sofrem as crianças, hoje? Curitiba: CRV, 2013 e em REIS, E. S.; MENDONÇA, L.G.L. Nas cinzas da catástrofe, a criança surge. In: MACIEL Jr, A. (Org.). Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018. p. 15-36.

este corpo precário que muitas vezes estava próximo da morte. Mal ou muito mal, ele havia nascido.

A mãe, Maria, se encontrava muito deprimida. O encontro com o seu bebê, tão distante daquele que ela havia idealizado durante a gestação, se constituiu em um encontro traumático; um encontro em que “o real em todo o seu horror conduz o jogo” (MATHELIN, 1999, p. 65). Com disso, ela não conseguia investi-lo. Por viver a dor do luto de seu bebê imaginário, o investimento libidinal que seria destinado à filha retornou para ela. RN de Maria, com seu corpo excitado e tenso, apresentando perda de peso e de nutrientes – mesmo sendo alimentado por sonda nasogástrica – era quem revelava a obstrução do investimento materno. Vale dizer que Maria, por ser a mãe, era a acompanhante do bebê. Como residia em outra cidade, ela e seu bebê costumavam receber visitas somente nos fins de semana.

O quadro era este quando uma psicanalista foi inserida na equipe multidisciplinar. Durante uma reunião da equipe, a atenção da psicanalista foi despertada para o relato de uma enfermeira que havia dado plantão no fim de semana. Ao relatar sobre a visita da avó materna de RN de Maria, a psicanalista pôde escutar que ali um investimento libidinal poderia ser de fato efetivado, sustentando a importância da presença da avó. Assim, junto à mãe, a avó passou a ser a acompanhante da neta.

Nos dias que se seguiram, era comum ver a avó conversando com a neta, não sem antes escrever JOANA num pedaço de papel e colar sobre a placa onde se encontrava escrito RN DE MARIA. Era curioso observar que, enquanto era embalada no colo da avó, que costumava lhe contar histórias e cantar cantigas de ninar, Joana a acompanhava com o olhar. Este recém-nascido que vivia entre o limite da vida e da morte e que era visto como não mais que um corpo, cujo funcionamento era bastante deficiente, sob o olhar da avó passou a ser visto como um bebê, já que ela pôde “ouvir o que ainda não foi dito, ver aquele que ainda não é” (LAZNIK-PENOT, 1998, p. 55). Dessa forma, seu investimento libidinal contornava aquele organismo em que a prematuridade saía do campo da condição humana e ganhava o campo da doença; um contorno, aliás, que não se realiza sem sedução.

Embora alguns da equipe tivessem se surpreendido com o aumento de peso de Joana, a psicanalista não se surpreendeu. Ela percebia que, quando o outro dispunha de libido para investir os bebês, rapidamente eles ganhavam peso, suportavam melhor a manipulação dos exames e respondiam à medicação. Era visível o que Jerusalinsky sustenta a respeito do desenvolvimento do bebê humano, ou seja, que ele “não opera por simples automatismo biológico” (JERUSALINSKY, 1999, p. 18). Joana deixava isso às claras. Mesmo recebendo os

nutrientes diretamente no seu estômago, ela não se encontrava alimentada. Era preciso muito mais que isso. Era preciso ser alimentada pelo prazer do seu cuidador; era preciso que alguém conversasse com ela, que alguém lhe olhasse nos olhos e lhe acarinhasse. Era preciso que alguém lhe tocasse com as mãos desnudas das luvas. Era preciso o corpo a corpo. Foi isso que ela pôde experimentar no encontro com sua avó, um encontro em que seu corpo foi envolvido e embalado pelo prazer da avó, pelo seu calor, que lhe transmitia que a queria viva e que estava tudo bem. Isto é, um encontro que possibilitou a passagem do organismo para um corpotranspassado pelas pulsões, possibilitando-lhe um destino para as excitações diferente da expulsão e da descarga total.

Servimo-nos desta ilustração porque ela nos mostra os efeitos do investimento erótico realizado pelo outro materno sobre aquele que inicialmente se apresenta como um organismo voltado para a morte. Intervindo contra o movimento de descarga direta, o outro materno propicia a construção de um corpo que, “como produção de territórios no campo do organismo” (BIRMAN, 2003, p. 25), impede a desordem originária voltada para a morte em decorrência da construção do circuito da pulsão.

O que ocorre no processo constitutivo, quando tudo corre bem no encontro entre o outro materno e o bebê, é que, com seu investimento libidinal, o outro materno acolhe a intensidade das excitações pulsionais que partem de uma fonte situada no organismo do bebê: a pele, a boca, o ânus, os genitais ou qualquer outra parte do corpo. Esta partida, caracterizada pelo movimento de expulsão, de descarga da força da pulsão, diz respeito à atividade da pulsão. Ouseja, a pulsão age como uma força constante e desenfreada exercida pelo corpo.

Ao se dispor como receptáculo das excitações pulsionais, o outro materno possibilita a vinculação da força pulsional ao objeto ofertado por ele gerando uma vivência de satisfação e, desta forma, interrompendo o fluxo originário daquela. Ou seja, há uma captura das excitações pulsionais por parte do outro materno. Por esta captura, que promove a vinculação e, por efeito, que é a experiência de satisfação, a atividade inicial da pulsão se transmuta em passividade. Esta transmutação implica numa outra, que diz respeito ao retorno da força pulsional à fonte que produziu a excitação pulsional e da qual ela foi expulsa. Enfim, em função da vinculação da força ao objeto, que impediu a descarga direta, há um retorno da força, agora ligada ao ponto do organismo de onde havia sido expulsa. Como afirma Birman:

Seria a fonte de excitação que se delinaria assim como sendo o polo destacado deste retorno, na qual se circunscreveria uma área no organismo. Essa área seria um território corporal propriamente dito, pelo qual o corpo se produziria como uma incrustação sobre o organismo. Esse seria então ocupado pelo corpo originário, que seria sempre assim um território inscrito sobre o organismo (BIRMAN, 2003, p. 26).

Como polo investidor, o outro materno, ao tomar as fontes como objeto de investimento, propicia que elas retornem ao corpo do bebê erogenizadas, isto é, ele as transforma em zonas erógenas – pontos do corpo que, por se situarem na superfície, fazendo fronteira com o exterior, permitem o contato com outro corpo estabelecendo um intercâmbio com ele. Embora no início da vida psíquica, a boca, o ânus e os genitais se sobressaíam, pois recebem maior estimulação em função dos cuidados maternos e por meio deles o bebê obtém satisfação (FREUD, 1905a/1987), é importante deixar claro que, em função de a pulsão ser constante e contínua, esse processo não cessa. Isto significa que há uma disseminação de zonas erógenas, que se incrustam como territórios corporais no organismo (BIRMAN, 2003). Portanto, ao erogenizar o pequeno corpo, o outro materno intervém contra o movimento originário do organismo do bebê possibilitando que as excitações sejam reguladas, tendo em vista sua vinculação ao campo dos objetos e seu retorno em direção ao organismo.

Pensemos no caso da pequena Joana citado acima. Sua mãe deprimida não conseguia fazer dela sua JOANA. Deserotizada, não lhe era possível embalar o corpo da pequenina com *Eros* e, conseqüentemente, instilá-lo em sua constituição. Como o corpo de um bebê não se reduz a um organismo, sendo uma construção que o une a alguma coisa que provém do outro materno (LAZNIK-PENOT, 1998), Joana, na impossibilidade de poder contar com sua mãe, ainda se encontrava no “limbo”¹⁶, ou seja, na borda da vida (SZEJER, 1999). Foi preciso a presença da avó para resgatá-la do limbo e inseri-la na vida. Foi uma presença que a cada instante criava corpo e criava o corpo – um corpo que, banhado e embalado por um erótico que movia a avó, favoreceu outro destino para as excitações que o acometiam. O fato de a avó erogenizar a pequena Joana e nela investir maciçamente sua libido permitiu “uma transformação brusca da expulsão inicial, rearticulando-a para o organismo do infans e delineando uma mudança no rumo da força pulsional” (BIRMAN, 1999, p. 156).

Isto evidencia a função do outro materno: acolher o quantum das excitações pulsionais para que seu impacto, ao ser dominado, possa ter um destino diferente da descarga total. Por este acolhimento, a força pulsional se transforma em um circuito pulsional, impedindo a perda de energia pelo organismo, visto que aquela se ordena em experiência de satisfação. Agenciado, então, por esse outro cuidador que se contrapõe à expulsão inicial das excitabilidades, o circuito da pulsão estabelece outros destinos, que podem ser considerados como modalidades de defesas

¹⁶ Nome dado ao período de três ou quatro dias que se segue ao nascimento. “É um período incerto, porque nele deve se decidir o nascimento para a vida simbólica. Chamemo-lo de período do limbo, para significar a espécie de limiar sobre o qual ele mantém a criança na borda da vida” (SZEJER, 1999, p. 133).

contra as pulsões (FREUD, 1915/2020). Assim, ao organizar o impulso numa montagem pulsional, o outro materno possibilita que se instaure a passagem da atividade à passividade, que se desdobra no retorno em direção à própria pessoa, que seriam os destinos primordiais. Este processo constitui o autoerotismo, pelo qual o organismo se transforma em um corpo erógeno, permeado por marcas psíquicas advindas do outro materno.

Na e pela constituição do corpo autoerótico seria a subjetivação e a interiorização do circuito da pulsão o que se realizaria ao mesmo tempo. O corpo autoerótico e a subjetivação do circuito da pulsão seriam as duas faces da mesma moeda, pelas quais o aparelho psíquico começaria a se *incorporar*, isto é, se transformar num corpo e a se encorpar. Pela subjetivação, o circuito da pulsão começaria a se interiorizar, deslocando-se do registro do fora para o do dentro (BIRMAN, 2009, p. 127).

Entretanto, vale dizer que inicialmente a satisfação das excitações pulsionais se apoia na necessidade de alimento. Este é um tempo em que existe apenas a necessidade. Lembremos da afirmação de Freud em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*:

A princípio, a satisfação da zona erógena deve ter-se associado com a necessidade de alimento. A atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas. (...) A necessidade de repetir a satisfação sexual dissocia-se então da necessidade de absorção de alimento (FREUD, 1905a/1987, p. 171).

Mesmo que neste tempo a mãe ainda não seja representada pelo bebê como objeto – menos ainda como objeto de amor, visto que nesta condição originária não há nenhuma relação com o mundo e nenhuma abertura para o ambiente tamanho o fechamento em si –, ela não só assegura a conservação da vida dele como também permite o acesso ao prazer por meio da ascensão da sexualidade (FERNANDES, 2011).

Assim, neste tempo em que a mais primitiva satisfação sexual está atrelada à necessidade, a pulsão sexual tem um objeto fora do corpo próprio: o seio materno. Quando se separa da pulsão de autoconservação (a fome) por conta da vivência de satisfação, ela perde o objeto e se torna autoerótica. Neste caso, o prazer obtido é pontual e circunscrito a uma zona erógena. A este prazer Freud (1905a/1987) nomeou “prazer de órgão”. Este é o momento, por exemplo, em que o bebê toma uma parte de seu corpo para satisfazer sua pulsão. Ele chupa seus dedos, suas mãos, seus lábios (mesmo que por meio da chupeta). Sua excitação sexual é apaziguada no mesmo local em que nasceu, isto é, a fonte e o objeto da satisfação se encontram fundidos neste corpo erógeno, que se constitui pela multiplicidade das zonas erógenas. O corpo autoerótico, que corresponde ao eu originário, se caracteriza como dispersivo e fragmentado, já que as zonas erógenas são autônomas e independentes (FREUD, 1905a/1987). Daí Freud afirmar que “o ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal”

(FREUD, 1923/1987, p. 39), indicando com isso a dimensão da sensorialidade nos primórdios do psiquismo.

Somente mais tarde o corpo é unificado, quando não somente sua superfície, mas ele como um todo é tomado como uma zona erógena, e as pulsões sexuais, que se encontravam isoladas, se reúnem em uma unidade e se dirigem para um único objeto: o eu. Ou seja, quando a erogeneidade se estende por todo o corpo – visto como si mesmo –, ele é tomado como objeto de amor (FREUD, 1914/2004). Isto quer dizer que, na passagem de um tempo ao outro, há uma mudança na economia sexual que Freud enuncia da seguinte forma: “Podemos decidir e, então, considerar a erogeneidade como uma característica geral de todos os órgãos e, então, podemos falar de um aumento ou diminuição dela numa parte específica do corpo” (FREUD, 1914/1987, p. 91).

Além disso, como o modo de satisfação autoerótica não aplaca o desprazer causado pelo impulso e pela necessidade, uma abertura se estabelece em relação ao mundo externo. Porém, é uma abertura sustentada pela lógica de que o que é bom (prazer) diz respeito a si e o que não é bom (desprazer) está relacionado ao mundo. Por esta oposição *prazer-meu/desprazer-não meu*, o eu começa a se desenvolver – um eu narcísico ou um eu prazer, fruto do narcisismo primário (FREUD, 1914/2004).

Queremos destacar que, se para a constituição do autoerotismo e seus correlatos (corpo autoerótico e eu originário), o acolhimento do outro materno é imprescindível, visto ser ele o responsável pela construção do circuito da pulsão e sem o qual a força da pulsão é descarregada, a mesma condição existe para a constituição do narcisismo e seus correlatos (corpo unificado e eu narcísico): esta passagem também depende do investimento erótico do outro. O corpo unificado é a resultante de um contorno que se dá em razão da erogenização do outro materno. Por este contorno, o corpo se organiza como uma imagem totalizada, que se constrói por meio dos traços que constituem o narcisismo das figuras parentais. Freud deixa isso bem claro ao afirmar que o amor dos pais pelo filho, no fundo tão infantil, é, a bem da verdade, o narcisismo renascido de cada um deles. Mesmo que tenha sido transformado em amor objetual, não deixa de revelar sua antiga natureza.

Sua majestade, o bebê é a expressão usada por ele para se referir à imagem supervalorizada e, portanto, idealizada que as figuras parentais conferem ao seu bebê. Por esta idealização, o eu do bebê se constitui como um eu ideal, configurando o amor de si (FREUD, 1914/2004). O que está em pauta nessa operação é o fato de a subjetividade infantil ser uma invenção das figuras parentais, ou seja, “é o adulto que, no seu imaginário, pressupõe um

psiquismo, fazendo advir um sujeito” (PINHEIRO; HERZOG, 2003, p. 2). O bebê é mais que um bebê: ele é construído com base em uma ilusão, em uma fantasia dos pais em que ele será a realização de todos os sonhos deles.

Entretanto, a distância existente entre a criança sonhada e a criança real, quando reconhecida pelos pais e pela própria criança, colocará fim à ilusão parental e à onipotência infantil. Isso é muito bom, pois esta distância, por menor que seja, permite com que mais tarde possam ser constituídos o corpo-realidade (eu-realidade definitivo), o ideal do eu e o amor do outro, determinantes da abertura do sujeito à alteridade, em virtude de um relativo esvaziamento do amor de si.

Todo este processo tem como pano de fundo a intensidade das excitações que, caracterizada pelo aspecto impositivo e irruptivo, aponta para uma experiência de morte que afirma a condição primordial e originária de desamparo do humano nascente, pela qual ele é marcado. Isto significa que a subjetividade se constitui a partir dessa experiência originária, porém não sem o acolhimento do outro materno, que se materializa na erogenização que perpassa os cuidados destinados ao bebê. Como operador fundamental na construção do circuito pulsional e, conseqüentemente, na construção de um corpo erógeno, o outro materno possibilita a inserção do pequeno humano nos registros imaginário e simbólico, realizando um contorno à experiência originária de morte e produzindo as bases para a constituição de sua subjetividade.

Assim, se nos primórdios da vida o bebê é um corpo afetado pela intensidade dos fluxos pulsionais, que inicialmente são dispersos, com os cuidados que lhe são dispensados, em que ele é objeto de investimento daquele que em seguida será seu objeto primordial – o outromaterno –, ou seja, com a infusão de *Eros*, que lhe serve de ancoragem, os fluxos pulsionais tornam-se integrados e sua vida começa a ser tecida.

2.3 Envelopando o corpo à flor da pele

Com seu ensino, Lacan formulou que “o inconsciente é, no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (1955-56/1988, p. 139). Esta fórmula se tornou clássica como o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Esta, que é anterior ao sujeito e que o determina em sua constituição, Lacan definiu como Outro – lugar do significante (1960/1998), em relação ao qual o sujeito precisará vir a se situar. Isto significa que, quando nascemos, chegamos em um mundo de linguagem, encontramos um mundo organizado por ela. E, para que o habitemos, será preciso uma operação que primeiramente faz com que sejamos habitados pela linguagem.

Pensar no processo de constituição subjetiva em Lacan requer que pensemos no encontro de dois campos heterogêneos. De um lado, o filhote do homem, um ser vivo cuja existência se traduz como um organismo dotado de fatores genéticos, aspectos anatômicos e fisiológicos, conjunto de reflexos arcaicos; do outro, a ordem Simbólica: leis, código de comunicação (língua), conjunto de costumes, regras e sistemas de parentesco que são transmitidos de uma geração à outra. Temos a cultura, que, como uma organização, se traduz em uma estrutura de linguagem que captura esse organismo.

Nesta estrutura de linguagem, há o acesso a um sistema de *representações*, no qual as palavras nomeiam os objetos, as pessoas, os fenômenos, distanciando-os de sua pura realidade. Através das combinações das palavras, que obedecem às leis estruturais da linguagem, (...) o homem será capaz de encontrar significação para si mesmo, para os outros e para o mundo pleno de objetos que o rodeia, mesmo que não seja possível simbolizar tudo (BERNARDINO, 2006, p. 24).

É por meio dessa estrutura que entramos na condição humana, que saímos de um registro somente biológico e somos inseridos no campo das significações, que nos permite indagar sobre o mundo e sobre nós mesmos. Para isso é preciso haver um encontro. Como afirma Barros e Oliveira (2004):

Palavras não vivem sem carne. Elas precisam de um corpo para se alimentar e saberem vivas. Freud demonstrou que palavras quebram ossos, acontecimento inexistente no terreno animal. Nos animais, o mundo interno estrutura-se em harmonia com o mundo externo. No mundo humano, a linguagem arranca-os desta ‘harmonia’ dividindo e fragmentando o corpo. Deixado por conta de seu funcionamento biológico, o corpo funcionaria – e funciona – bem. Mas, com a entrada da palavra, desvio inaugural, algo se processa e retira o homem da pura organização biológica, introduzindo-o na fragmentação pulsional (BARROS; OLIVEIRA, 2004, p. 97).

Porém, como ocorre o encontro entre estes dois campos? De que forma o filhote humano – puro ser vivo, organismo – é capturado pela linguagem, condição para que ele se transforme em um bebê? Antes de abordarmos tais questões, vale sublinhar que por esse encontro ocorre a desnaturação do homem; entretanto, nem tudo no homem será simbolizável, já que há sempre algo no corpo que não é simbolizável, da mesma forma que o próprio simbólico não abarca toda a natureza. Foi por esta razão que Lacan propôs considerar um registro real, para situar o que da realidade, da natureza, do corpo não é simbolizável, mesmo que não deixe de ter efeitos (BERNARDINO, 2006). Posto isso, voltemos às questões.

Salvo os casos em que a mãe não reconhece o seu estado gestacional, vindo a saber dele somente no ato de parir, o bebê, antes de chegar ao mundo, já é falado. Muitas vezes, seu nome já foi escolhido. Sonham com ele e para ele. Conversam com ele enquanto se encontra abrigado no corpo materno. É o centro das expectativas de seus pais e, se possui irmãos, é

falado como sendo o companheiro das futuras brincadeiras. Ao nascer, é recepcionado por um ambiente cheio de emoções. E não faltam palavras saudando sua chegada. Logo é inscrito em um registro civil. Ou seja, “antes mesmo de conseguir reagir ao [seu] nome, ele já existe e é contado como cidadão” (BERNARDINO, 2006, p. 25). É evidente que tudo isso pode ser diferente se ele não for desejado, mas ainda assim ele é falado. Aqui parece prevalecer o dito popular: “*Fale bem ou fale mal, mas fale de mim*”. Claro que os efeitos na subjetividade serão diferentes.

Sua chegada desfaz a organização familiar que de algum modo se encontrava estabelecida; ela altera as posições de seus membros: se é o primeiro filho, inaugura em seus genitores os exercícios da maternidade e da paternidade, em que são atravessados constantemente pelas questões: “O que é ser mãe?”, “O que é ser pai?” Sabemos que elas não se esgotam com o primogênito: para cada filho elas se impõem, visto que com cada um nascem uma mãe e um pai. Se aquele que acabou de nascer não é o primogênito, ele altera a posição de seus irmãos – agora ele é o caçula. Junto a isso, seu sexo, suas feições, a história da gravidez, do parto, do puerpério formam um conjunto que determinará como será esperado, como será acolhido, como será cuidado, como suas manifestações serão interpretadas; enfim, não é de outra forma que o filhote humano passa a ocupar um lugar na família cheio de determinações simbólicas e, por efeito, uma posição subjetiva.

Portanto, é ao ocupar esse lugar que ele se encontrará com a estrutura, a cultura que comporá sua humanidade. No seio da estrutura familiar ele receberá a transmissão de uma língua, das tradições e costumes de sua comunidade, das leis que a regulam, além do desejo familiar, inconsciente, a seu respeito. Desta combinatória resultará um produto: sua subjetividade, seu desejo próprio (BERNARDINO, 2006, p. 27).

Essas considerações indicam que “o homem cresce – faz seu crescimento – tão imerso num banho de linguagem quanto no chamado meio natural” (Lacan, 1966/2003, p. 228). Este banho de linguagem, que possibilita a imersão do filhote do homem em um universo cultural e simbólico que é preexistente a seu nascimento e “o determina antes mesmo que ele nasça. Isto, por intermédio do desejo no qual seus pais o acolhem como um objeto, queiram eles ou não, privilegiado” (Lacan, 1966/2003, p. 228). Somente por esse banho de linguagem é possível ao filhote do homem ascender à condição de bebê.

Assim, não se herda apenas a genética, mas se “herda também – simbolicamente – os acontecimentos, as experiências significativas vividas por seus familiares e antecedentes, a cuja história vem dar continuidade” (BERNARDINO, 2006, p. 27). Trata-se de uma transmissão que “se dá por via inconsciente, levando os antigos a criarem raízes na carne e a darem a dimensão do corpo e da existência” (BARROS, 2009, p. 30). Mesmo não tendo ainda sua

própria função simbólica, vemos que o filhote do homem chega ao mundo marcado simbolicamente, o que faz com que as primeiras linhas de sua história já estejam traçadas.

Porém, se a transmissão da herança genética se dá de forma direta, a transmissão da herança simbólica se dá por meio de uma operação que pode ser bem-sucedida ou não. Assim, o fato de existir uma ordem simbólica preexistente ao sujeito, em que seu lugar fica antecipado em sua rede de significantes, não quer dizer que ele já esteja constituído. A linguagem não se inscreve por si só: é “necessária uma operação sofisticada e, ao mesmo tempo, delicada para que a massa de carne se torne corpo e nele habite um sujeito” (BARROS, 2009, p. 28). É preciso um elemento operador que teça a ordem simbólica no corpo real do organismo. Este elemento é o desejo parental. É em razão dele que a estrutura simbólica fará marca no corpo do filhote humano e o sujeito inconstituído se alienará ao Outro. Em outras palavras, “o ser vivo é forçado *a se fazer* com o que há de desejanse na linguagem (VORCARO, 1999, p. 23).

Contudo, mesmo que a alienação seja fundamental, “nessa lógica do *fazer-se com a linguagem* pode haver renúncias e fracassos” (VORCARO, 1999, p. 26). Ao que diz respeito à renúncia, pode-se escolher pela não alienação à linguagem e permanecer em um estado em que não há diferenciação entre dentro e fora – bebê e ambiente¹⁷ são um só. Enganchado sob a viga do seio, o filhote do homem estabelece com este uma condição parasitária, visto que o seio é, nesse momento, parte dele, parte interior do sujeito inconstituído, e não do corpo da mãe: “está pendurado no corpo de quem suga, e não de quem é sugado, posto que nada diferencia, para a criança, a alteridade” (VORCARO, 1997, p. 74). Enfim, pode-se escolher pela não alienação à linguagem permanecendo em um estado em que não é admitida a falta no ser, permanecer em um estado em que impera a plenitude do ser ou, dito de outro modo, em que impera a onipotência primordial. Não é este o estado em que se encontra o recém-nascido?

Para autores como Jerusalinsky (1999), Kupfer (2000) e Laznik (2006), podemos identificar o autismo nesse estado, visto que a hipótese sustentada por eles é a de que o autista se situa fora da linguagem. Ele se situaria “no limbo entre o ser vivo e o sujeito” (VORCARO, 1999, p. 20). Por não termos a intenção de adentrar as peculiaridades do autismo, o que queremos salientar é que a subjetividade se constitui em torno de um buraco, de um furo, de uma falta primordial, que fundaria o desejo.

¹⁷ Por ambiente, estamos nos referindo ao corpo da mãe – o seio.

Sendo o filhote do homem um ser de necessidade, quem o acolhe satisfazendo suas necessidades é um ser de linguagem. Este, além de trazer o alimento, traz palavras, significantes. E o filhote humano mama, junto com o leite, as palavras de sua mãe. Por efeito, o cálido fluir do leite materno (FREUD 1905a/1987) satisfaz a necessidade do real orgânico, mas não só dele. A satisfação da necessidade produzida deixa marcas que são registradas como traço mnêmico, de tal forma que, em um segundo momento em que o organismo for afetado na sua homeostase, o filhote humano buscará repeti-la alucinando o objeto. Como este não suspende o desprazer vivenciado, advém ao filhote humano a percepção de que o objeto lhe falta e, conseqüentemente, a percepção da diferenciação entre dentro e fora – fim da completude do ser, da onipotência primordial, perda de gozo do ser e instauração da falta-a-ser.

Lacan afirma que “tudo surge da estrutura do significante” (1964/1998, p. 196). É porque esse faz um corte na plenitude do ser que a falta no ser se instala. Isto significa que a linguagem promove uma perda: a perda da plenitude do ser. Ou seja, o significante institui um corte que faz um furo no real – no sentido do infinitamente pleno –, levando à perda de *das Ding* – a Coisa. Este é um termo freudiano para nomear o que é inominável e apreensível do outro que promoveu a primeira experiência de satisfação, pela qual o desejo foi fundado e que se caracteriza como o objeto perdido. Assim, o que se perde do real é a Coisa. Por se referir a um tempo mítico em que não existe a falta, a falta da Coisa, o reencontro com este objeto é sempre buscado. Lacan nomeou essa falta de objeto:

Este objeto, que de fato é apenas a presença de um cavo, de vazio, ocupável, nos diz Freud, por não importa que objeto, e cuja instância só conhecemos na forma de objeto perdido, a minúsculo. O objeto a minúsculo não é a origem da pulsão oral. Ele não é introduzido a título de alimento primitivo, é introduzido pelo fato de que nenhum alimento jamais satisfará a pulsão oral, senão contornando-se o objeto eternamente faltante (LACAN, 1964/1998, p. 170).

Como causa do desejo, o objeto *a* “funciona como um verdadeiro motor da estrutura, como causa da própria estrutura do desejo” (JORGE, 2000, p. 140). Apresentando-se nas dimensões real, simbólica e imaginária, o objeto *a* é acessível apenas enquanto palavras e imagens – articulação pelo sujeito em sua fantasia inconsciente –, ou seja, nas dimensões simbólica e imaginária, sendo sua dimensão real (pura falta) inacessível por estar fora do registro do simbólico (JORGE, 2010). Dessa forma, o objeto *a* em sua dimensão real (*das Ding*) é, conforme esclarece Lacan:

Essa Coisa, o que do real – entendam aqui um real que não temos ainda que limitar, o real em sua totalidade, tanto o real que é o do sujeito, quanto o real com o qual ele lida como lhe sendo exterior – o que, do real primordial, diremos, padece do significante (LACAN, 1959-60/1997, p. 149).

Voltemos à escolha pela linguagem que instaura no sujeito uma falta – falta-a-ser. Nela “a possibilidade de ser implica, num primeiro momento, ser no Outro, implica encarnar em seu corpo o que concerne ao desejo deste Outro encarnado” (JERUSALINSKY, 2002, p. 187), restando àquele que está por se constituir subjetivamente ocupar o lugar que lhe concebem, corresponder ao sentido que lhe dão e tomar para si a imagem com que lhe cobrem. Trata-se, portanto, de uma escolha *forçada* (LACAN, 1964/1998). Se se entra na linguagem, perde-se a plenitude do ser. Mantendo-se fora dela, segundo Lacan, perde-se a vida como sujeito (1964/1998). Mas essa operação implica o outro também e então pode haver um fracasso da parte dele.

Para ingressar na linguagem, é imprescindível a mediação do outro não apenas como semelhante, mas como representante do campo simbólico. Eis o Outro primordial (LACAN, 1956-57/1995) que, como Outro encarnado, tem um papel decisivo na constituição subjetiva, já que o exercício de sua função promove o estabelecimento de um laço simbólico que permite ao filhote do homem sair de um estado de puro ser (gozo do vivo) e entrar na ordem Simbólica.

Vale sublinhar que o gozo do vivo é constituído por tudo o que o filhote do homem traz ao nascer – o “isso”, como Freud denominou. Lacan chamou esse gozo “de fundamental ou de mortal. (...) Esse gozo toma emprestado o caminho em direção à morte” (HOFFMANN, 2012, p. 11). Esta compreensão nos leva à observação feita por Vorcaro (2002), que remete à pontuação de Lacan sobre o fato de que nada se sabe em relação ao gozo do ser, uma vez que, “sem a mediação significante, vivo e gozo se equivalem” (VORCARO, 2002, p. 12). Segundo a autora, há uma imposição da alteridade que implica na perda do ser; portanto, numa escolha forçada. Assim, não é sem a mediação da alteridade que o filhote do homem é inserido no campo da linguagem. Sem essa mediação, o organismo sendo conduzido meramente pelo fluxo de vida, puro ser, sem sentido, está excluído da alteridade, e a vida não é possível. Sua condição de insuficiência o mata. É porque a alteridade opera a perda do gozo do ser, inserindo-o na linguagem, que ela se torna possível. Dessa forma, conforme afirma a autora:

Guiado pelo que implica a intervenção de uma alteridade que o significa, opera-se a morte do puro instinto, que se desfalca de sua plenitude. Escolha, portanto, sem escolha, que sobredetermina sua inserção no campo da linguagem, ou seja, seu fluxo vital, manifesto em grito, ganha os atributos diferenciais que um outro lhe confere (VORCARO, 1997, p. 72).

Esta operação implica a estrutura desejante daquele que exerce a função materna, na qual se presentifica “um interesse particularizado” endereçado ao bebê. Por sua condição desejante em relação ao bebê, a mãe – não necessariamente a biológica e nem necessariamente

uma mulher – é quem ocupa o lugar de Outro primordial, devido ao seu desejo não anônimo, no qual “a criança *realiza* a presença como objeto *a* na fantasia materna”, como afirma Lacan em *Nota sobre a criança* (1969/2003) – presença que a criança não deve realizar por muito tempo. Assim, é a partir do desejo não anônimo que a estrutura simbólica vai fazer marca no corpo do filhote humano, inscrevendo seus circuitos pulsionais. Com isso, pensamos que a mãe se torna o Outro *primordial* não apenas por ser o *primeiro*, mas por ser *essencial*. É o desejo não anônimo, inscrito no psiquismo materno, que tece o laço simbólico que sustenta as operações primordiais da constituição do psiquismo.

É por ser capturado pelo desejo da mãe, se assujeitando a ele, que o filhote do homem, que não é indiferente a ele, escolhe a linguagem se alienando dela, não sem antes ter a percepção da falta em razão da perda de um objeto da mãe, que era percebido como pertencente a ele. Essa falta lhe causará o desejo do desejo do Outro primordial.

Com Freud, aprendemos que o bebê não ocupa um lugar qualquer no inconsciente de uma mulher (1924/1987). Trata-se de uma especificidade que ele revelou sobre o psiquismo das mulheres. Ao se debruçar sobre a sexualidade infantil, muito distante ainda dos esclarecimentos sobre a sexualidade feminina, ele indicou que os cuidados que a mãe dirige ao seu bebê estão intimamente relacionados com a sexualidade dela: “ela o trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo” (FREUD, 1905a/1987, p. 211).

Em escritos posteriores, em que buscou decifrar o enigma da feminilidade, ele esclareceu que o bebê é um dos termos de uma equação de equivalências simbólicas – pênis-falo-bebê –, pela qual o desejo da menina/mulher desliza devido à fantasia de que aquele seja a resposta para a sua falta, a falta fálica (FREUD, 1932/1987). Assim, a experiência da maternidade, vindo a realizar tal equação, leva a mulher à vivência da completude fálica. Freud indica que a resolução da falta fálica para as mulheres estaria na tal equação, mesmo que nessa mesma experiência ela reatualize sua condição perante a castração (FREUD, 1932/1987).

Tudo isso evidencia que a chegada de um bebê ao mundo vai além do ato de ser parido, em função de ele chegar em um cenário imaginário e em um contexto simbólico resultantes da tramitação da sexualidade, da história libidinal e da resolução edípica de sua mãe, o que mostra que a relação mãe-bebê está longe de ser uma relação natural, da mesma forma que não é uma relação dual (JERUSALINSKY, 2014).

Partindo da formulação freudiana de que a criança simboliza o falo para a mãe, Lacan afirma que a relação entre a mãe e a criança não é uma relação dual, uma vez que entre elas existe um terceiro termo: o falo, objeto de desejo da mãe. Assim, seguindo as coordenadas freudianas, ele afirma que, “se a mulher encontra na criança uma satisfação é, muito

precisamente, na medida em que encontra nesta algo que atenua, mais ou menos bem, sua necessidade de falo, algo que a satura” (LACAN, 1956-57/1995, p. 71). A mãe investe o filhote do homem – em seu puro real orgânico – no lugar de signo de seu desejo, substituindo *falta por bebê*. Não é por outra razão que a mãe dá ao seu bebê a possibilidade de vir a ser que não seja o de enlaçá-lo na metáfora que o toma como objeto de seu desejo.

Ser o objeto do desejo materno é o ponto de partida que permite com que uma primeira dimensão de ser se constitua para a criança – uma dimensão que se define primeiramente “pelo significante do desejo da mãe que se encarna no falo. Esse falo que preexiste ao sujeito é o significante do desejo da mãe” (HOFFMANN, 2012, p. 10). Assim, a necessidade de se sentir amada e desejada, conseqüentemente protegida contra o desamparo, leva a criança a se identificar com o objeto que a mãe deseja. É uma identificação fálica, que lhe assegura um lugar de existência no desejo do Outro. Se a ausência da mãe é vivida pela criança como falta de amor, tornar-se ilusoriamente o objeto que causa o desejo daquela é garantir, então, a presença dela; é se assegurar de seu amor (ZALCBERG, 2003). Portanto, entre a mãe e a criança existe o desejo da mãe, que é fundamental para a constituição da subjetividade.

Faz-se necessário salientar que o que está implicado aqui não é o fato de a criança ter sido mais ou menos satisfeita, já que a relação dela não é com um objeto que a satisfaça ou não em sua necessidade. Como a relação dela se constitui com o desejo do Outro primordial, o que se sublinha é o fato de ter sido, antes de seu nascimento, uma criança desejada ou não. Lacan afirma que “esse termo é essencial. É mais essencial do que ter sido, neste ou naquele momento, uma criança mais ou menos satisfeita. A expressão criança desejada corresponde à constituição da mãe como sede do desejo” (LACAN, 1957-58/1999, p. 268).

Ainda dentro deste raciocínio, o autor faz referência aos sujeitos “mais ou menos caracterizados pelo fato de terem sido filhos não desejados” (LACAN, 1957-58/1999, p. 254), como aqueles que apresentam “o caráter específico da reação terapêutica negativa, sob a forma do irresistível pendor para o suicídio” (LACAN, 1957-58/1999, p. 254). Parece-nos que o que está em jogo aqui é a prevalência da pulsão de morte no psiquismo, isto é, a prevalência de o “voltar ao repouso das pedras” (LACAN, 1957-58/1999, p. 252). Zalcberg, apoiando-se nos ensinamentos de Lacan, traz um esclarecimento bastante próximo das palavras do psicanalista:

Quando o falo representado pela criança não agrada à mãe, ou não lhe convém, é a própria existência da criança que fica em suspenso, pois não encontra insígnias para fundamentar seu ser. É o que acontece quando a criança procura sua imagem fálica no olhar da mãe e não a encontra; surge, então, um sentimento de estranheza, de angústia. Para a criança destituída desse começo que lhe dá uma primeira identificação – ser o objeto do desejo do Outro – castração e morte estão associados ou se implicam mutuamente em seus pensamentos. Não é isso que a criança lê no olhar da mãe – ser

tudo ou nada? (ZALCBERG, 2003, p. 92).

Isso nos leva a crer que o desejo do Outro primordial, elemento formador da fantasia, funciona como um escudo protetor no que diz respeito à pulsão de morte. Sobre isso, caminharemos com Jorge (2010). Em seu escrito, ele aborda a relação que Lacan faz entre o gozo e a pulsão de morte de forma bem esquematizada; uma esquematização que não encontramos na obra lacaniana, uma vez que as formulações sobre o gozo, além de atravessar boa parte de sua obra, sofrem modificações. Assim, servindo-nos da esquematização que o autor oferece ao leitor, extraímos o que consideramos de mais importante para a nossa temática.

Partindo da indicação de que toda pulsão é pulsão de morte, Jorge (2010) apresenta um esquema em que postula a existência de um único vetor da pulsão, que, caracterizada pelo imperativo da satisfação plena, se dirige à *das Ding* em sua busca. Embora este seja um objeto perdido, não significa que a pulsão deixe de buscá-lo. Ela insiste e persiste, justificando sua força constante. É para “a Coisa” que o vetor se dirige. Devido à sua inexistência, o que a pulsão recebe é o objeto que lhe satisfaz apenas parcialmente.

Este movimento da pulsão rumo à *das Ding* Freud nomeou de “morte” e Lacan de “gozo”. “Gozo é, precisamente, o nome que Lacan deu à morte, tal como ela é introduzida por Freud em ‘Mais além do princípio de prazer’” (JORGE, 2010, p. 137). Com esta definição, Jorge (2010) demonstrou que, conforme o ensino de Lacan avançava, a categoria de gozo evoluía, adquirindo uma maior importância. Assim, se em um primeiro momento, o gozo estava articulado à satisfação da pulsão e não à satisfação de uma necessidade, em um tempo posterior, ele passa a ser relacionado com a pulsão de morte. Ou seja, se o gozo absoluto – mortífero – não se inscreve na estrutura psíquica, já que não possui representação, tal como a morte, o gozo fálico – sexual, parcial e limitado – “é uma espécie de presentificação da morte em vida” (JORGE, 2010, p. 140) que oferece ao sujeito, de forma pontual, um brevíssimo acesso à morte. Nas palavras do autor:

Todo sujeito é movido, no fundo, por esse vetor mortífero. O empuxo-ao-gozo é precisamente o sentido desse vetor na direção da morte, concebida por Freud como a anulação radical das tensões internas experimentadas pelo organismo vivo e pelo aparelho psíquico. Esse empuxo-ao-gozo é um empuxo à morte, aquela tendência do princípio de Nirvana de zerar as tensões internas de forma absoluta (JORGE, 2010, p. 140).

Isso nos indica a importância da fantasia. Ela serve de freio ao empuxo-ao-gozo ilimitado, “um empuxo à morte, aquela tendência do princípio de Nirvana de zerar as tensões internas de forma absoluta” (JORGE, 2010, p. 140), justamente porque erotiza a pulsão de morte. Dessa maneira, a pulsão originária, ao ser erotizada, se torna pulsão sexual, e o gozo,

que era mortífero, se transforma em um gozo sexual – gozo fálico.

Porém, essa operação ocorre por efeito da presença do Outro primordial, por efeito do desejo não anônimo da mãe. Ou seja, é porque a mãe erogeniza o corpo de seu bebê, produzindo as inúmeras zonas erógenas, que “aquilo que era apenas furo no real do corpo passa a ser borda constituída por linguagem e ligada a alguma imagem” (JORGE, 2010, p. 143). Não é de outro modo que “o gozo, que antes invadia todo o corpo, passa a ser escoado – poder-se-ia dizer filtrado – exclusivamente pelos furos desse corpo, tornando-se gozo fálico, isto é, gozo atravessado e limitado pela linguagem” (JORGE, 2010, p. 143).

Assim, o fato de a criança se constituir ou não enquanto objeto de desejo da mãe fará toda a diferença na sua constituição subjetiva, pois é em razão desse lugar que um investimento erótico é derramado sobre ela: um investimento que, como Freud bem assinalou, desperta a pulsão sexual (1905a/1987), cujo potencial fará frente ao gozo mortífero – gozo ilimitado inerente à pulsão de morte. Como afirma Jorge:

O amor e o desejo do Outro são responsáveis pelo desejo de viver e pelo florescimento, na criança, da pulsão de vida. Assim, aparentemente de modo paradoxal, é da pulsão de morte que, por ação do amor e do desejo do Outro, nasce a pulsão de vida. Pois, ao nascer, a criança está muito mais próxima do não-ser do que do ser ao qual ela acaba de advir; ela está atravessada pela pulsão de morte, da qual, sob a incidência do amor e do desejo de vida proveniente do Outro, nascerá pouco a pouco a pulsão de vida. A criança adquire assim, gradativamente, bons motivos para querer viver, sua pulsão de vida cresce e amplia seu domínio de ação (JORGE, 2010, p. 161).

O autor esclarece que, por meio da fantasia amorosa do Outro primordial, o corpo do bebê é investido narcisicamente e, por isso, ela constitui a primeira forma de erotismo que o envolve, mesmo na condição de objeto do amor e do desejo do Outro. Ela, a fantasia do Outro primordial, protege-o da tendência autodestrutiva, ou seja, ela o protege do gozo mortífero.

É da fantasia do Outro parental que provêm os elementos que vão desencadear no sujeito em constituição tendências que serão marcantes para o decorrer de sua vida. A fantasia amorosa do Outro parental, e o desejo que ela sustenta ao erogeneizar o corpo do bebê e nele investir maciçamente sua libido, produz um aplacamento da pulsão de morte e traz uma grande porção desta ao âmbito do princípio de prazer (JORGE, 2010, p. 165).

É com sua fantasia que a mãe constitui o laço simbólico com o bebê, laço que, de um lado, conta com a subjetividade dessa mulher e, do outro, com as aptidões do corpo real do recém-parido (JERUSALINSKY, 2014). Assim, é no encontro entre a mãe e o filhote do homem quando tudo corre bem que um laço atravessado pelo desejo da mãe se estabelece articulando o gozo do vivo à estrutura linguageira, que eleva aquele à condição de bebê.

É fato que a ausência de um saber instintivo leva o bebê a depender radicalmente do saber do Outro primordial não apenas para a sua sobrevivência, mas para que aquilo de que ele padece em seu corpo possa ser representado. Isso significa que o filhote do homem, além do desamparo motor, se encontra em um desamparo simbólico. Essa condição em que ele se encontra leva a mãe a lhe acolher. Ela lhe propicia as experiências de satisfação e, simultaneamente, o coloca em rede com um saber simbólico para o qual ele vai produzindo respostas ao longo de sua constituição.

Assim, a mudança de sua condição é escolha feita por um outro, que tomará ou não o organismo sob seus cuidados. A mãe, ao acolher os fatores constitucionais ou o real do organismo do bebê, estabelece um funcionamento corporal subjetivado por meio dos cuidados dirigidos a ele. Ela possibilita que as manifestações corpóreas, enquanto automatismo orgânico, sofram um apagamento para retornar em outro momento marcadas pelas inscrições primordiais. Manifestadas como reflexos arcaicos, como, por exemplo, a busca pelo seio, sucção e deglutição, elas se transformam em ato voluntário do bebê, enlaçado em uma organização simbólica/imaginária. Portanto, “é a partir desta transformação, que o bebê será enredado numa rede significante, alienado a ela” (SANSON, 2006, p. 64).

Entretanto, a forma como a mãe toma as manifestações do organismo faz grande diferença para as inscrições primordiais, visto que imprimirá as particularidades no funcionamento de suas diversas funções. Não é por um acaso que encontramos bebês mais chorosos ou menos chorosos, mais “gulosos” ou mais inapetentes, mais dorminhocos ou com “sono de mosquinha”¹⁸, mais tranquilos ou mais inquietos – esses modos são efeitos do encontro do organismo com as marcas simbólicas produzidas pelo Outro primordial. Ou seja, “é neste laço com o Outro, com sua cadeia de significantes, que as funções do organismo poderão vir a se inscrever como funcionamento erógeno” (JERUSALINSKY, 2002, p. 156).

Contudo, para que o processo de subjetivação ocorra, é preciso que a mãe suponha a existência de um sujeito (bebê) onde há apenas um organismo (filhote do homem). É porque ela o toma como objeto suplente de sua falta imaginária que as manifestações desse organismo, regidas pelos automatismos dos reflexos arcaicos, serão tomadas como produções de um sujeito, para as quais ela empresta a palavra. Mais do que isso, ela as toma como dirigidas a ela e as transforma em mensagens. Esta é uma das operações fundamentais sustentadas pelo Outro primordial. Com a *suposição de sujeito* e com a inscrição de seus efeitos, efetivamente o bebê começa a demandar. Ou seja, há o *estabelecimento da demanda* como resultante do sentido

¹⁸ Expressão comumente usada pelas mães aos bebês que acordam com frequência.

dado pela mãe às ações involuntárias do organismo e que ela traduz em palavras, produzindo, assim, “o engaste que possibilita que os aspectos constitucionais do bebê sejam sustentados em uma rede significante a partir da qual podem fazer algum sentido” (JERUSALINSKY, 2002, p. 59). Vale sublinhar que o sentido que a mãe dá a essas ações possui dupla conotação: sentido enquanto significação e sentido enquanto destino para as excitações que acometem o organismo.

Do mesmo modo em que é o engaste do anel que sustenta a pedra em seu justo lugar, é o engaste ao exercício da função materna que dá a sustentação para que os aspectos constitucionais do bebê possam vir a desdobrar-se em novas produções, já não mais regidas puramente a partir do automatismo neurológico. É somente a partir do engaste ao campo do Outro encarnado, a partir de certa experimentação sustentada pela rede significante do agente materno, que poderá ocorrer no bebê a inscrição de um saber inconsciente e um conhecimento consciente acerca do que lhe convém (JERUSALINSKY, 2002, p. 59).

Assim, afetada pela manifestação desse real orgânico, a mãe produz uma interpretação com base em suas representações, em seu saber inconsciente e no consciente também, buscando atrelar a urgência do bebê a uma significação que possa produzir nele uma experiência de satisfação. E ela não realiza de qualquer forma essa interpretação. Com o *motheress*¹⁹ estabelecido, quando seu bebê chora, por exemplo, ela diz: “*Você quer mamar? Você está com fome?*”, ao que ela responde como se fosse ele: “*Sim, mamãe, estou com fome, eu quero mamar. Hummm, que mama gostoso!*” Outro exemplo muito interessante é quando a mãe toma a “mímica facial” do recém-nascido – contração muscular involuntária facial – como sendo um sorriso dado a ela: “*Você gosta quando a mamãe faz assim! Você está sorrindo para mim!*” É porque ela faz essa antecipação que o grito do bebê pode ser escutado e significado como um apelo, propiciando com que em outro momento se estabeleça, de fato, como uma demanda.

É importante salientar que há uma musicalidade na fala da mãe. E ela é acompanhada de uma expressão facial e de movimentação dos lábios muito ricas, que não só convocam o bebê a escutá-la como a olhá-la, produzindo uma erotização nele. E ele não demora a lhe responder. Muito ao contrário, sua resposta é imediata: dirige seu olhar para ela e movimentada excitadamente seus braços e suas pernas. Quando ela silencia, o bebê movimentada seus lábios e

¹⁹ Segundo Laznik (2006, p. 98), o *motheress* (“manhês” em português) “é o dialeto de todas as mães do mundo quando elas falam com seus bebês: a voz é postada um tom mais alto e a entonação é exagerada”. Falando na primeira pessoa, a mãe fala no lugar do bebê e lhe responde como se fosse ele. Segundo a autora, a prosódia da voz materna manifesta o prazer que a situação suscita nela. Jerusalinsky (2014, p. 67) acrescenta que o manhês se caracteriza “pela sintaxe simplificada, pelo uso de diminutivos, pela evitação de encontros consonantais – frequentemente suavizados por substituição de fonemas – pela repetição silábica (...)”.

dá gritinhos, produzindo vocalizações que se dirigem a ela. Aliás, esses intervalos compostos pelo silêncio da mãe são fundamentais. São brechas, espaços que o outro sustenta, “para que advenha a fonação do bebê – sustentando para ele a matriz dialógica” (JERUSALINSKY, 2014, p. 68). Ou seja, como a mãe supõe que aquele com quem ela fala é um sujeito, ela, então, supõe que ele tem algo a dizer. Assim, ela sustenta a suposição de um desejo no bebê, sustenta ali a alteridade. Nas palavras de Jerusalinsky:

Por isso, ainda que o bebê de poucos meses não tenha condições de entender o sentido do que está sendo dito, dado que ele não nasce com a língua previamente inscrita, ele já começa a ser pulsionalizado, erotizado e, simultaneamente, tomado no funcionamento da linguagem. A musicalidade presente na fala da mãe, seus picos prosódicos e seus silêncios vêm sublinhar inconscientemente certos pontos significativos do que é dito, pontos que arrastam o gozo que implicam subjetivamente a mãe no laço com o bebê (JERUSALINSKY, 2014, p. 69).

Embora a mãe esteja com o seu saber em cena assumindo uma posição de mestria e, desse modo, fazendo uma leitura e significando o grito do filhote do homem como “*Você quer mamar?*”, por exemplo, ela também o interroga. Quem de nós já não se deparou com uma mãe sem saber por que seu bebê chora: “*Amor da mamãe, por que você chora? O que você quer? Você já mamou. Você quer colinho? Está com frio?*” Nesses momentos, ela supõe um desejo nele, um desejo que para ela se faz como um enigma. Ela também supõe um desejo nele que nem sempre está em sintonia com o dela. Quem de nós já não se deparou com uma mãe se interrogando sobre a significação que ela deu à demanda de seu bebê: “*Será que era isso que ele queria?*” Pois bem, ela “mantém no laço com o bebê uma certa dimensão do não-saber, pois a produção do bebê comporta um enigma no qual ela se reconhece, mas cuja decifração ela ignora” (JERUSALINSKY, 2002, p. 249).

O falar da mãe como se o bebê estivesse a falar com ela ocorre em função da produção de uma identificação transativista. Por meio desta, a mãe implica sua economia de gozo e por isso seu corpo é afetado por aquilo que afeta o corpo de seu bebê, evocando sua representação desse afeto. São nas miudezas do cotidiano que essas experiências ocorrem: “*Hum! Que aguinha quentinha!*”, diz a mãe ao deitar o seu bebê na água do banho, ou “*Que papa gostoso!*”, ao oferecer a comidinha para ele, ou “*Meu neném está dodói?!?*”, na primeira febre, ou ainda “*Ai, ai*” na primeira queda dele ao ensaiar os primeiros passos – enfim, são infinitos exemplos em que muitas mães se reconheceriam. Assim, presentificando em sua voz e gestos a sua própria experiência, que ela oferece ao seu bebê, a mãe lhe empresta sua representação de afeto, permitindo que ele se aproprie dessa representação, desse saber e o experimente como sendo seu. Ou seja, é possível a ele alcançar a representação, o saber daquilo que ocorre em seu corpo

e, desse modo, poder constituir esse corpo como o seu. Dessa maneira, aquilo que afetou o corpo do bebê se transforma em um afeto representado, já que a identificação transativista promove as inscrições primordiais constituintes do psiquismo do bebê.

O que temos aqui é uma operação em que, pela identificação transativista com o bebê, a mãe, ao mesmo tempo em que regula o gozo dele, tem acesso ao seu próprio gozo. Portanto, não é despreendida de si que a mãe exerce os cuidados com o seu bebê. Porém, a função paterna inscrita nela não permite que ela tome o seu bebê como puro objeto de gozo, do mesmo modo que não permite que a satisfação dele se realize acima da lei. Por isso é que o funcionamento do corpo do bebê vai sendo regulado pelas normas educativas, ou seja, ele vai se dobrando às regras da cultura: a alimentação, o sono, os hábitos higiênicos, etc. Assim, é porque os cuidados maternos estão ancorados em uma referência simbólica que é possível para a mãe sustentar no laço com o seu bebê certa alternância que se apresenta em uma cadência ritmada de presenças e ausências: olhar-não olhar, voz-silêncio, fome-saciedade, apaziguamento-tensão.

O que está em pauta aqui é que o bebê deve contar com o psiquismo materno como um mediador para que progressivamente o seu psiquismo possa se constituir. Isso quer dizer que será por meio das representações inconscientes da mãe – ao exercer sua função de recobrir o real do organismo atrelando o gozo do bebê à linguagem – que o seu psiquismo será constituído. Traremos a pequena JOANA de volta.

Precisando atingir um peso corpóreo de 2 kg para receber alta e ir para casa com a sua mãe, Joana recebia os devidos cuidados. Porém, a cada dia ela perdia peso. Como se tratava de um recém-nascido prematuro, a perda de peso e, conseqüentemente, a desestabilização que provocava em seu organismo, a colocava próxima do morrer.

A presença de sua avó possibilitou a mudança desse quadro. Teria a avó realizado algum passe de mágica? Teria ela uma vara de condão, como as fadas madrinhas, para que a pequena Joana ganhasse peso e seu organismo se estabilizasse? Certamente que não. Ao ser alimentada pelo prazer de sua avó enquanto esta a olhava e conversava com ela, Joana começou a dar sinais de que a matriz simbólica estava fazendo suas marcas. O contato visual com a avó e o cessar de seu choro ao ouvir a voz de sua avó eram sinais de que seu organismo havia iniciado os primeiros trilhamentos. Como afirma Sanson (2006):

Palavras que abrem caminhos, que fazem trilhas, que enlaçam este organismo à ordem do Simbólico. As funções parentais, que referem esse bebê a uma história, a uma cultura, a um desejo, permitem não somente que o Simbólico se inscreva num neurológico herdado geneticamente, mas que estas inscrições têm o poder de modificar estruturas e funcionamento de células neurais e de suas conexões, provocando modificações plásticas, como crescimento de novas terminações e botões sinápticos, crescimentos dendríticos, aumento da fenda sináptica, mudanças de

conformação de proteínas receptoras, incremento de neurotransmissores. Esta extensa descrição neurológica serve para que não percamos de vista o que significa para um recém-nascido ser tomado neste laço parental (SANSON, 2006, p. 62).

Portanto, no exercício de sua função, a mãe parece tecer. Com seus cuidados, ao ocupar-se da economia de gozo do bebê, instaurando um funcionamento corporal subjetivado e um circuito de satisfação, isto é, introduzindo a ele a dimensão do *Eros*, do erotismo, a mãe vai entrelaçando os fios da linguagem no pequeno corpo. Dessa forma se instala no bebê um tipo diferente de satisfação, que, se até então era autoerótica, passa a conter a marca do Outro primordial, a partir daí indispensável em seu circuito de satisfação, uma vez que se engajou no laço com o Outro encarnado.

Assim, é porque ela verte em palavras o grito do bebê, é porque ela dá um sentido às sensações precoces que tomam o pequeno corpo, nomeia cada parte do corpo, precipita uma significação diante daquilo que o corpo de seu bebê produz, que se instaura o funcionamento corporal subjetivado, já que se torna possível a constituição de um saber por parte dele. Identificado ao desejo do Outro primordial, ele pode representar simbolicamente o que lhe afeta e, com base nesse saber, pode se apropriar imaginariamente de seu corpo. Portanto, em razão do desejo não anônimo, do saber inconsciente da mãe, a economia de gozo do bebê passa a ser regulada, visto que ele toma as representações dela como suas, dando ao que afetou o seu corpo um caráter de representação, fazendo operar a passagem do gozo ao saber, do corpo à linguagem.

Dessa maneira, é a partir das primeiras inscrições psíquicas estabelecidas na relação com um Outro encarnado, atravessado em sua própria economia de gozo pelo que se passa com o bebê, que, pela ligação do afeto à representação, aquelas passagens – do gozo ao saber e do corpo à linguagem – se dão, possibilitando a constituição psíquica e o apropriar-se imaginariamente de seu corpo.

Vemos que todo este processo que ocorre nos primórdios da vida subjetiva se dá por meio da alienação – uma das operações da constituição subjetiva. É com esta operação que o psiquismo inicia seu processo de constituição. É porque em um primeiro tempo a criança é falada pelo outro que em um tempo posterior ela poderá falar por si própria. Para que isso ocorra, é necessário que ela primeiramente se aliene no desejo e no saber – nas palavras – do Outro primordial. Ou seja, primeiro a linguagem vai habitá-la, marcá-la, para só depois, quando perceber que o Outro não é absoluto, ela se desalienar – segunda operação que Lacan nomeou de separação.

A criança terá ainda outra tarefa árdua: a de romper com essa linguagem que a marcou, que veio dos outros parentais, os quais a introduziram no campo das palavras. Terá de recalcar essas marcas primordiais, torná-las esquecidas, inconscientes – para ter acesso à fala própria e poder tornar-se dona de suas palavras (BERNARDINO, 2006, p. 29).

Este investimento que advém do desejo da mãe é a base para a constituição subjetiva, que implica a constituição da imagem de si. Portanto, a partir do que vem do Outro primordial – nomeação e imagem, que se encontram entrelaçadas à demanda, ao desejo e à sua fantasia – por um processo identificatório, inicia um primeiro esboço do eu, um eu ideal que, identificado como objeto de desejo da mãe, se funda numa imagem idealizada, compondo o corpo do bebê, um corpo imaginário que, “apreendido em sua massa, percebido instantaneamente como uma silhueta ou percebido globalmente como uma sombra humana” (NASIO, 2009, p.81), envelopa o corpo real, o corpo à flor da pele, que, como superfície crivada pelos impactos pulsionais, apresenta-se como um mosaico (NASIO, 2009).

O que está em pauta nesta operação é o fato de que a mãe antecipa uma imagem que contorna o corpo real e que no início da vida é vivenciado como fragmentado. Assim, compreendermos que a imagem envelopa o corpo real – o corpo à flor da pele. Segundo Costa (2006), essa “antecipação se situa numa certa condição de aposta que vai permitir à criança, por exemplo, antecipar a unidade corporal” (p.16). Por essa aposta, a criança antecipa uma imagem de um corpo unificado quando ainda vivencia seu corpo como descoordenado e despedaçado. Assim, a autora esclarece que como essa unidade apreendida vem de fora, ou seja, se situa no Outro primordial, a antecipação nos remete, então, a relação ao Outro.

Essa relação é o que permite muitas coisas: as condições de recorte dos orifícios do corpo – os orifícios pulsionais – tanto quanto o suporte corporal que vai se sustentar a partir desses orifícios, na medida em que é também ali que se dá a inscrição de um suporte simbólico. Quer dizer, essa espécie de confiança, de suposição, ou de hipótese do Outro primordial, antecipa o sujeito onde ainda ele não está: antecipa que ali – no lugar do infans, quando a criança ainda não toma a palavra – pode vir a se constituir um sujeito (COSTA, 2006, p. 16).

Isso nos diz que o eu não se constitui por si só. Ele se constitui na experiência com o Outro primordial. A esta experiência, Lacan denominou de estágio do espelho, que pode ser compreendido como uma identificação, como uma “transformação no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1949/1998, p. 97). Esta experiência, que ocorre entre os seis e dezoito meses, tem como cerne a construção da imagem de si.

Nesse escrito, Lacan apontou que, se o filhote do homem é superado em inteligência instrumental pelo chimpanzé, ele não o é no que diz respeito ao reconhecimento de sua própria imagem no espelho. Sem ter o controle da marcha e nem mesmo a postura ereta, no colo do

outro ele brinca com a sua imagem refletida no espelho. Essa é uma cena cativante, pois ela mostra o filhote humano tentando se apossar de sua imagem. Ele inclina o corpo em direção à imagem; com suas mãos, ainda com movimentos descoordenados, tenta pegá-la, quando não tenta com a boca. Essa experiência lúdica acompanha o movimento de ele se voltar para a mãe em busca de um reconhecimento: “*Sim, esse é você, meu filho*”.

A elaboração de Lacan sobre o estádio do espelho fornece a compreensão de que a imagem do corpo se constrói com a mediatização do olhar desejante da mãe, ou seja, pelo investimento do narcisismo materno. Isso significa que a imagem de si é resultante da operação de alienação da imagem idealizada, o eu ideal, oferecida pela mãe. Entretanto, ela não se constitui no plano puramente especular de refletir a imagem da criança – função do outro imaginário. É necessário que a mãe funcione como testemunho desse processo da constituição da imagem – função do Outro simbólico –, isto é, reconheça pela vertente da palavra a existência simbólica do corpo da criança.

Este é um momento de grande júbilo para a criança. Entretanto, devido à discordância existente entre o que o filhote do homem vê – a imagem total – e o que ele sente – desordens das sensações internas –, somente o reconhecimento do outro não será suficiente. O outro precisará confirmar. Logo, o Outro do estádio do espelho desempenha uma dupla função: ser cúmplice do júbilo e ser testemunho da cena. Portanto, a assunção de um corpo pela confirmação do olhar da mãe leva à estruturação do eu, que se precipita na matriz simbólica. Essa relação com a imagem do semelhante tem como resultado um “eu especular” que corresponde ao narcisismo originário, cuja constituição não se realiza sem o intermédio do olhar desejante do Outro. Como constatou Garcia-Roza, “o narcisismo não é, portanto, estritamente falando, uma relação com o si mesmo senão através de um outro com o qual o indivíduo se identifica e no qual se aliena” (2002, p. 215).

Essa primeira demarcação de si pela identificação com o outro leva à diferenciação entre o interior e o exterior, mais especificamente entre o corpo da mãe e o corpo da criança. Por se tratar de uma relação especular, imaginária, não existe ainda uma separação entre a criança enquanto sujeito e o outro porque nesse momento, por estar identificada com o objeto do desejo da mãe – o falo – a criança não se constituiu ainda como sujeito. Ela encontra-se alienada nesta imagem que não é ela, mas que diz respeito ao outro; encontra-se alienada no desejo do desejo do Outro.

Ora, a suposta unidade do sujeito seria pois da ordem da alienação e da ficção, já que centrada no olhar do outro. Nesse contexto, o eu seria a materialização do falo, a essência da onipotência primordial do infante. Seria essa, enfim, a matéria-prima do eu ideal (BIRMAN, 1999, p. 44).

Ser o suposto objeto de desejo do Outro e se alienar do desejo dele é fundamental para a constituição psíquica. Como esclarece Zalcberg, “é preciso que na condição do estádio do espelho a criança seja investida realmente pelo olhar desse outro, isto é, que ela seja o objeto real de um certo desejo particularizado” (ZALCBERG, 2003, p. 166). Somente por essa vertente é que um lugar de existência se delineia, inscrevendo-se simbolicamente neste que está por advir como sujeito. Assim, o reconhecimento do Outro, ao favorecer à criança um lugar de existência, confere a ele a certeza de existir. Porém, tudo isso se inicia pela recepção que o Outro fará à massa de carne. É dela que vem a aposta de que ali brotará um sujeito. E o corpo será habitado.

2.4 Atravessando o Danúbio com Ferenczi

Ambiente. Talvez esta seja a palavra maior no pensamento de Ferenczi, uma espécie de chave mestra, aquela que abre todas as portas. Percorrendo os escritos do psicanalista húngaro, vemos que vários conceitos – onipotência, catástrofe, introjeção, trauma, desmentido, clivagem psíquica – estão direta ou indiretamente atrelados ao ambiente. Longe de ser apenas o meio natural ou o meio físico, para o autor, o ambiente é constituído pelos outros humanos, que, trazendo consigo as leis e a linguagem, fazem dele um meio regulado por leis sociais. Podemos dizer que o ambiente é constituído por uma rede ampla de elementos que concorrem para a subjetivação: as relações entre o sujeito e o outro, a família, as relações de poder, o contexto social, político e cultural, o momento histórico, o discurso científico, as práticas médicas, etc.

Em se tratando da constituição da subjetividade, a mãe é o primeiro ambiente. Entretanto, é sempre bom repetir que o discurso psicanalítico não se refere à figura real da mãe, mas à função materna, cujo exercício, como já mencionamos, não necessariamente precisa ser justaposto à mãe real e nem mesmo ao sexo feminino. Reis (1991) nos lembra de que em várias passagens da obra freudiana não é a figura da mãe que é assinalada quando Freud se refere ao tempo anterior ao complexo de Édipo. A esta anterioridade, o pai da psicanálise se referiu “aos pais, figuras parentais indiferenciadas, ou ao seio, figura simbólica representativa das funções maternas” (REIS, 1991, p. 12). Ferenczi, na mesma esteira que Freud, se referiu “a um modo de relação que ele identifica como o ambiente que acolhe o

recém-nascido, o seio, o objeto, e finalmente, o adulto, que cuida da criança” (REIS, 1991, p. 12).

O que é importante assinalar é que se trata de uma função, e o seu exercício se sustenta na abertura do ambiente às afetações vivenciadas pelo filhote do homem em sua experiência originária. São as ações capazes de acolher os estados de excitações do bebê – ações realizadas que sejam capazes de atuar como continente e de qualificar as excitações que acoçam o pequeno corpo – que estão em jogo. Portanto, como um escudo protetor, a mãe ou quem a substitui nessa função, “além de ser um agente (que tem o poder de agir), é portadora de um código de significações, podendo dar sentidos às vivências pulsionais desordenadas do bebê” (REIS, 1991, p. 10). Dessa forma, quem exerce a função materna impõe ao corpo do bebê uma presença quase absoluta.

Já vimos que esta não é uma presença qualquer, pois ela se faz a partir de uma identificação com o bebê, o que possibilita com que as ações maternas sejam entrelaçadas de uma satisfação que a existência do humano infantil traz ao agente materno. Assim, representando a continuidade da vida, “cada criança que nasce traz de novo consigo a esperança da vitória do ser humano sobre o seu destino” (REIS, 1991, p. 11). Não é para isso que Freud, em seu escrito *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914), aponta?

A criança deve ter melhor sorte que seus pais, não deve ser submetida aos mesmos imperativos que eles tiveram de acatar ao longo da vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrições à própria vontade não devem valer para a criança; as leis da natureza, assim como as da sociedade, devem se deter diante dela e, ela deve realmente tornar-se de novo o centro e a essência da criação do mundo. His Majesty the Baby, tal como nós mesmos nos imaginamos um dia. A criança deve satisfazer os sonhos e os desejos nunca realizados dos pais (...). O ponto mais vulnerável do sistema narcísico, a imortalidade do ego, tão duramente encurralada pela realidade, ganha, assim, um refúgio seguro abrigando-se na criança. O comovente amor parental, no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo renascido dos pais, que, ao se transformar em amor objetal, acaba por revelar inequivocamente sua antiga natureza (FREUD, 1914/2004, p. 110).

É com esta perspectiva de continuidade, por meio da qual os pais alimentam seus sonhos, que um investimento advindo do narcisismo do par parental é derramado sobre o bebê. Esse investimento diz muito a ele: sua intensidade é apreendida e instaura marcas em seu corpo. Assim, é pela erogenização realizada pela mãe em razão das sensações de prazer que se despertam nela que o corpo dele vai sendo marcado.

Porém, essas marcas não se fazem somente pelo prazer vivenciado pela mãe, mas pelo desprazer também. Ora, a mesma mãe que se encanta com seu bebê e que cuida dele com amor, pode se sentir desgastada com as noites mal dormidas e estressada com o choro que ela não consegue decifrar, desejando no seu íntimo que ele não estivesse ali, saudosa de sua vida

antes de ele chegar. As interações humanas não são tão simples como gostaríamos que fossem. Elas contêm experiências em que se fazem presentes sentimentos ambivalentes, gestos contraditórios, afetos conflitantes. Elas são marcadas pela complexidade, mesmo que nossas intenções sejam de ser unívocos com os nossos sentimentos e ações (ALBUQUERQUE, 2009).

Isso significa que a ação materna transpassa mais do que a própria mãe pode perceber. Pelas suas ações, ela transmite “seus desejos e conflitos, seu amor e seu ódio inconscientes. Segundo Ferenczi, os seres humanos são os únicos que mentem, o que caracteriza a constituição de objetos como sendo fundamentalmente ambivalente” (REIS, 1991, p. 13). Efetivamente, são ações que trazem consigo uma complexidade. E é com essa complexidade, acompanhada pela multiplicidade e polissemia dos afetos, que o primeiro ambiente de cada humano infantil se constituirá. Mais: é com essa mesma complexidade que ele será embalado (ou não) e que sua subjetividade será constituída.

Mesmo para o psicanalista que não tem um saber profundo da obra ferencziana, não é novidade o lugar que o autor confere ao ambiente no processo da constituição subjetiva: um lugar bastante significativo, não só porque, como objeto externo, ele é imprescindível para que uma subjetividade se constitua, mas sobretudo porque ele é o “fator determinante para toda mudança psíquica” (PINHEIRO, 1995, p. 35). Seus escritos sobre a introjeção e sobre o desenvolvimento do sentido de realidade indicaram isso.

Ele também sustentou a ideia de que, mais que os fatores endógenos, os fatores provenientes do ambiente seriam “os grandes perturbadores do aparelho psíquico” (PINHEIRO, 1995, p. 35) Seus escritos *A adaptação da família à criança* (1928), *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929), *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (1933), *Reflexões sobre o trauma* (1934) e várias anotações de seu *Diário Clínico* (1932) dão a exata dimensão disso. Assim, ele “apresenta um modo de conceber o desenvolvimento de um sujeito que, antes de situar o sujeito em relação a si – ao inconsciente ou às pulsões – enfatiza o seu aspecto relacional” (GONDAR, 2017, p. 218).

Vejamos como isso se dá. Pensar sobre o processo de constituição de uma subjetividade em Ferenczi implica, primeiramente, que pensemos na existência de um tempo em que o filhote do homem está submerso em uma vivência em que o princípio de prazer se faz plenamente presente, de tal forma que a realidade do mundo externo é totalmente ignorada. Ora, “Freud já indicou isso”, poderia um leitor nos interpelar. De fato, Freud mostrou que o psiquismo em sua origem está sob o domínio do princípio de prazer e, assim, despreza a realidade externa, visto o desejado apresentar-se de modo alucinatório.

Mostrou também que a não ocorrência da satisfação esperada leva ao abandono da tentativa de obter tal satisfação pela via alucinatória. Nas palavras dele, “em vez de alucinar, o aparelho psíquico teve então de se decidir por conceber [*vorzustellen*] as circunstâncias reais presentes no mundo externo e passou a almejar uma modificação real deste” (FREUD, 1911/2004, p. 66). Eis a instauração de um novo princípio da atividade psíquica – o princípio de realidade. Com isso, “não mais era imaginado [*vorgestellt*] o que fosse agradável, mas sim o real, mesmo sendo ele desagradável” (FREUD, 1911/2004, p. 66).

Acompanhando o pensamento freudiano em relação ao desenvolvimento das formas de atividade do psiquismo, que consiste na substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade, Ferenczi, não muito tempo depois, escreveu *O desenvolvimento do sentido da realidade e seus estágios* (1913) – um escrito que se ocupa das pulsões do ego em função de elas manterem uma relação mais íntima com a realidade, diferente das pulsões sexuais, que guardam certa independência. Assim, o autor privilegiou os aspectos relacionais e não os componentes pulsionais, uma vez que “os diversos estágios do sentido de realidade são determinados pelas respostas do ambiente aos anseios do bebê e do infans” (VERZTMAN; KLEIN, 2018, p. 87).

Fruto de sua indagação sobre o hiato existente entre os dois estágios – estágio-prazer e estágio-desprazer –, Ferenczi busca, nesse escrito, preenchê-lo mostrando que a onipotência primordial não é levada a cabo de uma hora para outra, da mesma forma que o sentido da realidade não é representado de imediato. A criança precisa atravessar vários estágios para que, de fato, o princípio de prazer, correspondente ao sentimento de onipotência, possa ceder lugar ao pleno reconhecimento do peso das circunstâncias. Tal reconhecimento só seria alcançado após a criança se desligar completamente de seus pais no plano psíquico, escreveu Ferenczi (1913a/2011). Isso significa que “o sentido de realidade atinge seu apogeu na ciência onde, em contrapartida, a ilusão de onipotência cai para o seu nível mais baixo” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 57). Ou seja, através dos estágios, pelos quais ocorre o processo de simbolização, o Eu vai se diferenciando gradativamente do mundo externo, uma diferenciação entre o que pertence a si e o que faz parte do mundo externo, mediado sempre por relações intersubjetivas. Segundo Verztman e Klein (2018), “o sentido de realidade só pode ser postulado se eu e realidade forem polos diferenciais de um plano comum – plano construído e mediado pelas relações intersubjetivas que formam uma parte do mundo humano” (VERZTMAN; KLEIN, p. 85).

Se Freud classificou como “ficção” a organização dominada somente pelo princípio de prazer, Ferenczi levou em consideração o período em que o filhote do homem habita o

corpo da mãe – um período em que se “vive como parasita do corpo materno” (1913a/2011, p. 48): este período em que o ser não precisa efetuar nenhum esforço para satisfazer suas necessidades, já que tudo aquilo de que precisa é assegurado pelo corpo da mãe; este tempo em que nada da ordem da necessidade é vivenciado e, portanto, nada se tem a desejar, Ferenczi o situou como sendo um mítico período da *onipotência incondicional*. Dessa forma, ele definiu a onipotência como “a impressão de ter tudo o que se quer e não ter mais nada a desejar” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 48), sendo, “a um só tempo, a gênese e o destino almejado do princípio de prazer” (KUPERMANN, 2019, p. 102).

O que Ferenczi colocou em pauta é que a organização do princípio de prazer não se dá somente na imaginação. Ela ocorre efetivamente quando se habita o corpo materno. É em razão disso que o autor afirma que a onipotência infantil não é pura ilusão. Nesta perspectiva, a criança só está exigindo um retorno ao estado que existiu outrora – “a volta desses ‘bons tempos’ em que eram onipotentes” (1913a/2011, p. 49).

Talvez as palavras acima possam causar certa estranheza a alguns psicanalistas. Contudo, recorrendo ao escrito freudiano *Neurose de transferência: uma síntese* (1914) e ao escrito ferencziano *Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade* (1924), em que os autores supõem a existência dos traços mnésicos da história da espécie nos sujeitos, por que não podemos sustentar a ideia de que “os traços dos processos psíquicos intrauterinos exercem influência sobre a configuração do material psíquico que se manifesta após o nascimento” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 49)? Não seria por essa razão que Freud afirmou que “há muito mais continuidade entre a vida intrauterina e a primeira infância do que a impressionante cesura do ato do nascimento nos teria feito acreditar” (1926/1987, p. 137).

Atualmente, levando em consideração as pesquisas da biologia contemporânea, da psicologia do desenvolvimento infantil e as pesquisas acerca da sensorialidade, a clínica dos primórdios tem nos oferecido ricas contribuições. Estas pesquisas parecem corroborar a ideia ferencziana de que neste tempo de vida intrauterina haveria um registro de memória, uma memória que, por ser atrelada às vivências sensoriais antes do nascimento, se constituiria como memória do corpo. Como assinala a autora abaixo:

Falamos de uma memória do corpo, pois num estado em que as trocas se dão por osmose, não existe tempo nem espaço para uma atividade psíquica significativa capaz de realizar inscrições de sentido. O corpo do feto no útero é um corpo em equilíbrio, não tem peso, não sente frio, não respira nem se alimenta. A primeira marca diferencial será instalada após o nascimento. E essa diferença apontará para algo do qual o ser humano está de fato separado e que aspira sempre reconquistar: a plenitude vivida anteriormente dentro do corpo da mãe (REIS, 1991, p. 4).

Assim, a memória do corpo corresponde ao período da *onipotência incondicional*, que, regido pelo princípio do prazer, leva à vivência de um estado de plenitude, porém até o nascimento. A chegada ao mundo provoca uma ruptura em tal estado, provoca uma brutal perturbação no estado de quietude marcado pela isenção de desejos (FERENCZI, 1913a/2011). Espaços vazios são criados – boca, ânus, estômago, pulmões... – e o surgimento da necessidade atesta que eles devem ser preenchidos (REIS, 1991).

Catástrofe é o nome que Ferenczi deu para a vivência do filhote do homem quando chega ao mundo em função da experiência de ruptura, de descontinuidade que a passagem do ambiente líquido amniótico para o ambiente seco provoca. Se imerso no meio líquido ele se mantinha saciado e, assim, desprovido de necessidades, depois de seu nascimento, ingresso no meio seco, precisa respirar com seu próprio corpo, sente fome e sede, experimenta as oscilações de temperatura, outros ritmos, outros sons e ruídos. Portanto, no ambiente seco, o filhote humano experimenta as descontinuidades provocadas pelas sensações internas e por aquelas advindas dos estímulos externos, produzindo em seu corpo marcas diferenciais de intenso desprazer.

Isso é suficiente para pensarmos que a experiência do nascimento é uma experiência de ordem da afetação, cujo excesso de intensidade que invade aquele que acabou de chegar faz com que seja uma experiência catastrófica, justamente por romper com o estado em que reina a quietude. Assim, como efeito do nascimento, surge o desprazer e, com ele, a vivência de um estado de desamparo que coloca o filhote humano na dependência absoluta do outro humano –o ambiente. Aqui há que fazer uma pausa para um aparte. Se Freud privilegiou o estado de desamparo em função de a criança não possuir recursos para lidar com o poder da força pulsional, Ferenczi não se ateve a isso. Seu olhar se voltou mais para a vulnerabilidade que a criança apresenta na relação com o outro. Gondar (2017) esclareceu que Ferenczi se permitiu “distinguir a sua abordagem da freudiana, colorindo mais fortemente a esfera relacional e indicando o quanto o *eu* depende de um reassseguramento constante por parte do outro” (p. 219). Posto isso, voltemos à catástrofe.

Fruto de um diálogo com Freud e apoiando-se na teoria da evolução de Lamarck – a evolução não é efeito de um acaso, mas o acaso é que produz como efeito reações distintas, determinando o futuro de cada ser (REIS, 2004) –, Ferenczi publica seu célebre escrito *Katasztrófak*, em outras línguas *Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade* (GONDAR, 2017), em que oferece ao leitor uma teoria das catástrofes. Traçando um paralelo entre a filogênese, a ontogênese e a perigênese a respeito do processo de surgimento da vida, ele realiza uma construção bioanalítica. Assim, por meio do diálogo entre a biologia e a psicanálise, sem

reducionismo, ele equivale a evolução dos seres vivos na terra à evolução do humano a partir de seu nascimento. Uma e outra seriam “resultantes de bruscas transformações ocorridas em seu ambiente, e que os levariam a produzir novas formas corporais como estratégia de sobrevivência (REIS, 2004, p. 58).

Explorando esta temática, Ferenczi explicou que o processo do surgimento da vida se dá por meio de catástrofes, pelas quais surgem novas formas de existência. Por exemplo, o nascimento seria uma catástrofe que leva o filhote humano a respirar e a viver em contato como ar e com os outros corpos sem a mediação do líquido amniótico, assemelhando-se com a catástrofe do secamento dos oceanos, que, além de ter propiciado o surgimento da vida fora do mar, propiciou o desenvolvimento de seres capazes de respirar com os pulmões. Se estas analogias ilustram uma vivência traumática, elas ilustram também o fato de que, tal como o mundo tem uma história marcada por rupturas e por isso descontínua, seus habitantes também são marcados “por rupturas catastróficas em sua individuação tanto biológica como subjetiva” (REIS; MENDONÇA, 2018, p. 21). Dessa maneira, a catástrofe rompe com uma organização estável, com um ritmo instalado. Ao promover uma fissura, uma quebra no que se apresenta estabilizado, ela cria, a partir dos fragmentos, nova forma de organização.

É assim que para Ferenczi o humano chega ao mundo: pela passagem do meio líquido para o meio seco, marcado pela desestabilização, pelo estado de caos, pelo menos momentaneamente. Portanto, o surgimento da vida, tanto no plano filogenético quanto no plano individual, seria “fruto de mudanças súbitas do meio que obrigam os indivíduos e as espécies a inventarem defesas que são, ao mesmo tempo, formas de expansão” (GONDAR, 2017, p. 145). Defesa e conquista, trauma e criação são os dois lados da mesma moeda, dois lados do catastrófico ou do traumático.

Diante desse raciocínio, fica patente a potencialidade subjetivante do trauma do nascimento: o excesso pulsional, mesmo numa dimensão inassimilável, pode ter essa função. O impacto com o mundo provoca um estado catastrófico, traumático – um estado de derramamento pulsional que precisa ganhar destino psíquico. Nesse contexto, o catastrófico ou traumático ganham todo seu esplendor enquanto paradoxo: grave perturbação, fissura, mas, concomitantemente, suplantação, superação. Aquilo que traz a possibilidade de estruturação psíquica do eu (MAIA, 2003, p. 115).

O que Ferenczi destaca é que um acontecimento catastrófico não necessariamente é destrutivo, ele pode servir de motor impulsionador de novas organizações. Em relação à experiência primordial, marcada pela catástrofe do nascimento, o processo de afetação que precisa ser subjetivado está na dependência de como o ambiente – o mundo dos adultos – recebe aquilo que se produziu como catástrofe. Acompanhando a analogia que o autor faz entre o

nascimento e o secamento dos oceanos, podemos afirmar que:

O secamento dos oceanos traz à tona uma topografia antes suavizada pelo recobrimento líquido. Surgem abismos e relevos desconhecidos. Assim, com o nascimento do bebê, o meio seco, que são os adultos, a família, vai se deparar com seus relevos insuspeitados ou, pelo menos, ocultados por serem inconscientes. A catástrofe atinge a todos, ao bebê e à família. Ferenczi fala da adaptação da família à criança; isso seria como que uma edificação de estradas e pontes para poder se deslocar nessa nova geografia. A catástrofe destrói o ambiente existente, mas dela surgem novos materiais, novas forças e novas formas (REIS; MENDONÇA, 2018, p. 26).

Em seu escrito *A adaptação da família à criança* (1928), com o qual inaugura sua virada (KUPERMANN, 2019), Ferenczi colocou o ambiente na berlinda. Fazendo objeção à teoria do trauma de Otto Rank e embora não discorde da compreensão de Freud sobre a dependência absoluta que o humano infantil tem do ambiente, o psicanalista húngaro considerou o ponto de vista do filhote humano. Ou seja, ele levou em conta a potência do recém-nascido, porém implicando a adaptação da família às necessidades dele. Assim, “as experiências do bebê não são vistas apenas no tocante ao seu desamparo, mas vão além dele na medida que o mesmo é capaz de ativamente convocar o ambiente em sua defesa” (VIEIRA; KUPERMANN, 2018, p. 162).

Diante dessas considerações, alguém poderia nos interrogar sobre o fato de que aquele que chega precisa se adaptar àquele que já está ali totalmente estruturado e organizado, isto é, o bebê precisa se adaptar ao mundo familiar, e não o contrário. Não temos nenhuma dúvida sobre a necessidade do bebê de se adaptar ao mundo que o cerca. Porém, acompanhando a leitura de Ferenczi, essa adaptação se dá conforme o ambiente se adapta a ele. É porque a família se adapta ao bebê que ele poderá, por sua potência, desenvolver atos de criação (VIEIRA; KUPERMANN, 2018) que se articulam com os estágios do sentido de realidade. Não seriam os estágios do sentido de realidade uma obra criativa da criança?

Pois bem, ainda neste escrito, Ferenczi esclareceu que a prontidão fisiológica do bebê e o instinto dos pais tornam a passagem do ventre materno para o mundo exterior tão suave quanto possível. O avanço de suas observações permitiu que ele afirmasse:

Consideremos os fatos em detalhe: a sufocação ameaçadora tem imediatamente fim, pois os pulmões estão a postos e começam a funcionar desde o instante em que cessa a circulação umbilical; o ventrículo esquerdo, inativo até então, entra em função de forma energética. A essa ajuda fisiológica cumpre adicionar o instinto dos pais, que os impele a tornar a situação do recém-nascido tão agradável quanto possível; o bebê é deitado no quente, protegido ao máximo das excitações ópticas e acústicas incômodas; eles fazem a criança esquecer efetivamente o que se passou, como se nada tivesse acontecido (FERENCZI, 1928a/2011, p. 5).

Para Ferenczi, existiriam outras formas de trauma que não são de ordem fisiológica e possuem efeitos que, segundo ele, não são fáceis de eliminar. Estariam relacionadas à inserção da criança na ordem social: o desmame, o treinamento do asseio pessoal, a supressão dos “maus hábitos” e, principalmente, a passagem da criança à vida adulta (FERENCZI, 1928a/2011). Ou seja, são formas de trauma em que o ambiente tem participação direta.

Se muitos desses traumas são fundamentais para o crescimento e a estruturação psíquica, alguns deles possuem, na história individual, efeitos que são nefastos. Afirmou Ferenczi que esses “são os traumas mais graves da infância e quanto a eles, até o presente momento, nem os pais em especial nem a civilização em geral foram bastante previdentes” (FERENCZI, 1928a/2011, p. 5). Seus efeitos nefastos acontecem quando os pais, em função da ausência da apreensão da própria infância, não creem na sensibilidade que a criança traz. Dessa forma, comportam-se como se ela nada sentisse em relação às cenas excitantes a que assiste ou a que está submetida.

O que o autor destacou é que isso pode infligir um dano à criança que “pode projetar uma sombra sobre toda a sua vida” (FERENCZI, 1928a/2011, p. 5). Não estaria Ferenczi fazendo menção ao que mais tarde ele definiu como desmentido – requisito fundamental para que o trauma se estabeleça? Com isso, podemos perceber o destaque dado por Ferenczi ao campo intersubjetivo, e não somente aos aspectos intrapsíquicos, em relação ao processo traumático. Exploraremos esta temática no próximo capítulo.

Por ora, queremos assinalar que, sob boas condições fisiológicas e ambientais, a experiência traumática do nascimento é atenuada. É então que ele afirma que “o nascimento é um verdadeiro *triumfo*, exemplar para toda vida” (FERENCZI, 1928a/2011, p. 5), e não um trauma que deixaria marcas dolorosas. Portanto, a adaptação do ambiente às necessidades do filhote humano é fundamental para que não somente a experiência do nascimento, mas a apreensão da realidade não se tornem experiências traumáticas. Ou seja, é preciso que o ambiente adaptado ao bebê torne “a transição do útero ao colo materno, e deste ao mundo, o mais delicada possível” (KUPERMANN, 2019, p. 95). A isso chamamos de acolhimento. E acolher não necessariamente diz respeito apenas a desejar o bebê. Como afirmamos em outro escrito:

Acolher é suportar que ele [o bebê] não corresponda às fantasias que envolvem o desejo de ter um filho. Suportar que seu ritmo, seu corpo, seu impulso não correspondam às expectativas de completude dos pais. O bebê é imperfeito em sua forma, não porque seja prematuro entre os animais, mas porque é diferente do adulto. Ele nos remete, a todos, ao que fomos em nossos primórdios como bebês (REIS; MENDONÇA, 2018, p. 22).

Quando o ambiente se adapta às necessidades e ao desejo do bebê, quando o ambiente apresenta “tato” – uma “faculdade de ‘sentir com’” (FERENCZI, 1928b/2011, p. 31) às vivências primordiais do filhote humano, é possível que a onipotência infantil seja progressivamente limitada, permitindo sua inserção na ordem social. Mais: ao permitir que não haja uma drástica ruptura na experiência de onipotência, possibilita que ela seja fonte de criação, onipotência criadora (KUPERMANN, 2020).

Diante da manifestação do desprazer vivenciado pelo bebê, os pais criam, em sua adaptação, condições na tentativa de proporcionar uma experiência muito próxima daquela que ele vivenciou enquanto habitava o corpo da mãe. De certa forma, eles compreendem que o bebê deseja reencontrar-se naquela situação. Assim, enrolam o pequeno em mantas, rodeiam o interior do berço com rolinhos, amenizam a luminosidade e os ruídos, conversam com ele baixinho e melodiosamente e balançam-no vagarosamente em seus colos (FERENCZI, 1913a/2011).

Com isso, eles possibilitam a instauração do primeiro estágio no desenvolvimento de um sentido de realidade – o estágio ou o período da *onipotência alucinatoria mágica*, que serve de intermédio para a onipotência absoluta da situação intrauterina, cujos resíduos subsistem na vida adulta. Dessa forma, Ferenczi supôs que a primeira resultante da perturbação primordial é “o *reinvestimento alucinatorio* do estado de satisfação perdido: a existência tranquila no calor e na placidez do corpo materno” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 50).

O que se evidencia neste estágio, do ponto de vista subjetivo, é a presença de uma modificação. O filhote humano, na tentativa de se manter no estado de onipotência incondicional, passa a investir de modo alucinatorio o seu desejo. Alucinando esse estado de satisfação, ele é levado a se sentir dotado de uma força mágica capaz de concretizar todos os seus desejos mediante a simples representação de sua satisfação. Portanto, reencontrar-se nessa situação é “o *primeiro desejo da criança*” (FERENCZI, 1913a/2011), e sua realização ocorre se o ambiente se encarrega de seus cuidados, levando ao cessar da vivência de desprazer que é inaugurada com a experiência do nascimento.

Entretanto, mesmo que a reprodução da situação primitiva seja bem-sucedida, como no sono, ela não é idêntica à que se tinha no corpo materno porque uma mudança já ocorreu. Mesmo o filhote humano ainda não tendo a percepção da existência de seus cuidadores, muito menos a percepção de relações de causas e efeitos, a vivência do retorno à situação primordial só ocorre por efeito da alteridade, que, em função de descargas motoras daquele, encarrega-se de seus cuidados. Isso significa que a onipotência primitiva é constantemente ameaçada, pois a realização do desejo por meio da representação alucinatoria não perdura (FREUD, 1895/1987).

Desde Freud, sabemos que as excitações pulsionais despontam constantemente, não sendo possível ao ambiente saber de antemão o momento de sua aparição. Logo, a representação alucinatória deixa de acarretar a realização efetiva do desejo, exigindo do filhote do homem sinais e, conseqüentemente, um trabalho motor para que a situação possa ser modificada a favor de seus desejos e “a ‘identidade de representação’ seja seguida pela ‘identidade de percepção’”(FERENCZI, 1913a/2011, p. 51).

Porém, para isso, é preciso haver uma interação entre o bebê e o meio, mesmo que ela não seja ainda experienciada pelo primeiro. É uma interação que, sendo a corporeidade o “palco principal”, serve de sustentação para a ilusão da onipotência (VERZTMAN; KLEIN, 2018), possibilitando a transformação das descargas motoras descoordenadas iniciais – como o grito e a agitação – em sinais mágicos em função do aumento da complexidade dos desejos que assumem formas mais específicas (FERENCZI, 1913a/2011). A partir dessa interação, o humano infantil passa a produzir sinais especializados para assinalar o seu estado de desprazer, mas que ao mesmo tempo correspondem aos seus desejos, como, por exemplo, o movimento com a boca quando deseja ser alimentado ou o estender das mãos quando deseja algum objeto.

Há aqui a criação de uma linguagem gestual. Por meio dela, o bebê continua a crer-se onipotente – uma *onipotência com a ajuda de gestos mágicos* (FERENCZI, 1913a/2011), já que são os seus gestos que favorecem a satisfação que o seu corpo anseia. Ele crê que o movimento que faz com a boca leva o seio a surgir nela, da mesma forma que, ao estender suas mãos em direção aos objetos, os convoca a aparecer nelas. Entretanto, esse processo criativo só ocorre se o meio for “particularmente conciliador” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 55).

Nesse momento não há ainda uma separação entre o gesto e a realização do desejo, pois estender a mão corresponde a criar a mão, olhar os objetos cria o próprio olhar. É o império parcial da pulsão, cada parte do corpo atua de forma autônoma e a satisfação está no próprio agir (REIS, 1991, p. 19).

Até então o filhote do homem se sente uno com o mundo externo, que, seguindo os seus sinais, o atende em suas necessidades e desejos. Isso significa que, em sua vivência, a diferença entre dentro e fora não se faz presente. Entre o movimento da boca ou a mão estendida e o objeto não existe distância, pois o objeto ainda não é percebido como externo ao Eu, ou seja, separado do Eu. Conforme Reis, “não existindo um registro de pensamento separado da atividade corporal que diferencie Eu e não-Eu, o objeto não pode ser criado enquanto representante do mundo externo (REIS, 1991, p. 19).

É porque as coisas ocorrem dessa forma que Ferenczi afirmou que no primórdio da vida experimentamos as coisas de forma monista. Ou seja, para o recém-nascido não há distinção

entre um estímulo externo ou um processo psíquico (FERENCZI, 1909/2011). Voltado para si, o Eu é marcado originariamente por um estado de unidade – marca originária de unidade que diz respeito à plenitude vivida enquanto habitava o corpo da mãe –, em que as sensações de prazer são tomadas como únicas.

Com o nascimento, uma marca diferencial, o desprazer, se estabelece em função da perda que ocorre, que, como efeito, cria espaços vazios no corpo – a boca, por exemplo – e um novo tempo é inaugurado. Entretanto, nesse novo tempo de existência, a saciedade da fome preenche o buraco do corpo. Embora essa satisfação seja temporária, é suficiente para marcá-la como experiência e cria uma memória a ser evocada. A repetição dessas experiências permite a apreensão da possibilidade da saciedade, cuja inscrição de sua marca no psiquismo pode ser ativada alucinatoriamente (REIS, 1991). Isso significa que, nesse tempo de necessidade de receber coisas, a fim de preencher os espaços vazios ou os buracos do corpo, o filhote do homem apreende os conteúdos prazerosos advindos do mundo externo – ação materna – como “obra sua” (REIS, 1991, p. 7).

Gefühl, ou vivenciado subjetivo, é o nome que Ferenczi deu para essas experiências autoeróticas, que são dominadas pelas sensações de prazer, levando-o a afirmar que “no início, a criança só gosta da saciedade, porque ela aplaca a fome que a tortura – depois acaba gostando também da mãe, esse objeto que lhe proporciona a saciedade” (1909/2011, p. 96). Funcionando como mônada ou como autoerótico, a experiência é de onipotência e, desse modo, o Eu é indiferente ao meio, o que faz com que ele coincida com o prazer e o mundo externo, com a indiferença (FREUD, 1915/2020).

Trata-se aqui do Eu realidade original ou Eu real originário que se encontra pulsionalmente ocupado – narcisismo – e, em certa medida, satisfazendo as pulsões em si mesmo, na satisfação autoerótica (FREUD, 1915/2020). O Eu real originário se constitui pelas sensações provocadas pelo encontro com o outro; não possui nenhuma percepção acerca de uma diferenciação em relação àquele, “estando submetido a um movimento permanente de extensão ao mundo dos objetos, não em função de uma falta constitutiva, mas em função de uma ‘exuberância’ – inicialmente corpórea (...), buscadora de sensações” (KUPERMANN, 2019, p. 114).

Sabemos por Freud que, bem no início da vida, os fragmentos de impressões sensoriais do mundo são levados para o âmbito do autoerotismo por meio dos órgãos dos sentidos. Eles funcionam como “antenas que perscrutam o mundo externo e novamente dele se retiram” (FREUD, 1920/2020, p. 109), não sem antes extrair pequenas amostras dele a fim de conhecer a natureza do estímulo externo em uma tentativa de deter estímulos inapropriados e, assim, se

proteger contra quantidades excessivas (FREUD, 1920/2020, p. 109). Dessa maneira, o Eu real originário se constitui pelas marcas e impressões sensoriais, ou seja, ele se constitui pela sensorialidade (BIRMAN, 1996).

Vale ressaltar que, nesse tempo inicial, é a percepção subjetiva do afeto que se faz presente, e não o objeto em si, visto que o psiquismo, enquanto autoerótico, não discrimina a existência de alguma coisa que seja externa a ele, sendo esta a razão de o gesto do bebê ser percebido por ele como dotado de um grande poder. Para que o objeto possa ser percebido como um representante do mundo externo, é preciso que se estabeleça outro modo de funcionamento.

O incremento das necessidades, que faz com que se tornem mais complexas, e as condições para que sejam satisfeitas se multipliquem, junto aos desejos, que se tornaram “mais ousados” e por isso nem sempre serão realizados, mesmo atendendo-se tais condições, são o indício de que as coisas começaram a mudar. Não é porque a criança estende a sua mão que ela obtém o objeto desejado, por exemplo. Com frequência, seu gesto é interrompido por outra mão que detém uma força muito maior e, assim, sua mão retorna vazia. Isso indica que o objeto desejado não acompanha o gesto mágico da criança, elucidou Ferenczi (1913a/2011). Ou seja, “uma potência adversa e invencível pode opor-se pela força a esse gesto e coagir a mão a retomar sua posição anterior” (REIS, 1991, p. 53). Começa aqui um novo funcionamento, que, não sem a intervenção do ambiente, leva o Eu a se desenvolver (FREUD, 1915/2020) e, conseqüentemente, o leva a um novo sentido de realidade (FERENCZI, 1913a/2011).

Antes de prosseguirmos, é importante abrir um parêntese: tanto Freud quanto Ferenczi fazem uso da palavra “desenvolvimento”. Ferenczi faz, inclusive, uso da palavra “estágio”. É importante esclarecer que, longe de possuir o mesmo significado do modelo de desenvolvimento genético-evolutivo, os diferentes registros do Eu e do sentido de realidade dizem respeito à experiência subjetiva. É importante fazer esta pontuação porque o Eu originário se faz presente em todo nível da organização da subjetividade, já que ele é corpo, é sensorio, é intensidade, é afeto. Em Ferenczi não é diferente. Sua concepção da constituição psíquica também não é atrelada ao modelo de desenvolvimento traçado pelo determinismo científico. Segundo Verztman e Klein, (2018), como a diferenciação entre “o que pertence a si e o que faz parte do mundo externo” (p. 85) é uma tarefa não concretizada totalmente, isso indica que os estágios do sentido de realidade não são “fases progressivas que devam ser abandonadas, uma vez que a separação em relação à realidade jamais será total” (VERZTMAN; KLEIN, 2018, p. 85). Assim, a palavra “estágio” de forma alguma traz como significação “fases discretas da subjetividade, as quais englobam etapas anteriores e rumam para um progresso de características valorativas e hierárquicas” (VERZTMAN, KLEIN, 2018, p. 85). Fechamos o

parêntese.

Conforme Kupermann (2019), a superação do segundo estágio – onipotência com a ajuda dos gestos mágicos – ocorre em razão de duas forças opostas. De um lado, as forças da necessidade e do desejo e, de outro, a potência adversa, que, materializada pelo outro – o adulto cuidador –, poderá tanto atender a criança quanto se opor a ela. Ora, o que ocorre é que a produção de uma discordância dolorosa aos poucos intervirá na vivência de onipotência, obrigando o ser onipotente a “distinguir do seu ego – como constituindo o mundo externo – certas coisas malignas que resistem à sua vontade” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 53). Se por meio dos órgãos dos sentidos o Eu real originário recebe objetos do mundo externo que favorecem experiências prazerosas, devido às vivências das pulsões de autopreservação, ele não está livre de sentir, por certo tempo, as excitações pulsionais como desprazerosas (FREUD, 1915/2020).

Estando sob o domínio do princípio de prazer, inicia nele um novo desenvolvimento porque há a inclusão do que lhe causa prazer e a exclusão ou expulsão do que lhe causa desprazer. Dito de outra maneira, o objeto oferecido a ele que é fonte de prazer o Eu toma para si – introjeta –, enquanto o que dentro dele lhe causa desprazer é expelido – projetado –, afirmou Freud em concordância com o pensamento de Ferenczi (1913a/2011, p. 53). Isto significa que o objeto, cuja imposição nega a onipotência infantil, é sentido como maligno, aquele que produz o desprazer. Nesse momento, o psiquismo infantil não tem outra saída que não seja representar os objetos.

O que está em jogo aqui é a conversão de um conteúdo psíquico puramente subjetivo em um conteúdo puramente objetivo, dando início à primeira operação projetiva, “*a projeção primitiva*” (FERENCZI, 1909/2011, p. 96). Assim, com esta operação, por meio da qual ocorre a expulsão dos “objetos da massa de suas percepções, até então unitárias, para formar com eles o *mundo externo*” (FERENCZI, 1909/2011, p. 96.), estabelece pela primeira vez uma distinção entre o percebido objetivo (*Empfind-ung*) e o vivenciado subjetivo (*Gefühl*). Esta distinção faz com que o monismo se converta em dualismo (FERENCZI, 1909/2011, p. 96) e o Eu real originário se transforme em um Eu-prazer (FREUD, 1915/2020).

Se antes o Eu coincidia com o prazer e o mundo externo, com a indiferença, “após esse rearranjo, é restabelecida a coincidência entre essas duas polaridades” (FREUD, 1915/2020, p.55): o Eu coincide com o prazer e o mundo exterior, com o desprazer (FREUD, 1915/2020, p.55), significando que o mundo externo, para ele, se encontra dividido em uma parte prazerosa que ele introjetou e outra parte – extraída de si e projetada no mundo – que lhe é estranha e, por isso, a sente como hostil (FREUD, 1915/2020). No entanto, Ferenczi afirma

que nem tudo é expulso. Há uma parte do mundo que não se deixa ser expulsa, se impondo ao Eu. Dessa forma,este a reabsorve, incluindo-a em seu interesse e propiciando a constituição da *introjeção primitiva*. São palavras do autor:

Uma parte maior ou menor do mundo externo não se deixa expulsar tão facilmente do ego, mas persiste em impor-se, como que por desafio: ama-me ou odeia-me, ‘combate-me ou sê-lo meu amigo!’ E o ego cede a esse desafio, reabsorve uma parte do mundo externo e a incluirá em seu interesse: assim se constitui a primeira objeção, a ‘introjeção primitiva. O primeiro amor, o primeiro ódio realizam-se graças à transferência: uma parte das sensações de prazer ou desprazer’, autoeróticas na origem, desloca-se para os objetos que as suscitaram (FERENCZI, 1909/2011, p. 96).

O fato de a objetivação do mundo externo ter iniciado não desfaz de forma repentina o sentimento de onipotência, pois a criança ainda continua investindo o mundo externo com qualidades do Eu, avisou o autor. Ocorre que a criança, no seu processo de apreender o sentido de realidade, atravessa um *período animista*, em que todas as coisas lhe parecem ser animadas. A criança começa a estabelecer relações entre o seu corpo e o mundo dos objetos, ou seja, ela “tenta reencontrar em cada coisa seus próprios órgãos ou seu funcionamento” (FERENCZI, 1909/2011, p. 54).

Sobre isso, Ferenczi argumentou que, no início da vida, a criança possui um interesse exclusivo pelo próprio corpo em função das satisfações de suas pulsões e do gozo que seu corpo proporciona com determinadas atividades: chupar, comer, excretar, tocar as zonas erógenas. Assim, quando se depara com o mundo externo, no primeiro momento ela se sente atraída pelas coisas e processos que despertam suas recordações relacionadas às experiências corpóreas de prazer (FERENCZI, 1909/2011, p. 54).

São nessas relações profundas de semelhança entre o corpo e o mundo dos objetos que persistem por toda a vida que se estabelecem relações que ele definiu como *relações simbólicas*: “nesse estágio, a criança só vê no mundo reproduções de sua corporalidade e, por outro lado, aprende a figurar por meio de seu corpo toda a diversidade do mundo externo” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 54), manifestando a “sexualização do universo” (FERENCZI, 1913b/2011, p. 117). Para ilustrar seu pensamento, Ferenczi lançou mão da experiência de um bebê de um ano e meio. Na primeira vez que viu o Danúbio, ele fez a seguinte exclamação: “Quanto cuspe!” (FERENCZI, 1913b/2011, p. 117). Vale ressaltar o sentimento de alegria que a criança expressa em suas vivências. Este é um aspecto importante que não podemos deixar de considerar. Acompanhando Kupermann:

É evidente o júbilo expresso por essa enunciação, que evoca a potência criadora do sujeito pulsional, sendo esse o significado do sentimento de onipotência proposto por

Ferenczi como a força motriz que conduz o sujeito do pensamento alucinatório ao gesto mágico, e deste ao emprego da palavra, não havendo rupturas traumáticas no processo de aquisição do sentido de realidade (KUPERMANN, 2019, p. 104).

Neste estágio, em que as relações simbólicas predominam, é o conceito de *introjeção* que está em pauta. Ferenczi criou este conceito buscando compreender a constituição subjetiva²⁰. Para ele, ela se dá com o processo primário de introjeção (1909/2011) – um processo longo, complexo e laborioso, sendo “a própria forma de funcionamento do aparelho psíquico, aquilo que o psiquismo pode e sabe fazer” (PINHEIRO, 1995, p. 45). É por meio desse processo que se estabelece a relação do Eu com o mundo, já que há uma apropriação das percepções que vêm do mundo com a ação do outro. Como efeito, o Eu se expande, uma vez que aquilo que é apropriado se transforma em partes do Eu. Dessa forma, para o autor, a introjeção diz respeito a um processo, sendo esta uma concepção bem diversa da concepção daqueles que a conceituam como um mecanismo de defesa. Como salientou Gondar (2017), “trata-se, para ele, do primeiro processo psíquico – um processo de criação e expansão do campo do eu” (p. 44).

São os escritos ferenczianos *Transferência e introjeção* (1909) e *O conceito de introjeção* (1912) que nos dão as ferramentas para compreendê-lo como um processo do aparelho psíquico. Ou seja, como sendo “a extensão de investimento dirigido aos objetos, a absorção do mundo externo na esfera do ego e uma metabolização dessa apropriação” (PINHEIRO, 1995, p. 43). A título de esclarecimento e com o propósito de pôr um ponto final na confusão conceitual que sua formulação no escrito *Transferência e introjeção* (1909) vinha sofrendo, Ferenczi escreveu *O conceito de introjeção* (1912) e, de forma mais incisiva, afirmou:

Eu descrevi a introjeção como a extensão ao mundo externo do interesse, autoerótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do ego. Insisti nessa ‘introdução’, para sublinhar que considero todo amor objetal (ou toda transferência) como uma extensão do ego ou introjeção (...) (FERENCZI, 1912/2011, p. 209).

Destacamos nesta definição a associação existente entre a introjeção e amor ou, como é bem explicado no seu escrito de 1909, entre introjeção e transferência com o movimento da pulsão na sua origem – autoerótica – se dirigindo aos objetos. Dessa forma, o pensamento ferencziano coaduna com o que Freud apresenta em seu escrito *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914), já que pensam a concepção do psiquismo como originariamente uma mônada ou como autoerótico, sendo necessária uma nova ação psíquica para que a pulsão possa se dirigir ao objeto. Se para Freud a nova ação seria o narcisismo, para Ferenczi seria a própria introjeção (PINHEIRO, 1995). Assim, afirmando o monismo primordial, ele não concebe “a

²⁰ Segundo Gondar (2017), além de Freud, outros autores passaram a usá-lo, mas com um sentido diferente.

necessidade da intermediação de uma unidade narcísica” (KUPERMANN, 2020, p. 35). Sobre isso, Ferenczi esclareceu:

Em última análise, o homem só pode amar-se a si mesmo e a mais ninguém: amar a outrem equivale a integrar esse outrem no seu próprio ego. (...). É essa união entre os objetos amados e nós mesmos, essa fusão desses objetos com o nosso ego, que designamos por introjeção e – repito-o – acho que o mecanismo dinâmico de todo amor objetual e de toda transferência para um objeto é uma extensão do ego, uma introjeção (FERENCZI, 1912/2011, p. 210).

Como Kupermann esclareceu (2020), isso significa que a introjeção não é um estágio da constituição subjetiva a ser superado pela unidade narcísica. Muito ao contrário, o processo introjetivo acompanha o sujeito ao longo de sua vida, permitindo que a produção de sentido seja contínua, que não cesse jamais. Nas palavras do autor, “a introjeção implica, portanto, habitação de um espaço “entre” sujeito e objeto cujo exemplo ilustrativo seria o das secreções e dos excrementos do corpo, que efetivamente se oferecem para Ferenczi como ‘algo intermediário’” (KUPERMANN, 2020, p. 35). Como exemplo, ele trouxe a cena do bebê, que provavelmente todos nós já presenciamos, espalhando com júbilo sua golfada pela superfície úmida, se referindo à expansão do bebê para o mundo a partir das sensações corpóreas e de suas produções, por meio da qual se manifesta a “sexualização do universo” (FERENCZI, 1913b/2011, p. 117). Em relação a isso, é ressaltado que:

Afirmar que o universo é sexualizado é também conceber que as relações simbólicas derivam de uma intimidade profunda e persistente entre o corpo e o campo dos objetos. Assim, é de um Eu afetado pelas sensações provocadas nos encontros com o outro que sujeito e objeto se constituem (KUPERMANN, 2020, p. 35).

Com Ferenczi, temos que ter sempre em mente a prevalência que ele dá à dimensão ambiental no processo da constituição subjetiva. É porque esta se constitui com base nas relações entre o corpo e o ambiente – relações simbólicas – que o Eu e o objeto passam a ganhar sentidos (GONDAR, 2017). Conforme a autora, “introjetar é simbolizar, construindo, num mesmo movimento, um mundo e um si mesmo” (p. 44). Assim, trata-se de um processo de criação e expansão do campo do subjetivo (GONDAR, 2017, p. 44).

Contudo, é importante esclarecer que não é o objeto em si (o seio, por exemplo) que é introjetado ou simbolizado, mas as marcas de prazer e desprazer que a experiência com o objeto produzem. O que é introjetado, o que é incluído na esfera psíquica pela criança é “o prazer experimentado por ela ao mamar e pela mãe ao dar o seio, de modo que a experiência passa a ter um sentido para a criança, assim como tem para a mãe” (GONDAR, 2017, p. 44). É uma experiência que tem um sentido para os que estão envolvidos.

Assim, o seio enquanto tal é apenas “um suporte dos sentidos que traz consigo, estes si essenciais” (PINHEIRO, 1995, p. 46). Dito de outra maneira, o que é incluído na esfera psíquica é o diferencial prazer/desprazer. O seio é o primeiro objeto introjetado, e o processo de introjeção é o que vai fundar o psiquismo devido à inscrição desse diferencial. Portanto, pelo processo de introjeção originária, o mundo é incluído no eu por meio de sensações e afetos, fazendo com que a introjeção seja um processo definido como basicamente afetivo (MAIA, 2009).

É na experiência afetiva em comum que a introjeção opera. Em outros termos: vai-se do sensível para o sentido, e não do significante para o sentido. Somente a partir da introjeção, e das experiências afetivas que condicionam esse processo, o aparelho psíquico pode criar e apropriar-se de sentidos (GONDAR, 2017, p. 44).

Como um processo fundante do aparelho psíquico, na leitura ferencziana, a introjeção, por meio da inclusão do objeto, possibilita, então, a apropriação do sentido, já que começa a povoar o aparelho psíquico de representações (PINHEIRO, 1995). Desse modo, a introjeção está relacionada à linguagem, ao mundo de representações do objeto, à ordem de valores, ao investimento, ao sentido (PINHEIRO, 1995). Entretanto, isso não quer dizer que o processo de introjeção esteja atrelado somente ao campo representacional. Para Ferenczi, o sentido não se restringe ao linguístico.

Não resta dúvida de que a linguagem é fundamental para que uma subjetividade se constitua. É por meio dela que o filhote do homem é inscrito na ordem da cultura. É por meio da linguagem também que a criança simbolizará seus desejos. Até então, esses e seus objetos eram representados pela criança por gestos (representação por imagens), que vão se tornando dispensáveis diante da capacidade dos órgãos da fonação, cuja função “permite reproduzir uma diversidade muito maior de objetos e processos do mundo externo, e fazê-lo de um modo mais simples do que pela linguagem gestual” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 55). Temos aqui um importante avanço – a substituição do simbolismo gestual pelo simbolismo verbal a partir da relação associativa entre os sons e as coisas, sendo “até progressivamente identificadas com eles” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 55).

De imediato, as palavras ferenczianas nos transportaram para o jogo do ir e vir, que, realizado por sons e gestos, materializa a alternância presença/ausência. Estamos nos referindo ao jogo do carretel no relato escrito freudiano *Além do princípio de prazer* (1920).

Reis (1991) apresentou importantes considerações sobre esse brincar, articulando-as com as ideias do psicanalista húngaro acerca da linguagem. Afirmou a autora que os sons emitidos pela criança – “o-o-o-o” e “da” –, que Freud (1920/2020) interpreta como *fort* (ir

embora, desaparecer) e *da* (vir, aparecer), ainda não são palavras, mas a reafirmação de seus gestos de lançar o carretel e trazê-lo de volta. Porém, segundo a autora, esses dois fonemas “já significam a repetição diferencial do simples gesto de se separar do objeto” (REIS, 1991, p. 26). Ou seja, o gesto não é mais apenas um movimento corporal, pois se tornou “um elo de ligação e significação do mundo, agora já reconhecido como externo ao psiquismo” (REIS, 1991, p. 25), indicando o surgimento da “possibilidade de uma afirmação de sentido que ultrapassa a ‘*mise-en-scène*’ gestual, trazendo a repetição para o registro de uma ‘*mise-en-sens*’ da linguagem” (REIS, 1991, p. 26).

Ainda com a autora, o surgimento da linguagem verbal é marcado pelos sons que acompanham os gestos em associação com a figuração pela imagem (pelo gesto de largar e trazer de volta). Esta associação do som à imagem gestual, que marca passagem do gesto para a palavra, Ferenczi (1913a/2011) considerou a mais alta realização do aparelho psíquico, já que a representação por imagens e a encenação dramática se tornam inúteis e as séries de fonemas, que chamamos de “palavras”, se apresentam como uma forma mais eficaz e econômica de viabilizar a realização do desejo. Além disso, o pensamento expresso por palavras é o que permite a adaptação à realidade, visto a exigência do adiamento da realização do desejo.

Apesar de todo esse processo, o sentimento de onipotência ainda é preservado na criança. Sua preservação se dá em função de o meio se apressar em atender os seus desejos – agora, expressos por palavras – e adivinhá-los quando esses são expressos com a ajuda de mímicas. Sem nenhuma dificuldade, a criança crê que ela detém poderes mágicos, materializados em suas palavras. Eis um novo estágio do sentido de realidade: “*o período dos pensamentos e palavras mágicos*” (FERENCZI, 1913a/2011, p. 56).

Percebemos que em Ferenczi a linguagem ganhou uma amplitude. E isso parece se dar em função de sua concepção acerca do simbólico, que é bem diversa daquela que se costuma pensar. Ele a atrela a outra dimensão da linguagem. Vejamo-la na companhia de Gondar, por ela nos apresentar essa dimensão em Ferenczi de modo bem elucidado.

Conforme a autora, de modo geral, a linguagem teria uma dupla natureza: física e psíquica. Enquanto física, ela se apresenta tendo uma materialidade, fazendo parte do mundo material. Ao mesmo tempo, ela é psíquica, pois é representação. Assim, a linguagem é corpo e psíquico. Porém, Ferenczi nos apresentou outra dimensão que está além do campo material ou representativo. Nas palavras de Gondar:

Uma dimensão estética, uma dimensão sensível, na qual se destaca a imagem sensorial da palavra, imagem que não pode ser assimilada nem ao significante linguístico, nem

ao que é emitido por um aparelho fonador. O que interessa é um certo halo que as palavras possuem, é a atmosfera que delas emana (GONDAR, 2017, p. 113).

Diante desta terceira dimensão da linguagem, a autora destaca que símbolo e simbólico em Ferenczi possuem uma concepção diferente da concepção dos pensadores estruturalistas. Afirmou ela que, para o psicanalista húngaro, “o simbólico não deriva nem está subordinado à linguagem; ao contrário, a linguagem é que seria uma das possibilidades de relação simbólica, entre outras” (GONDAR, 2017, p. 114).

A afirmação de Gondar vai ao encontro da afirmação de Ferenczi em seu escrito *Ontogênese dos símbolos* (1913): “a experiência psicanalítica nos ensina, de fato, que a principal condição para que surja um verdadeiro símbolo não é de natureza intelectual, mas afetiva” (1913b/2011, p. 116). Em outro escrito, *O simbolismo da ponte* (1921), Ferenczi apontou que os símbolos têm como sustentação o corpo. Eles “possuem uma base fisiológica, ou seja, exprimem de uma forma ou de outra, o corpo inteiro, um órgão do corpo ou uma função deste” (1921/2011, p. 116) porque trazem consigo “a presença da filogênese na peri e na ontogênese. Presença corpórea, ainda que sob a forma de fragmento, resto, índice” (GONDAR, 2017, p. 115).

É nessa perspectiva que a mãe simboliza o mar, e não o mar simboliza a mãe; afinal, ela traz em seu corpo, durante um período, vestígios de Thalassa – o líquido amniótico. Portanto, o símbolo guarda em si as catástrofes; “resgata a força poética de uma história que remonta as grandes catástrofes geológicas: ele dramatiza uma catástrofe, uma situação traumática e, também, o modo pelo qual foi possível se livrar dela” (GONDAR, 2017, p. 115). Por essa razão não é possível reduzir o símbolo à lógica linguística. Se assim fizermos, não alcançaremos a concepção ferencziana. É preciso que a situemos “num modo de funcionamento que não é o da linguagem, mas o do afeto e da sensibilidade” (GONDAR, 2017, p.114). O que a autora está destacando é que, embora a linguagem seja a forma mais complexa de simbolização, em Ferenczi ela não é a única.

A produção de sentido está submetida a outra lógica. Diferente de outros autores, cuja lógica operante dos processos de simbolização é pela via da linguagem ou da capacidade de representar, a lógica que opera na tese ferencziana é a de que os processos de simbolização residem “na possibilidade de estabelecer semelhanças no plano da sensorialidade” (GONDAR, 2017, p. 115). Desse modo, a produção de sentido se dá com base em relações pautadas na dimensão do sensível, e não com base na relação entre significantes: “vai-se do sensível para o sentido, e não do significante para o sentido” (GONDAR, 2017, p. 115).

Isto já indica que, para Ferenczi, há uma origem da linguagem que se encontra nas relações de semelhança sensorial, nas relações simbólicas que mencionamos. Nas palavras dele: “Em sua origem, a linguagem é a imitação, ou seja, a reprodução vocal de sons e ruídos produzidos pelas coisas ou que se produzem por intermédio delas” (1913a/2011, p. 55). Essa tese Ferenczi mantém até o fim de sua vida: “Falar é imitar. O gesto e a fala (voz) imitam objetos do mundo circundante. ‘Ma-ma’, é magia de imitação (o seio da mãe). O primeiro ‘ma-ma’ quando o seio é retirado”, afirma em seu *Diário Clínico* (FERENCZI, 1932/1990, p. 151). Portanto, como afirma Gondar (2017), em Ferenczi as palavras imitam as coisas.

Conforme essa lógica sustentada pelo autor, o signo não é arbitrário e, dessa forma, a palavra não faz parte das convenções estabelecidas pelo homem. A palavra não mata a coisa, do mesmo modo que a cultura não é o exílio da natureza e que o símbolo se faz presente em função da ausência, nos esclareceu Gondar (2017). Ferenczi tem como fio condutor a ideia de que algo das coisas se mantêm nas palavras e, por isso, sua concepção sobre a linguagem possui outra lógica. Assim, afirmou a autora:

É toda uma outra lógica que se põe em jogo quando se afirma que as palavras imitam, de algum modo, as coisas. Nesse caso, admite-se que as palavras possuem uma relação mais íntima com as coisas, presentificando-as ao serem ditas. Um halo da coisa estaria presente na palavra. Um halo da natureza estaria presente na cultura. Um halo sensorial estaria presente no símbolo (GONDAR, 2017, p. 116).

Vale assinalar que a imitação a que Ferenczi se referiu vai além da reprodução exata de um som ou de um ruído no sentido onomatopéico. Essa figura de linguagem indica apenas a existência de uma maior relação entre as palavras e as coisas, entre a linguagem e a natureza. Sendo muito mais ampla, não se restringindo ao funcionamento da onomatopeia, a tese de Ferenczi se refere à capacidade da linguagem “de tocar o real” (GONDAR, 2017, p. 117). É porque a linguagem estabelece uma relação íntima com as coisas que sua tendência é tocá-las. Aqui temos a palavra na sua literalidade, indicando o seu corpo. Nesse sentido, as figuras de linguagem seriam desdobramentos da literalidade, da corporeidade da palavra. Dito de outra maneira, a metáfora, por exemplo, seria uma figura de linguagem que contorna a dimensão sensorial da linguagem. Revestindo o caráter sensorial da palavra, ela promove certo distanciamento da literalidade.

É curioso que, com alguma frequência, nos referimos às palavras como se estivéssemos provando-as, tocando-as ou vendo-as, como se todos os órgãos dos sentidos se fizessem presentes. Dizemos que são doces, ácidas ou amargas; leves, pesadas ou ásperas; belas ou horríveis; ruidosas ou melódicas. Podemos considerar que, nesses casos, empregamos uma figura de linguagem. Porém, há algo maior a ser considerado: o fato de sermos tocados por elas.

Ferenczi dedicou algumas páginas de sua obra a isso, mais exatamente às “palavras-tabus” (1911/2011, p. 126), que possuem “um caráter tangível (sensorial)” (1911/2011, p. 130), isto é, as coisas são literalmente tocadas com as palavras. Trata-se de seu escrito *Palavras obscenas. Contribuição para a psicologia do período de latência* (1911), em que o autor apresenta o poder particular que as palavras obscenas detêm, já que aquele que as escuta acaba por “imaginar o órgão ou as funções sexuais, em sua realidade material” (FERENCZI, 1911/2011, p. 128) e isso provoca nele, no ouvinte, “o retorno regressivo e alucinatório de imagens mnêmicas” (FERENCZI, 1911/2011, p. 128).

Não satisfeito inteiramente de que a resistência para pronunciar ou para ouvir tais palavras adviria das teorias sexuais infantis e do complexo edipiano recalçados, ele propôs a ideia de que esta não é uma característica apenas das palavras-tabus, afirmando que “as palavras obscenas possuem características que num estágio mais primitivo do desenvolvimento psíquico, se estendem a todas as palavras” (FERENCZI, 1911/2011, p. 128).

Apoiando-se no escrito freudiano *O chiste e sua relação com o inconsciente* (1905), em que encontramos a afirmação freudiana de que as crianças “costumam tratar as palavras como coisas” (p.58), Ferenczi esclareceu que podemos reencontrar uma base para a compreensão das características particulares das palavras obscenas – seu caráter tangível (sensorial) – se supusermos que a distinção rigorosa dos objetos representados e dos objetos reais pode ser imperfeita, existindo, portanto, uma tendência do psiquismo a recair no modo de funcionamento primário regressivo. Isso justificaria o caráter tangível (sensorial) ser próprio de todas as palavras, e não somente das palavras obscenas (FREUD, 1905b/1987).

Com isso, queremos evidenciar a potência sensória das palavras. Expressando mais do que significando, presentificando mais do que representando, “a palavra sensória (...) é, sobretudo, uma palavra intensa, expressiva, e, para Ferenczi, simbólica em seu sentido mais original (GONDAR, 2017, p. 119). Nessa dimensão sensorial ou afetiva da linguagem, o que está em jogo é a presença do corpo enquanto potência, que diz respeito à sensorialidade – matéria-prima do corpo –, que é fonte da onipotência criadora.

Compreendemos que, a cada estágio do sentido de realidade, há uma criação por parte da criança, sempre para resgatar a vivência da onipotência incondicional. Daí a palavra, ou linguagem verbal, não ser somente um modo de expressão. Ela é mais. É “a expressão de uma experiência de onipotência criadora, nunca totalmente perdida, e de uma potência psicossomática (toda expressão é também corpórea)” (KUPERMANN, 2020, p. 33). Desse modo, a palavra em Ferenczi abriga em si uma relação com o gesto. Este “sobrevive na forma do canto que impregna toda emissão da voz (KUPERMANN, 2020, p. 33). Assim, para

Ferenczi, a palavra é mágica “apenas porque é enunciada em uma zona de indiscernibilidade com o corpo – o corpo próprio e o corpo do outro –, e com o que chamamos de objeto na psicanálise (KUPERMANN, 2020).

Neste percurso que fizemos na companhia de Ferenczi e de autores psicanalistas contemporâneos que compartilham de seu pensamento, trouxemos conceitos fundamentais – catástrofe, introjeção, linguagem, sentido de realidade –, que apontam para a função do ambiente no que diz respeito à constituição subjetiva. Todos nós sabemos que sua estruturação não está dada de saída. É preciso que se estabeleça uma relação com o objeto. Para isso, é imprescindível que o ambiente esteja aberto, disponível a adaptar-se àquele que acabou de chegar, permitindo que o processo introjetivo se estabeleça sem entraves e que a ilusão de onipotência não seja rompida drasticamente. Há de se supor que os entraves acarretam um dano subjetivo, não sendo por um acaso as palavras de Ferenczi: “se a criança é tratada com amor, não será obrigada, mesmo nesse estágio de sua existência, a abandonar sua ilusão de onipotência” (1913a/2011, p. 54).

O colorido que Ferenczi deu ao ambiente e, conseqüentemente, ao relacional é patente em seu escrito *O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios* (1913). De acordo com a sua óptica, o filhote do homem gostaria de permanecer habitando o corpo materno em função da quietude que vivenciou. Porém, forçosamente foi posto no mundo e precisou recalcar seus modos de satisfação preferidos e adaptar-se a outros modos ou inventá-los. A cada estágio este jogo se repete, afirmou Ferenczi (1913a/2011).

Compreendemos que cada estágio é uma criação realizada pela criança, não sem um ambiente conciliador. Trata-se de um ato criativo cujo motor é a ilusão da onipotência. Compreendemos, também, que por meio desse jogo, a tendência à inércia, à regressão, ao estado de quietude que acaba por dominar a vida orgânica é suplantada pela tendência à evolução, à adaptação. Entretanto, é preciso a intervenção do ambiente, visto esta suplantação depender “unicamente de estímulos externos” (1913a/2011, p. 60). Como estímulos externos, entendemos acolhimento do ambiente ao filhote do homem.

É quando o seu impulso de viver não é reassegurado pelo ambiente, com a delicadeza de um cuidado, é quando o ambiente não se adapta às necessidades e ao desejo daquele que há pouco chegou, é quando o ambiente não o acolhe em sua vulnerabilidade que vemos que o jogo, mencionado por Ferenczi, deixa de acontecer. Em outras palavras, é quando o ambiente não se constitui em sintonia com o filhote do homem que a experiência de sentido – uma experiência banhada pelo afeto e, dessa forma, não sem o corpo – é abalada, comprometendo a constituição subjetiva.

3 DES(ACONTECIMENTOS)

3.1 Considerações iniciais

No capítulo anterior, procuramos apresentar de maneira sistemática a importância da função do ambiente no processo da constituição subjetiva. Percorremos os ensinamentos de grandes mestres da psicanálise – Freud, Ferenczi e Lacan. Cada qual com sua ótica, porém comungando de uma mesma ideia: a associação da constituição subjetiva à existência de um processo de afetação que somente pode ser subjetivado a partir do encontro com a alteridade. Isto é, eles partem de uma mesma premissa: a vida do humano infantil se sustenta e, portanto, é reassegurada somente pela presença do outro.

Entretanto, trata-se de uma presença que não se traduz apenas em sua concretude, mas em uma presença que é fonte de um encontro afetivo (enquanto intensidade e sentimento) potente e vitalizante, o qual fisga o filhote humano para a vida. *Eu embalo o seu corpo e te dou a minha mão* é para nós a expressão verbal que melhor traduz a presença a que nos referimos. Como já aludimos, aprendemos com Freud que a pulsão de vida não é dada. Não se nasce com ela. Ela é efeito do encontro com o outro. Isto significa que *Eros* é efeito da erotização que o outro realiza naquele que está por se constituir. É isto que o pai da psicanálise nos transmite quando nos seus ensaios sobre a teoria da sexualidade afirma que a mãe desperta a pulsão sexual de seu bebê; ela desperta a vida ao introduzir *Eros* no pequeno corpo. Ou seja, a pulsão de vida só entra em ação a partir do investimento libidinal do outro (FREUD, 1905/1987).

Nesta mesma esteira, Lacan sublinha que, como efeito da presença do Outro primordial, como efeito do desejo não anônimo da mãe, a pulsão originária ao ser erotizada se torna pulsão sexual e o gozo do vivo ou do ser, que é mortífero, se transforma em um gozo sexual – gozo fálico. E Ferenczi assinala que, sob condições particularmente favoráveis, o acolhimento do outro revestido pela ternura e pelo tato, ao favorecer o despertar da pulsão de vida da criança, reassegura seu impulso de viver. Portanto, por vias e vieses distintos, os autores assinalam que, através desse encontro, não somente as primeiras vivências perturbadoras são simbolizadas como a pulsionalidade vital ganha mais potência.

Assim, banhando o seu filhote com *Eros*, o outro materno exerce a função de continente, na medida em que promove a criação e a ligação de representações. Com *Eros*, o outro materno entrelaça corpo, afeto e linguagem. E uma rede de sentidos, que irá amparar o filhote humano, começa a ser tecida. É dessa maneira que compreendemos a vida subjetiva quando tudo vai bem – movida por um encontro potente e vitalizante e que se inaugura por meio do acolhimento

do outro ao infante. Pelo acolhimento, o outro convida aquele a existir, oferecendo-lhe as condições fundamentais para desejar viver.

Contudo, nem sempre o encontro é dessa ordem, potente e cheio de vitalidade. Nem sempre é possível para o ambiente transmitir *Eros* àquele que acabou de chegar. Sabemos que tantos são os que se constituem subjetivamente mal ou muito mal, fazendo com que muitas vezes a vida seja sentida como um grande desafio. Situações assim afetam, por exemplo, o crescimento de uma criança de tal maneira, que chega a parecer milagroso que ela se desenvolva relativamente bem (MANSO, 2009). Poderíamos importar da literatura psicanalítica alguns exemplos a título de ilustração, mas uma passagem de uma das obras da jornalista e escritora Eliane Brum nos parece tão esclarecedor que é impossível não citar. Referimo-nos aqui aos sujeitos que fazem da escrita da autora uma verdade a ser escutada:

Desde o início o mundo doeu em mim. Dentro, mas fora também. Alguns creem que as memórias da primeira infância ou são boas ou não existem, temerosos de que até o mito da infância feliz lhes escape. São os que preferem não lembrar. Eu lembro muito, sempre lembrei. E ainda hoje há noites, muitas noites, em que acordo com o coração descompassado. Sempre vou temer o retorno da escuridão, que para mim é o mundo sem palavras. (...) A morte é o mundo sem palavras. E é curioso que minha primeira lembrança seja a morte. Como se eu tivesse nascida morta. E a vida só tivesse acontecido alguns anos depois, quando eu já era um zumbi crescido (BRUM, 2014, p. 12).

As linhas escritas por Brum apontam para a existência de outro cenário – quando, em decorrência de suas dificuldades, o ambiente falha em sua função. Vale ressaltar que, quando nos referimos a falha do ambiente, estamos nos referindo a uma “experiência de medida” (FIGUEIREDO, 2009). O que está em jogo nessa é o reconhecimento da singularidade daquele que recebe os cuidados. Nesse sentido, o autor elucida que a experiência de medida comporta um potencial ético, visto que ela se enraíza em um reconhecimento preciso em relação àquele que necessita de cuidados; em relação ao que esse tem de mais próprio (FIGUEIREDO, 2009). Portanto, a falha do ambiente incide na experiência de medida, o que faz com que o cuidado excessivo ou a falta de cuidado torna-se traumático nos primórdios da vida. Ou seja, tanto a ausência do abraço materno ou um abraço que sufoque o bebê estão no mesmo patamar, por não haver um reconhecimento do ritmo e do tempo próprio da criança (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015).

O que destacamos aqui é a ausência de reconhecimento de uma singularidade subjetiva por parte do outro. Mais adiante voltaremos a esse ponto, uma vez que a ausência de reconhecimento aponta para o desmentido que, na perspectiva de Ferenczi, é o responsável pelo trauma desestruturante. Por enquanto, queremos destacar que o ambiente está implicado na

experiência primordial. É a partir da relação com ele que o sentido emerge e que uma rede subjetiva vai se constituindo, cujos componentes – corpo, afeto e linguagem – tecem aquela em um interjogo, como fios que vão se entrelaçando.

Assim, tendo em mente que a qualidade do acolhimento do ambiente, nos primórdios da vida, interfere na organização psíquica daquele que subjetivamente está por se constituir, é necessário que abordemos os efeitos quando esse encontro primordial se dá de forma inconsistente, sendo a tônica desse capítulo. Ou seja, quando não é possível ao ambiente criar uma atmosfera que possa *fazer dela e com ela* uma experiência afetiva compartilhada, a inabilidade daquele em cumprir sua função parece potencializar o aspecto disruptivo e ameaçador da pulsionalidade, levando o sujeito infantil à vivência de um trauma precoce que não pode ser elaborado pelo psiquismo.

Como já mencionamos, nascemos corpo; um corpo que é afetado pelas excitações advindas dos estímulos externos e pelas excitações que se originam do organismo. Já expomos também que o infante nasce imerso na linguagem, mas que para ser capturado por ela, ou para o seu sentido ser apreendido, outra operação se faz necessária. Com Freud, abordamos a constituição do circuito pulsional pela realização da experiência de satisfação promovida pelo outro materno; com Lacan, a constituição do laço simbólico com o Outro encarnado, e com Ferenczi, a constituição do processo de introjeção, no qual o eu traz para si parte do mundo externo. A partir de suas diferenças, os autores apontam para a relação inaugural do eu com o ambiente e a construção do psiquismo. Ora, vemos que em todas essas operações a qualidade do encontro com o outro vai influenciar na organização psíquica.

Se pensarmos que o entrelaçamento entre corpo, afeto e linguagem se dá no interior do encontro de uma mãe com o seu bebê e na potência erótica que emerge dele veremos que não é sem consequências quando o ambiente falha em sua função. Por exemplo, quando o outro cuidador por alguma razão se apresenta de forma silenciada ou mecanizada. Se não nos é possível pensarmos na existência do afeto e da linguagem sem um corpo, nos é possível pensarmos na existência de uma linguagem precária que como tal não dá conta de exprimir os afetos; ou na existência da linguagem, mas sem afeto. Ou ainda, nos é possível pensarmos em um corpo privado de afetos e linguagem, como o corpo catatônico. Com isso, queremos apontar para a possibilidade de um dos componentes ser estrangulado, comprometendo a tessitura da rede, na medida em que a ausência ou a precária atmosfera, entre a mãe e o bebê, acaba por “truncar as relações básicas entre corpo, afeto e linguagem e a dificultar a emergência do sentido como significação compartilhada” (MAIA, 2001 p.267).

Mesmo com perspectivas diferentes apresentadas por diversos autores, a literatura psicanalítica apresenta a ideia de que sem o cuidado amoroso do outro, sem um bom acolhimento, a criança encontra a morte como destino – se não a morte real, a perda de vitalidade. Entre os autores que se dedicaram a essa ideia, é quase impossível o nome de René Spitz (1979) não ser o primeiro a nos visitar. Suas pesquisas e estudos sobre o efeito que a ausência de uma relação materna pode provocar nas crianças levou-o à constatação de que muitas desenvolviam um quadro depressivo – depressão anaclítica – constituindo o que ele designou como *hospitalismo*. Segundo ele, a privação total dos cuidados maternos e do provimento afetivo leva a criança à deterioração física e psíquica, quando a perda gradual de interesse pelo meio, os comportamentos estereotipados (tais como balanceios), o atraso acentuado no desenvolvimento geral e uma intensa propensão às infecções se apresentam, podendo ocorrer uma evolução para um quadro de marasmo seguido de óbito.

Criticando a ideia de carência afetiva desenvolvida a partir das pesquisas de Spitz, Lacan, em seu escrito *Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina* (1960), sustenta que, na carência, é o fracasso de mediação que falha. Ou seja, é a mãe enquanto função simbólica que falta, e não a mãe concreta. Essa é necessária para que a alternância presença-ausência possa se estabelecer. Isso quer dizer que só existe presença porque existe ausência e vice-versa. Portanto, “o apelo à presença se recorta sobre um fundo de ausência da mãe concreta” (ANSERMET, 2003, p.74). Ou seja, a resposta ao apelo faz aparecer uma falta: “*ela poderia ter vindo antes*”, diria o bebê. Assim, a mãe que o bebê chama, que ele faz apelo, é a mãe em sua condição alternante; é a mãe simbólica – derivada da resposta que ela dá ao grito e que o transforma em demanda.

Como Freud nos transmitiu, a mãe, como alternância, é *Fort-Da* (1920/2020). Ela desaparece e aparece; ela vai e retorna. Entretanto, quando o grito não é escutado como apelo ou deixa de ser escutado, a mãe é excluída do simbólico – “ela vira real, *Fort* sem *Da*. O jogo da alternância desaparece. Resta tão-somente o *Fort*” (ANSERMET, 2003, p.77). Isto é, se *Da* é a mãe que retorna, que aparece – a mãe simbólica –, a criança carente fica apenas com o *Fort*, com o desaparecimento da mãe, resultando em uma confrontação direta com o real que é da ordem do traumático para a criança.

Tudo isso indica que o sofrimento do sujeito é, sobretudo, de um excesso de real, de uma ruptura do real pulsional. É nesse sentido que, como já aludimos, Lacan aponta que nesses sujeitos, “mais ou menos caracterizados pelo fato de terem sido filhos não desejados” (1957-58/1999, p.254.), há um “irresistível pendor para o suicídio” (1957-58/1999, p.254.), materializado na vida do sujeito por fenômenos autodestrutivos. Portanto, a problemática da

criança carente, na leitura de Lacan, se situa no fato de ela não encontrar um lugar no que preexiste a ela, o que faz com que algumas delas não sejam incluídas na rede simbólica. Daí ser uma criança rejeitada do simbólico. Nesses casos, situamos o autismo.

É importante ressaltar que a carência simbólica, seja no nível que for, não necessariamente precisa estar associada a um abandono concreto. Ela pode acontecer sem que haja uma carência objetiva, basta a criança não ter sido subjetivada no desejo do Outro. Trata-se da ausência da mãe ou de um excesso de sua presença operatória, concreta que não permite a mediação realizada pelo Outro, privando a criança da mãe simbólica.

Sem essa mediação, “o grito não encontra tempo nem espaço para se propagar. (...). É um grito silencioso. Não pode ser escutado, como se, em uma espécie de implosão, estivesse situado fora das frequências audíveis” (ANSERMET, 2003, p.77). Entregue a esta ausência, e a criança não encontrando um lugar no desejo materno, ela se apaga. Ou seja, ela fica mortificada. Isso explica o fato de a presença da mãe ser fundamental. Sem ela, o vazio e o silêncio da ausência se abrem não como um espaço para criar, mas como um abismo para morrer. Isto porque a “carência é também carência de ilusão: falta de luz, o Verbo não está lá para iluminar a coisa, para fazê-la ser” (ANSERMET, 2003, p.78).

Embora Freud tenha dado prevalência ao mundo intrapsíquico, ele não deixou de levar em consideração a qualidade do ambiente, através do qual o filhote do homem vai se constituir subjetivamente. Segundo Ansermet (2003), o remanejamento que Freud realizou do conceito de angústia e da noção de traumatismo tornou centrais o papel do meio ambiente e a necessidade de ajuda exterior em situações de desamparo. Afirma o autor que “a referência à *constância* e às *qualidades* do meio ambiente se integra às fontes intrapsíquicas do traumatismo em suas conexões com os acontecimentos do mundo exterior” (ANSERMET, 2003, p.134, grifo nosso). Feita essa ressalva, vamos ao encontro de Ferenczi cuja companhia escolhemos para caminharmos nesse capítulo. Nossa escolha se justifica em razão dele privilegiar a dimensão relacional na constituição de uma subjetividade.

Se Freud privilegiou a dimensão pulsional e Lacan a da linguagem, Ferenczi se voltou mais para a ação do ambiente e seus efeitos sobre o psiquismo que está se constituindo. Foi ele quem mais valorou a qualidade do ambiente no processo da constituição subjetiva, não sendo por um acaso considerado o precursor da teoria das relações de objetos²¹, inaugurando uma

²¹ Para os adeptos da teoria das relações de objetos, o psiquismo é concebido a partir da internalização das experiências relacionais. Dessa forma, a pulsão inata do bebê é presumida como sendo moldada pelas interações com o ambiente. Segundo esta tradição de pensamento, o inconsciente é estruturado através da qualidade da transformação mental das experiências sensoriais e emocionais nas relações primárias (in: Dicionário Enciclopédico Inter-Regional de Psicanálise da IPA, p.186).

nova perspectiva em relação ao pensamento psicanalítico (GURFINKEL, 2018). Centrado na importância da adaptação da família à criança e, assim, no acolhimento que essa dispensa a sua criança, o psicanalista húngaro esclarece que esse cuidado produz efeitos na constituição subjetiva, de tal maneira que a sua ausência pode deixar marcas psíquicas definitivas e graves.

Não por um acaso também, ele se debruçou sobre “a dimensão sensível da clínica, isto é, a atmosfera afetiva posta em jogo durante uma sessão de psicanálise, [sendo] o eixo condutor [de seu] pensamento teórico” (VIEIRA, 2018, p.81). Sua obra, do início ao fim, é um testemunho disso, embora seus escritos após a “virada de 1928” (KUPERMANN, 2019) evidenciem mais. Nesse sentido, sua clínica foi norteada pelo cuidar da criança – a criança no adulto –, que em um tempo pretérito foi ferida pelo ambiente ao não reconhecer a sua vulnerabilidade; uma ausência de reconhecimento, materializada pela má adaptação daquele em relação à criança, cujo desdobramento aponta para o mau acolhimento e para o traumatismo provocado pela “hipocrisia dos adultos despreparados e insensíveis” (GURFINKEL, 2018, p.107).

Esses sujeitos a quem Ferenczi se dedicou e que eram considerados como casos “não analisáveis” pela comunidade psicanalítica da época, razão pela qual o psicanalista ter sido considerado como o analista de “casos difíceis”; esses pacientes, não acolhidos por muitos psicanalistas, eram os traumatizados. Ferenczi os acolheu, e os acolheu bem.

3.2 Sobre a criança mal acolhida e sua pulsão de morte

Se fossemos sintetizar em poucas palavras o que expomos até este momento, poderíamos dizer que não existe possibilidade de nos tornarmos humanos, de nos constituirmos enquanto sujeitos, fora do campo intersubjetivo pelo qual são transmitidas a linguagem, a cultura. Isso significa que “os processos de subjetivação só podem se fazer num contexto coletivo” (REIS, 2017, p.79), razão pela qual Ferenczi afirma a importância de o filhote humano ser acolhido pelo seu entorno. Em seu escrito sobre a criança mal acolhida, por exemplo, escreve que a força vital da criança só é reforçada “após a imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos, por meio de um tratamento e de uma educação conduzidos com tato” (FERENCZI, 1929/2011, p.59); do contrário a criança desliza para o estado de não-ser.

A afirmativa ferencziana nos dá abertura para que abordemos a ideia sustentada pelo autor sobre a pulsão de morte. Assim, antes de analisarmos seu escrito sobre a criança mal acolhida, é necessário que exploremos sua concepção sobre a pulsão de morte. Por duas razões: o autor a apresenta imperando no psiquismo daquele que, no início da vida, não foi bem

recebido. Mais do que isso, ainda que não faça oposição à visão freudiana apresentada em *Além do princípio de prazer* (1920), Ferenczi não apenas nos indica que a pulsão de vida não deriva daquela, como sustenta um viés em que a pulsão de morte não é hegemônica. Assim, vamos à sua concepção.

Alguns anos antes da pulsão de morte ser conceituada, Ferenczi já dava mostra dessa ideia ao afirmar, em uma nota de rodapé, que existiria uma tendência à regressão dominando a própria vida orgânica, mas existiria também uma tendência à evolução, à adaptação, etc. que dependeria do ambiente, do seu bom acolhimento (1913a/2011). Em seu escrito *Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade* (1924), poucos anos após a publicação do escrito freudiano que apresenta a conceituação da pulsão de morte, Ferenczi, se valendo de Nietzsche, afirma:

(...) talvez a morte ‘absoluta nem exista; talvez o inorgânico dissimule germes de vida e tendências regressivas; ou talvez até Nietzsche tivesse razão quando disse: ‘Toda a matéria inorgânica provém da orgânica, é matéria orgânica morta. Cadáver e homem’. Nesse caso, deveríamos abandonar definitivamente o problema do começo e do fim da vida e imaginar todo o universo orgânico e inorgânico como uma oscilação perpétua entre pulsões de vida e pulsões de morte, em que tanto a vida quanto a morte jamais conseguiria estabelecer sua hegemonia (FERENCZI, 1924/2011, p. 357).

Mais adiante, ele continua:

Mesmo um organismo quase incapaz de viver luta contra a morte. Uma morte ‘natural’, suave, manifestação tranquila da pulsão de morte, talvez só exista em nossas representações de desejo dominadas pela pulsão de morte; na realidade, a vida termina sempre de maneira catastrófica, tal como se iniciou também por uma catástrofe, o nascimento (FERENCZI, 1924/2011, p.357).

As palavras acima do autor nos trazem a ideia de que ele não era dualista, tal como seu mestre. Enquanto Freud pensava o conflito pulsional, materializado agora pela oposição entre pulsão de vida e pulsão de morte, constituindo, assim, a nova dualidade pulsional, Ferenczi se apresenta como monista. Já em 1908 – ano em que conheceu Freud –, o autor, logo no início de seu escrito *A respeito das psiconeuroses* (1908) faz a seguinte afirmação: “Apresso-me, pois, a assinalar que, teoricamente, sou adepto dessa concepção filosófica denominada *monismo agnóstico*, que reconhece, como seu nome indica, um princípio único na base de todos os fenômenos existentes” (1908/2011, p.46).

Vale destacar que o monismo de Ferenczi não se opõe ao pluralismo; ao contrário, está de mãos dadas com ele. Isso significa que um mesmo princípio ou substância pode se expressar de formas múltiplas. Para o autor, corpo e psique teriam a mesma natureza, porém se

expressariam de formas distintas. Nesse sentido, eles não se opõem, porque partem de um mesmo princípio (GONDAR, 2017). Podemos ver isso com mais clareza no escrito de Ferenczi *Fenômenos de materialização histórica* (1919), cujo pano de fundo é a relação entre corpo e psiquê. Nele, o autor, partindo da questão de como se dá o salto do psíquico para o somático nas conversões históricas, demonstra que a realidade corporal e a realidade psíquica são inseparáveis, sendo assim, não há salto a ser dado.

A compreensão da indissociabilidade dessas realidades possibilita Ferenczi tomar a conversão histórica, por exemplo, como um processo criativo, mais que uma mensagem a ser decifrada. Com esse olhar em relação ao sintoma, que o autor designa como fenômeno de materialização, ele explica que esse consiste em “concretizar um desejo, como que por magia, a partir da matéria de que o sujeito dispõe em seu corpo e em dar-lhe uma representação plástica (...) à maneira de um artista que modela um material de acordo com sua ideia” (FERENCZI, 1919/2011, p.49). Entretanto, ele vai mais além ao não circunscrever esse fenômeno apenas àqueles que padecem de histeria. De acordo com seu pensamento, essas materializações são encontradas nos vários estados afetivos experimentados por todo e qualquer humano.

É perfeitamente admissível que a maioria dos movimentos expressivos que acompanham as emoções humanas – ruborizar-se, empalidecer, desmaiar, ter medo, rir, chorar – ‘representem’ eventos importantes do destino humano, individual e coletivo, e sejam por conseguinte, outras tantas ‘materializações’ (FERENCZI, 1919/2011, p.50).

Ferenczi está se servindo do pensamento nietzschiano que, enfatizando a vontade de potência no jogo das forças pulsionais, deixa para segundo plano a oposição ou o conflito entre as forças. Isso significa que, assim como o filósofo, Ferenczi vai privilegiar o movimento de afirmação da vida, ou seja, a expansão de sua força, de sua potência. Assim, o que é destacado é a afirmação de uma força em relação a outra; cada qual ao seu modo (GONDAR, 2017). Portanto, sustentando uma posição monista, mas sem rejeitar a pulsão de morte como Winnicott, por exemplo, Ferenczi pensa *Thanatos* sem oposição à *Eros*. Ou seja, como corpo e psique, *Eros* e *Thanatos* possuem a mesma natureza, porém com movimentos diferentes. Enquanto o movimento das pulsões de vida é na direção da integração ou da composição, o movimento da pulsão de morte é na direção da desintegração ou da decomposição (FERENCZI, 1924/2011).

Com isso, Ferenczi se contrapõe à posição de seu mestre que sustenta *Thanatos* como a volta ao inorgânico. Com sua posição, ele sustenta a ideia de que a vida se encontra como o primeiro elemento. Isso quer dizer que, para o autor de *Thalassa*, a volta ao inanimado é impossível, já que a vertente ativa de destruição é vida, na medida em que ela, a destruição, se

converte “verdadeiramente na ‘causa do devir’” (FERENCZI, 1926/2011, p.441). O que está sendo colocado em jogo é que a força destruidora (*Thanatos*), que para Freud se contrapõe à força vital (*Eros*), é inerente à vida e é fonte de criação. Nesse sentido, Ferenczi propõe a pulsão de morte a partir de uma vertente positiva, visto que é uma força que leva à morte tudo o que é unitário. Como potência de destruição, seu impulso desfaz o que está instituído, estabelecido, organizado ou formado para que dos fragmentos possa surgir uma nova forma. É nesse sentido, associando destruição e criação, que Ferenczi dá à pulsão de morte um caráter de uma força positiva. As tendências para a composição e para a decomposição participam de um movimento vital mais amplo: são justamente os elementos que resultam de uma decomposição que se tornam o material para a composição subsequente. Para Ferenczi, os organismos são capazes de se reconstruir a partir de seus próprios restos, utilizando até mesmo a força inversa produzida pela destruição parcial para dar prosseguimento ao seu desenvolvimento. Pulsão de morte e pulsão de vida implicam a oscilação de ritmos num mesmo princípio vital (GONDAR, 2017).

Feita essa digressão sobre a pulsão de morte em Ferenczi, embalemos agora a criança mal acolhida, porém, não sem ter em mente que Ferenczi foi aquele que, ao se dedicar a uma clínica centrada nas relações do eu com os objetos primordiais, “abriu caminho para repensar o papel do objeto na constituição psíquica” (HERZOG; PACHECO-FERREIRA, 2015, p.183). Assim, quando Ferenczi se dispõe a pensar sobre “a experiência do ser e sua articulação com o universo libidinal não redutível à experiência pulsional” (HERZOG; PACHECO-FERREIRA, 2015, p.183) é possível a ele constatar a importância do tato psicológico do ambiente – a capacidade dele se colocar no diapasão da criança e sentir com ela todos os seus caprichos e humores. A esta capacidade, Ferenczi definiu como “sentir com” (FERENCZI, 1928b/2011).

Insistindo que o nascimento é um verdadeiro triunfo pelo fato de o feto estar preparado fisiologicamente para nascer – os pulmões, o coração, o cérebro, estando bem formados, lhe dão todas as condições para viver –, Ferenczi sublinha que “no início da vida, intra e extrauterina, os órgãos e suas funções desenvolvem-se com uma abundância e uma rapidez surpreendente” (1929/2011, p. 58). Porém, é preciso que haja condições favoráveis. E essas condições dizem respeito à qualidade do ambiente.

Segundo o autor, chegamos ao mundo em um estado de abertura, “de certa forma, num estado de ‘dissolução’” (FERENCZI, 1932/1990, p.117), o que faz com que no início da vida sejamos muito mais sensíveis do que quando nos tornamos adultos. Nesse estado precoce, no qual somos desprovidos de medidas protetivas contra as excitações, a “tendência para a extinção e a predominância (...) da pulsão de morte” (FERENCZI, 1932/1990, p.189) mostram que o

humano nascente, diferentemente do adulto, “ainda se encontra muito mais perto do não-ser individual, do qual não foi afastado pela experiência da vida” (FERENCZI, 1929/2011, p.58). Assim, em função da força vital não ser tão forte no nascimento, o deslizamento para o não-ser nas crianças é muito poderoso, devido à ligação com a vida ser muito precária. Logo, é preciso reforçar, reassegurar o impulso de viver. E isso só se dá “após a imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos, por meio de um tratamento e de uma educação conduzidos com tato” (FERENCZI, 1929/2011, p.59).

É preciso ressaltar o vocábulo *imunização*, pois ele diz respeito à qualidade do ambiente. É através dele que os impulsos positivos de vida são introduzidos e as razões para continuar existindo se estabelecem, afirma Ferenczi. Isso significa que quando a criança é “levada, por um prodigioso dispêndio de amor, de ternura e de cuidados” (FERENCZI, 1929/2011, p.58), ou seja, quando ela é bem acolhida pelo outro, quando o ambiente se adapta a ela, o seu impulso de viver é reassegurado. Do contrário, a sua força vital, por ser frágil, não impede com que “as pulsões de destruição logo entrem em ação” (FERENCZI, 1929/2011, p.58) levando a criança a deslizar para o estado de não-existência.

Daí tira-se uma primeira conclusão: a pulsão de vida, enquanto tendência erótica e força vital, embora parte integrante do ser humano, só cumpre sua função caso o ambiente favoreça sua dinamização. Pode-se pensar que o mesmo se aplica à pulsão de morte, a falha na imunização corresponderia a um recrudescimento da tendência ao inorgânico. Ambas as tendências dependeriam das primeiras relações do indivíduo com o meio circundante e não estariam ligadas à constituição (HERZOG; PACHECO-FERREIRA, 2015, p.188).

O que Ferenczi destaca nas entrelinhas de seu escrito *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929) é o que ele de forma incisiva afirma em uma de suas anotações que comporta o seu *Diário Clínico* (1932):

A criança recém-nascida utiliza toda a sua libido para o seu próprio crescimento, e é necessário até dar-lhe libido para que possa crescer normalmente. A vida começa, portanto, por um amor de objeto passivo, exclusivo. Os bebês não amam, é preciso que sejam amados (FERENCZI, 1932/1990, p.236).

Pois bem, vemos que a imunização realizada pelo acolhimento do outro, nos primórdios da vida psíquica, possibilita com que o sujeito viva, sinta-se vivo e tenha vontade de viver, sendo aquela a maior proteção contra o deslizamento e o seu retorno ao não ser – estado em que Ferenczi situa a gênese do sentimento de autodestruição, uma vez que o sujeito que se sente abandonado perde todo o seu prazer de viver e volta sua pulsão de morte contra si mesmo. Trata-se aqui de um sujeito que, tendo chegado ao mundo como “*hóspede não bem-vindo na família*” (FERENCZI, 1929/2011, p.57), apresenta uma tendência para

autodestruição. São palavras do autor:

Eu queria apenas indicar a probabilidade do fato de que crianças acolhidas com rudeza e sem carinho morrem facilmente e de bom grado. Ou utilizam um dos numerosos meios orgânicos para desaparecer rapidamente ou, se escapam desse destino, conservarão um certo pessimismo e aversão à vida (FERENCZI, 1929/2011, p.58).

Ao registrar os sinais conscientes e inconscientes de aversão ou de impaciência de seu outro cuidador, sua vontade de viver parece ser quebrada. Esses são sujeitos que perderam, precocemente, o gosto pela vida, de tal forma que num tempo posterior, diante dos menores acontecimentos, são tomados pela vontade de morrer, o que faz Ferenczi afirmar que tanto o pessimismo moral e filosófico quanto o ceticismo e a desconfiança tornaram-se traços de caráter proeminentes desses sujeitos. Do mesmo modo, eles apresentam também certa “nostalgia, apenas velada, da ternura (passiva), incapacidade para sustentar o esforço prolongado, portanto, um certo grau de infantilismo emocional (...)” (FERENCZI, 1929/2011, p.57). Como esclarece Reis, “a criança mal acolhida, ao nascer, torna-se presa fácil da força desagregadora e destrutiva da pulsão de morte” (2017, p. 105).

Antes de prosseguirmos, é importante mencionar uma nota de rodapé, escrita pelos editores, no texto em questão. Escreveram eles: “Em alemão, ‘*Das unwillkommene Kind*’²². É a criança ‘não bem-vinda’. Fala-se muitas vezes da criança ‘não desejada’, mas não é isso o que Ferenczi quer dizer aqui” (1929/2011, p.55). De fato, Ferenczi não faz menção ao desejo dos pais em relação à criança. Ele cita, como exemplos, a criança que nasceu em uma família já bastante numerosa, na qual ela era o décimo filho de uma mãe já sobrecarregada de afazeres; e outra criança, cujo pai, muito doente, veio a morrer logo após seu nascimento. Se no texto em questão, o psicanalista húngaro não aborda o desejo dos pais, parece-nos que é em função de sua atenção não estar voltada para a razão de a criança ter sido mal acolhida, e sim para o fato de que, sendo ela mal acolhida, sua força vital não se expande. Nesse sentido, ele também não coloca em pauta se a criança foi mais ou menos mal acolhida. O que interessa a ele é a relação existente entre o ser mal acolhido e o domínio da pulsão de morte no psiquismo.

Entretanto, alguns anos mais tarde, ele parece se preocupar com o desejo dos pais em relação às suas crianças. Em seu *Diário Clínico* (1932), ele escreve sobre a importância de os bebês serem amados, para que possam crescer normalmente, justificando porque o filhote do homem precisa que lhe deem libido. Ora, libido é *Eros* e esse se traduz como amor. Vemos, então, que o autor associa acolhimento com amor. O desejo não estaria presente aqui?

²² Consultamos vários dicionários alemão-português e encontramos como tradução para *Das unwillkommene Kind*: criança indesejável e criança não bem-vinda.

Se trazemos essa questão, não é com a pretensão de afirmar que a criança mal acolhida, necessariamente, é a criança não desejada, embora o inverso seja real. Nossa pretensão é a de questionar sobre o lugar ocupado pela criança na fantasia de seus pais, e, desse modo, algo da ordem do desejo deles faz questão. Enfim, se problematizamos a nota de rodapé, mencionada acima, é também porque ela vai na contramão da compreensão de algumas linhas escritas no prefácio do volume em que consta o escrito que estamos trabalhando. Citemo-las:

A criança não desejada, mal acolhida por seu meio natural, ou excessivamente bem acolhida e depois abandonada (das unwillkommene Kind), que vai ser para Ferenczi a ocasião de destacar a noção de ‘neurose de frustração’ pelo efeito de uma majoração das pulsões de morte da criança. Nesse caso, *a criança, em sua mais tenra idade, torna-se o lugar de passagem preferido do sadismo inconsciente de seus pais*, e suas pulsões de morte vão variar em quantidade segundo a insistência do desejo do outro. Com essa noção, que data de 1929, Ferenczi antecipa a concepção do ‘desejo como desejo do outro’, que seria desenvolvida por Lacan (...)” (SABOURIN, 1928/2011, p.IX) (grifo nosso).

Destacamos nessa citação uma frase. Sua importância reside no fato de indicar o lugar que a criança mal acolhida ocupa no inconsciente de seus pais – objeto do sadismo inconsciente deles –, o qual acaba por criar uma confusão de língua entre eles, como veremos um pouco mais adiante. No momento, queremos trazer uma questão que se impõe: como a aversão, a impaciência, o não-acolhimento do outro cuidador seriam captados e registrados pela criança já tão cedo, enquanto recém-nascida?

Começamos lembrando que os cuidados corporais que a mãe realiza em seu bebê são carregados de sentidos não verbais. Através deles perpassam os estados de espírito dela. Expressos pelos gestos, ritmos, tons de voz, toques, eles tanto podem ser mais ou menos calorosos, mais ou menos amorosos e acolhedores. É o mundo se apresentando ao filhote do homem, mesmo que ele ainda não o perceba diferenciado de si.

De qualquer modo, o filhote humano é afetado diretamente em seu corpo e sensibilidade por esses estados do outro, os quais deixam “marcas e rastros de afetos – pistas que indicam caminhos para o desenvolvimento do humano nascente” (REIS; MENDONÇA, 2018, p.). Essa experiência indica que esse é um tempo no qual estão implicados corpo, sensações, afetos, sentidos e intensidades. É um tempo em que reina a sensorialidade. A partir dela e com ela, um campo de afetação entre o filhote humano e o mundo – no início da vida, materializado pela mãe – é constituído como um espaço que ocorre o processo introjetivo (MAIA, 2003) e o início da tessitura de uma rede subjetiva.

Aqui caminharemos com o psicanalista e etólogo Daniel Stern que durante muito tempo se debruçou sobre os processos primários de subjetivação das crianças, “prestando uma atenção

especial ao tema da experiência afetiva” (PEIXOTO JR; ARÁN, 2011, p.727). Dedicando-se a pensar nas minúcias das experiências sensoriais do humano nascente como se estivesse tentando descobrir “o universo nas primeiras horas após a grande explosão” (STERN, 1992, p.1), o autor tem razão em sua comparação. Afinal, se o universo começou “com a explosão de uma única massa de material, de modo que os pedaços ainda estão flutuando em fragmentos” (STERN, 1992, p.1), nós, humanos, também começamos assim, porém, diferentemente do universo que foi criado apenas uma vez, “os mundos interpessoais são criados, no aqui, todos os dias, na mente de cada novo bebê”. Foi nesse sentido que o autor direcionou sua pesquisa, ou seja, como os bebês experienciam a si mesmos e aos outros desde os primórdios.

Segundo as pesquisas realizadas por Stern (1992), nesse tempo primevo, o humano nascente apresenta uma capacidade perceptiva, a qual o autor nomeou como *percepção amodal*. Trata-se de “tomar a informação recebida em uma modalidade sensorial e de alguma maneira traduzi-la para uma outra modalidade sensorial” (STERN, 1992, p.45). Isto é, o humano nascente experencia “um mundo de unidade perceptual” (STERN, 1992, p.45). Assim, o que experienciado é da ordem da intensidade, e não visões, sons, toques e objetos nomeáveis. Através da percepção amodal, o filhote humano capta a atmosfera e o que é percebido:

(...) o mundo pela proximidade sensória e sem mediação da linguagem, já que a fala [do outro] para o bebê são sons, tonalidades e ritmos sendo, portanto, a-significante, não engendrando efeitos de significação no sentido linguístico. São marcas sensoriais captadas por um sistema inato que serão traduzidas com o desenvolvimento das capacidades cognitivas em categorias complexas, servindo como mapeamento afetivo/cognitivo do ser humano (REIS; MENDONÇA, 2018, p.25).

A atmosfera captada pelo humano nascente diz respeito a uma dimensão de afetos, que Stern (1992) nomeou como afetos de vitalidade: qualidades de sensações, de experiência afetiva que surgem do encontro com o outro e são indefiníveis, justamente porque o seu tempo é o do gerúndio – estão acontecendo. Desse modo, são experiências imanentes “ao movimento e sua propriocepção. Em outras palavras, são as formas primárias de estar vivo, dando sentido primário de vivacidade (REIS; MENDONÇA, 2018). Assim, a primeira apreensão do mundo se dá a partir da percepção amodal dos afetos de vitalidade. Embora não sejam restritas ao início da constituição subjetiva, “essas qualidades da experiência são, com toda certeza, sensíveis para o bebê (...)” (STERN, 1992, p.46). Ele, o bebê, está imerso nesses afetos de vitalidade e experencia, por exemplo, *sendo* segurado no colo da mãe, *sendo* amamentado ou *sendo* ninado por ela. São esses diferenciais intensivos que, para Ferenczi, serão introjetados. Como afirma Maia (2003):

Aquilo que é objeto de introjeção é um jeito, uma forma de segurar, e cuidar do bebê: o tom de voz, a angústia, tranquilidade, prazer, medo, raiva, uma infinidade de afetos e vibrações que deixam marcas. (...). Marcas primitivas que se oferecerão como um manancial para toda a vida, modelando o corpo expressivo, a gestualidade; um jeito de ser, estar e se relacionar com o mundo (MAIA, 2003, p. 127).

Podemos extrair das palavras da autora que não introjetamos somente o que é da ordem do prazer, nos deixamos ser marcados também pelo desprazer, “pela dor causada pela percepção dos sinais inconscientes de aversão, indiferença e angústia expressa pela mãe e os adultos através de pequenos indícios que são captados pelo bebê em sua sensorialidade” (REIS; MENDONÇA, 2018, p.26). Voltemos à criança mal acolhida.

Lembrando que a experiência do nascimento é da ordem da catástrofe, a passagem do meio líquido para o meio seco promove fragmentações. Somos seres fragmentados de nascença, nascemos em pedaços, ou como escreve Gondar em seu poético texto *Em pedaços: a fragmentação em Sándor Ferenczi* (2021): “Para Ferenczi, somos, no início, ilhas oceânicas” (p.48). Diferentes das ilhas continentais que são derivadas de um choque relacionado a uma unidade primeira, aquelas são fragmentárias em si mesmas, não havendo, assim, referência à anterioridade da ordem da totalidade. Portanto, nos constituímos subjetivamente a partir de uma multiplicidade primeira, a partir da decomposição, na medida em que os elementos dessa “passam a ser os materiais da evolução ulterior” (FERENCZI, 1924/2011, p.352). Isso significa que nos constituímos através dos nossos restos. Porém, para isso, é preciso a ação de uma força inversa a que produziu a decomposição, a fim de darmos prosseguimento ao nosso desenvolvimento (FERENCZI, 1924/2011).

Entretanto, no primórdio da vida, essa força inversa – força vital – não é forte o suficiente para a compor uma unidade, necessária para que o sujeito possa enfrentar o que vem do mundo. Por isto o acolhimento do outro materno é imprescindível. Ao acolher a estranheza inicial do bebê – uma estranheza de quem está mais próximo da dissolução do que da organização; uma estranheza de quem, a princípio, é só corpo afetado pela intensidade das excitações –, o outro materno reassegura o impulso de viver do filhote humano, possibilitando uma nova forma de existência, na medida em que favorece o processo originário da criação e apreensão de sentidos, do contrário o trauma se faz presente com suas marcas dolorosas (REIS; MENDONÇA, 2018).

Assim, traumático para o bebê será o encontro com o outro, se este não o acolher em sua estranheza semiaquática. Não é de outra forma que a catástrofe se faz como traumática: quando o “meio seco” – o outro materno, a família – é árido. Não se adaptando ao humano nascente, o ambiente acaba por exigir desse uma adequação rápida aos modos de funcionamento

do novo mundo. A isso Ferenczi nomeia de não-acolhimento – uma forma de não reconhecer a vulnerabilidade infantil. E, como veremos nas linhas abaixo, isso se liga à teoria do trauma em Ferenczi.

3.3 Desalento: o nome do trauma desestruturante

Se a Viena de Freud teve como marca o colorido do barulho das histéricas, que trazia em seu cerne um conflito psíquico²³²³, a Budapeste de Ferenczi se viu entremeada pelo cinzento silêncio dos traumatizados. Diferentemente daquele, esse trazia em seu cerne a dor. Assim era a clínica do pai da psicanálise e de seu maior fiel discípulo. Enquanto no Danúbio freudiano era a criança do desejo – *sua majestade, o bebê* – que prevalecia; no Danúbio ferencziano a história era outra, visto ter como protagonista a criança mal acolhida e, por isso, traumatizada. Foi essa outra história que nos levou aos seus escritos; uma outra história que possui a particularidade de colocar em evidência uma espécie de trauma propiciado pelos fatores externos. Assim, de mãos dadas com Ferenczi, acompanhando seu percurso sobre essa espécie de trauma, adentremos neste território, cujo solo árido rouba todo o colorido vital.

Foi escutando os casos considerados “não analisáveis”, cuja desestruturação psíquica era o que se evidenciava, que Ferenczi pôde afirmar de forma contundente a existência de um trauma desestruturante – uma espécie de trauma que o ambiente participa de forma direta. Assim, é preciso que vejamos mais de perto o que Ferenczi apresentou como *trauma desestruturante*. Contudo, antes de prosseguirmos, dois aspectos merecem ser sublinhados. O primeiro é que o trauma possui um caráter de transbordamento. Ou seja, o psiquismo, que tem como função absorver as excitações através da criação de sentidos, diante de um súbito excesso daquelas que o invade, fica impossibilitado de cumprir com a sua função imediatamente, justamente porque excedeu a sua capacidade de absorção. Aprendemos com Freud que uma compulsão à repetição é acionada, pela exigência de um novo trabalho psíquico, para que o psiquismo possa assimilar o excesso através da ligação da excitação a uma representação (1920/2020).

O outro aspecto a ser sublinhado é que não é sem perdas que um psiquismo se organiza. Por exemplo, se no início o humano nascente vivencia o estado do autoerotismo, no qual ele parece se bastar, a presença do outro materno o retira desta “órbita autística”, levando-o à

²³ Se na primeira teoria da pulsão, o conflito referido era entre a pulsão de autoconservação e a pulsão sexual, a partir da segunda teoria da pulsão o conflito passa a ser entre a pulsão de morte e a pulsão de vida.

percepção de que ele precisa do outro para sobreviver. Ele não se basta. Outro exemplo que podemos lançar mão se refere ao aprendizado das normas de higiene. A criança submetida à lei imposta pelo outro, mais uma vez se depara com um limite que nega a sua onipotência. Essas são experiências traumáticas, pois provocam modificações no psiquismo. Desorganizam uma organização já estabelecida. Porém, propiciam uma reorganização, contribuindo para a estruturação do psiquismo. O maior exemplo disto é a castração que, como experiência traumática, traz no seu cerne a vivência efetiva da perda da onipotência infantil. Portanto, existem experiências traumáticas que não são, apenas, inevitáveis. Elas são fundamentais à estruturação psíquica (PINHEIRO, 1995).

Entretanto, existem traumas que não são absorvidos pelo aparelho psíquico. Dito de outra maneira, o aparelho psíquico não tem condições de metabolizar a situação traumática, não sendo possível, então, a reorganização. A esse tipo de trauma, Ferenczi nomeou como *desestruturante*, visto que “ele permanece incomunicável, irrepresentável e encapsulado no psiquismo” (GONDAR, 2017, p.91). Como já aludimos, foi escutando seus pacientes considerados “casos difíceis” ou “não analisáveis” que o psicanalista húngaro chegou a essa espécie de trauma, formulando uma teoria própria, na qual encontramos uma composição das duas teorias do trauma elaboradas por Freud – o trauma real (1896) e o trauma como excesso pulsional (1920) –, cujos elementos foram redimensionados (KUPERMANN, 2019).

Trauma. Esse foi o tema mais caro a Ferenczi, razão pela qual não cedeu ao pedido do mestre Freud de que reconsiderasse suas posições e que não publicasse o que havia apresentado no congresso de Wiesbaden em 1932 – *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. Ele também não esmoreceu diante das críticas que sofreu e do distanciamento da comunidade psicanalítica em relação a ele. Nesse escrito, publicado no ano seguinte de sua apresentação, ele deixa muito claro seu posicionamento quanto a esta temática:

(...) nunca será demais insistir sobre a importância do traumatismo e, em especial, do traumatismo sexual como fator patogênico. (...) A objeção, a saber, que se trataria de fantasias da própria criança, ou seja, mentiras históricas, perde lamentavelmente sua força, em consequência do número considerável de pacientes, em análise, que confessam ter mantido relações sexuais com crianças.” (FERENCZI, 1933, p.101)

A leitura de seus escritos facilmente causa a impressão de que a sua preocupação era voltada para os seus pacientes e não para o reconhecimento que poderia obter da comunidade psicanalítica, se ele andasse nos trilhos. Talvez por isso, sejam escritos que trazem a marca de uma presença afetiva. Ousamos dizer que Ferenczi foi aquele que escreveu sua obra com o corpo. Sua escrita é visceral, possivelmente por ter se dedicado a cuidar daqueles para quem um dia a realidade se apresentou nua e crua, sem contornos.

Estamos nos referindo ao indivíduo que em sua tenra infância teve a sua vida perturbada por um fator externo, pelo seu ambiente. Mais do que isso, ele não teve quem o acolhesse; quem embalasse seu corpo e lhe desse a mão. Na ausência desse acolhimento – uma forma do outro negar a insuportabilidade da dor sentida pela criança – é o *desalento* que está em jogo. Esse não foi um conceito criado por Ferenczi. Criado por Birman (2006), o desalento se diferencia do desamparo, já que nesse há a intermediação do outro. Foi isso que Freud transmitiu no seu escrito *Projeto para uma psicologia científica* (1895). Tomado pela dor primordial, provocada pelo acúmulo dos estímulos e das excitações, o qual atravessa o seu corpo, o filhote do homem grita. É porque o outro escuta o grito como signo do estado vulnerável que aquele se encontra, é porque ele reconhece o estado infantil, que lhe é possível escutar o que ainda não foi dito. Ou seja, o outro dá ao grito um estatuto de mensagem, propiciando com que a ação de descarga ou expulsão adquira a função de comunicação, de apelo ao outro. Assim, o grito do bebê é a fonte primordial de todos os motivos morais (FREUD, 1895/1987).

Vimos no capítulo anterior que o outro é constitutivo da subjetividade. Isso significa que para uma subjetividade se constituir é necessária a presença de um “polo de poder e alteridade” (BIRMAN, 2006, p.208) que, como referência, possibilita a organização daquela. Segundo Birman, a ausência desse polo é o que vai caracterizar o desalento psíquico, fazendo com que o mal-estar seja da ordem do traumático. Voltaremos nesse ponto no capítulo seguinte. Por enquanto, nossa intenção é a de fazer uma correlação do trauma desestruturante com o desalento psíquico. Posto isso, retornemos a Ferenczi.

Confusão de língua entre os adultos e a criança (1933) é um escrito em que Ferenczi propõe uma história para pensarmos o trauma desestruturante. A história contada por ele parece ser simples. Mas não é, em razão de ela apresentar uma trama cujos personagens – uma criança e dois adultos –, além de se encontrarem em posições de poder diferenciadas, possuem linguagens distintas. Tudo isso em um contexto de uma violência da qual a criança é vítima. Embora a história contada por Ferenczi seja centrada no abuso sexual praticado contra a criança, ele apresenta outras duas modalidades de situações traumáticas que são provocadas pela mesma confusão que intitula seu escrito. Trata-se das “*medidas punitivas insuportáveis*” e do “*terrorismo do sofrimento*” (FERENCZI, 1933/2011, p.119). Ferenczi está aludindo à realidade material, e não à realidade psíquica. Portanto, ele não está se referindo a uma cena fantasiada, e sim a uma experiência que de fato ocorreu. Ele está se referindo ao trauma real que, em se tratando do abuso sexual, Freud abandonou ao retirar a sedução do registro do acontecimento para alocá-la no registro da fantasia do sujeito (FREUD, 1897/1986), realizando, assim, “uma

verdadeira operação de *salvação* da figura do pai” (BIRMAN, 2006, p. 150)²⁴.

Vale destacar que se Ferenczi escolheu o abuso sexual praticado contra a criança como o paradigma para explicar o trauma desestruturante, é porque este não é um acontecimento qualquer; “não é uma proibição qualquer, é quase equivalente ao tabu do incesto” (PINHEIRO, 1995, p.79). Segundo a autora, o adulto é aquele que transmite “toda sorte de interditos, regras e tabus impostos pela sociedade” (PINHEIRO, 1995, p.80), sendo sua função fazer respeitá-las. Porém, não é esse o adulto ao qual Ferenczi se refere, mas aquele que quebra essas regras.

(...), na maior parte do tempo, o adulto que interessa a Ferenczi é aquele que vem perturbar a criança, seja por seu caráter imprevisível, que a criança não controla; seja porque o adulto é um mentiroso que nega a verdade do vivido da criança; seja ainda porque o adulto possui uma linguagem da paixão que irá invadir a linguagem da ternura, própria da criança. O adulto assim mostrado por Ferenczi ao longo dos seus textos é, sobretudo, alguém que não tem tato na relação com a criança, um adulto pouco cuidadoso, incapaz de ajudar a criança na sua relação consigo mesma (PINHEIRO, 1995, p.37).

Não é preciso ser psicanalista para se saber que a criança possui fantasias lúdicas, em relação ao adulto por quem ela nutre um amor. Ela brinca de ser namorada do membro familiar, ela brinca de cuidar dele como se fosse sua mãe. Ela também possui fantasias lúdicas em relação às coisas do mundo. Se em um faz de conta, ela faz da caixinha de fósforo um trenzinho percorrendo o mundo que se localiza debaixo da mesa de jantar, ela faz de si mesma um avião: abre seus braços, vibra os lábios e se põe a “voar”.

Essas fantasias trazem em seu bojo a busca pela restauração de “um estado no qual o sujeito [mantém] pulsante a sua onipotência – entendida como o sentimento de que o mundo é, também e sobretudo, uma criação sua, e não uma mera imposição externa frustradora” (KUPERMANN, 2019, p.72). São fantasias que embalam o brincar da criança, e são permeadas pela sexualidade infantil, fazendo-se presentes através de uma linguagem nomeada por Ferenczi como linguagem da ternura: uma linguagem que abriga “a força expansiva do gesto criador” (KUPERMANN, 2019, p.72) que, originando-se da onipotência alucinatória mágica, se estende à onipotência com a ajuda dos gestos mágicos e desta aos pensamentos e palavras mágicas. Essa palavra traria consigo um potencial evocativo, daí ela ser mágica. Ela, a palavra, traz

²⁴ Masson, em seu livro *Atentado à verdade: a supressão da teoria da sedução por Freud* (1984), afirma que faltou coragem a Freud para sustentar a teoria da sedução real. Sustentá-la seria pôr em xeque uma das bases do projeto da modernidade – a família burguesa –, o que poderia levá-lo a um isolamento intelectual. Nesse sentido, atribuir o abuso sexual praticado contra a criança à fantasia seria “reconfortante para a sociedade, pois a interpretação de Freud – de que a violência sexual que afetava tanto as vidas das suas pacientes era apenas fantasia – não representava nenhuma ameaça à ordem social existente” (MASSON, J. 1984, p. XXI e XXII).

consigo o brincar, o jogo amoroso com o outro, no qual a experiência é da ordem de uma satisfação lúdica da ternura, uma vez que esse possibilita a satisfação da onipotência criadora da criança.

A linguagem da ternura é, assim, antes de qualquer coisa, um convite à relação de cuidado; para que dois sujeitos efetivamente se falem é preciso conceber que, entre eles, já está estabelecida uma circulação afetiva que favorecerá com que a criança avance da posição de dependência e passividade (“amor objetal passivo”) para o relacionamento intersubjetivo com os objetos de sua escolha (KUPERMANN, 2019, p.72).

Assim, é com a linguagem da ternura que a criança vai expressar os seus desejos e as suas demandas; é com um código próprio de significações que ela vai interpretar o que vem do adulto que cuida dela e de seu entorno – um código que ela acredita que todos possuem. Dito de outra maneira, ela acredita que a sua linguagem é a linguagem de todos. Nesse sentido, ela espera que quem cuida dela e o seu entorno vão se dirigir a ela falando a sua língua. Porém, quando o adulto não reconhece a linguagem da ternura; quando ele não reconhece o universo lúdico da criança; quando ele acredita que a criança possui o mesmo código de significações dele, ou seja, é quando ele toma a criança como um igual, é aí que a criança começa a atravessar um campo minado, devido à linguagem dirigida a ela. A essa linguagem, Ferenczi nomeou como sendo a da paixão; uma linguagem marcada pelo desmesurado, pelo desmedido, por aquilo que leva à perda dos limites (PINHEIRO, 1995). É com essa linguagem que o adulto, funcionando nesse registro, se deixa dominar pela fúria, pela violência de seus desejos, submetendo-os à criança. No que concerne ao abuso sexual contra a criança, o adulto agressor não conserva o jogo entre ele e a criança “no nível da ternura” (FERENCZI, 1933/2011, p.116). Conforme afirma Kupermann:

(...) a sexualidade infantil não é simétrica à do adulto, entendendo-se por sexualidade a modalidade de relação de objeto estabelecida a cada momento da constituição psíquica infantil e do desenvolvimento do sentido de realidade. Assim, antes de poder experimentar o amor objetal a criança estaria submetida ao “amor objetal passivo” e à dependência da “ternura materna” (KUPERMANN, 2019, p. 70).

Na história contada por Ferenczi, o adulto não reconhece a “dissimetria estrutural” apontada acima por Kupermann. Como consequência, as línguas se confundem e a sedução lúdica da criança é tomada como sendo da ordem de uma sexualidade genitalizada, e o abuso sexual contra a criança é efetivado.

Não resta dúvida que a confusão de línguas é produtora de um trauma. Essa não se restringe ao *abuso sexual* praticado contra a criança. É também com um espírito em que a perda

da razão impera, com um espírito furioso, “rugindo de cólera”, que o adulto, não reconhecendo a linguagem da ternura, pune a criança quando essa se comporta de forma inadequada aos olhos dele (FERENCZI, 1933/2011). Ferenczi está se referindo às *punições passionais*. Pausa para uma ilustração:

Uma jovem mulher relata que, por volta de seus 5 anos de idade, chamou a mãe daquela com quem brincava de vagabunda. Sua companheira de brincar, por ser uma criança mais velha, compreendia o significado da palavra, enquanto a mais nova, sem essa compreensão, parecia repetir o que, provavelmente, escutara das conversas entre os adultos. Para ela, chata, boba, feia e vagabunda pareciam significar a mesma coisa. Sentindo-se ofendida, a criança mais velha se queixou com a mãe da mais nova. A mãe, tomada pela fúria, enfiou pimentas malaguetas na boca de sua filha.

Não temos dúvidas de que o ardor sentido em sua boca se limitou a uma experiência por demais desagradável. Mas o impacto da fúria de sua mãe, materializada na entonação da voz, na expressão de seu rosto e na força usada para abrir a boca da criança, se constituiu como um trauma. Além do abuso sexual e das punições passionais, Ferenczi se refere também a um outro modo “de se prender uma criança” (FERENCZI, 1933/2011, p.120), o qual ele denominou de *terrorismo do sofrimento*.

Neste há uma inversão de papéis, na medida em que a criança pequena passa a cuidar de sua mãe. Ou seja, passa a cuidar daquele que deveria cuidar dela. Sem levar em conta os interesses da criança e o quanto essa se sente afetada, a mãe encarrega a criança de escutar o seu sofrimento. Mais do que isso, a criança é encarregada “a resolver toda espécie de conflitos familiares, [carregando] sobre seus frágeis ombros o fardo de todos os outros membros da família” (FERENCZI, 1933/2011, p.120). A princípio, podemos pensar que a criança aceita esse encargo por obediência, o que faz até sentido. Porém, existe outra razão maior e muito mais importante para a criança. Se ela tem algum desejo, o seu desejo é de “poder desfrutar de novo a paz desaparecida e a ternura que daí decorre” (FERENCZI, 1933/2011, p.120).

Evidentemente que essas são experiências que se marcam pela violência – real e simbólica. Isso acontece, na medida em que a criança é tomada como objeto da violência dos desejos e da fúria do adulto agressor. Ou seja, enquanto sujeito, ela não é reconhecida, visto que o outro impõe sobre ela um código de significações que lhe é inacessível. Essa imposição, de um amor ou de um ódio apaixonado, materializado pelo abuso sexual ou formas de tratamento sádicas e cruéis, as quais a criança é submetida, é o que leva o psiquismo infantil a sofrer um traumatismo desestruturante (REIS, 1991).

Assim, diante da desconhecida linguagem da paixão, a criança se surpreende. Lembremos que o fator central do trauma é o efeito surpresa (FREUD, 1920/2020), que diz respeito não somente ao desconhecido, mas ao incompreensível também. Se parece lógico que, diante da confusão de línguas, a reação da criança seja da ordem da recusa, do ódio ou de qualquer movimento que demonstre uma resistência, acompanhando o pensamento de Ferenczi vemos que a coisa não é bem assim. Ela é acometida por um medo intenso. Física e moralmente indefesa, ela se sente impossibilitada de reagir. Ela paralisa e emudece diante da força e da autoridade esmagadora do adulto. A surpresa é tão grande que ela não reage nem mesmo em pensamento, escreve Ferenczi (1933/2011). Portanto, é por conta de seu medo, quando atinge o seu ápice, que a criança acaba por esquecer de si mesma. Ela se abandona. Sua vida passa a girar em torno de seu agressor. Nasce aqui uma obediência que é da ordem da servidão. Levada a adivinhar os menores desejos dele, de forma automática ela tenta atendê-los. Essa forma de ser da criança estaria relacionada com o fato de ela se identificar com o seu agressor.

É preciso destrinchar o que Ferenczi está oferecendo, pois aqui ele dá as pedras do caminho que levam ao trauma desestruturante – um caminho tortuoso, mas que, como veremos mais adiante, para o qual a criança encontra uma saída. Não está em jogo a questão se é ou não uma boa saída. Quando se trata da sobrevivência, física e psíquica, o que importa é encontrá-la. Retornando a identificação com o agressor, vemos que essa é o efeito mais imediato do ato violento perpetrado contra a criança, em razão de o adulto ser acometido pelo sentimento de culpa. Aqui é preciso certo cuidado, pois em Ferenczi a criança se identifica com o sentimento de culpa do agressor e não com a pessoa dele, como foi proposto por Anna Freud: “ao personificar o agressor, ao assumir seus atributos ou imitar sua agressão, a criança transforma-se de pessoa ameaçada na pessoa que ameaça” (1936/1977, p.96). Para Ferenczi, a criança incorpora a culpa de seu agressor. E é porque ela toma para si a culpa que ela se torna obediente e submissa aos seus caprichos.

Vale dizer que em uma tentativa de se livrar desse sentimento, o adulto agressor se agarra à ideia de que, em se tratando de uma criança, rapidamente o episódio será esquecido por ela. Além disso, quando se trata de um abuso sexual, não é nem um pouco raro o adulto agressor apegar-se a uma rígida moral como forma de “salvar a alma da criança” (FERENCZI, 1933/2011, p.117). Ora, a culpa sentida pelo adulto indica a prática de algo proibido que diz respeito ao “ato sexual com uma criança ‘inocente’ que não pode compreender o que aconteceu e que não dispõe ainda dessa proibição em sua bagagem” (PINHEIRO, 1995, p.79). Diante do estado culposos do agressor, a criança é tomada por uma enorme confusão – *o que aconteceu? Fiz alguma coisa de errado? Mas o que eu fiz de errado? Quem é o culpado? Quem errou?* Ela

se sente confusa em relação aos seus próprios sentidos. Ou seja, por ser incompreensível para ela o estado em que o adulto agressor se encontra, a culpa dele se torna um enigma para ela (PINHEIRO, 1995).

Frente a isso, a criança busca um outro adulto de sua confiança com a intenção de que esse possa dar um sentido para o que aconteceu. Ela busca um testemunho para o que lhe ocorreu. Porém, o adulto a quem ela relata o acontecido não suporta escutar o que é relatado e, dessa forma, a desmente (FERENCZI, 1933/2011), não a acolhendo em seu sofrimento; ele não o reconhece. Aqui é importante a abertura de um parêntese.

Desmentido é um dos nomes que se usa quando se quer fazer referência ao conceito freudiano *Verleugnung*. Sabe-se que os termos *renegação*, *recusa*, *rejeição* ou ainda *repúdio* também são usados para traduzir tal vocábulo (HANNIS, 1996; ROUDINESCO, 1998; LAPLANCHE, 2016). Segundo nota do editor da edição brasileira das *Obras Incompletas de Sigmund Freud*, o termo *Verleugnung* é normalmente traduzido para o português por *desmentido*, em função da proximidade com os termos alemães *lüge* (mentira) e *ableugnem* (desautorizar). Embora os vocábulos remetam à negação, não se trata de uma qualquer, mas de uma negação específica, próxima de desmentir e renegar.

Em seu *Dicionário comentado do alemão de Freud*, Hannis (1996) nos dá grandes esclarecimentos. Segundo ele, o termo *verleugnen* “mantém certa ambiguidade quanto a verdade e mentira” (p.310). Há uma negação por parte do sujeito de algo que se impõe a sua percepção. Por não suportar ele nega. Entretanto, escreve o autor, “esse material permanece dialetizando com a tentativa do sujeito de não ‘vê-lo’. Não se trata de uma negação que encontre resolução definitiva, pois o material negado permanece presente, exigindo esforço para manter a negação” (p.311). O sujeito mantém, ao mesmo tempo, tanto a (re)negação (*Verleugnung*) quanto a asserção (*Behauptung*) (HANNIS, 1996).

Se em 1923, mais especificamente no escrito *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*, Freud, dissertando sobre as primeiras impressões do menino diante da visão da ausência de pênis na menina, menciona a noção de recusa à percepção de uma realidade – “ele ainda é pequeno, mas ainda irá crescer” (FREUD, 1923/2020, p.240), logo em seguida, demonstrando que as crianças, a princípio, recusam ou negam essa falta, ele aproxima a recusa com o processo da psicose, já que o primeiro momento dessa se dá a partir da recusa em relação à realidade exterior. Nesse sentido, ele esclarece que se esse processo de recusa não parece deter um perigo para a vida psíquica da criança, no adulto “poderia iniciar uma psicose” (FREUD, 1925a/2020, p.265).

Porém, foi a partir de seu escrito *Fetichismo* (1927) que ele definiu a noção de *recusa* (*Verleugnung*) como sendo o mecanismo de defesa da perversão. Trata-se aqui da recusa do sujeito em reconhecer a realidade de uma percepção. Não de uma percepção qualquer, mas a da ausência do pênis na mulher. O grande achado de Freud para a compreensão da perversão foi o de perceber a existência de uma especificidade nessa forma de negação. Essa diz respeito à coexistência de duas realidades inconciliáveis: a recusa e o reconhecimento da ausência de pênis na mulher. Portanto, lançando mão desse mecanismo – *Verleugnung* – o sujeito perverso realiza uma dupla operação – reconhecimento e recusa –, o que leva o psicanalista francês Guy Rosolato, em 1967, propor traduzir *Verleugnung* por *desmentido* (ROUDINESCO, 1998).

Mas, afinal, qual a razão de abrímos um parêntese trazendo o conceito de *Verleugnung* em Freud e por que em Ferenczi o termo desmentido – ou, como usam alguns autores contemporâneos, desautorização e descrédito – é privilegiado em prol de recusa, por exemplo? Ferenczi toma o desmentido não como um mecanismo de defesa como Freud o tomou em relação à castração. O que Freud nos descreve é a resposta à castração do sujeito perverso. Desse modo, ele faz uma leitura intrapsíquica. Ferenczi não. Por ele estar mais voltado para a relação intersubjetiva, a leitura que ele faz é da ordem do relacional. Assim, no desmentido ferencziano não é o sujeito quem desmente a percepção da realidade, e sim o outro que, tomado pelo horror provocado pelo relato da criança, desmente-a em sua percepção. Como afirma Kupermann, “o adulto eleito para ser o destinatário do testemunho da criança violada realiza a *Verleugnung* deste mesmo testemunho” (2019, p.61), porém não necessariamente como um ato consciente ou impulsionado pela perversão. É preciso ter em mente que, algumas vezes, o desmentido ocorre como “uma defesa pelo fato de sermos remetidos à posição de testemunha de uma abjeção que evidencia o ponto a que pode chegar à crueldade quando se reduz o outro à condição de objeto” (KUPERMANN, 2019, p.67). Fechamos o parêntese.

O que está em pauta no desmentido em relação à criança é a ausência de reconhecimento – primeiro o da linguagem da criança pelo adulto agressor e depois o de sua percepção pelo adulto que a desmente. Esse não reconhecimento aponta para o fato de que “o que se desmente não é o evento, mas o sujeito” (GONDAR, 2017, p.211). Este é o ponto em que se instaura o trauma desestruturante. Sobre isso, Ferenczi afirma:

O pior realmente é a negação²⁵, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a

²⁵ É importante sublinhar que no original alemão está *Verleugnung*, que foi erroneamente traduzido como negação.

paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico (FERENCZI, 1931/2011, p.91).

Podemos extrair das palavras do autor que não ocorrendo o desmentido a violência contra a criança se constituiria como um trauma, porém um trauma que se incorporaria a outras tantas experiências, fazendo parte da estruturação psíquica. A não ocorrência do desmentido pressupõe a presença do outro como um mediador. É essa mediação que permite à criança produzir sentidos para o ato violento que sofreu. Trata-se, assim, de um acolhimento do outro à criança que lhe proporciona a produção de sentidos. Com isso, queremos dizer que a violência em si – seja da ordem que for – dirigida à criança gera uma situação traumática. A mediação do outro possibilita a representação do quantum de excitação e, dessa forma, a situação traumática pode ser elaborada.

No trauma desestruturante não há a mediação do outro. O que há é o seu desmentido. Isso pressupõe que o outro ao desmentir, ao negar, ao desacreditar a situação traumática vivida pela criança produz outra situação traumática; produz um trauma a partir de outro trauma. E a criança fica entregue ao desalento psíquico, já que ela não pode contar com a mediação do outro. Aquele que a desmente parece estar surdo ao apelo da criança. Dessa forma, só resta a criança agir tal como a expressão popular *salve-se quem puder*. Toda essa conjuntura nos leva a pensar na existência de uma correlação entre o trauma desestruturante pensado por Ferenczi e o desalento pensado por Birman. Parece-nos que o desalento psíquico está associado não apenas com a ausência de mediação, mas com a ausência de reconhecimento da vulnerabilidade, no caso, da criança – ausência de reconhecimento que se materializa pelo desmentido e pelo mau acolhimento.

Ferenczi assinala que tanto o adulto agressor quanto o adulto que faz o desmentido não são pessoas quaisquer na vida da criança. São pessoas próximas, familiares, uma vez que são pessoas encarregadas de cuidá-la e protegê-la. Portanto, pessoas nas quais ela confia. Assim, é com a certeza de que ela será acolhida pelo adulto, ou seja, de que esse irá dar um sentido para o que ocorreu, que ela vai em sua busca. Porém, não é isso o que ela encontra. Ela encontra o silêncio, ou o desmerecimento, ou a punição. Ela se depara com uma situação muito diferente daquela que ela imaginou encontrar. Não é sem surpresa que ela se depara com o desmentido, que vem a ser somado à surpresa anterior diante do sentimento de culpa do adulto agressor – essa surpresa é também a surpresa diante da linguagem da paixão (PINHEIRO, 1995).

Quem agiu errado? Ela ou o adulto agressor? Vale assinalar que certo e errado são significantes que povoam a mente do sujeito. Enquanto o “certo” está do lado do “inocente”, o

“errado” está do lado do “culpado”. É essa confusão que habita a criança – ora se sente certa/inocente, ora se sente errada/culpada –, em razão da perda de referência e da ausência de representação da violência que sofreu, na medida em que o adulto que a desmentiu impossibilita a construção de um sentido. *Em quem confiar? Nela mesma ou no adulto agressor?* O desmentido do outro “não é apenas uma questão de palavra: são os afetos de um sujeito, o seu sofrimento, e ele próprio enquanto sujeito que está sendo desmentido” (GONDAR, 2017, p.91). Isto porque a criança coloca em dúvida a sua percepção da realidade, as suas impressões de si e do mundo. Ela passa a não confiar nela mesma e, ao mesmo tempo, a desconfiar de todos. Ela se sente perdida.

É porque as coisas se passam desse jeito que as relações estabelecidas por esses sujeitos, que sofreram violências física e psíquica, são atravessadas por questões como a confiança, a justiça, a verdade e a mentira. É por isso também que em suas relações o sujeito parece não se entregar. Com um pé na frente e outro atrás, ele parece ser movido pela desconfiança de que a qualquer momento pode ser abatido. O ditado popular *gato escaldado tem medo de água fria*, talvez o defina bem. Em seu diário, Ferenczi faz a seguinte anotação:

O protótipo de toda a confusão é estar “perdido” quanto à confiabilidade de uma pessoa ou de uma situação. Estar perdido é ter-se enganado; alguém por sua atitude ou suas palavras, faz “cintilar” uma certa relação afetiva; o momento do desvario intervém quando se vai ao encontro de uma situação com uma certa representação antecipada e, no lugar disso, encontra-se uma outra coisa, frequentemente o oposto; portanto: ser surpreendido por alguma coisa. A confusão corresponde ao momento situado entre a surpresa e a nova adaptação (FERENCZI, 1932/1990, p.84).

Mas, como se adaptar a essa nova situação se tudo na criança parece se encontrar suspenso? O desmentido obstrui a trajetória do processo de introjeção. Como esclarece Pinheiro (1995):

A criança só pode ter uma palavra própria quando intermediada pela relação com o adulto. Num primeiro tempo ela toma emprestadas as palavras ao adulto e simultaneamente é a este que ela dirigirá sua palavra para obter uma confirmação. Este vaivém é condição imprescindível para que a criança conquiste sua própria palavra. É, portanto, por intermédio do adulto (suporte da introjeção) que a fala da criança pode ou não ter sua existência autorizada (p.74).

Assim, o desmentido abala suas representações anteriores. Representações essas que servem de base para a estruturação do psiquismo. Nesse sentido, conforme Gondar (2017), “é o próprio sujeito, portanto, que está sendo desautorizado a existir enquanto tal” (p.93). *Salve-se quem puder* é a sua condição. É porque a criança se encontra nessa condição que ela se adapta a essa nova situação se identificando com o agressor.

É importante destacar que sendo a criança a vítima e, portanto, sendo inocente, ao incorporar a culpa de seu agressor, ela se torna ao mesmo tempo inocente e culpada. Ela se torna clivada. Assim, não é por um acaso que o sujeito – criança ou adulto – se sente como alguém justo, generoso, confiável e cuidadoso com o outro e, ao mesmo tempo, se sente como uma pessoa má, ingrata e desmerecedora dos prazeres da vida. Ora, ao incorporar a culpa, ao proteger seu agressor, ela se pune. Se em um primeiro tempo o adulto foi o seu agressor, depois do desmentido ela passa a ser seu próprio agressor. Com isso estamos apontando que, ao se identificar com o agressor, sua agressão não é dirigida para um terceiro, mas para ela mesma como uma forma de se punir. Nesse sentido, mais que incorporar a culpa, ela incorpora a linguagem da paixão; ela incorpora a violência que foi dirigida a ela. A pergunta que nos cabe fazer agora é porque o sujeito faz essa escolha? Antes dessa pergunta, outra se impõe. Teria o sujeito outra escolha a fazer?

Parece-nos que não se trata bem de uma escolha, e sim de uma estratégia de sobrevivência. É preciso levar em conta que a criança se encontra em um tempo que ela ainda depende do adulto para sobreviver, física e psiquicamente. E é porque ela se encontra nesse estado de dependência que ela o idealiza. Incorporar a culpa de algo que ela nem conhece – de algo sobre o qual ela não percebeu nenhum mal, diga-se de passagem –, proteger o outro, é, na verdade, se proteger. Isso significa que não incorporar a culpa do agressor é se deparar com o pior daquele de quem ela precisa para sobreviver.

Lembremos que, psiquicamente, a criança está *em* constituição, razão pela qual é preciso manter o objeto de modo idealizado. Renunciar a isso, nesse momento, é ter que renunciar àquele que garante sua sobrevivência. Uma passagem do escrito freudiano *Inibição, sintoma e angústia* (1926) nos ajuda a compreender isso melhor. Nesta passagem, Freud afirma que quando a criança pequena, através de suas experiências, constata que um objeto externo perceptível é capaz de pôr fim à situação perigosa – a qual diz respeito a invasão de excitações, tal como no nascimento – o perigo deixa de ser a situação econômica e passa a ser a perda do objeto (FREUD, 1926/1987).

Quando exercia a função de supervisora do estágio clínico infantil de uma determinada instituição de ensino superior era frequente o contato de forma indireta com as histórias de crianças que viviam em abrigos. Todas elas estavam abrigadas pela mesma razão: seus pais haviam perdido a guarda legal de seus filhos e na ausência de um parente próximo foram acolhidas institucionalmente. Muitas delas tinham seus corpos marcados pelos atos de violência: espancamento, queimadura, abuso sexual e torturas. Chamava nossa atenção – minha e dos meus supervisionandos – o fato delas sentirem falta dos pais. As marcas em seus

corpos – algumas ainda em processo de cicatrização – pareciam não ser o bastante para que a criança deixasse cair o objeto idealizado. Ora, manter o objeto idealizado nos primórdios da vida, é para a criança uma questão de sobrevivência.

A possibilidade da perda do objeto mergulha a criança em um desespero. Aos olhos dela, o que se encontra em seu horizonte com a perda do objeto é a morte, física e psíquica. Para não correr o risco de aniquilamento, de despedaçamento psíquico, ela “encontra a solução de transplantar o sentimento de culpa do agressor para si própria, suportar a injustiça do desmentido e com isso recuperar o estado de ternura anterior ao trauma” (PINHEIRO, 1995, p.82), mas não sem clivar-se, destruindo uma parte de si.

3.4 **Des(acontecimento): a dor que habita o bebê sábio**

Vimos que não é possível pensar o trauma desestruturante sem articulá-lo ao desmentido. Vimos, também, que o ato violento em si não é o responsável pela ocorrência dessa espécie de trauma. É preciso que haja uma conjunção entre ele e o desmentido (GONDAR, 2017). Essa conjunção não somente põe em destaque o trauma produtor de sequelas, como evidencia o que não ocorreu na experiência com o objeto, sendo isso o que mais afeta a criança; mais que o próprio ato violento (CABRÉ, 2017).

À primeira vista, isso pode causar certo estranhamento, afinal, a criança sofreu um ataque violento. Porém, acompanhando o pensamento de Ferenczi, é possível compreender que o desmentido se configura como sendo o ato mais violento sobre a criança. Isto porque ele significa a ausência de reconhecimento, por parte do outro, da percepção da criança em relação à realidade, colocando em xeque a sua lucidez; significa a ausência de reconhecimento daquela enquanto sujeito; enfim, significa a ausência de acolhimento ao seu apelo. Já nos antecipando, este é o ponto da nossa chegada: o não acolhimento é uma forma de desmentido praticado pelo outro, na medida em que esse não reconhece o estado de vulnerabilidade do sujeito em questão.

Examinando a dinâmica do desmentido de forma mais global, sua equação parece ser simples. É quando a examinamos pelo viés da criança que encontramos sua complexidade. Essa diz respeito à vivência da criança e suas reações diante não apenas do ato violento em si, mas, fundamentalmente, diante do poder exercido pelos adultos – aquele que a fere e aquele que a desmente; um poder que se pauta na humilhação, na desvalorização, no desrespeito ao sujeito, em função de não o reconhecer como tal. Não resta dúvida de que a ausência desse reconhecimento, cujo desdobramento é o de não reconhecer a vulnerabilidade do sujeito, se dá devido à ausência de reconhecimento daqueles em relação à sua própria vulnerabilidade.

Para fazer valer seus poderes, os adultos em questão, escamoteiam suas próprias vulnerabilidades através da criança, seja não reconhecendo sua linguagem e, portanto, submetendo-a à linguagem da paixão, seja desmentindo sua percepção da realidade, desmentindo-a enquanto sujeito. Mas e a criança, como ela reage ao trauma, na leitura de Ferenczi, e quais são os seus efeitos sobre a subjetividade infantil?

Em uma de suas anotações que compõem o seu diário, Ferenczi descreve o estado da criança após o acontecimento traumático. Lançando mão de um exemplo em que uma criança indefesa é maltratada pela fome – aqui podemos pensar na fome de amor também –, ele descreve o que se passa com ela, física e psiquicamente, quando o seu sofrimento é intenso, ultrapassando a força de sua compreensão. A criança é levada ao que o senso comum chama de *fora de si*. Porém, esse *ausentar-se*, não significa um *não estar*. Trata-se de um *não-estar-lá*. Cabe perguntar: mas onde estaria? Escutando seus pacientes traumatizados, Ferenczi conclui:

(...) eles partiram para longe do universo, voam com uma rapidez enorme entre os astros, sentem-se tão delgados que passam, sem encontrar obstáculos, através das substâncias mais densas; lá onde estão não existe tempo; passado, presente e futuro estão presentes para eles ao mesmo tempo, numa palavra, têm a impressão de ter superado o espaço e o tempo. Vista dessa gigantesca e vasta perspectiva, a importância do próprio sofrimento desaparece (...) (FERENCZI, 1932/1990, p.65).

Em seu escrito *Reflexões sobre o trauma* (1934), ele se propõe a mesma causa. Sua descrição é tão minuciosa que nos parece ser impossível o leitor não ser tocado pelo seu conteúdo. A leitura de seus escritos nos fornece a compreensão de que o acontecimento traumático é da ordem do terror²⁶, até porque o ato violento ocorre sem pedir licença; ele chega quando menos se espera, levando a impressão traumática penetrar no psiquismo e permanecer fixada. Sobre isso, Ferenczi sublinha que “o efeito do terror é consideravelmente aumentado nesse estado. Fica-se reduzido, de certo modo, ao nível de um animal medroso e pouco inteligente” (FERENCZI, 1932/1990, p.80).

Esse estado associado ao terror, que ele definiu como *comoção psíquica*, “é uma reação a uma excitação externa ou interna num modo mais autoplástico (que modifica o eu) do que aloplástico (que modifica a excitação) (FERENCZI, 1932/1990, p.227). Resultante de um choque, cuja vivência é a de uma destruição psíquica, de um “desmoronamento dos suportes que estão na base da organização ainda precária do sujeito” (PINHEIRO, 1995, p.90), a comoção psíquica ocorre subitamente, causando “um *grande desprazer que não pode ser superado*” (FERENCZI, 1934/2011, p.126). Como superar esse desprazer é a pergunta lançada

²⁶ Talvez essa seja a razão de ele nomear uma das modalidades de trauma de terrorismo do sofrimento (1933/2011).

pelo autor para esclarecer a condição insuperável do intenso desprazer.

Em se tratando da comoção psíquica, a reação é débil, visto não produzir representações que permitam ao sujeito suportar esse desprazer, seja de não o sentir como tal ou de senti-lo menos. Essa ausência de produção ocorre em função de a comoção repentina, ao agir como um anestésico, que suspende toda espécie de atividade psíquica, instaurar um estado de passividade que impede o sujeito realizar todo e qualquer movimento de resistência. Essa paralisia total, que inclui a suspensão da percepção, conjuntamente com a do pensamento, além de trazer como consequência a desproteção do eu – não há defesa possível, se a impressão não é percebida – gera outras duas consequências: a de que toda impressão mecânica e psíquica é aceita sem resistência e, a de que as origens da comoção não são acessíveis pela memória, em razão dela, a comoção, não se inscrever psiquicamente. Sobre isso, Ferenczi afirma que “nenhum traço mnêmico subsistirá dessas impressões, mesmo no inconsciente” (FERENCZI, 1934/2011, p.130).

De acordo com o psicanalista húngaro, o que está em jogo aqui é a aniquilação do eu, juntamente com a aniquilação da capacidade de resistir, agir e pensar, diante de uma experiência desta ordem (FERENCZI, 1934/2011). Na ausência de defesas e de qualquer possibilidade de se proteger do perigo; diante da incapacidade de se adaptar à situação de extrema intensidade e da ausência de acolhimento por parte do outro²⁷, o terror vivenciado pelo sujeito ganha corpo, e uma válvula de escape é exigida. Na condição, na qual a criança se encontra, de *salve-se quem puder*, a autodestruição se impõe como uma estratégia radical de sobrevivência psíquica, anulando o estado agonizante do traumático.

Estamos nos referindo ao que Ferenczi nomeou de “*autoclivagem narcísica*” (Ferenczi, 1931/2011, p.88) – o eu se fragmenta, se cliva, dispersando a pressão que até então era experienciada. Isso significa que, através dessa estratégia de sobrevivência, o eu perde sua própria forma, aceitando, sem nenhuma resistência, “uma forma outorgada, ‘à maneira de um saco de farinha’” (FERENCZI, 1934/2011, p.125), em nome de apaziguar a dor do trauma. Nas palavras do autor:

No decorrer de uma tortura psíquica ou corporal, consumimos a força de suportar o sofrimento na esperança de que, mais cedo ou mais tarde, isso vai mudar. Mantém-se, pois, a unidade da personalidade [do eu]. Mas, se a quantidade e a natureza do sofrimento ultrapassam a força de integração da pessoa, então ocorre a rendição, deixamos de suportar, não vale mais a pena reunir essas coisas dolorosas numa unidade, nos fragmentamos em pedaços. Eu não sofro mais, deixo até de existir, pelo

²⁷ Ferenczi se refere a esta ausência de acolhimento de uma forma – “o salvamento não chega e até mesmo a esperança de salvamento parece excluída” (1934/ 2011, p.127) – que confirma o nosso pensamento sobre a condição da criança tal qual a expressão *salve-se quem puder*.

menos como Ego global. Os fragmentos isolados podem sofrer, cada um por si (FERENCZI, 1932/1990, p.214).

Ferenczi ressalta que o que é da ordem da insuportabilidade é se ver esmagado “por uma força que nos domina, é começar inclusive a sentir esse esmagamento, quando a extrema tensão de nossas forças físicas e mentais parece irrisoriamente débil em comparação com a violência da agressão” (FERENCZI, 1932/1990, p.214). Nesse sentido, a autodestruição é mais suportável que a aproximação do aniquilamento violento vindo de fora. Essa ameaça exterior, inesperada, cujo sentido não se capta, é insuportável. É preciso que não esqueçamos que o imprevisto é que é traumático. Como escreve Knobloch (1998):

(...), a surpresa, o inesperado consiste em não reconhecer o objeto mediador (o outro). Podemos imaginar que perdê-lo equivale ao risco de estilhaçamento psíquico. Neste instante da surpresa, em frações de segundo, é o risco da morte psíquica que irrompe para o sujeito. (...). Ele precisa, então, a qualquer preço, garantir o lugar desse objeto mediador. A solução será dada pela auto clivagem, o que lhe permitirá recuperar o estado anterior ao trauma (p.64).

Vale assinalar que, em função de o eu ser ainda fracamente desenvolvido, uma reação do tipo aloplástica não lhe é possível diante do brusco desprazer causado pela conjunção da linguagem da paixão e do desmentido. Assim, o pavor que toma a criança, frente a fúria dos adultos a leva à reação autoplástica (FERENCZI, 1932/2011). Com isso, uma parte do eu “é posta ‘fora de si’” [por efeito da clivagem]. O lugar que ficou vazio será ocupado pelo agressor [por efeito da identificação]” (FERENCZI, 1932/1990, p.259). Essa elaboração leva Ferenczi a afirmar que, a partir da clivagem, a subjetividade se faz “unicamente de id e superego” (FERENCZI, 1932/2011, p.118). O efeito dessa operação é a incapacidade “de afirmar-se em caso de desprazer; do mesmo modo que uma criança, que não chegou ainda ao seu pleno desenvolvimento, é incapaz de suportar a solidão, se lhe falta a proteção materna e considerável ternura” (FERENCZI, 1932/2011, p.118).

Pinheiro (1995) nos lembra que se percorrermos as obras dos diversos psicanalistas, principalmente as dos pioneiros, não será difícil encontrarmos o termo *clivagem* com funções e natureza diferenciadas, embora todas significando cisões no aparelho psíquico. Mesmo que a sua concepção se faça de acordo com a metapsicologia de cada paradigma, todos concordam que a existência de uma divisão em tal aparelho é fruto de uma clivagem. É por conta de uma clivagem, por exemplo, que os sistemas ICS e PCS/CS sofrem uma separação. Embora, a princípio, Ferenczi toma o termo clivagem pensando na metapsicologia da estruturação egóica e, dessa maneira, associado ao trauma estruturante, mais tarde ele o associa ao trauma desestruturante, visto vinculá-lo à fragmentação egóica como defesa diante de um extremo

sofrimento.

Neste momento, pensamos ser importante traçar uma diferenciação do conceito de clivagem tal como foi utilizado por Ferenczi e por Freud. Para Ferenczi, trata-se de um mecanismo que está relacionado a uma vivência de uma “dor sem conteúdo de representação” (FERENCZI, 1932/1990, p. 64), significando uma defesa contra a ameaça de aniquilação e não uma defesa contra a ameaça de castração, conforme Freud esclarece em seus escritos *Divisão do ego* (1938) e *Esboço de psicanálise* (1939). Nesses escritos, o criador da psicanálise afirma que a cisão do eu está referida à castração. Trata-se de um eu dividido entre duas ideias representativas opostas: à aceitação e à negação da realidade. Não é a isso que Ferenczi está se referindo. A clivagem a que Ferenczi alude tem como objetivo proteger o eu de um colapso total, apaziguando a vivência traumática, cuja dor é da ordem do insuportável. Assim, como operador subjetivo privilegiado para lidar com a experiência catastrófica, a clivagem incide sobre o próprio eu. Segundo Reis:

O recurso à clivagem implica em uma ruptura na superfície do eu, trazendo a mobilização e imobilização de intensas forças defensivas, cujo objetivo é manter separados aspectos do eu, memórias de vivências, enfim, conteúdos psíquicos carregados de um excesso de excitação não passível de derivação. Colocando a questão em termos pulsionais, a clivagem envolve uma desintração pulsional, já que resulta em uma ação fragmentadora que não se desdobra em ligações nem em formações substitutivas pelas vias associativas. Manifesta-se então, como repetição inexorável, pois não há uma situação de conflito psíquico ligado à censura e todas as possibilidades de soluções de compromisso (REIS, 2017, p. 104).

Diante da impossibilidade de dominar o excesso de excitação, quer venha de fora ou de dentro, e sob a ameaça de colapso, o eu se fragmenta para suportar o quantum de excitação sem sucumbir. Ao lançar mão desta estratégia de sobrevivência, o eu se divide “numa parte sensível, brutalmente destruída, e uma outra que, de certo modo, sabe tudo, mas nada sente (FERENCZI, 1931/2011, p.88). Temos, então, uma parte do eu que guarda a sensibilidade e se mantém na ternura, o que nos leva a pensar que, mesmo destruída, guarda a vida, embora pareça “morta”. E outra parte que detém uma sabedoria, entretanto, é uma parte anestesiada. Essa parte, que se tornou adulta, é encarregada de proteger a parte ferida. Em estado de alerta, para não ser mais surpreendida, “ela fica incumbida também de impedir novos assassinatos ao nível do ego” (PINHEIRO, 1995, p.96). Ou seja, encontramos dois seres habitando o mesmo corpo.

Embora a autoclivagem narcísica se apresente como uma solução para a sobrevivência psíquica, trata-se de uma solução fracassada, visto que “não elimina o ocorrido e, tampouco, a iminência de desmoronamento psíquico, o que significa que a vivência traumática deixa um lastro, ou seja, marcas não simbolizadas no psiquismo” (HERZOG; MELLO, 2009, p. 72).

Nesse sentido, pretendendo um apaziguamento frente ao desespero existencial, o que ocorre é uma suspensão de si. Ou seja, através de um esforço para conter a dor sem possibilidade de representação, a criança amadurece precocemente à custa de uma anestesia da afetividade (HERZOG; MELLO, 2012). Eis o processo que constitui o *bebê sábio* (FERENCZI, 1923/2011) – uma fantasia que, diferentemente da “*sua majestade, o bebê*” (FREUD, 1914/2020), traz em seu bojo uma experiência catastrófica nos primórdios da vida. Se esta é uma estratégia de sobrevivência para a vivência de um drama subjetivo, com certeza ela promove a perda do colorido vital.

A consequência, para o sujeito, dessa aquisição precoce de um saber e de uma maturidade própria dos adultos é um comprometimento da capacidade de afetar e ser afetado pelo outro, que se faz acompanhar de uma dificuldade de expressar afetos de amor e de ódio e de uma diminuição da potência para se afirmar de modo singular (KUPERMANN, 2006, p. 25).

Foi em 1923 que Ferenczi apresentou a figura do bebê sábio. Em seu breve escrito *O sonho do bebê sábio* (1923), o autor destaca que, não raro, os pacientes relatam sonhos, cujo protagonista é um bebê que fala, escreve com desembaraço; faz discursos, dá explicações científicas, enfim, a cena onírica apresenta uma criatura que possui um saber que é típico do mundo dos adultos. Assim, o que estava em pauta na interpretação do psicanalista húngaro aos seus pacientes era o desejo infantil “de suplantando os ‘grandes’ em sabedoria e em conhecimento” (FERENCZI, 1923/2011, p.223).

A partir de sua teoria do trauma, Ferenczi passa a escutar o sonho do bebê sábio articulado à autoclivagem narcísica. Não raro, os sonhos de seus pacientes traumatizados traziam como cena “uma pessoa à parte, que tinha como tarefa levar rapidamente socorro a uma criança mortalmente ferida” (FERENCZI, 1931/2011, p.88), ou imagens em que o órgão do pensamento – a cabeça –, apresentando separada do restante do corpo, caminha com seus próprios pés. Enfim, sonhos e fantasias que, ao propiciarem à emergência de percepções autossimbólicas de si, expressam a resistência passiva do sujeito diante do ambiente agressor, da mesma forma que representam o processo da autoclivagem como um desdobramento do desmentido realizado pelo outro (FERENCZI, 1931/2011).

Com essa formulação, Ferenczi novamente implica o ambiente. Isso quer dizer que a sua leitura sobre esse processo da autoclivagem é da ordem do relacional, tal como a leitura que ele faz sobre o desmentido. Esse aspecto é bem evidenciado quando ele indica que o abandono do ambiente em relação à criança tem por efeito uma clivagem psíquica. O fragmento que se desprende do próprio sujeito assume a forma de uma instância autoperceptiva no sentido de querer acudir em ajuda. Trata-se de um cuidado que apresenta um aspecto maternal em relação

as pessoas, principalmente as mais vulneráveis; um cuidado que se materializa através da transmissão de seus conhecimentos, o que acaba por tornar-se o “psiquiatra da família” e, desse modo, acaba por exercer a função de mediadora através de sua sabedoria.

Mas como essa criança se torna sábia? E de que sabedoria se trata? A experiência de violência, seja da ordem que for, a que a criança foi submetida somada ao desmentido do outro é o que a leva a amadurecer bem rápido e a adquirir uma sabedoria. Isso se dá em função do choque, da aflição extrema e da angústia da morte promoverem o surgimento de disposições que, até então, encontravam-se latentes, aguardando pelas suas maturações. Devido à ausência de mediação por parte do outro, ela precisou fazer um grande esforço para superar a dor e a angústia provenientes do trauma.

A pressão da urgência traumática faz com que a criança, subitamente, manifeste suas emoções, tal como um adulto maduro. Nesse sentido, a parte que se tornou adulta é caracterizada pela sabedoria. Uma sabedoria que permite estar, simultaneamente, dentro e fora: “tantas medidas a tomar, tantas coisas para supervisionar, [essa parte do eu] é como uma máquina que, para funcionar direito, deve estar longe das emoções” (PINHEIRO, 1995, p.96). De forma poética, Ferenczi escreve: “pensa-se nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado” (1933/2011, p.119), para dizer sobre a *progressão traumática* patológica como fuga do sofrimento. Diferentemente da regressão, o que se destaca na prematuração traumática é uma fuga para a frente.

O que está em pauta aqui, mais que a fuga do sofrimento, é a negação do trauma. A parte “adulta” do eu desempenha com a parte destruída os cuidados materno e paterno, anulando, assim, o abandono que sofreu e o seu efeito. Essa anulação aponta para a existência de uma regressão à “uma beatitude pré-traumática” (FERENCZI, 1933/2011, p.119), através da qual tenta tornar o choque inexistente. Com isso, Ferenczi está transmitindo que frente ao choque, ou ao pavor, haverá sempre um anúncio de clivagem. Há uma regressão para o estado anterior ao trauma, na tentativa de apagar o choque, ou seja, torná-lo inexistente.

Aqui faz-se necessário destacar outro radical mecanismo de defesa usado pelo sujeito. Compreendemos a anulação do abandono como sendo uma forma do sujeito negar o trauma sofrido. A essa negação, Ferenczi nomeou como alucinação negativa, através da qual o sujeito deixa de ver o que existe. O sujeito não apenas nega o acontecimento do trauma como faz dele uma vitória. Examinando bem de perto a estratégia infantil, não é difícil de compreender.

(...) para o sujeito que teve que esbarrar na morte e que viveu a agonia do coma psíquico, o fato de ter conseguido ultrapassar esta penosa situação é uma epopeia

que merece ser comemorada. Recuperar a vida é uma saída feliz, manter este prazer lhe permite espantar os eventuais resíduos das lembranças daquele desprazer insuportável que foi a experiência do trauma. Nada é tão espetacular ou eficiente do que negar o trauma e o sofrimento e transformá-lo no prazer de uma vitória (PINHEIRO, 1995, p.94).

A significação disso é que essa estratégia leva o sujeito a sentir o despedaçamento do eu não como uma perda de si mesmo, mas como conquista de si mesmo, “expressão de onipotência, como se o sujeito nunca tivesse experimentado o sentimento de perda de si ou o ter sido abandonado” (PINHEIRO, 1995, p.94). Desse modo, quando o sujeito nega o acontecimento do trauma, ele faz do acontecimento um des(acontecimento). Isto é, o sujeito encapsula o acontecimento do trauma, da mesma forma que, através da autoclivagem narcísica, encapsula uma parte de seu eu. Assim, parte do eu e o acontecimento do trauma permanecem juntos. Mais do que isso, encontram-se vivos. É essa parte que guarda as sensações vivenciadas no momento da comoção psíquica. Quanto à outra parte do eu, a que tem contato com o mundo externo, fica encarregada de se preservar de outras invasões. Enfim, nessa subjetividade clivada encontramos uma parte sábia, culpada e anestesiada; uma parte sem corpo, e por isso mortificada, podemos pensar. A outra parte, a que foi ferida e que contém a dor do trauma, é a que se manteve na ternura, e por isso sensível. É dessa parte que é possível dar vida a vida e fazê-la desabrochar. Mas para isso é preciso reconhecer a sua dor, resgatá-la e acolhê-la.

É importante assinalar que, mesmo tratando-se de uma ação autodestrutiva e do fato dessa operação psíquica não se fazer sem maiores consequências, há na clivagem narcísica uma positividade. Mais que uma ação mortífera, ela revela um propósito na direção da vida, na medida em que seu intuito maior é a sobrevivência global do psiquismo (FORTES, 2016). Trata-se, portanto, de um paradoxo, pois é a morte em favor da vida ou, como afirma Zaltzman (1994), trata-se de um protesto vital da pulsão de morte, pela qual a tentativa é de abrir saídas quando tudo parece desabar sobre o sujeito. Nas palavras de Fortes, “às vezes é preciso se proteger da vida, reduzindo-a ao máximo para garantir sua persistência” (FORTES, 2016, p.85).

Diante dessas formulações, compreendemos que o sujeito infantil, ao lançar mão de uma ação autodestrutiva, à custa de uma fragmentação subjetiva pela qual uma parte de si é sacrificada, cria uma estratégia para que o estado de ternura possa ser reencontrado, retomando a própria vida quando esta parecia estar escorrendo pelos dedos. Dito de outro modo, sua ação autodestrutiva é em favor da sobrevivência psíquica. Em favor da vida.

3.5 “Nunca ninguém olhou para as minhas perebas”²⁸

Após a exposição sobre o trauma desestruturante elaborado por Ferenczi, é preciso retornarmos à criança mal acolhida, aquela que desinvestida de sua existência fica exposta aos atentados físicos e psíquicos, na medida em que a ausência de um mediador a priva de um escudo que a defenda daqueles. Retornarmos a ela, para que possamos desenvolver a ideia de que o não acolhimento é uma forma de desmentido praticado pelo outro. Na companhia de Ferenczi, abordamos conceitos fundamentais que apontam para a participação direta do ambiente na produção do trauma. Isso equivale a dizer que ele está implicado no modo de ação psíquica do trauma, em função de seus comportamentos em relação à criança. Como o autor afirma: “[os adultos] dão, em geral, e num elevado grau, prova de incompreensão aparente. A criança é punida, o que, entre outras coisas, age também sobre a criança pela enorme injustiça que representa” (FERENCZI, 1934/2011, p.127).

Katonadolog – na tradução livre, “um soldado não chora” (FERENCZI, 1934/2011, p.127) – é uma expressão húngara que Ferenczi toma de empréstimo para metaforizar o grau de exigência que o adulto impõe à criança: uma posição ou uma força que ela ainda não é capaz. Podemos extrair disso que esses adultos não levam em conta a vulnerabilidade infantil. Não há um reconhecimento da parte deles. Isso significa que, sendo o reconhecimento o avesso do desmentido, não ser reconhecido na condição de sujeito, pode produzir efeitos traumáticos, uma vez que as percepções e os afetos do sujeito não são validados. Mais do que causar estragos subjetivos, o reconhecimento recusado é uma violação à integridade do ser humano. Portanto, o desmentido não ocorre primeiro em relação ao sofrimento da criança; antes disso a condição vulnerável da criança já foi desmentida, por não ter sido reconhecida. Na ausência desse reconhecimento, a criança se encontra desprotegida em relação aos atos de violência física e psíquica – uma porta escancarada para que seja traumatizada (GONDAR, 2017).

A ideia do desmentido ser pensado como ausência de reconhecimento, logo nos trouxe à mente as primeiras linhas do escrito ferencziano que aborda a problemática da adaptação da família à criança (1928a/2011). Ferenczi chama a atenção para o fato de que, geralmente, o mundo dos adultos se volta apenas para a adaptação da criança à família, esquecendo-se de que o primeiro passo, em relação à adaptação, teria que ser dado por eles. Para que haja essa

²⁸ Trata-se de um fragmento de uma entrevista clínica, a qual foi exposta no texto “Nas cinzas da catástrofe, a criança surge” escrito em parceria com a psicanalista Eliana Schueler Reis e que se encontra publicado no livro *Trauma e Ternura: a ética em Sándor Ferenczi*, organizado por Auterives Maciel Jr.

inversão, é preciso que se compreenda aquele que acabou de chegar. Como já mencionamos, a chegada ao mundo se dá através de uma catástrofe que, por ser uma perturbação extemporânea e violenta, produz uma ruptura com um ritmo já instalado; cria uma fenda no que já estava organizado (REIS; MENDONÇA, 2018). Daí Ferenczi ressaltar a adaptação da família à criança, movida por uma compreensão.

Compreender o filhote humano diz respeito não somente compreender as suas necessidades, mas compreender o seu tempo, tão diferente do nosso; compreender o seu ritmo, tão oposto do nosso; e, principalmente, compreender a sua fragilidade. Ou seja, é fundamental que se compreenda, de forma absoluta, esse ser estrangeiro, que com a sua chegada desorganiza o ambiente. Talvez seja por isso que os adultos queiram que o bebê se adapte ao mundo deles imediatamente, afinal, o nascimento não é um acontecimento catastrófico apenas para o filhote humano – a catástrofe atinge a todos, a ele e à família.

A compreensão do adulto em relação à criança, e que propicia a sua adaptação a ela, tem para nós o sentido de reconhecê-la enquanto sujeito, e por isso de acolhê-la em sua condição de vulnerabilidade. Trata-se, assim, de um ato ético do ambiente, o qual se sustenta em um modo-de-ser que vai permitir a criação de relação entre sujeito-sujeito e não de sujeito-objeto, estabelecida pela dominação. Posto isso, perguntamos: não seria a *não adaptação da família à criança* um *não reconhecimento* à vulnerabilidade infantil? E o que seria adaptar-se à criança? Não seria acolhê-la?

Nossa suposição é a de que a *não adaptação do meio à criança* está de mãos dadas com o *não acolhimento*, uma vez que o meio impõe a ela um tempo e um ritmo que não são o dela, mas o dele. Nesse sentido, a ausência de acolhimento é uma forma de desmentido praticado pelo outro, já que não há um reconhecimento da condição vulnerável da criança. Assim, exige-se da criança uma performance de superação da diferença e uma adequação imediata ao funcionamento do novo mundo, fazendo com que a experiência catastrófica se fixe como traumática. Portanto, é pelo acolhimento, que ocorre através da adaptação do ambiente, da família, do outro materno à estranheza infantil, que as experiências disruptivas de ordem catastróficas não se instalam como memória traumática. Esta adaptação propicia a existência de um campo de afetação entre o bebê e outro materno, criando uma rede composta pelo intrincamento entre a intensidade do corpo do bebê e as variações do ambiente – base para o psiquismo infantil.

Entretanto, atualmente, temos tido outra percepção. Seja na clínica, seja nas diversas instituições que utilizam do método psicanalítico promovendo uma psicanálise aplicada, uma clínica em extensão (HERRMANN, 2001) ou uma psicanálise extramuros

(LAPLANCHE,1987), temos nos deparado cada vez mais com um *além* – se esse se impõe às práticas clínicas realizadas por nós é porque se impõe, na mesma medida, aos sujeitos que delas precisam. Isso significa que, não tem sido nada raro, nos depararmos com indivíduos desprovidos de uma rede subjetiva de suporte sensorial e afetivo. Com isso, tem sido necessário uma maior disponibilidade nossa junto às pessoas que nos buscam, visto que, frequentemente, nosso trabalho tem sido na direção de reconstituir a tessitura da rede, já que essa tem apresentado rasgos, devido à precariedade da intrincação entre a intensidade do corpo do bebê e quem cuida dele. Esta precariedade dificulta que as excitações pulsionais possam ter outro destino que não seja o da descarga direta, cuja manifestação podemos encontrar sob a forma de ações destrutivas, seja contra o outro, seja contra o próprio indivíduo. Não é difícil perceber que a existência da precariedade se dá pela falha do ambiente em não reconhecer a vulnerabilidade infantil ou, dito de outro modo, em desmentir o estado vulnerável da criança, colocando-a em uma condição de desalentada, já que a mediação do outro se faz ausente.

Pausemos por um momento, a fim de ilustrarmos o que está sendo exposto. Trata-se de um fragmento de uma entrevista clínica em que o adolescente parece mostrar esta precariedade lançando mão de seu corpo para dar vazão ao seu excesso pulsional.

Através de um trabalho realizado em uma instituição, a qual conta com uma infraestrutura muito bem-organizada, recebe-se um rapaz para as entrevistas preliminares. Ele chega para o encontro falando muito e com uma intensa agitação corpórea, deixando às claras sua angústia. Enquanto ele falava, o olhar da analista se voltava para toda aquela movimentação. Era esta movimentação que ela escutava. Ela já não ouvia mais os seus relatos, quando o seu olhar se voltou para as pernas dele: cheias de cicatrizes. Uma ferida, aberta e bastante infeccionada, parecia insistir. Ela lhe interrompe dizendo que sua perna está machucada. Passando a mão por cima da ferida com certo descaso, ele diz: “Ah, isso é sangueruim. Desde pequeno tenho estas perebas”. Volta a contar seus casos, com a mesma agitação. A ferida parecia não lhe doer. Novamente a fala dele é interrompida, para lhe ser dito que teriatempo para falar, mas que antes era preciso cuidar daquela perna. O responsável pela enfermagem é chamado para providenciar os cuidados necessários àquele ferimento, enquanto a analista aguarda na sala de atendimentos. Logo depois, o rapaz retorna. Com curativo na perna, sem aquela agitação e com uma fala mais pausada diz à analista: “Nunca ninguém olhou para as minhas perebas”. Fim da ilustração.

Trazendo de volta a pequena Joana, que apresentamos anteriormente, vemos que as experiências são distintas, porém há um denominador comum entre elas. São experiências, cuja vivência da dor se marca pela ausência do olhar do outro, ou seja, a ausência de um

reconhecimento por parte do outro e, sendo assim, a ausência de um acolhimento da dor, pelo qual esta seria apaziguada.

Nunca ninguém olhou para as minhas peribas, são as palavras do adolescente, através das quais expressa a ausência de um olhar para a ferida que seu ser – seu corpo – carregava; uma ferida que purgava e cuja dor o deixava anestesiado em relação à vida. Da mesma forma que ele não a sentia, ele não sentia a vida. O seu descaso parecia apontar não somente para a ausência de um reconhecimento de sua própria existência, mas para a ausência do mesmo reconhecimento por parte de seus pais. Para a sua surpresa, a analista a reconheceu. Ela reconheceu o que os seus pais e ele próprio não reconheciam, ou seja, a sua dor de existir. Foi por se deixar ser afetada que foi possível a analista reconhecer e acolher a dor daquele que se tornara anestesiado, submetido ao desmentido realizado pelos seus pais.

Para nós, o que se destaca nesse fragmento clínico é a figura do desmentido ligada diretamente ao que se passa no corpo do rapaz. Vimos que aquele diz respeito à vivência da criança quando vê seu sofrimento ser ignorado e negado pelo outro a quem ela recorre por acreditar que pode contar com ele. Este outro, que por alguma razão não se implica e não acolhe a criança, desmente não só o sofrimento, mas a própria existência da criança, que passa a duvidar de suas percepções. O não olhar dos pais e cuidadores cria um vácuo de sentido no qual aquele corpo que se expressa por uma ferida paira isolado. Voltando a Ferenczi e à problemática do trauma causador da clivagem, vemos que ele nos fala de uma negação do sofrimento da criança. Aquilo que a criança diz ou mostra com o seu corpo não é acolhido como comunicação. Podem ser dispensados cuidados, mas a sua dor fica no campo do desmentido (MENDONÇA; REIS, 2018).

Atualmente, temos nos deparado com modalidades de sofrimento que, acompanhadas por um estado de anestesiamento, parece naturalizar aquilo que não deveria ser naturalizado. *“Ah, isso é sangue ruim. Desde pequeno tenho estas peribas”*, diz o rapaz naturalizando suas feridas e, por consequência, a sua dor. Nada disso parece ser uma novidade no campo das subjetividades, nem no campo da coletividade. O mal, materializado por ações destrutivas – seja contra o outro, seja contra o próprio sujeito – foi naturalizado. E isso não está desarticulado com as transformações que ocorreram na esfera sóciopolítico-econômica do mundo, a partir da segunda metade do século passado.

4 CONTEMPORANEIDADE: TEMPO DOS BEBÊS SÁBIOS?

4.1 Considerações iniciais

Como vimos apontando no decorrer desta tese, que busca qual o destino reservado ao infantil no tempo das funções parentais terceirizadas, as transformações ocorridas na esfera sóciopolítico-econômica, a partir de meados do século passado, fizeram com que o mundo ocidental sofresse uma reviravolta. O mundo tornou-se globalizado; suas fronteiras foram diluídas e um fluxo contínuo e rápido transformou a vida no planeta. O modo de ser do homem, de pensar e de viver a vida acompanharam essa reviravolta. Mudaram os hábitos, os costumes e os valores. O homem não é o mesmo de outrora, e nem poderia ser. Seu funcionamento subjetivo é outro, assim como seu modo de sofrimento psíquico. A família também mudou.

Sem negarmos a positividade que muitas das transformações na esfera sóciopolítico-econômica trouxeram ao mundo, compreendemos que, em seu conjunto, elas afetaram a criança, na medida em que provocaram modificações cruciais nas relações familiares e no modo como as crianças passaram a ser vistas e cuidadas. Ou seja, houve uma torção no investimento libidinal dos pais em relação aos seus filhos, uma mudança significativa. Isso porque as transformações que ocorreram, a partir de meados do século XX, nos campos político, econômico e social provocaram uma espécie de terceirização das funções parentais. Assim, o que antes era da responsabilidade da família passou a ser delegado para terceiros. Instituições foram criadas – creches e escolas infantis – com a tarefa de realizar o processo de socialização primária da criança. Com isso, a família contemporânea trouxe novas questões para o campo da subjetividade. A partir dela todo um processo de institucionalização das figuras parentais foi criado, junto à criação de atenções especializadas e prestações de serviços destinados à criança. Mas seria a família contemporânea a única responsável pela terceirização dessas funções?

Vimos que ao longo da história da civilização ocidental até os dias atuais, a maneira de se estabelecer os laços familiares passam por transformações, resultando em diferentes desenhos da esfera familiar. Isto equivale a dizer que a cada época são realizados deslocamentos e remanejamentos de lugares e papéis provocando profunda mudança estrutural na família, a qual prenuncia não uma desordem da família, mas a constituição de outra ordem familiar. Assim, se o mundo antigo e o medieval criaram a família extensa, e o mundo moderno criou a família nuclear, o mundo contemporâneo criou a família tentacular (KEHL, 2013); cada qual tendo como base a conjuntura histórica da época em que se constituiu. Trata-se, então, de uma engrenagem que precisa ser levada em conta.

Alguns conservadores e nostálgicos da ordem patriarcal insistem em afirmar que as novas formas de convívio – próprias da família contemporânea ou tentacular – e as mulheres – por renunciarem ao posto de “rainha do lar” – são os responsáveis pela dissolução da família patriarcal, pelas modalidades do mal-estar na atualidade ou pelo quadro de precarização social que vivemos atualmente, sobretudo, no que diz respeito ao comportamento de crianças e adolescentes, não fazendo o menor sentido. Essa é uma posição, a dos conservadores, que não considera o aspecto mais importante na constituição de uma família. É uma posição que tem em mente que as funções parentais somente podem ser exercidas pelas figuras parentais.

Ora, sabemos pelos neuróticos, o quanto a família dos tempos modernos, com seus papéis parentais tão rigidamente definidos – pai provedor e mãe voltada para os afazeres domésticos e a criação dos filhos – foi a família da fixação da mãe aos filhos e, logo, dos filhos ao amor materno, trazendo como consequência o sofrimento das histéricas e dos neuróticos obsessivos. Esta fixação não surgiu do nada, como sabemos. Apoiada em poderosas impressões infantis, ela surge, também, como consequência de uma cultura regida pela moral sexual civilizada, onde a mulher, tendo como único destino a maternidade, transferia para o filho sua necessidade de amor (FREUD, 1908/2020).

Independentemente das novas configurações familiares que compõem a sociedade contemporânea – família recomposta, monoparental, heteroparental, homoparental, transparental –, o mais importante é como os laços familiares são construídos, e o modo que se assume, ou não, a responsabilidade dos cuidados da criança, pois são esses laços e esses cuidados que vão constituir uma subjetividade. Aos nossos olhos, esse foi o aspecto mais relevante transmitido pela família tentacular. Ou seja, ela destacou a função em relação a figura parental. Sabemos que a construção de um laço, que propicia a constituição subjetiva, não, necessariamente, precisa ser desempenhado por aqueles que, na estrutura de parentesco, correspondem ao pai e a mãe. O que importa é alguém se encarregar amorosamente da criança; é alguém exercer as funções parentais – materna e paterna (KEHL, 2013).

Esta compreensão indica que o acolhimento é fundamental no processo de subjetivação. Porém, no mundo atual percebemos que os cuidados infantis foram terceirizados. O problema da terceirização é que as funções perdem o caráter de função, tornando-se prestação de serviços. Mais à frente, abordaremos melhor esse ponto. O que queremos destacar é que se na modernidade quem embalava Mateus era quem o tinha parido (a mulher), na contemporaneidade, cabe perguntar: “*quem vai embalar Mateus*”? Na atualidade, o pequeno tem sido embalado pelas instituições, pelos especialistas, pelos anônimos, pelas telas e pelos objetos inventados a cada dia pela tecnologia avançada. A essa pergunta acrescenta-se outra:

“*quem tem o saber sobre Mateus?*” Já vimos que o outro materno, através de seu saber inconsciente, transmite ao bebê o que se passa com ele e com o seu corpo, permitindo com que ele tome o saber do outro materno como seu. Além disso, o outro materno, sem saber o que fazer com o bebê, ou como fazer, quando esse se encontra chorando, por exemplo, costuma apelar para o saber técnico, para o saber do especialista, a fim de que este possa nomear, dar uma significação e fazer cessar aquilo que do bebê escapa ao seu saber.

Diferentemente de épocas anteriores, este apelo, realizado pela mãe, era remetido a sua própria mãe, às avós e às mulheres mais experientes da família, havendo, assim, uma transmissão geracional relacionada ao cuidado com a criança. Muitas vezes, nesses encontros, embalados por lembranças e histórias contadas por essas mulheres, nascia a possibilidade de resgatar o saber apagado ou até mesmo de inventar um. Enfim, a busca não era por um saber técnico, mas por uma experiência na qual o afeto circulava. Com essa experiência, o outro materno se alimentava. Alimentado, tinha o que transmitir. O que percebemos é que, na atualidade, a família e a infância foram apropriadas por toda uma rede de saberes, desde os mais tecnológicos aos mais “alternativos”. Com isso, houve uma certa destituição do saber das figuras parentais, cuja construção sabemos que se faz a partir de suas experiências como filhos e da própria experiência de serem pais. É preciso ressaltar que esta avalanche de conhecimentos e práticas, que se constituem também como um mercado extremamente lucrativo, movida pela ética do consumo, provocou a terceirização das funções parentais (MENDONÇA; REIS, 2018).

Posto isso, parece-nos que a transmissão geracional se perdeu, juntamente com as experiências afetivas, uma vez que o mundo em que vivemos é cada vez mais afeito aos “laços” comerciais. Assim, no lugar da perda dessa transmissão entraram em cena os especialistas (pediatra, professor, psicólogo, fonoaudiólogo, nutricionistas, psicopedagogos, e tantos outros) e as prestações de serviços, com o intuito de darem um norte aos pais para que não se sintam à deriva. Cursos de como amamentar, de como lidar com o bebê; de *coach* materno; consultorias; aplicativos com tutoriais, ensinando como ser “*mamãe completa*”, com a participação de vários especialistas da área de saúde e, claro, fazendo parceria com grandes empresas, viraram uma febre, expandindo cada vez mais o mercado infantil. Esse captura os futuros pais com a promessa de que, seguindo o passo a passo dos manuais e dos tutoriais, os seus bebês serão saudáveis, felizes e não os deixarão se sentindo à deriva.

Como esclarece Iaconelli (2021), o problema não é o especialista atender as demandas dos pais, mas de que lugar ele atende. A sociedade de consumo impulsiona o especialista a vender uma ideia de garantia, predizendo a criação dos filhos e o bem-estar de pais e mães. Claro que há sempre uma boa intenção no discurso do especialista, principalmente para aqueles

que o escutam, visto, muitas vezes, se encontrarem à deriva. Contudo, por trás desse discurso sedutor, há toda uma lógica da sociedade de consumo. Nesse sentido, o especialista, movido por esta lógica, “vende resultados de desempenho e faz cara de quem escuta os pais para melhor encaixá-los em algum diagnóstico previamente categorizado. Fazem isso prometendo o caminho suave da parentalidade, livre dos desagradáveis odores do inconsciente humano” (IACONELLI, Jornal Folha de São Paulo, 06 dez 2021), promovendo a surdez subjetiva.

Entretanto, é bom que se diga que a perda de transmissão geracional não se reduz a pais e filhos. É preciso que a pergunta “como os pais acolhem à chegada de seus filhos?” seja ampliada à “como nós, enquanto sociedade, acolhemos à chegada de nossas crianças?” Nossa suposição é a de que a criança não é bem recebida. Ao contrário disso, supomos que, na atualidade, a criança – em sua concepção universal – é mal acolhida, tanto em nível micro quanto macrossocial. Soma-se a nossa suposição, o que pensamos ser um agravante: a dificuldade de a família, a escola, a sociedade e o Estado em reconhecer isso. Para que reconheçam, é preciso que eles se impliquem. É preciso que as gerações anteriores se perguntem o que transmitiram à criança. É preciso que se responsabilizem pelas suas surdezes e cegueiras em relação ao estado de desalento que a criança se encontra. Ao não reconhecerem, eles desmentem à precariedade infantil, ou seja, à condição vulnerável da criança.

Aludimos, anteriormente, sobre a importância de a criança ser reconhecida em sua condição vulnerável. Por este reconhecimento, o ambiente acolhe à criança, adaptando-se a ela e, desse modo, reassegurando o seu impulso de viver. Aludimos, também, que na ausência do acolhimento a força vital do pequeno ser não se expande, tornando-se ele presa fácil da força desagregadora e destrutiva da pulsão de morte. Lembremos que a experiência do nascimento é da ordem da catástrofe, significando que o humano é fragmentado de nascença. Assim, se nos constituímos subjetivamente a partir de uma multiplicidade originária, através dos nossos restos, precisamos da ação de uma força inversa que produziu a decomposição, para que os restos possam compor uma unidade, necessária para que o sujeito possa enfrentar o que vem do mundo. Como reunir esses restos se, no início da vida, essa força vital não é forte o suficiente?

Vimos que, para Ferenczi, tanto a pulsão de vida – enquanto tendência erótica e força vitalquanto a pulsão de morte – enquanto tendência ao inorgânico – são integrantes do ser humano. Contudo, suas ações estarão referidas ao outro. Assim, a pulsão de vida só pode cumprir sua função se o outro favorecer sua dinamização. Ora, se não há este favorecimento, se há uma falha, ela se torna poderosa. Ou seja, o poder de ação das duas tendências estão intimamente relacionadas com as primeiras relações da criança com o seu entorno.

Se o acolhimento do outro materno – efeito de um desejo não anônimo – é imprescindível para quem, a princípio, é só corpo afetado pela intensidade das excitações; se o acolhimento do outro materno é fundamental para reassegurar o impulso de viver daquele que está mais próximo da dissolução do que da organização e, conseqüentemente, possibilitar uma nova forma de existência, à medida em que favorece o processo originário da criação e apreensão de sentidos; pois bem, a sua ausência vai permitir com que a força desagregadora e destrutiva da pulsão de morte impere. Desinvestido de sua existência, o sujeito fica exposto aos atentados físicos e psíquicos, na medida em que a ausência de um mediador o priva de um escudo que o defenda daqueles. Diante disso, o movimento é o da descarga, materializada por ações destrutivas, seja contra o outro, seja contra o próprio sujeito.

Estamos aqui no campo dos traumas precoces, cuja dor é da ordem do insuportável. Acompanhando Ferenczi, vimos que, devido à prematuridade do psiquismo infantil em dominar o excesso de excitações, quer venha de fora ou de dentro, cuja devastação é tanto maior quanto mais cedo for a sua incidência no processo da constituição psíquica, e sob a ameaça de colapso, a resultante é o acionamento de estratégias mais radicais. Ou seja, o eu lança mão da autoclivagem narcísica, se protegendo de um colapso total e apaziguando a vivência traumática.

Assim, é para os efeitos da ausência de acolhimento que a criança está submetida, no início de sua vida, isto é, quando, por alguma razão, o ambiente não pôde se adaptar àquele que subjetivamente está se constituindo, não sendo possível, então, criar uma atmosfera que possa fazer dela e com ela uma experiência afetiva compartilhada, é para os efeitos dessa ausência, associados à atual conjuntura sociopolítico-econômica, que voltamos o nosso olhar agora. Portanto, este capítulo tem a intenção de correlacionar o efeito quando se é mal acolhido no início da vida com as formas de padecimento psíquico encontradas na atualidade; não sem levar em conta que a prática medicamentosa, legitimada pelo discurso médico, e tão em voga no mundo atual, além de produzir um efeito de anestesiamento subjetivo – tal como o mecanismo da clivagem narcísica – e de potencializar a desvitalização do sujeito, parece desmentir a dor da criança, mantendo-a fechada em sua dor. Nesse sentido, é possível pensar que o mundo contemporâneo retirou a criança do lugar de "majestade" e a lançou numa espécie de abismo, em função da ausência ou da precária presença de um corpo vivo capaz de acolhê-la em sua experiência primordial, cuja vivência pode ser da ordem do traumático, uma vez que não sendo acolhida o que se tem é “o abandono da criança em seu percurso de produção de sentido, necessariamente compartilhado com os adultos” (KUPERMAN, 2011, p. 330).

4.2 O chão sob os nossos pés

Não é possível pensar o sujeito fora do campo histórico-cultural, já que ele não se constitui sem o que lhe é externo. Não fosse assim, seríamos todos autistas, fechados sobre nós mesmos. Esta formulação encontramos ao longo da obra freudiana, de diversas modos. Porém, a que Freud apresenta no escrito *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), é, para nós, a mais relevante. Esclarece ele que, aparentemente, existe uma oposição entre psicologia individual e psicologia social. Porém, examinada de perto, essa oposição se perde, em razão de o sujeito só se constituir a partir do outro e nas múltiplas formas de se relacionar com ele. Nessas relações o outro se apresenta em várias versões: como modelo, como objeto, como auxiliar e, como adversário na vida psíquica do indivíduo.

Freud já havia enunciado essa formulação em seu escrito sobre o narcisismo, ao afirmar que o eu se desenvolve a partir de uma nova ação psíquica (1914/2020). O que ele está enunciando é que a constituição do eu só ocorre a partir da alteridade, de sua *transmissão*. Através dessa, por meio de um processo identificatório, o eu emerge como um eu ideal identificado a uma imagem que reflete a subjetividade das figuras parentais, que por sua vez reflete a cultura em que todos estão imersos. Essa lógica pode ser pensada com Ferenczi, quando o ambiente se adapta às necessidades e desejos da criança, possibilitando, pelo processo de introjeção, um percurso de produção de sentido. E com Lacan, que a partir do outro, como semelhante e como Outro, uma rede simbólica tecida pelo desejo da mãe, mas não sem a palavra do pai, possibilita a metamorfose do organismo em sujeito de uma existência simbólica. O que está em pauta aqui é a constituição de uma subjetividade a partir do polo alteritário, seja como outro, como ambiente, ou como Outro. Esse polo, transmissor e representante da cultura, se constitui como mediador entre o mundo e o sujeito, uma vez que através de sua mediação “a multiplicidade de coisas e de objetos do mundo se ordena para o sujeito como um conjunto significativo para o seu desejo” (BIRMAN, 1994, p.112).

Isso indica que a subjetividade se constitui por atos psíquicos narcísicos e alteritários, não sendo possível, assim, separar uma psicologia da outra (FREUD, 1921/2020), já que “ambas supõem os conceitos de alteridade e cultura como operadores fundamentais” (BIRMAN, 2019, p.536). Lacan faz também essa relação do sujeito com o que lhe é alteridade, embora a faça com maior aproximação ao nomear o inconsciente como Outro, enquanto tesouro do significante – material que o sujeito recebe do que lhe é estranho ou externo (LACAN, 1960/1998). Queremos destacar que sujeito e Outro se mesclam de certa forma que podemos dizer que o que é exterior ao sujeito lhe pertence também. Como afirma Birman: (...) “aquilo

que nos é mais interior, que nos é mais específico e singular, (...), se funda também naquilo que nos é mais exterior e estranha, de maneira que a dialética regulada pela oposição dentro/fora nos é constitutiva” (2019, p. 536). Pensando com Lacan, o sujeito é, então, efeito desse Outro, já que o significante que o representa para outro significante vem desse campo. Como esclarece Quinet (2012):

O grande Outro é o conjunto de significantes que marcam o sujeito em sua história, seu desejo, seus ideais – eles sustentam suas fantasias inconscientes e imaginárias. Eis a alteridade descoberta por Freud, a qual arranca o sujeito do centro do psiquismo, na medida em que o sujeito não é autônomo e determinante, e sim determinado pelo que se desenrola no Outro do inconsciente (...). (p. 12).

Eis o solo bem sedimentado sobre o qual o sujeito, *até meados do século passado*, caminhava, mesmo com algumas fendas sob seus pés. É porque a alteridade se faz presente que não se é engolido pela fenda.

Se destacamos acima a palavra transmissão, não foi ao acaso; como também não foi ao acaso que destacamos uma marca temporal. Como pensar a transmissão, a partir da conjuntura sociopolítico-econômica que se instaurou nas últimas décadas do século XX e que se impõe às primeiras décadas do século atual? Como pensar a alteridade? Como pensar a constituição subjetiva nessa mesma conjuntura? Sabemos que os efeitos dessa conjuntura são nefastos, afetando tanto o campo do coletivo quanto o campo das individualidades. Com certeza, esses efeitos incidem com maior força sobre aqueles que são mais vulneráveis. E a criança está entre eles, na medida em que houve uma mudança significativa nas funções parentais. Voltaremos a isso mais à frente.

Não é possível pensar nas transformações que ocorreram, a partir da segunda metade do século XX, sem levar em conta o regime econômico que as permeia – um regime econômico capitalista em sua versão globalizada e neoliberal –, visto que provocou efeitos no funcionamento subjetivo e no modo do sofrimento psíquico. O fenômeno da globalização ou da mundialização, que se tornou a grande marca do século, pelo menos desde a Guerra Fria, se consolidou por meio da mundialização integral do capitalismo fundando uma nova ordem mundial. Entre suas características mais importantes estão o encurtamento das distâncias e a aceleração do tempo, possibilitados pelo estabelecimento da hipermídia. Esta se caracteriza como uma rede de informações à distância e de fluxo contínuo, possuindo como suporte a tecnologia avançada da informação, a qual organiza a vida econômica, política, científica e social, de acordo com uma ordem mundial. Assim, as comunicações ultrapassam quaisquer limites ou barreiras nacionais dos Estados, criando um fluxo rápido e contínuo de dados, sons e imagens que cruzam o planeta, sem controle e sem limite (HOBSBAWM, 1995). Junto a isso,

o mundo passou a organizar sua atividade econômica de tal forma que a tecnologia avançada – a mecatrônica, a robótica e a informática – substituiu o homem, devido ao fato daquela proporcionar um aumento extraordinário na produção de mercadorias, em um mínimo período, gerando, assim, um lucro cada vez maior para um mercado competitivo. No mundo do neoliberalismo, tempo e lucro estão intimamente associados, não sendo difícil constatar que o tempo é o do imediato, o da urgência. Ou seja, perder tempo é deixar de lucrar.

De acordo com Hobsbawn (1995), a reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia trouxeram como consequências não somente a transformação das atividades econômicas e técnicas, mas afetaram também fatores da vida privada, principalmente por conta da aceleração das comunicações e dos transportes. A rapidez, a competição e a obtenção de um lucro cada vez maior são fatores que, inevitavelmente, atingiram a forma de ser e de pensar do indivíduo. Esses fatores o capturam e o submetem a uma situação de premência, apagamento da alteridade e obtenção de um gozo cada vez maior. Dessa maneira, por se tratar de um modo de produção que oferece inúmeros objetos, em um espaço mínimo de tempo, prometendo ao indivíduo a plenitude, caberá a ele consumir. Consumir excessivamente.

Segundo Peixoto Jr (2003), tudo isso diz respeito a um sintoma social. O mercado, aliado à mídia, promete ao sujeito o gozo de uma existência plena. Assim, o sujeito se tornou mero consumidor, mas se tornando cada vez mais insatisfeito. Para o autor, impera “uma espécie de falcismo patológico” (PEIXOTO JR., 2003, p.160), que se presentifica através dos vários imperativos, os quais apontam para a insaciabilidade do “fantasma do gozo que se espera alcançar nesse mundo perverso” (PEIXOTO JR., 2003, p.160)

Trabalhe mais! Ganhe mais! Compre mais! Transe mais! Só assim você será feliz, não sofrerá, porque nem sequer terá tempo para pensar, e conseguirá ser alguém nesse mundo que não comporta lugar para perdedores, nesse mundo do mercado global em que o vencedor leva tudo e cuja estrutura competitiva predispõe ao fracasso e à exclusão um número cada vez maior de pessoas (PEIXOTO JR., 2003, p.160).

Não é de se espantar que as sociedades capitalistas se voltem, cada vez mais, para os “valores de um individualismo associal absoluto” (Hobsbawn, 1995, p.21) em detrimento do bem-estar social. É uma “sociedade, formada por um conjunto de indivíduos egocentrados sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer, ou seja, lá o que for).” (HOBSBAWN, 1995, p.21).

Birman (2006), ao se referir as consequências do processo de globalização econômica construída pelo discurso neoliberal, considera que esse, devido ao seu imperativo de lucro, provocou uma fragilidade na função dos Estados-nação impactando suas decisões. Se essas eram marcadas pela autoridade política, agora são os interesses econômicos internacionais, com

suas presenças avassaladoras, que têm o poder de decisão. Assim, as últimas décadas do século XX foram marcadas pelo definhamento da soberania política do Estado-nação e, em contrapartida, pelo fortalecimento de uma política econômica voltada para o neoliberalismo.

Os efeitos do imperativo de lucratividade, regido, então, pelo processo globalizante, afetou de forma radical o campo da subjetividade, produzindo novas formas de mal-estar, visto que as subjetividades deixaram de ser ordenadas por um modelo soberano que tinha como referência organizadora o eixo vertical e simbólico – ordem paterna. Com o advento do novo estado do capitalismo – neoliberalismo –, que levou “a uma verdadeira dessimbolização do mundo” (LEBRUN, 2008, p. 114), aquele suporte deixou de existir, em função de o poder centrado na soberania, e que servia como referência, ter sido desconstruído. Todo esse remanejamento atingiu o campo da subjetividade, levando o sujeito a outra condição de mal-estar não mais referido ao *desamparo*, mas ao *desalento psíquico*. Segundo Birman (2006), o que está em pauta no campo da subjetividade é a ausência de um polo alteritário que possa ordenar a subjetividade. Na ausência desse, as subjetividades são lançadas ao desalento. Assim, não resta dúvida que o solo constituído no mundo contemporâneo não possui uma sedimentação, o que faz com que o sujeito caminhe como que pisando em solos minados. Portanto, num tempo em que somos regidos por uma política econômica que visa a um gozo cada vez maior, que impulsiona o sujeito para um gozo ilimitado e por isso mortífero, a capacidade de desejar, de fantasiar e de amar se perde.

Portanto, o registro simbólico não é algo abstrato, mas se articula com os registros econômico, social e político. Tanto em nível macro quanto microssocial vemos mudanças significativas. Enquanto no primeiro tínhamos o Estado-nação e no segundo a figura do pai como representantes da centralidade, isto é, uma autoridade que sustentava uma referência para a sociedade e para a família, com o processo da globalização econômica, o poder do Estado-nação sofreu uma fragilização afetando a ordem familiar que, com a queda do pai, passou a se constituir sobre outros fundamentos.

4.3 A família nuclear moderna foi para o espaço

Os setores químico e farmacêutico tiveram, enquanto inovações, um grande lugar de destaque após a Segunda Guerra. Se o impacto de suas inovações foram imediato ao que diz respeito à demografia, ele também produziu efeitos culturais, embora não imediatamente. Até então, não se tinha notícias dos antibióticos. Esses surgiram para os mais diversos males que acometiam a saúde do homem, inclusive afastavam os riscos que a promiscuidade oferecia.

Além daqueles, surgiu a pílula anticoncepcional, embora sua maior disponibilidade tenha se dado por volta da década de 1960. Ela possibilitou as revoluções sexual, cultural e social que, tendo a presença da mulher como crucial, favoreceram mudanças na estrutura familiar (HOBSBAWN, 1995). A nova ordem de funcionamento levou a família moderna à progressivas rupturas, na medida em que seus membros sofreram deslocamentos e remanejamentos de lugares e papéis.

A entrada da mulher no mundo do trabalho não foi uma novidade própria da década de 1960. No fim do século XIX, muitas já trabalhavam. Escritórios, lojas, centrais telefônicas e profissões assistenciais eram locais que contavam com uma forte presença feminina. Por volta dos anos 40, mesmo as mulheres casadas e mães já frequentavam o mundo do trabalho, mas em uma porcentagem muito menor e por extrema necessidade, por conta dos efeitos da guerra. A partir da segunda metade do século XX, pelo menos nos países ocidentais, ocorreu o reflorescimento dos movimentos feministas, em função da grande massa de mulheres inseridas no mercado de trabalho. (HOBSBAWN, 1995).

Os movimentos feministas, pleiteando condição de igualdade entre homens e mulheres, propiciaram que a mulher fosse para o mundo do trabalho, não somente pela necessidade, mas em busca de novos projetos identitários, já que, até então, ela não possuía nenhum outro significativo, que não fosse o de mãe, para identificar-se. Dessa maneira, ela precisava se fixar aos filhos, a fim de não perder sua identidade. Considerada a “*rainha do lar*”, ela tinha como único destino o casamento e, conseqüentemente, a maternidade; seu único lugar era na família; sua função, a criação dos filhos (KEHL, 2001).

A partir desse momento, começa uma nova história na vida das mulheres; não de todas as mulheres, já que as mulheres pobres sempre estiveram na lida, mas as das mulheres burguesas. Elas começaram a deixar o posto de “*rainha do lar*”. Contudo, essa mudança só foi possível em função da pílula anticoncepcional que, de fato, tornou-se uma possibilidade. Na ausência dela, a imprevisibilidade das gestações e o grande número de filhos não permitiam com que a mulher se ocupasse com outras atividades que não fosse a maternidade.

As inovações contraceptivas provocaram uma revolução nos costumes: a sobreposição do desejo ao biológico tornou-se mais assertiva. Com a pílula, um meio contraceptivo mais seguro, foi possível à mulher definir o momento de ter filhos e quantos filhos ela queria ter. Era a sua liberdade que estava se instituindo, já que não estava mais sujeitada aos hormônios que aprisionavam o seu corpo (BIRMAN, 2006). A partir disso, a mulher não foi apenas para o mercado de trabalho. Ela foi para o mundo. A vida

fora do lar se descortinou para ela, e a construção de novos objetos de satisfação foi possível.

Essa liberdade experimentada pelo universo feminino se desdobrou em outra mudança nos costumes: o desejo de se estabelecer profissionalmente fez com que a experiência do casamento passasse a ser realizada mais tarde. Almejando a realização de um projeto identitário, articulado com a sua independência financeira, a mulher passou a buscar a realizar-se enquanto sujeito singular e não mais somente como mãe. A movimentação de seu desejo fez com que a construção e a manutenção dos laços conjugais passassem a se dar mediante a possibilidade de os parceiros poderem sustentar a sua condição desejante na conjugalidade. Não sendo possível, a busca de outras relações, constituindo novos laços conjugais, passou a ser considerada uma saída natural.

Com o estabelecimento do divórcio, novas formações familiares foram criadas, e outras formas de relação de parentesco surgiram, gerando um novo arranjo para a família. Esse aponta para uma indefinição de papéis, se comparado ao tempo anterior em que estes eram rigidamente demarcados. A nova forma de convívio permitiu dessubstancializar as figuras parentais, evidenciando suas funções; nesse caso as figuras poderiam ser substituídas sem que necessariamente as funções fossem prejudicadas (BIRMAN, 2008).

Portanto, como numa máquina em que ao se deslocar uma peça modifica-se toda a sua engrenagem, a entrada da mulher no tecido social, como sujeito, provocou outra ordem de funcionamento, a princípio porque houve uma diluição do poder que, até então, se encontrava concentrado na figura do homem (BARROS; FARIAS, 2003). O deslocamento da mulher para o mundo do trabalho, galgando outro lugar no espaço social, ganhou uma maior proporção e contribuiu para uma nova significação quanto aos papéis parentais, já que o homem deixou de ser o único e exclusivo provedor da família.

Entretanto, com a inserção da mulher no mundo do trabalho, os homens não se dispuseram a dividir seu tempo, a fim de preencherem, relativamente, a ausência que se instalou no âmbito familiar. Ou seja, devido ao imperativo de realização do desejo e o da sustentação dos projetos existenciais de cada uma das figuras parentais, um vazio em relação às funções parentais se constituiu (BIRMAN, 2008). A mulher foi para o mundo, o homem, que já estava no mundo, permaneceu. Cabe a pergunta: e a criança?

Quando as sociedades passam a ser movidas pelo mercado, pelo imperativo econômico, isto é, pela lógica do capitalismo neoliberal, esmagando todo e qualquer valor que alimente a alma de vida, não é de se estranhar que aquelas criem estratégias a fim de não perder o capital. Assim, manter um dos pais em casa para cuidar de um ser que não gera lucro e pouco

consome, não faz o menor sentido. Dessa forma, nada mais natural que criar instituições, especialistas e prestadores de serviços destinados à criança; nada mais natural que terceirizar os cuidados infantis, mata-se dois coelhos com uma só cajadada, pois a criança que pouco consumia passa a ser agora um bom consumidor.

4.4 Anônimos, objetos e telas: as funções parentais foram terceirizadas

O termo terceirização surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial. O pós guerra levou os países envolvidos à uma reconstrução de suas estruturas política, econômica e social, que haviam sido abaladas. No Brasil, o surgimento do termo é registrado a partir do final da década de 1960. Sendo uma noção pertencente à administração e à economia, trata-se de uma forma de organização estrutural – transferência das atividades-meio à outra empresa, proporcionando maior disponibilidade de recursos para a sua atividade-fim –, através da qual há redução da estrutura operacional, diminuição de custos, economia de recursos e desburocratização da administração. Sabemos que é uma estratégia gerada pelo capitalismo, e se a sua implantação estava relacionada ao mercado de trabalho com mão de obra escassa na época, após a década de 1980, a lógica da terceirização passou a ser relacionada à obtenção de um lucro maior para as empresas. Frisamos este aspecto, porque não podemos perder de vista que o conceito “terceirização” nasceu na contemporaneidade e, sendo assim, acoplado ao capitalismo neoliberal.

Importar a noção de terceirização para os cuidados infantis não é uma tarefa fácil. É preciso levar em conta o lugar que a criança e a infância ocuparam e ocupam na mentalidade da cultura ocidental, assim como é preciso considerar a organização familiar da época. Há quem diga que o fenômeno da transferência desses cuidados atravessou a história da civilização ocidental. Nossa posição é outra. Pensamos que ele nasceu na contemporaneidade, sendo efeito de sua conjuntura sociopolítico-econômica.

Desde a Antiguidade, temos notícias que as mulheres ricas, por exemplo, entregavam seus bebês às escravas e amas de leite, mas não só elas. As camponesas, que se encarregavam dos bebês de outras mulheres, entregavam seus bebês às outras camponesas. Claro que por outras razões. De qualquer forma, como já aludimos, independentemente da situação econômica da família, a entrega dos bebês a um outro era comum. Badinter (1985) teve o cuidado de demonstrar isso.

Assim, na Antiguidade, na Grécia e em Roma, berços da civilização e organização do pensamento ocidental, a família se estruturava em função do aumento do patrimônio, da

promoção de alianças e geração dos descendentes capazes de governar, e a criança – que não era reconhecida como um ser diferenciado do adulto – era entregue ao escravo e/ou ama, os quais se encarregavam dos cuidados e instrução, para que ela pudesse dar continuidade à linhagem. No mundo medieval, a transferência dos cuidados ocorria também. A criança era entregue à ama e depois à outra família ou a um mestre, para que fosse educada. Vale dizer que a culpa, por essa prática, não era um sentimento presente no coração dos pais, nem teria razão de existir. Como já mencionamos, a criança era mal vista e mal quista. Sua presença não sensibilizava os pais. Ainda não existia o vínculo familiar, tal como o conhecemos. Portanto, no mundo pré-moderno, as funções parentais não eram concebidas do mesmo modo como as conhecemos, visto que a família era de outra ordem; ela se organizava por linhagem. Nesse sentido, compreendemos que no mundo pré-moderno não existia terceirização. Talvez, se a ama-de-leite, que convivia com a criança do seu nascimento até os seus sete anos de idade, delegasse a um outro os cuidados infantis, aí sim, talvez pudéssemos pensar em um modo de terceirização.

Foi com o advento da modernidade, quando a família, na figura da mãe, passou a ser a instância responsável pela promoção da saúde e, conseqüentemente, pela promoção do crescimento e do desenvolvimento da criança, que a família passou a ser estruturada de outro modo. Era a emergência da família nuclear moderna com seus personagens e suas respectivas funções parentais, justapostas às figuras parentais. Com exceção das crianças que iam para as escolas asilares (pobres, pretas e órfãs) e para os internatos (não antes da segunda infância), a criança, de um modo geral, na modernidade, passou a estar sob os cuidados exclusivos da figura materna, saindo para o mundo escolar somente ao final de sua primeira infância, quando o seu processo de socialização primária já tivesse sido efetivado.

Como se tratava de famílias com numerosos filhos, era comum a transferência dos cuidados em relação à criança mais nova para os filhos mais velhos ou, então, para um parente que, quando não morava na mesma casa, vivia bem próximo. Os cuidados destinados à criança eram compartilhados com os membros familiares. Podemos pensar que a família nuclear moderna lançou mão de uma terceirização interna? Pensamos que não. Mesmo que a criança fosse cuidada pelos irmãos mais velhos, tias ou avós, além de ela ter como referência os pais, seus cuidadores eram pessoas que estavam inseridas na história afetiva familiar ou, como Freud escreveu, nos romances familiares (1909a/1987). Bem ou mal, confuso ou não confuso, a existência de um laço possibilitava a transmissão de *Eros*.

A saída da mulher, em busca de outros projetos existenciais, e, conseqüentemente, em busca de reconhecimento simbólico através de atividades no espaço social, fez com que um

vazio se instalasse no ambiente familiar. Porém, é importante deixar claro que, no cenário brasileiro, o vazio surgiu porque não houve criação de estratégias para que a ausência da mãe fosse relativizada. É recente a participação do homem nos cuidados dirigidos ao bebê, como é recente a extensão da licença-paternidade que algumas empresas multinacionais²⁹ criaram. Elas passaram a entender que essa extensão é uma responsabilidade social. A estratégia do Estado foi a criação das creches comunitárias, a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. O período de licença-maternidade de 84 dias passou para 120 dias, uma licença garantida pela Constituição Federal em 1988. O funcionário público federal tem de 5 a 20 dias de licença, o que só reforça a sociedade patriarcal que vê a mulher como aquela que deve cuidar da prole e o homem como provedor. Ainda temos muito a conquistar, se pensarmos que em alguns países da Europa Oriental – a Croácia, por exemplo –, a *licença parental* é de 410 dias, podendo chegar a três anos caso a família tenha três ou mais filhos.

Como não somos croatas, e como a maior parte das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros não se encontra no quadro de funcionários das multinacionais, o vazio que se instalou no âmbito familiar foi preenchido pelas novas atenções especializadas – como, por exemplo, as creches, as escolas maternais e as babás, quando se tinha condição financeira para isso. Portanto, desde muito cedo, ainda bebê, a criança passou a ser entregue a terceiros. Esses passaram a ser encarregados, em grande medida, não apenas dos cuidados e da educação da criança, mas daquilo que em psicanálise se costuma nomear como investimento primordial ou função materna, em uma tentativa de suprir a ausência das figuras parentais.

O que estamos colocando em pauta é o que a sociologia denomina de processo de socialização primária – esse primeiro investimento sobre a criança que lhe serve como base, como uma sustentação, para que mais tarde ela possa ir para o mundo e estar no mundo não se sentindo ameaçada. Antes esse processo era realizado pela família, sendo de sua responsabilidade. Com as transformações ocorridas, passou a ser realizado por outros atores tais como creches, escolas e outros profissionais. Ou seja, o que era assunto de responsabilidade privada se ampliou para terceiros, visto que a família se vê compelida a delegar essa responsabilidade a eles, numa espécie de jogo de "*toma que o filho é teu*".

Efetivamente, a criança na atualidade foi lançada em uma multiplicação anônima de cuidadores, cujo 'investimento' aparenta ser mecanizado, padronizado e, portanto, esvaziado, no que diz respeito ao investimento libidinal primordial. Mesmo sabendo da existência de

²⁹ São elas: a fabricante de bebidas *Diageo*, desde 2019 estendeu a licença-paternidade para 6 meses e 2 semanas; a empresa farmacêutica francesa *Sanofi* e *Loft*, startup de compra e venda de imóveis, desde 2020, estenderam para 6 meses; *Google*, desde 2017, estendeu para 12 semanas; *Johnson & Johnson*, desde 2017, para 40 dias.

atenções especializadas que, ainda com certas limitações, conseguem exercer as funções materna e paterna, sabemos, também, que a existência de muitas delas se dá em função da motivação econômica, ou seja, muitas delas existem porque é um bom negócio, gera lucro (MENDONÇA, 2013). Vale assinalar que, mesmo com os recém-nascidos, em se tratando da classe média ou das elites, tem sido habitual a contratação de prestações de serviços para cuidar dele – enfermeiras, dormideiras, babás especializadas – uma vez que os pais, por diversas razões, não têm tido disponibilidade interna para os determinados cuidados, cuja realização, muitas vezes, demanda trabalho e dispêndio de energia. Como assinala Bauman (2004), é correr o risco de sair de uma zona de conforto e entrar numa zona de desconforto, o que nem sempre é possível. Façamos uma pausa, para uma pequena ilustração.

Certa vez, uma mulher que acabara de se tornar mãe explicava: “Quando ele chora de cólica fico desorientada”. Rindo, continua dizendo: “Acho que o deixo desorientado também. Santo Tylenol! Acaba com a cólica e, lógico, eu me acalmo. Quando a minha sogra está comigo, ela o pega no colo, passeia pela casa, massageando a sua barriga. Ela canta e conta historinhas para ele, e a cólica passa”. Quando indagada se nunca experimentou fazer desta forma, ela retruca: “Ah, não consigo, acho que não tenho paciência”.

Essa cena apresenta duas modalidades de ações diante daquilo que, do bebê, pode ser perturbador. Enquanto no primeiro tempo a ação da mãe visa a si própria, na medida em que, pela sua angústia, sua ação é de evitação, reservando o *Santo Tylenol* para o seu bebê; no segundo tempo da cena a ação da sogra em cantar e contar historinhas, acalentando-o, visam o bebê. Enquanto no primeiro tempo o bebê é mal acolhido, no segundo ele é bem acolhido.

Já uma outra mulher, que há dois meses se tornou mãe, diz: “estou tranquila agora. Estou cercada de ajuda. Tenho a empregada, a babá para o dia e a enfermeira para a noite. Aproveito a enfermeira para dar banho nele. Ela tem mais técnica. Separo a roupinha, entrego a ela e ela me devolve-o pronto. Somente nos domingos, durante o dia, que é muito cansativo, muito confuso, porque só tenho o meu marido para ajudar”.

De acordo com Bauman (2004), ter um filho significa correr o risco de ter que se deparar com situações geradoras de angústias e medos. Isso significa que a maternidade e paternidade não são apenas movidas pelas alegrias. Nesse sentido, é como adentrar em um espaço inexplorado de olhos fechados, significando com isso que “as alegrias da paternidade e da maternidade vêm, por assim dizer, num pacote que inclui as dores do auto sacrifício e os temores de perigos inexplorados” (BAUMAN, 2004, p.61).

Além da multiplicação anônima de cuidadores e especialistas em torno da criança, circula no mercado um excesso de objetos³⁰ que, frutos da nova tecnologia, foram criados para os cuidados do bebê, substituindo o corpo parental e as experiências com ele. As grandes telas televisivas e as pequenas telas de *iPads* e celulares parecem fazer parte deste pacote de objetos, que, carregadas juntos aos bebês, têm tomado o lugar das experiências com o outro parental. Em um tempo no qual a vida parece funcionar através dos aplicativos (*App*), não faltam aqueles “para facilitar a vida das mães”³¹.

Não é mais novidade, o uso de “*wearables*” (peças de roupa ou acessórios inteligentes, como relógios, pulseiras e óculos). O objetivo do uso desses acessórios é o de monitorar a capacidade física, os ciclos de sono, a alimentação do bebê. Nos últimos anos, vários fabricantes reconheceram o potencial de equipar os bebês com “*wearables*” e outros dispositivos inteligentes, existindo um mercado para isso.

Com esse mercado, que vem crescendo e se expandindo em todo mundo, os pais têm acesso agora a uma série de produtos conectados para bebês que geram dados – como mamadeiras, brinquedos, berços, carrinhos de bebê, roupas e muito mais. Se alguns itens são destinados a aliviar o estresse, principalmente dos pais de primeira viagem, outros simplesmente automatizam partes do processo de criação dos filhos, fazendo com que tarefas que antes eram baseadas na percepção do outro materno sejam totalmente automatizadas, é o que traz uma reportagem da BBC NEWS/Brasil (2019).

Essa reportagem traz, como exemplo, o “monitor inteligente de alimentação para bebês”. Esse é conectado à parte inferior de uma mamadeira padrão e envia dados por *Bluetooth* a um *smartphone*. A ideia é a de monitorar, por meio de um aplicativo, a hora da refeição, a quantidade e a temperatura do leite e até mesmo o ângulo da mamadeira, ou seja, monitorar coisas que normalmente são intuitivas. Outro exemplo, são as fraldas *Monit* que alertam os pais sobre o trânsito intestinal dos bebês. A ideia é ajudar a trocá-los com mais rapidez, com a

³⁰ Estamos nos referindo ao *Zaky Infant Pillow* ou “sossega nenê” que consiste em dois acolchoados, em formade mãos humanas, que se encaixam na cabeça e no tronco do recém-nascido, simulando o carinho materno; o *baby says* ou “pulseira do choro”, que diz respeito a um sensor colocado dentro do travesseiro do bebê, o qual analisa o choro da criança e transmite a causa dele para a pulseira usada pelos pais. O *Baby says* alerta assim para o motivo do choro, podendo ser definido em seis palavras, nas pulseiras usadas pelos pais, como sono, fome, fralda, tédio, doença ou stress; e o *Snoo*, berço eletrônico que além de embalar o bebê, oferece várias opções de músicas para niná-lo.

³¹ Para fins de ilustração, citamos apenas dois com as respectivas explicações. * *Cry Translator*: “esse serviço é o que muitos pais precisam nos momentos de desespero, pois ele é uma espécie de tradutor que ajuda a identificar o motivo do choro do bebê. Que tal descobrir o que seu filho tem a dizer?”; * *Meu Bebê e Canções de Ninar para o bebê*: “ajuda você na hora de fazer o bebê dormir, possuem diversas melodias em diferentes níveis de volume para você regular e dar ao seu filho tranquilidade para dormir. Facilita muito a vida das mães, pois tem vezes que mesmo tentando de tudo quanto é coisa o que o pequeno mais quer é chorar”. <https://www.colombo.com.br/blog/tecnologia/lista-de-9-aplicativos-para-facilitar-a-vida-das-mães>.

intenção de prevenir assaduras e infecções do trato urinário, deixando os pais menos estressados; outro exemplo diz respeito ao berço conectado. A recusa de um recém-nascido para dormir durante a noite, inevitavelmente, tira o sono dos pais. Com o berço conectado, se transforma em um hábito monitorado a ser corrigido a partir da interpretação dos dados; mais outro exemplo: a preocupação em ficar longe do filho, uma fragilidade com a qual os pais precisam lutar internamente, torna-se um mero incômodo a ser amenizado pelas atualizações do smartphone.

Assim, o anônimo, os *coach* maternos e os manuais, o educador parental, os inúmeros objetos e dispositivos que a cada dia surgem, têm ocupado o lugar do corpo parental e das experiências com ele, apontando para a terceirização das funções parentais. O que estamos destacando é a substituição da experiência com o outro parental pela técnica. Ou seja, a terceirização é um chamado aos técnicos. O terceiro é a técnica, são as prestações de serviços, que não permitem a experiência de existir com o outro, justamente porque a linguagem da ternura, tal como Ferenczi introduziu, não se faz presente.

É curioso que a figura da babá tenha se transformado em técnica. Essa, salvo exceções, era marcada por uma presença afetiva na vida da criança. Quantas babás não exerceram uma boa função materna? Quantas crianças não tomaram a babá como mãe? Quantos sujeitos, adultos, já não choraram no divã a perda de suas babás?

Outra pausa para ilustração: *um homem com expressão carrancuda, que se relacionava com as pessoas com bastante rigidez e que se mostrava fechado para a vida, deitado no divã, relata o seu final de semana como sendo bastante entediante. Esse relato o remeteu aos finais de semana que, enquanto criança, por vezes, passava na casa da babá. Um choro profundo se fez presente. Era uma criança de 7 anos que chorava a perda daquela que havia lhe dado amor.* Fim da ilustração.

Tem sido cada vez mais comum os pais buscarem, nas agências, babás com um perfil técnico: nível escolar, conhecimento pedagógico, conhecimento do desenvolvimento infantil, contadoras de histórias, etc. A babá foi transformada em uma técnica, da mesma forma que as creches e as escolinhas maternas a cada dia se tornam um ambiente asséptico, com atividades cronometradas: hora de brincar, hora da soneca, hora do lanche, hora da TV, hora da estorinha. O que nos chama a atenção é o apelo à técnica que vemos acontecer. Não nos surpreendeu quando tomamos conhecimento da existência de protocolos, dos quais alguns psicanalistas já estão fazendo uso, com a finalidade de detectar riscos de sofrimentos psíquicos em bebês. Questionamos se não seria um apelo à técnica também.

Se a terceirização dos cuidados infantis nos causa uma preocupação em relação ao futuro da sociedade, que terá a sua frente a criança que se constitui subjetivamente nesse tempo, desperta também um mal-estar em relação à ausência de atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com a criança; ausência de cuidado, tal como Boff (1999) definiu e que podemos traduzir como ausência de acolhimento.

Sabemos que o psiquismo se constitui por inscrições psíquicas que se precipitam a partir da constituição do circuito pulsional pela mediação da regulação da experiência de satisfação (Freud); ou se constitui a partir do processo introjetivo (Ferenczi); ou se constitui a partir de transmissões advindas do estabelecimento de um laço simbólico entre o bebê e um Outro encarnado (Lacan). O que destacamos aqui é que o psiquismo se constitui a partir da experiência com um corpo vivo. No entanto, o mundo atual parece pretender uma “transmissão” advinda do anonimato, das máquinas, das telas, dos objetos, dos dados produzidos a cada dia pela tecnologia avançada; uma “transmissão” que se faz marcada pela ausência de um corpo vivo em acolher aquele que acabou de chegar ao mundo, ou seja, em acolhê-lo na sua experiência originária, que sendo uma experiência de pura afetação, é, por excelência, catastrófica (FERENCZI, 1924/2011). Seu destino tanto pode ser positivizado quanto pode ser negativizado, dependendo da qualidade do acolhimento. E isto nos parece não ser sem grandes consequências; não apenas para o sujeito, mas também para a sociedade. Ou seja, não são somente as subjetividades que estão em jogo, mas também o coletivo.

4.5 A condição da criança na atualidade

Assim como a clínica com os adultos, a clínica com a criança tem apresentado outra ordem de fenômenos, se pensarmos nas formas de atendimento de tempos atrás. De um modo geral, antes, a clínica evidenciava, com certa predominância, uma conflitiva edípica, ou seja, o sofrimento do sujeito era centrado na conflitiva psíquica pautada entre o desejo e a lei. Basta pensarmos no pequeno Hans (FREUD, 1909b/1987): o cavalo que pode morder, a carroça que pode cair e as calcinhas da mãe, para representar a hostilidade pelo pai, o desejo intenso pela mãe e acima de tudo, seu apelo ao pai para fazer frente aos seus excessos. Tratava-se de uma clínica marcada pela fantasia, pela representação, por uma organização simbólica em funcionamento, enfim, uma clínica marcada pela prevalência da pulsão de vida. Atualmente, “os sujeitos estão cada vez menos organizados pelo Édipo e pelo fálico” (DRUMMOND, 2007, p.01), em função da família não mais se ordenar em torno das estruturas edípicas da metáfora paterna (LAURENT, 2006).

Entretanto, tomar a via da comparação não nos leva a lugar algum. Essa via nos causa sempre a impressão de que existe um modo de sofrer ideal; um modo de sofrer melhor do que o outro. Nesse sentido, a neurose ganharia o lugar privilegiado. Ela representaria o modelo universal de subjetividade, enquanto as outras formas de subjetivação seriam consideradas menores ou mal acabadas. Assim, não se trata de comparar e qualificar as formas de subjetivação e os modos de sofrimento, nem mesmo de fazer apologias à época anterior, até porque consideramos que cada uma traz consigo positivities e negatividades.

Posto isto, queremos pinçar uma determinada dimensão que participa da constituição subjetiva, pois foi ela que nos levou ao psicanalista húngaro, em função dele enfatizá-la no processo de subjetivação do filhote do homem. Estamos nos referindo à dimensão do ambiente, cuja presença é fundamental, e sua qualidade também. Para Ferenczi, a falha do ambiente pode ser potencialmente traumática, sendo geradora de perturbações no psiquismo daquele que está por constituir o seu viver. Para ele, o ambiente é constituído por uma rede ampla de elementos que atuam no processo de subjetivação, tais como: as relações entre o sujeito e o outro, a família, as relações de poder, o contexto social, político e cultural, o momento histórico, o discurso científico, as práticas médicas, etc.

Levando em consideração a compreensão de Ferenczi, vemos que é impossível o sujeito não ser afetado pelo ambiente. Queremos dizer com isso que o sujeito não existe sem ele, da mesma forma que o ambiente não existe sem o sujeito. Essa é outra forma de dizer o que Freud afirmou sobre a não existência de oposição entre psicologia individual e psicologia social, ou sobre o que Lacan nos ensinou sobre o Outro. Enfim, o que queremos dizer é que o sofrimento do pequeno Hans foi daquela ordem, justamente, porque ele estava inserido em um determinado ambiente sociopolítico-econômico.

Desde a época de Freud, muitas mudanças ocorreram. O mundo é outro. Vivemos tempos sombrios. O ambiente se precarizou, tanto em nível micro quanto macrossocial, levando o sujeito a uma condição de desalento, provocado pela precária mediação do outro, e, conseqüentemente, colocando em risco o processo da constituição subjetiva, visto a fragilidade dos referenciais alteritários (BIRMAN, 2012). A compreensão do autor se aproxima-se com a de Kupermann (2009), ao esclarecer que se a experiência da precariedade sobrevém pelas exigências impostas pelo campo pulsional, o qual promove o estado de desamparo, ela sobrevém, sobretudo, “pelo esgarçamento do laço social que, criando uma barreira entre o eu e o outro, nos remete à situação de abandono traumático” (2009, p. 185).

Para qualquer paradigma que olharmos, dentro da psicanálise, encontraremos versões distintas, mas na mesma direção. Se alguns falam do traumático, outros falam da clínica do real

associada ao gozo mortífero, outros falam da clínica do narcisismo de morte ou negativo, outros da clínica da pulsão de morte. Ao mesmo tempo, escutamos de diversos psicanalistas que a clínica é outra. De fato, a clínica mudou. Porém, não só porque quem busca análise mudou. O analista também mudou. Os tempos atuais não permitem mais ao analista sentar-se confortavelmente na sua poltrona. A clínica atual o coloca sentado na beira de sua poltrona. Isso significa que o analista se permite a ser afetado por aquele que o buscou, dando vida ao ambiente. Se pontuamos sobre a mudança do analista é por compreendermos que ele, com seu corpo pulsional, faz parte da experiência que ali acontece. É por isso que o setting ou o ambiente psicanalítico, longe de ser um espaço geográfico que pertence à pessoa do analista, é um ambiente que pertence aos dois. E é nessa experiência, tão singular para um e para o outro, que o sujeito, experimentando a possibilidade de ser bem acolhido, poderá reconstituir a tessitura de sua rede subjetiva que, de acordo com Ferenczi, implica um reasseguramento da potência vital pela “imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos, por meio de um tratamento e de uma educação conduzidos com tato” (FERENCZI, 1929/2011, p.59).

Posto isso, chama-nos atenção o que virou lugar comum, ou melhor, fala comum, sobre a problemática referente ao campo da subjetividade na atualidade. Escutamos com frequência sobre o pai. É dito que ele declinou, pulverizou e há quem diga de sua inexistência na atualidade. Entretanto, a clínica, a cada dia, tem facilitado a percepção da pulsão de morte imperando nos psiquismos, tal como Ferenczi (1929/2011) apresentou ao dissertar sobre a criança mal acolhida. Ao mesmo tempo que esse sujeito busca ser escutado para um melhor viver, não é difícil encontrar em suas narrativas ações destrutivas. Ele parece sempre escorregar para um buraco. Aliás, “*buraco*”, “*emburacar*”, “*emburacado*” são palavras presentes nas suas falas. Como água, a vida parece escorrer por entre os dedos.

Mesmo destacando o lugar do pai na constituição do sujeito, Freud não deixou de apontar para a importância da tarefa da mãe, ou seja, para a função materna através da qual a pulsão de vida é despertada naquele que por si só não tem condições de sobreviver. Mas Freud não para por aí. Ele diz mais, ao se referir aquela que exerce a função: ela, mãe, não realiza esta função sem a sua sexualidade, e será com ela e a partir dela que o corpo do filhote humano irá ser erotizado, possibilitando a construção de um corpo subjetivado (FREUD, 1905a/1987). Ora, o primeiro ambiente da criança é a mãe, mais especificamente o corpo da mãe. É esse corpo vivo que acolhe o bebê e lhe chama para a vida. Não seria isso que o sujeito na atualidade busca? Um corpo vivo que o acolha, que lhe tire do buraco, que lhe chame para a vida? Quando anônimo, as telas, os objetos tecnológicos substituem o corpo e a experiência com o outro, acatástrofe impera como traumática.

Assim, no que diz respeito à constituição subjetiva, o que está em jogo, na atualidade, é o ambiente. Em seu escrito sobre *Thalassa* (1924/2011), Ferenczi se refere às mudanças como acontecimentos em que ocorrem quebras, rupturas, fissuras na ordem estabelecida. Desse jeito, as mudanças causam desorganizações, desarrumações. Com isso, elas trazem a ameaça de caos, que não é vivenciada sem uma dose de angústia, uma vez que os referenciais, até então vigentes, entraram em dissolução. Sobre isso, entretanto, Ferenczi lança uma luz. Nesse mesmo escrito, ele transmite que no estado catastrófico se é remetido à experiência primária, experiência em que há a afirmação da potência da vida, a qual possibilita um novo estado de existência. Para dar espaço à potência de existir, porém, é fundamental um ambiente acolhedor; um ambiente que se disponha a vivenciar uma abertura (MENDONÇA; REIS, 2018). Como já abordamos, a chegada de um bebê na família, mesmo trazendo muitas alegrias, provoca um caos, é um acontecimento catastrófico. Já abordamos também a importância de o ambiente se adaptar aquele que se encontra vulnerável. Isso significa que cabe ao ambiente se abrir para esta dimensão da relação, imprimindo direções e ajudando a criança a conhecer melhor seus impulsos, para saber o que fazer com eles. Contudo, a família, em função de todas as transformações pelas quais passou, encontra-se em um certo impasse quanto à sua função. Ao mesmo tempo em que os cuidados em relação à criança exigem de seus membros um esforço de adaptação, sua falta de definição, quanto aos papéis a serem desempenhados, os deixam perdidos.

Não é raro encontrarmos crianças desorganizadas em suas subjetividades, devido à precariedade de um acolhimento, que, muitas vezes, equivale à ausência de um olhar desejante, cuja função é a de retirá-la do estado de desamparo. Muitas vezes, também, a ausência de acolhimento vem travestida de uma presença, que na verdade diz respeito a uma exigência feita à criança de algo que ela ainda não tem condição para assumir. Pausa para uma ilustração.

Uma jovem mulher chega bastante estressada para a sua sessão de análise. Reclamando muito de sua filha, que passava quase que o dia inteiro chorando, fazendo “birras”, ela relata que o ano letivo está começando e a filha ainda não havia decidido em qual escola queria ser matriculada. Ela se coloca em silêncio, quando sua analista lhe lembra que sua filha tem cinco anos e que a responsabilidade da escolha da escola é dela e não de sua filha. Fim da ilustração.

Tudo isto nos parece ser muito atual. Quando as funções parentais são terceirizadas, seja para o anônimo, seja para as telas, seja para os inúmeros objetos criados pela tecnologia avançada, é a vulnerabilidade da criança que está em jogo. É na experiência de dependência que a criança vivencia em relação ao outro, à família, ao ambiente que ela se mostra vulnerável

(GONDAR, 2017). Daí Ferenczi acentuar a esfera relacional. Ele está apontando para a dependência subjetiva de um reassseguramento constante por parte do outro, sendo essa vulnerabilidade que cabe ser reconhecida em uma criança (GONDAR, 2017). Cabe a pergunta: há esse reconhecimento na atualidade?

Embora o discurso do mundo atual seja um discurso aparente de amparo à criança, o que observamos são os principais meios de comunicação noticiando a violência contra a criança, praticada por quem tem como função cuidá-la e protegê-la; são as contratações de prestações de serviços para cuidar do bebê que acabou de nascer e que se tornam cada vez mais habituais, devido à indisponibilidade dos pais para os necessários cuidados; são os produtos – fruto das novas tecnologias – substituindo o que, em geral, era realizado pelos pais; são os pais buscando imediatamente o pediatra para que este possa nomear, dar uma significação e fazer cessar aquilo que do bebê escapa ao controle deles; é a criança desfrutando da presença dos pais apenas no período da noite e nos finais de semana, cuja qualidade, muitas vezes, aponta para uma precariedade, na medida em que essa presença parece estar mais ligada a um sentimento de culpa do que a uma disponibilidade de estar com a criança; é a crianças consumindo excessivamente; é a criança sem tempo para brincar, em função das inúmeras atividades extraescolares que pratica; é a criança com sua agenda abarrotada; é a criança ficando cada vez mais nos espaços públicos, já que a casa parece ter se restringido a um local para dormir; é a criança capturada pelas inúmeras telas, em nome do “sossego” do outro; é a criança sendo abusada sexualmente; é a criança sendo diagnosticada com inúmeros transtornos; é a criança sendo medicada; enfim, é a própria criança que nos indaga que se o mundo atual quer protegê-la, visto que lhe garantiu um “Estatuto” - em se tratando de nossa sociedade -, este mesmo mundo parece não reconhecer sua vulnerabilidade. O efeito é devastador, pois mina sua possibilidade de sonhar e fantasiar.

Não por acaso, a criança tem frequentado, cada vez mais cedo, os consultórios psicanalíticos, de tal forma que estudos, pesquisas e a prática da psicanálise com bebês ou intervenção precoce ganharam campo fértil, desde algumas décadas. Não por acaso também, a clínica tem mostrado que a criança na atualidade possui poucas possibilidades de estratégia psíquica além da descarga direta (Freud) ou do gozo mortífero (Lacan) ou das ações autodestrutivas (Ferenczi) que se materializam através de depressões, hiper agitações motoras, anorexias, automutilações, enfim. Sem escolha ou por uma escolha forçada, a criança parece viver a partir do lema *salve-se quem puder*, o que nos leva a cogitar que suas ações destrutivas são um grito; um grito, tal como o do filhote do homem, sem intenção de comunicação ou de apelo ao outro. Dessa maneira, é preciso que o outro suponha uma mensagem em seu grito, para

que não se seja condenado ao trauma patológico. Entretanto, os operadores sociais e políticos que compõem o mundo atual parecem estar surdos e cegos ao estado da criança, já que não supõem uma mensagem nas suas ações. Com isso, suas ações destrutivas não produzem um efeito subjetivador; não produzem um efeito que possa afirmar que onde a morte parece triunfar, existe vida. Surdos ao grito da dor de uma existência mal acolhida e, por consequência, não o transformando numa demanda de amor, a família, a escola, a sociedade e, claro o Estado, acabam por não reconhecer a vulnerabilidade da criança, incrementando sua condição de desalento. Estamos aqui no campo do desmentido – ação do outro que faz do acontecimento sofrido pela criança um des(acontecimento) – e dessa forma no campo do trauma patológico, como foi abordado por Ferenczi (1932/2011).

Como já foi mencionado, o psicanalista húngaro referiu-se a essa espécie de trauma como sendo efeito do desmentido diante da ocorrência de uma confusão de línguas. Mencionamos também que ele se refere ao abuso sexual, às punições passionais e ao terrorismo do sofrimento como modelos para pensar o trauma desestruturante. É importante assinalar que essa concepção é relacional, e nela a figura do outro detém um poder, o qual a criança está submetida. Nesse sentido, podemos ver que Ferenczi acentua a relação de poder, mais que os próprios personagens nela envolvidos (GONDAR, 2017). Pois bem, tendo isso em mente, pensamos que a ocorrência do desmentido, abordada por Ferenczi, pode ocorrer mesmo antes da criança se expressar verbalmente. Nesse caso, podemos pensar que quando o outro não supõe uma mensagem no grito do bebê, é a existência desse, enquanto sujeito, que não está sendo reconhecida. Não há, nesse caso, uma presença sensível junto ao bebê; uma presença sensível que possibilita e leva em conta a linguagem da ternura.

Como mencionamos, Freud já enunciava isso nos seus ensaios sobre a teoria da sexualidade. É a ternura da mãe, perpassando aos cuidados que ela remete a seu bebê que desperta a pulsão de vida do pequeno ser. Assim, quando a mãe supõe uma mensagem no grito de seu bebê e a ela responde, é a linguagem da ternura que está operando. A mãe, por reconhecer o seu bebê como um sujeito faz uma antecipação; ela vê o que ainda não existe e ouve o que ainda não foi dito. É por reconhecer sua singularidade e porque ela reconhece seu estado vulnerável, que ela não recusa a linguagem da ternura. A conversa entre ela e seu bebê é banhada de ternura, de amor, enfim, de *Eros*. Na terceirização das funções parentais, a linguagem da ternura é sufocada. A linguagem que se faz presente é a linguagem da técnica que recusa a linguagem da ternura e a singularidade da criança. Na linguagem homogeneizadora da técnica, não há lugar para a ternura. Nesse sentido, os cuidados costumam ser mecanizados e padronizados; costumam ser atravessados pela técnica. Os diversos manuais “ensinando a lidar”

com o bebê e os protocolos a fim de detectarem riscos psíquicos nos bebês constituem um grande exemplo disso. O que temos é a dimensão técnica em detrimento da dimensão sensível da interação – aquela que possibilita o bom acolhimento.

4.5.1 Por onde anda o bicho carpinteiro?

Para muitos daqueles que pertencem às gerações *Baby boomers* e *X* o título acima não causa nenhuma estranheza. Afinal, quantos já não ouviram de um professor ou professora “*Fica quieto, parece que está com bicho carpinteiro no corpo*”? Porém, para as gerações *Millenials* (*Y*) e *Z* acreditamos que se isso não causa estranheza, é provável que cause algumas risadas. Enfim, as crianças que apresentavam “bicho carpinteiro no corpo” eram aquelas que tinham muita energia, e por isso a escola recomendava para elas atividades físicas.

O tempo foi passando e, com ele, o bicho carpinteiro foi perdendo o seu lugar para os transtornos de hiperatividade e déficit de atenção, assim como a recomendação escolar foi perdendo o seu lugar para as indicações de avaliações neurológica, neurolinguística e neuropsicológica. O excesso de energia, que era gasto nas partidas de futebol, vôlei, basquete ou nas braçadas em uma piscina, perdeu lugar para a desregulação dos neurotransmissores e para o cloridrato de metilfenidato, a famosa ritalina – a droga da obediência – ou, para os antidepressivos e antipsicóticos.

O que terá acontecido para que muitas e muitas crianças, há décadas, estejam sendo facilmente diagnosticadas como portadoras de algum transtorno e, com a mesma facilidade, estejam sendo medicadas? O que ocorre para que em cada esquina se encontra uma criança diagnosticada com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou Transtorno de Déficit de Atenção (TDA) ou Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Síndrome de Tourette? Seria a desregulação dos neurotransmissores um dos efeitos do aquecimento global? Deixemos de lado a ironia, até porque os superdiagnósticos e seus respectivos supertratamentos químicos constituem um problema sério e grave, tendo “como efeito tornar nossas crianças literalmente adictas aos medicamentos” (FRANCES, 2019, p.9), sendo esses serem prescritos quase que como doces.

A medicação, que em nossa cultura já estava inserida no mundo dos adultos, fincou-se no mundo das crianças com muita facilidade; não sem o respaldo da psicologia, e de alguns “psicanalistas” que se valem, inclusive, das nomenclaturas do *DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders)* – é importante que se diga.

Medicação e medicalização são termos que costumam gerar certa confusão. É curioso que a palavra medicalização possa ser pensada como uma aglutinação composta pelos termos medicação e idealização. Ora, se vivemos em um mundo movido pelo imperativo de lucratividade – um mundo em que tudo foi mercantilizado –, a saúde não escapou à mercantilização.

(...) a medicação passa de meio de tratamento a bem de consumo. Com a promessa de estar a serviço do bem-estar e da felicidade dos humanos, seduz consumidores ávidos por esses bens e que são convocados à eficiência em todos os movimentos de suas vidas. Soma-se a isso as regras de bem viver, o controle do comportamento e hábitos saudáveis, tudo sustentado em nome da “ciência” (SANT’ANNA, et al., 2012, p.6).

Há uma moralização da doença, no sentido de que quem adoece é aquele que fugiu às regras estipuladas pelo conhecimento científico. Entretanto, são regras construídas a serviço da biotecnologia, a qual se volta mais para o mercado de consumo do que propriamente ao tratamento pela medicação. Trata-se, assim, de um discurso, em que a adaptação, a ortopedia, e a moral se fazem presentes em nome de um ideal, uma vez que visam à “cura social”. Isto é bastante claro quando pensamos na criança. Normalmente, ela é medicada por apresentar uma forma de ser que não corresponde ao ideal preestabelecido. Nesse sentido, a criança não é escutada. Olham para o seu modo de ser. Se ele não está de acordo com as normas, rapidamente, ela é diagnosticada, e na mesma velocidade é medicada. Fala-se *sobre* ela; fala-se *dela*. No entanto, ninguém fala *com* ela.

4.5.2 Transtornadas ou zumbis: as crianças filhas do mau acolhimento

Evidentemente, medica-se a criança para que ela se torne dócil, calando a sua voz enquanto sujeito, calando a sua subjetividade. Tendo como papel o de controlar e submeter pessoas, ou seja, calando-os em seus desconfortos, a prática medicamentosa infantil vai muito além, ao cumprir “o papel ainda mais perverso de ocultar violências físicas e psicológicas transformando essas pessoas em “portadoras de distúrbios de comportamento e de aprendizagem”” (COLLARES; MOYSÉS, 2013, p.19).

O discurso médico, ao negar o sofrimento da criança e insistir nas bases apenas biológicas do sofrimento, concorre para que este desmentido seja lançado ou relançado. Considerado, então, como manifestação de uma desordem bioquímica cerebral, o sofrimento psíquico é legitimado pelo discurso médico como um transtorno cerebral, tendo a medicação como indicação prioritária das intervenções médicas-psiquiátricas. Em consequência, o

discurso médico anestesia o sujeito infantil, levando-o a uma “performance de adaptação” (HERZOG, MELLO, 2009, p.72). Ele reforça o mecanismo da clivagem que foi utilizado, anteriormente, como estratégia de sobrevivência. Isto é, o discurso médico perpetua a ausência de acolhimento à qual a criança foi submetida nos primórdios da sua existência. Dominadas por esse discurso, a sociedade, a família e a escola, muito frequentemente, não se dispõem a metabolizar as excitações que afetam a criança e, nesse sentido, não supõem uma mensagem em seu “grito”, impossibilitando que outros destinos possam ser criados para elas. Acabam por impedir o florescimento e a afirmação da vida naquela que está atravessada pela morte.

4.6 **Para não dizer que não falei das flores ou quando da ruptura é possível tecer rede**

Caminhando para o fim da nossa escrita, sentimos que é preciso falar das flores; não como uma forma de amenizar a nossa responsabilidade em relação à condição que a criança se encontra na atualidade: mal acolhida e, por isso, desalentada. Pensamos que amenizar a nossa parte seria uma outra forma de desmentir a sua dor. É preciso que nós, das gerações anteriores, nos impliquemos, seja na função de pais, de cuidadores, de professores e, sobretudo, de psicanalistas. É preciso que nos impliquemos como cidadãos, como aqueles que constituem uma sociedade e uma nação. É preciso que nos perguntemos o que transmitimos as nossas crianças. Ou o que não transmitimos, por não termos conseguido resistir a entrar na roda da lógica nefasta do capitalismo. Será que não teríamos, em alguma medida, nos tornado cegos e surdos à condição da criança no mundo atual?

Até quando pequenos e pequenas, como Henri, Kelly, Isabella, e tantas outras crianças vão precisar serem espancadas, abusadas sexualmente, torturadas e mortas pela crueldade do outro que tem como função protegê-las? Até quando adolescentes e jovens adultos vão precisar morrer de overdose, definhando pelo crack, morrer de acidente de carro por estarem alcoolizados? Até quando eles vão precisar matar seus pais, suas ex-namoradas, matar o próximo a pauladas, com soco inglês ou enterrar uma faca no peito do outro, exercendo o ódio? Até quando crianças e adolescentes pretos e pobres vão ter que sofrer humilhações, agressões e desrespeitos em nome do racismo e preconceito? Até quando vamos permitir que crianças e adolescentes sejam movidas pela dor e ódio, para no futuro se destruírem ou destruírem o outro? Até quando o Estado, a sociedade, a escola, a família vão permitir que matem as crianças, seja por uma morte física, seja pela ausência de vitalidade? Até quando vão permitir que matem o futuro?

Se neste momento queremos falar das flores, é porque apostamos que no deserto podem nascer flores. E elas trazem consigo uma beleza. No deserto, há vida. Freud nos transmitiu isso.

Na catástrofe, há vida. Ferenczi nos transmitiu isso também.

Frente a uma realidade caotizante – que nós, brasileiros, vivemos –, o que fazer e como fazer frente à criança, se nos encontramos na mesma condição que ela – mal acolhidos e, portanto, desalentados? Ferenczi nos dá uma pista quando traz a catástrofe e a destruição como “causa do devir”.

É tolerada uma destruição parcial do ego, mas somente com o objetivo de construir, a partir do que restou, um ego capaz de resistência ainda maior, (...), ao passo que o Eros, liberto por ocasião do desintrincamento pulsional, transforma a destruição num devir, num desenvolvimento contínuo das partes que permanecem incólumes. (...) Irei mesmo ao ponto de considerar os próprios traços mnêmicos como cicatrizes de *impressões traumáticas, produtos da destruição* que Eros, infatigável, decide, não obstante, empregar no seu sentido, ou seja na preservação da vida: faz deles um novo sistema psíquico que permite ao ego orientar-se melhor em seu meio ambiente e forma julgamentos mais sólidos. De fato, só a pulsão de destruição ‘quer o mal’ e é Eros quem ‘dela extrai o bem’ (FERENCZI, 1926/2011, p. 442).

Sabemos, desde Freud, que a ação de *Eros* só é possível pela criação de ligações que fazemos com o entorno. Foi assim com a pequena Joana, quando a analista percebeu que a presença da avó seria o possível elo da pequena com a vida. Foi assim também com o rapaz que, naturalizando sua dor, afirma: “*Isto é sangue ruim, desde pequeno tenho essas perebas*”. O olhar da analista para a sua ferida e, conseqüentemente, o seu cuidado, possibilitou o início de uma desmontagem de um funcionamento naturalizado.

Posto isso, apresento³² duas experiências de trabalho, através das quais foi possível sustentar com mais contundência a ideia da existência de outra ordem de sofrimento que não se reduz à dimensão intrapsíquica própria ao sujeito, mas a uma ordem de sofrimento que está atrelada ao esgarçamento do ambiente, do tecido social. Ainda que tenham sido experiências distintas, cada uma com contornos próprios e bastante diferentes, foram experiências que, no tempo em que foram realizadas, despertaram em mim a importância da inserção da psicanálise no social, não se restringindo à clínica, e uma maior consciência das dimensões sociopolíticas das subjetividades. Essa constatação, juntamente com o exercício diário de reflexão, me levou a repensar minha prática psicanalítica. São experiências que se tornaram caras a mim por terem me possibilitado uma maior abertura como psicanalista, mas, fundamentalmente, como sujeito. Vamos a elas.

A mola propulsora de minhas inquietações foi uma experiência de trabalho que durou cerca de quatorze anos, realizado em uma instituição religiosa que recebia meninos que desejavam ingressar no seminário, a fim de se tornarem padres ou religiosos, foi a mola

³² A presença da 1ª pessoa do singular – eu – a partir desse momento da escrita insere-se propositalmente, à pesquisa, objetivando fundamentar experiências pessoais vividas de forma única e intransferível.

propulsora das minhas inquietações. Muitos deles vinham da zona rural do Vale do Jequitinhonha, dessa terra árida, onde desde muito pequenos já experimentavam o peso da vida ou a morte à espreita. Filhos da seca, da fome e da miséria, mostravam ser sujeitos devastados pela precariedade, não apenas da água e do alimento, mas de um investimento libidinal, de um acolhimento e de um cuidado por parte do outro, o que os tornava muito vulneráveis. Como o que estava em jogo era a sobrevivência, parece possível que o olhar do outro materno se desviasse para a sua própria dor, não havendo libido suficiente para investir o filho, e nem condições para acolhê-lo em sua vulnerabilidade.

Antes de o dia raiar, seus pais saíam para trabalhar a terra e, não raro, eles, os filhos, eram deixados sob os cuidados de um irmão, que muitas vezes não passava de uma outra criança. Expostos a toda sorte de perigo, viviam sob constante tensão. Nem sempre a volta dos pais era sinal de amparo; de apaziguamento da tensão. Tomados, também, pelo excesso de tensão que a luta pela sobrevivência lhes infligia, era comum descarregá-lo através de atos violentos sobre os filhos, comumente movidos pelo uso do álcool. Assim, a negligência, os maus-tratos, o espancamento, tal como o abuso sexual e a exploração de menores eram práticas comuns a que esses sujeitos ficavam submetidos. Ali eles pareciam viver a partir de um lema “*cada um por si e Deus por todos*”, já que a religiosidade, nessa região, é uma presença forte.

Por várias vezes, escutando esses sujeitos, ficava a pensar: como sobreviveram a tamanho desamparo, na sua faceta mais radical? Muitos desses meninos pareciam viver uma experiência limite. Sustentados por um fio de vida, conseguiam manter um pouco de organização psíquica. Isso me remetia ao texto *Em defesa de uma certa anormalidade*, de Joyce McDougall (1978/1983), em que, através de algumas experiências clínicas, ela constatara que para alguns sujeitos a problemática do desejo edipiano parecia ser da ordem do luxo. Esta era a impressão que eu tinha ao escutar esses meninos, pois não era o conflito edipiano que se colocava à frente, mas o reconhecimento de suas existências. Se esta era apenas uma impressão, certo era que, mais do que buscar uma formação sacerdotal, esses meninos buscavam vida.

O acolhimento e o investimento afetivo da instituição religiosa sobre eles proporcionava a instauração de uma confiança no outro que não desmente, que reconhece a existência da dor e a necessidade do cuidado. É esse reconhecimento que favorece a reunião de fragmentos, trazendo um alento para um mundo árido e sem tonalidades afetivas. Por esse testemunho “é possível dar consistência ao presente da criança que sofre um apagamento de sua existência, para, como diz Ferenczi [em seu diário], chamá-la à vida a partir das cinzas da destruição catastrófica (REIS; MENDONÇA, 2018, p. 34).

Claro era que o investimento da instituição, cumprindo uma função de testemunha, abria outra via para esses meninos, uma vez que eram chamados à vida. Portanto, se os “filhos do Jequitinhonha” deixavam às claras a face radical daquilo que Freud afirmou ser a condição fundante do humano – o desamparo –, e Ferenczi, mesmo não usando esse termo, apontou como sendo a vulnerabilidade em relação ao ambiente, a experiência com eles deixava transparecer que o reconhecimento por parte do outro da vulnerabilidade do sujeito é o maior acolhimento, necessário e imprescindível para que a vida possa se estabelecer.

A segunda experiência de trabalho, e mais recente, foi realizada em uma comunidade situada na periferia de Juiz de Fora. Esta foi uma experiência que, junto a outras oficinas, fez parte de uma obra social que se destina às crianças e aos adolescentes no período em que não estão na escola. Com uma equipe multidisciplinar, as oficinas vão desde as artes plásticas até o reforço escolar, passando pelo hip hop, capoeira, yoga e o que foi nomeado como Roda de conversa.

A partir dessa experiência, foi possível sustentar de forma contundente a ideia da existência de outra ordem de sofrimento, que não se reduz à dimensão intrapsíquica própria ao sujeito. Porém, uma ordem de sofrimento atrelada ao esgarçamento do tecido social, visto vivermos o tempo dos eventos traumáticos (HOBBSAWM, 1995), no qual todos nós seríamos seus sobreviventes, seus perpetradores, suas vítimas (GONDAR, 2017). Foi uma experiência que propiciou a apreensão da função do analista como testemunha do sofrimento que acomete o sujeito e, principalmente, testemunha de que são sujeitos dotados de potência de vida. Com isso, foi possível reconhecer que muitas de suas ações destrutivas, consideradas pelo social como sendo da ordem da criminalização ou da patologização, são uma tentativa de afirmar as suas existências e afirmar a vida, diante da ausência de acolhimento e do desmentido do poder público às suas necessidades.

Ao ser convidada para fazer parte da equipe multidisciplinar, na qual seria responsável pela oficina Roda de Conversa, me senti muito entusiasmada. Pensei em inúmeras temáticas para serem trabalhadas, pensei em várias dinâmicas, providenciei os materiais que utilizaria, enfim, eu havia me organizado. É importante sublinhar que existe uma grande diferença quando escutamos estes sujeitos em seus territórios. Nesses, nossa escuta é atravessada pela visão das "casas" embarreadas, pelo barulho da violência naturalizada, pelo odor que exala do esgoto mal tratado ou a céu aberto e pela textura endurecida de vidas vividas em condições muitas vezes bastante precárias.

Assim, no início de uma manhã gelada, fui rumo à comunidade. Passando com o meu carro pelas suas ruas estreitas comecei a sentir um incômodo que a cada instante aumentava. O

contraste existente entre o meu carro e aquele local me dizia da existência de dois mundos em um só: os privilegiados e os não privilegiados. Senti vergonha, muita vergonha. E questioneei o quanto na condição de privilegiados, não agredimos ao outro que se encontra numa condição em que o privilégio não existe. Não porque tenhamos essa intenção, mas pelo fato de a nossa condição escancarar a condição deles. Ali, no território deles, não me foi difícil perceber que a desigualdade social é uma enorme violência alimentada pela ausência de acolhimento do poder público, que se materializa pela ineficiência das políticas públicas, a qual nos aponta para o não reconhecimento da condição de sujeito de alguns.

Mesmo com o incomodo que eu havia sentido, eu estava muito entusiasmada com a possibilidade de oferecer algum suporte àqueles sujeitos. E por sentir que eles me ofereceriam alguma coisa também. E dessa forma nosso encontro se deu. Eu acreditara nisso, até o instante em que me vi sendo deixada de fora do círculo que eles, espontaneamente, formaram ao se sentarem nos colchonetes que se encontravam espalhados pelo chão, levando Camila, de 7 anos, dizer: é a roda da conversa. Por que eu havia sido deixada fora da roda, foi a pergunta que me fiz, não sem um incômodo.

Com o tom de voz elevado, eles falavam ao mesmo tempo. As narrativas eram entrecortadas por outras narrativas que, por sua vez, eram entrecortadas também. Ora pareciam que falavam para todos, ora pareciam que não falavam para ninguém. Talvez falassem para si. Talvez nada daquilo que era falado possuísse uma significação. Entretanto, uma coisa era certa. Diante da força da fragmentação que movimentava a roda – uma fragmentação materializada pela intensa agitação corpórea de cada um deles e por aquela confusão de narrativas –, para estar no grupo era preciso uma abertura da minha parte. E nesta não cabia a minha organização, da mesma forma que não cabia a minha busca pela coerência, sentido ou lógica para aquelas narrativas. Enquanto eu buscava por um acontecido, eu me fechava para o acontecendo; para uma experiência de afetação – motor dos nossos encontros. Claro ficou para mim a razão de terem me deixado fora da roda.

De acordo com Reis (2017), ao nos tornarmos especialistas do desejo, do inconsciente, da transferência – e todo especialismo configura um território, um domínio de saber, no qual o poder do especialista se faz exercer – corremos o risco de ficarmos surdos e cegos para as intensidades afetivas e fragmentárias que emergem dos corpos, provocando acontecimentos e experimentações. Pois bem, era nesse território que eu me encontrava. Como especialista, eu estava aprisionada à palavra, ao deciframento e à memória, os quais me revelariam o acontecido e o experimentado; me revelariam uma verdade que se encontra oculta e que impede o refazer de um caminho. Não estou querendo dizer com isto que o acontecido e o experimentado e,

consequentemente, a palavra que os revelam, não possuem um valor. Quero sublinhar que é preciso ir além. É preciso ser aquele que "explora a superfície por onde fluem afetos e desejos individuais e coletivos; percorre territórios existenciais e busca acompanhar os processos em curso, construir e inventar ao invés de refazer caminhos" (REIS, 2017, p. 23); é preciso fazer tal como um cartógrafo.

Ao buscar a lógica daquelas narrativas fragmentadas, eu estava surda e cega para o além que se apresentava como um chamado "a adentrar um território onde não se é tão diferente nem tão assimétrico" (REIS, 2017, p. 21); um território onde eu, tal como eles, estaria desestabilizada pelo impacto das intensidades, tendo as minhas certezas e verdades abaladas. Permanecer com a minha organização ou com qualquer tentativa de interpretar aquelas narrativas era uma forma de me proteger de tudo aquilo que poderia me afetar; era uma forma de estar cega e surda para a minha própria vulnerabilidade. Não, não foi a minha condição que escancarou a deles. Foi a condição deles que escancarou a minha.

Não demorou muito para eu me dar conta de que a minha função não era a de "colocar ordem na casa" ou de colocar limites – um lugar que se constitui através de um eixo vertical que estabelece um polo de poder. O meu lugar dizia respeito ao exercício de uma função que põe em jogo as intensidades afetivas, o que significa dizer que se trata de um lugar "intersticial, informe, nem dentro e nem fora, nem dizível, nem visível, funcionando como laboratório de intensidades afetivas à procura de configuração" (GONDAR, 2017, p. 193). Portanto, a minha função era a de acompanhá-los, não de longe e muito menos sem me inserir. Era a de entrar naroda, não de forma racional, mas de forma visceral. Mais do que entrar em uma roda de conversa, era entrar em uma roda na qual o que está em jogo é a condição de se reconhecer como um ser vulnerável. Assim, estar na roda com eles significava estar em contato com a minha vulnerabilidade. Com efeito, reconhecer a vulnerabilidade deles passava pelo reconhecimento da minha.

Vulnerabilidade, reconhecimento e acolhimento são temáticas muito caras para Ferenczi. São temáticas que estão nas entrelinhas de seus escritos ao se referir sobre a incapacidade do outro em se adaptar às necessidades da criança; ao abordar sobre a criança que, como hóspede não bem-vindo na família, foi mal acolhida; e ao apresentar a confusão de línguas entre os adultos e a criança que foi abusada pelo poder daquele, seja sexualmente, seja nas medidas punitivas, seja no terrorismo a qual ele a submete. Enfim, são temáticas em que ele vai colocar o acento sobre a dimensão relacional. Voltemos à experiência. Inúmeros são os aspectos que chamam atenção.

Poucas dessas crianças vivem o seu dia a dia com certa tranquilidade. Marcadas por uma condição de vulnerabilidade, elas, em sua maioria, estão expostas, frequentemente, à intensa desestabilização dos humores de seus pais que, por sua vez, encontram-se em situações em que a precariedade impera. Muitos desses pais lutaram junto a seus próprios pais pela sobrevivência desde muito cedo, e agora, junto à família que constituíram, continuam lutando. Sem sonhos, seus anseios são da ordem daquilo que todo ser humano tem direito e que deveria ser garantido pelo poder público – a satisfação de suas necessidades básicas. Desempregados e sem nenhuma perspectiva de um futuro melhor, com os "bicos" que fazem, pouco garantem o suprimento das necessidades da família. Muitos deles fazem uso de drogas e/ou álcool, talvez na tentativa de anestesiar o sofrimento que os acometem dia após dia, como nos relata Isabela³³, 8 anos, filha de um pai desempregado e de uma mãe que não pode se ausentar de casa, pois precisa cuidar de seu outro filho que é portador de uma paralisia cerebral. Isabela, na sua pouca idade, vira-se como pode quando o pai chega em casa alterado pela bebida ou pela droga: *“quando dá corro para rua. Às vezes me escondo debaixo da cama”*, diz ela ao relatar quando seu pai quebra as coisas em casa.

Já no primeiro encontro com eles não foi difícil perceber que o abandono é o sentimento predominante. Embora compartilhem do mesmo sentimento – o que poderia fortalecer a relação entre eles, de modo um encontrar amparo no outro –, raro é o momento em que eles conseguem manter uma conversa ou uma brincadeira sem se agredirem verbal e/ou fisicamente. O mal parece estar sempre à espreita e, dessa forma, o sentimento de desconfiança prevalece entre eles. Vivem sob o lema *“cada um por si”* ou *“salve-se quem puder”*; lemas que denotam que não têm com quem contar, muito pela falta de confiança no outro, mas também porque desde novos, diante das situações mais pesadas de suas vidas, tiveram que aprender a se virar, como diz Ana, 11 anos, para Vitória, 9 anos, que chorava por ter machucado a perna no dia anterior: *“menina, para de frescura. Quando você nasceu, seus pais não lhe ensinaram a se virar?”*

Em conversa com Vitória ficava claro a sua angústia. Ela não sabia se virar; precisava do outro para cuidar dela, mas sua avó era alcoólatra, sua mãe estava muito nervosa – na semana anterior aquela tinha colocado fogo na casa – e seu pai, há bastante tempo, tinha sumido. Com quem contar? – era o que o seu olhar me perguntava.

O que está em pauta aqui é o fato de a criança não ser reconhecida como alguém que precisa de cuidados, um estado que a coloca dependente daquele que tem como missão

³³ Todos os nomes utilizados são fictícios

despertar a potência de vida que nela existe e acolhê-la, favorecendo, desta forma, a força vital que resiste às dificuldades da vida, como nos esclarece Ferenczi (1929/2011). As palavras do autor nos indicam que não é fácil afirmar a vida, e por isto precisamos do acolhimento do outro, situando a nossa vulnerabilidade.

Eu estava diante de crianças que são assoladas em suas subjetividades dia após dia, sendo esse estado acompanhado por um mal acolhimento que nos revela uma ausência de reconhecimento da parte do outro, a qual entendemos como um desmentido. Como afirmar a vida quando se é desprovido de um acolhimento? Pensando com Ferenczi, como já mencionamos, o eu lança mão de uma estratégia de sobrevivência, autoclivagem narcísica. Se esta é uma estratégia de sobrevivência para a vivência de um drama subjetivo, qual delas será utilizada quando este drama é social?

Ao escutar a história de cada uma destas crianças, não foi difícil perceber que muitas são as situações de riscos em que elas se encontram, e muitas são as situações traumáticas que elas vivenciam. Se cada uma tem uma história a contar acompanhada de uma forma própria de vivenciá-la e de subjetivá-la, estava clara a existência de um denominador em comum na vida delas – um estado de vulnerabilidade provocado pela ineficiência das políticas públicas que acaba por deixá-las entregues à própria sorte; não apenas cada uma delas, mas toda a comunidade. Isto leva à percepção de que estamos diante não apenas de dramas subjetivos individuais, mas diante de um drama social.

Se alguns sonham em ganhar na megasena para comprar uma casa grande e bonita para mãe ou um carro para o pai, outros sonham ser felizes. E se para alguns a felicidade está na ideia que a cultura de consumo explora – ter o tênis da moda, ter iPhone ou ser uma celebridade –, para Marcos, um menino de 14 anos, de olhar assustado e voz tímida, felicidade é ver o seu pai despreocupado e sua mãe curada de sua "*doença dos nervos*". Filho de um pai diagnosticado como esquizofrênico "estabilizado" e de uma mãe esquizofrênica paranoide, sem nenhuma espécie de tratamento e, portanto, sempre delirando, Marcos despertou em mim o desejo de ir além.

Em reunião com a assistente social, pude me inteirar um pouco não apenas sobre a problemática social da família de Marcos, mas a de todos os outros. Digo um pouco, pois me inteirei mais quando passei a fazer visita domiciliar e pude perceber que se a problemática que a família de Marcos sofria, por exemplo, era de cunho psiquiátrico, ela era muito mais de cunho social. Ele com seus dois irmãos menores moram com seus pais numa casa extremamente pobre. A comida espalhada pelo chão, as poucas roupas servindo como coador de café, as paredes escritas, o fogão na porta de entrada da casa, andar despida pelas ruas na tentativa de se ver

livre "*daquilo que ataca o seu corpo*" e as ações violentas parecem fazer parte do delírio da mãe, cuja constância o tornou naturalizado no ambiente familiar e na comunidade. "*Ela é assim mesmo*" dizem os membros da família e os vizinhos. Mas Marcos, filho dela, sente vergonha. E dorme todas as noites com um aperto no peito por não saber como ajudar o seu pai a ajudar a sua mãe na sua "*doença dos nervos*". Com exceção dele, a comunidade não reconhecia o estado de sua mãe e por isto não a acolhia. Tudo era muito naturalizado e, assim, desmentido. Eles agiam com a mãe de Marcos, conforme o poder público agia com eles.

Desta forma, trata-se não somente de indivíduos desmentidos e subjetivamente invalidados, em suas subjetividades, mas de uma coletividade igualmente invalidada, configurando aquilo que o sociólogo Kai Erikson denominou de trauma coletivo. Segundo Erikson, ele consiste num golpe "nos tecidos básicos da vida social que danifica os vínculos que ligam mutuamente as pessoas e que causa um dano no sentido prevaLENcente de comunidade" (ERIKSON, 1995, p. 69). Entretanto, conforme o autor, o trauma coletivo se difere do trauma individual, por não possuir o efeito surpresa. Atingindo aqueles que o sofrem de forma lenta e insidiosa, ele surge sob a forma de choques contínuos, estabelecendo uma percepção gradual de que a comunidade não existe mais como uma fonte efetiva de apoio. São palavras do autor:

O "eu" continua existindo, ainda que possa ter sofrido danos e inclusive mudanças permanentes. O "tu" continua existindo, ainda que distante, e pode tornar-se difícil se relacionar com ele. Mas o "nós" já não existe como um par conectado ou como células conectadas dentro de um corpo comunitário maior (ERIKSON, 1995, p. 69).

Bem vinda ao real da vida ou bem vinda ao deserto do real. Era essa a vivência que eu estava tendo junto a estas crianças e adolescentes; junto a essa comunidade. Mas não somente. Era junto à minha criança também, que traz com ela as marcas, embora ressignificadas, de momentos em que foi mal acolhida. E foi em contato com ela que pude dizer à Vitória que ela podia contar comigo, e que pude estar com cada uma daquelas crianças neste território que não é somente deles, mas nosso – o território onde a vulnerabilidade de cada um constitui o seu chão. Quando nos permitimos entrar em contato com a criança que há em nós se torna possível estar em um território, no qual não se é tão diferente e nem tão assimétrico. Ou seja, "há aqui a suposição de uma comunidade (...) que pode se constituir horizontalmente, a partir da precariedade de seus membros" (GONDAR, 2017, p. 219).

E assim podemos perceber o quanto estes sujeitos são dotados de potência de vida. Muitas de suas ações, consideradas socialmente como da ordem da criminalização e/ou da patologização, são uma tentativa de afirmar as suas próprias existências, isto é, afirmar a vida. Com isso, podemos pensar no real da vida a partir de uma perspectiva fundada na

vulnerabilidade presente em cada um de nós, construindo, a partir dela, uma nova imaginação política e uma nova possibilidade de sonhar. Ao final de um dos meus encontros, Maria Eduarda, 12 anos, uma menina linda, espreitada e de sorriso largo, que adora brincar, dançar e rolar o seu corpo pelo chão, me diz que sonha em ir para a África. Não para fazer um safári, mas para estar com as pessoas de lá. Viva Duda! Na sua meninice, já percebeu que no deserto a vida pulsa. E por isso flores nascem! (Fim da apresentação das experiências de trabalho).

Essas experiências nos permitem uma percepção sobre aquela criança que se constituiu subjetivamente como um bebê sábio: ela *se vira*. Estaríamos equivocados se pensássemos que o *virar-se* diz respeito apenas às crianças que vivem nas comunidades pobres. Talvez em épocas passadas pudéssemos pensar assim, mas não hoje. O que ocorre nos dias atuais é a diferença do olhar da sociedade sobre o *virar-se* da criança que vive em uma comunidade pobre e sobre aquela pertencente à classe média ou à elite. Enquanto sobre a primeira recai um olhar que a vê como um futuro criminoso – mais ainda, se ela for preta –, em relação à segunda, recai um olhar que a patologiza. De um modo ou de outro, estamos diante da ausência de um reconhecimento de que a criança precisa de cuidados. A ausência desse reconhecimento, que significa desmentir a vulnerabilidade infantil, é uma forma de dizer a ela: *se vira!* Neste dizer, há uma exigência sobre a criança. Exige-se dela “um grau de heroísmo de que ela ainda não é capaz” (FERENCZI, 1934/2011, p.127). Isso aponta para a figura do bebê sábio, aquele que atende a essa exigência, já que não pode contar com a mediação do outro frente ao excesso de excitação, quer venha de fora ou de dentro.

Intitulamos nosso último capítulo com uma interrogação: seria a contemporaneidade o tempo dos bebês sábios? Pensamos que sim. Com isso, já estamos trazendo a ideia de que a criança, em sua concepção mais geral na atualidade, não é a criança gerada na modernidade, cuja condição era a de *majestade*. A famosa frase cunhada por Freud (1914/2004) – *Sua majestade, o bebê* –, para se referir ao investimento libidinal sobre a criança, não diz respeito a ela nos dias atuais. É interessante observar que o número de famílias se constituindo com um único filho e o número de casais sem filhos têm aumentado³⁴, revelando não apenas que as condições socioeconômicas sofreram modificações, mas, também, que as mentalidades mudaram, parecendo indicar um não-desejo de crianças. Nas décadas de 1950 e 1960, as famílias eram constituídas de muitos filhos. Um atrás do outro ou como se tinha o costume de dizer “*uma escadinha*”. A partir da década de 1970, mais especificamente da década de 1980,

³⁴ Mais curioso ainda, é quando observamos que a espécie canina tem sido tratada como filho, gozando de todos os cuidados e mimos que se espera dar a um filho.

o desejo de ter filhos começou a diminuir, de tal forma que, atualmente, a escolha tem sido por um único filho ou nenhum filho. Sabemos que “cada época e cultura é regida por uma bolsa de valores da família e dos bebês, incluindo o mercado filial de gênero. Vai levar menina ou menino?” (IACONELLI, 2021). Esse indicador de não-desejo de crianças, segundo Birman (2007), constitui um novo fantasma, diferente daquele que Leclaire (1975/1977) apresenta em seu primoroso escrito, *Mata-se uma criança*. Sobre o novo fantasma que se constituiu a partir do não-desejo de crianças, Birman (2007) afirma:

Este fantasma pode ser enunciado como *matemos as crianças*. Isso não tem mais o sentido que lhe deu Leclaire num ensaio [...] intitulado “Mata-se uma criança” [...], mas o de não se querer ter mais filhos e crianças, pois estes perturbam e impedem a nossa possibilidade desejante de existir. Enfim, as crianças passariam a atrapalhar a nossa liberdade e mobilidade, de existir e de desejar (p.59, grifo do autor).

Em um mundo em que se pretende “matar as crianças”, nada mais natural que o índice das pesquisas, em relação à violência contra a criança, apresentar um grande aumento. Pensamos que esse é o indicador extremo de que o cuidado com a criança se deteriorou. É como se a criança fosse uma batata quente, tendo que ser repassada, já que os pais não conseguem assumir os cuidados de que ela precisa (IACONELLI, 2021).

É importante o reconhecimento de que qualquer cuidado não significa um cuidado, de fato. É porque a criança tem recebido qualquer cuidado que ela desde cedo tem aprendido a *se virar*, tal como o bebê sábio. Tarefa nada fácil, quando a transmissão que se recebe advém do anonimato, das máquinas, das telas, dos objetos, dos dados produzidos a cada dia pela tecnologia avançada. Cansada de ter que “se virar” e desvitalizada, a criança facilmente, escorrega para o “buraco”, através de ações destrutivas, sejam contra o outro, sejam contra si mesmo. Neste mundo em que se pretende “matar as crianças”, a família, a sociedade e o Estado, legitimados pelo discurso médico, não se implicam; se desresponsabilizam. Não escutam a criança, não dão voz a ela. Neste mundo que, cinicamente, diz acolher a criança, vemos renascer a criança estorvo, desalentada e não acolhida do mundo pré-moderno.

Queremos dizer com isso que os pais da atualidade não amam os seus filhos? Ou que os amam menos que outros tempos? Com Badinter (1980/1985), vimos que o amor é um laço social que diz respeito a uma construção. Não é um instinto. Sendo assim, ele pode acontecer ou não. Não é previsível, nem mesmo programado. Como lembra Iaconelli (2021), não se trata de uma família ou daquela família, mesmo sabendo que existem famílias estruturadas e famílias desestruturadas. Trata-se de uma conjuntura sociopolítico-econômica que não acolhe a questão que surgiu após a segunda metade do século XX: filhos-trabalho-casa-vida pessoal. É preciso que essa questão seja acolhida. Ela não é uma questão isolada, de cada família. É uma questão

social. Ou seja, “as soluções para a infância precisam ser coletivas, porque os sintomas – tenhamos ou não filhos – o são”.

CONCLUINDO

É chegado o momento de encerrar. Tecemos uma escrita para qual foi preciso fiar fio a fio. Como tecelãs, deitamos a urdidura, o conjunto de fios no tear, para que a trama, um outro conjunto de fios, pudesse transitar transversalmente pelas aberturas existentes entre os fios da urdidura. Com texturas e cores diferentes, entrelaçamo-los a partir de dois campos essenciais, que de seu encontro, fazem nascer um processo subjetivo. Estamos nos referindo ao encontro do corpo com o que é externo a ele. Freud nomeou “cultura”; Ferenczi, “ambiente”; e Lacan, “linguagem” – Outro. Com agulhas e fios em mãos, com os movimentos de entrelaçar, passar por cima e por baixo, passar por fora e por dentro, tecemos esta escrita, cujo arremate não será feito em nó cego, aquele que, não permitindo a passagem da agulha, conclui um processo. Queremos arrematar com um laço. Um laço firme, mas com abertura suficiente, que permita que a trama esteja sempre em processo de expansão e nós, em processo constante de invenção. Assim, trata-se de uma escrita que se propõe ao não concluído, mas ao concluindo. Sua temporal é a do gerúndio, que nos diz de um “processo necessariamente inacabado de subjetivação ou movimento constante de subjetividade” (OLIVEIRA, 2014, p.213).

É preciso assinalar, ainda, que a tessitura desta escrita se constituiu tal como um corpo subjetivo se constitui: por marcas impressas suscitadas pela intensidade das experiências. Se ao fim dela temos um texto constituído por alinhamento e continuidade dos fios entrelaçados, sua escrita está além desses fios com suas cores, espessuras e texturas. Partes, fragmentos, restos, rupturas, pontas de fios soltas e penduradas, alguns nós, descontinuidades e desalinhamentos compõem essa tessitura. Sem esses componentes, a escrita não se constituiria. Sendo assim, trata-se de um trabalho de construção, ponto a ponto, como pensamos ser toda a escrita. Com isso, queremos dizer que, além de ser fruto de leituras, de encontros e de reflexões, ela pode ser pensada como corpo e, como tal, desejamos que ela possa afetar outros corpos. Como afirma a autora abaixo:

O texto pensado também como um corpo, se produz nesta experiência da escrita, na aproximação e no afastamento de suas palavras com outros textos, outros autores, na possibilidade deste de gerar potência, de afetar, de construir relações. Assim, a marca do autor, que encontramos aqui, não se parece com um pensamento “autônomo”, na medida em que se acredita que tal pensamento, na verdade, não existe (MONTEIRO, 2009, p. 17).

Isso posto, é fundamental assinalar que esta pesquisa foi atravessada pela escuta na clínica psicanalítica. Partimos da compreensão de que a condição em que a criança – em sua concepção universal – se encontra na atualidade difere muito da condição em que ela se

encontrava, pelo menos até a primeira metade do século XX, e isso tem relação direta com as queixas de crianças que encontramos hoje na clínica psicanalítica – queixas que dizem respeito à precária rede subjetiva, em função da ausência de acolhimento, que propicia ao sujeito infantil dar outro destino para as excitações que o acometem, diferente da descarga direta, cuja manifestação encontramos sob a forma de ações destrutivas – seja contra o outro, seja contra si própria. Mas não é só isso. Tem relação direta com o que escutamos de pacientes adultos sobre os seus filhos e a relação estabelecida entre eles, assim como com o discurso médico – acatado pela família, pela escola, pela sociedade e pelo Estado –, que, ao considerar o sofrimento psíquico como manifestação de uma desordem bioquímica cerebral e adotando a medicação como a indicação prioritária das intervenções médicos-psiquiátricas, faz prevalecer a clínica do olhar em detrimento do ato de escutar a criança.

Não é somente na clínica psicanalítica que encontramos indícios do mau acolhimento a que a criança está submetida. No campo social encontramos sinais preocupantes. Estes sinais, com os quais nos deparamos tanto na clínica como no social, enunciam o lugar da criança no discurso parental e na sociedade contemporânea. A existência de abusos e maus-tratos indica odesmorte de sua condição de majestade ou de criança maravilhosa.

Sabemos que não é de hoje que bebês são colocados em sacos de lixo e depositados em algum latão ou terreno baldio; sabemos, também, que a prática do infanticídio não nasceu na contemporaneidade, nem a prática do espancamento como forma de castigo. Se essas são práticas concernentes às épocas pretéritas em que a criança não era reconhecida como sujeito, atualmente elas concorrem com outras manchetes veiculadas diariamente pela mídia. São violências reais que têm acontecido constantemente, à luz do dia ou na calada da noite, e, em muitos casos, os autores são seus pais, seus responsáveis, seus cuidadores, enfim, aqueles que teriam como função cuidar da criança e protegê-la. Outras modalidades de violência se fazem presentes no universo infantil, como, por exemplo, a medicalização infantil, a ausência de escuta e a patologização ou criminalização de seus comportamentos. Consideramo-nas como violência porque indicam o não reconhecimento do sujeito.

Servindo-nos dos mestres da psicanálise, de autores psicanalistas e de autores de outros campos de saber, esta pesquisa, ao se propor a investigar o destino do infantil no tempo em que as funções parentais foram terceirizadas para o anônimo, para as telas, para os objetos e dispositivos criados pela tecnologia avançada, supõe que a criança elevada à condição de *majestade* (FREUD, 1914/2004) foi filha da modernidade em função de um contexto histórico que promoveu uma supervalorização e um hiperinvestimento tanto do espaço familiar quanto do social sobre a criança, indicando, portanto, que ela foi bem acolhida. Contudo, isso não

significa que a supervalorização ou hiperinvestimento não tragam problemas para a constituição subjetiva. Trata-se de problemas de outra ordem, distintos dos que são gerados quando a criança é mal acolhida, que são os que interessam a esta pesquisa.

O mundo contemporâneo, por sua vez, parece ter gerado a *criança mal acolhida* (FERENCZI, 1929/2011), visto haver um esvaziamento das funções parentais devido à terceirização das mesmas. Entretanto, não se pode imputar o mau acolhimento apenas às figuras parentais, responsabilizando-as inteiramente pelo que acontece. Se o mau acolhimento provém, como afirma Ferenczi, do ambiente, é preciso incluir neste ambiente uma esfera mais ampla de relações, inserindo nele todo um contexto sociopolítico-econômico que conduz as relações familiares e relações de cuidado a se encaminhar dessa maneira: a terceirização, a busca de especialistas, a dificuldade de escuta, a medicalização.

A criança é a protagonista de nossa tese, por uma razão simples: sua subjetividade está *em* constituição. Isso significa que o infantil está se *constituindo*. Esta é uma noção bastante cara à psicanálise. Dissociado do tempo cronológico e da ordem evolutiva, o infantil é caracterizado pela atemporalidade, daí sua permanência no humano adulto. Assim, se a criança é a protagonista desta pesquisa, é porque nela habita o infantil em pleno processo de constituição; ele está se *constituindo*. Dessa maneira, não é apenas a criança em si que se constitui como nosso objeto, mas a criança que, segundo Freud, dormita no inconsciente do adulto, se manifestando pelos sonhos, lapsos, atos falhos, chistes, sintomas e transferência. Como afirmou Ferenczi, “no mais profundo do nosso ser continuamos crianças e assim ficaremos toda a nossa vida. Raspem o adulto e por baixo dele encontrarão a criança” (1909/2011, p.111).

Sem urdidura não há tecelagem. Sem corpo não há subjetividade. Ele é a base de todo o processo subjetivo, que, junto com o afeto e com a linguagem, tecem uma rede. Mas todo esse processo está na dependência da presença do ambiente. Sem ele, a subjetividade não se constitui. É algo assim: o que adianta ter o tear e os fios deitados na urdidura se não existe a mão para fazer a trama? A rede se constitui por todos esses componentes envolvidos. É preciso o outro até para encarnar o Outro. É preciso o ambiente. E a sua qualidade contará, e muito, na tessitura da rede. Se não forem mãos habilidosas, a trama pode se constituir frouxa, os fios podem se desentrelaçar a todo momento e a trama pode se desfazer. Se as mãos forem rígidas, endurecidas, podem prejudicar o entrelaçar dos fios e podem se formar nós impedindo o deslizar da trama. Se forem mãos agitadas, nervosas, impacientes, podem arrebenatar os fios ou rasgar a trama. E, se forem mãos insensíveis, aquelas que tecem automaticamente como se fossem máquinas, teremos uma rede desbotada, sem cor, sem brilho. O tecer na máquina rouba a cor dos fios, desbota-os. É preciso delicadeza e cuidado para tecer uma rede. É sobre isso que

Ferenczi (1928a/2011) discorreu ao abordar a importância da adaptação do ambiente àquele que está se constituindo subjetivamente.

Isto nos leva a pensar que o exercício das funções parentais se dá pelo reconhecimento em se adaptar ao pequeno ser. Estas são funções simbólicas cujo exercício diz respeito ao lugar que a criança ocupa na estrutura libidinal dos pais, que, por sua vez, está atrelada à esfera sociopolítico-econômica. Ou seja, são funções que advêm de lugares discursivos, maternidade e paternidade, em que há componentes libidinais, sociais e políticos (ROSA; LACET, 2012). Portanto, se a psicanálise toma o sujeito na sua singularidade, no um a um, ela o toma com base na cultura em que ele se constituiu. Daí Freud afirmar que a psicologia individual é também psicologia social (1921/2020).

Mesmo com todas as transformações que a família sofreu em sua estrutura, ela permanece como o lugar em que a criança satisfará suas primeiras necessidades vitais, porém sua função vai além da biológica, pois ela garante a sobrevivência. Como estrutura, ela é a responsável pela transmissão e inserção do pequeno ser na cultura, sendo esta sua função essencial (LACAN, 1987). É por meio dela que deixamos de ser filhote humano. Por meio de um complexo e delicado processo, nossa subjetividade se constitui conforme as possibilidades determinadas por aqueles que chamamos de “pais”.

Assim, quando uma criança nasce, as coordenadas que sustentam o grupo social e permitem a realização das funções parentais são colocadas em jogo. A eficácia das funções não é desarticulada do campo social, visto que a família, além de ser a transmissora dos sistemas simbólicos dominantes é, por meio de sua organização, a expressão do funcionamento da classe social, do grupo étnico e religioso em que está inserida. Isso significa que o campo social se apresenta na base do campo familiar que é incumbido das operações referentes às funções simbólicas para a constituição subjetiva. Logo, “o social, o familiar e seus efeitos articulam-se nos modos como são realizadas as operações necessárias à constituição da subjetividade” (ROSA; LACET, 2012, p. 362).

Tendo esta articulação em mente, consideramos que recorrer à história das mentalidades foi importante. O encontro com a história social da criança e da família mostrou que a cultura define o lugar da criança e o modo em que ela é tomada na estrutura libidinal dos pais. Conforme a mentalidade da época, cuja constituição se dá pelos operadores político, econômico, social e religioso – formadores de uma cultura –, a criança vive sob determinada condição, já que eles incidem sobre ela. Portanto, “entre outros e Outro, cria-se para a criança um lugar de existência que pode indicar sua singularidade ou ser gerador de impasses que promovem as condições do desamparo e violação dos direitos” (ROSA; LACET, 2012, p. 360). A família é o núcleo

irredutível para nos constituirmos subjetivamente, independente de qual seja a sua configuração, pois não se trata de figuras, mas de funções. São estas que precisam ser mantidas para que o impulso de viver da criança possa ser reassegurado e para que ela possa ser inscrita na cultura.

Sabemos que o exercício das funções simbólicas não necessariamente precisa ser realizado pelas figuras parentais, mas isso não quer dizer que basta qualquer um para exercê-las. Não são funções anônimas. É comum encontrarmos certa confusão em relação à função materna e à maternagem, como se significassem a mesma coisa. O fato de um bebê receber cuidados – ser alimentado, higienizado, etc. – que qualquer um pode realizar não significa que haja uma função materna em operação. Estes cuidados somente ganharão o estatuto de função materna se certa especificidade se fizer presente nos cuidados. Estamos nos referindo ao bebê ter um lugar específico na economia do desejo do outro materno. Isso implica uma diferença radical entre o que é da ordem do universal – a maternagem – e o que é da ordem do singular – a função materna –, mesmo tendo em vista que o outro da função materna realiza também uma maternagem (KAMERS; LAJONQUIÈRE, 2005). Pela especificidade no “interesse” de quem exerce a função – desejo não anônimo – constrói-se um vínculo que, além de ser estruturante, é singular. Sobre isso, Lacan afirma:

A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de uma outra ordem que não a da vida segundo a satisfação das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969/2003, p.369).

Vimos que, a partir de meados do século XX, o mundo ocidental passou por inúmeras transformações na esfera sociopolítico-econômica. Em seu conjunto, essas transformações provocaram uma espécie de terceirização das funções parentais, sendo incontestável que a sociedade contemporânea suscitou uma torção no investimento libidinal dos pais em relação a seus filhos, afetando a qualidade do cuidado destinado a eles. Assim, se o lugar que a criança ocupou no mundo moderno lhe proporcionou uma condição de soberana, é somente porque este lugar correspondia à conjuntura sociopolítico-econômica da época. Porém, não foi por muito tempo que a criança reinou. As transformações que ocorreram no mundo ocidental a retiraram desse lugar majestoso, significando que, na atualidade, a criança deixou de ser o signo do futuro, como havia se tornado no início do século XIX e assim permaneceu até meados do século passado.

Na atual conjuntura histórica, que é marcada por uma economia neoliberal e globalizada, uma das inúmeras estratégias do neoliberalismo foi a terceirização das funções

parentais. Manter uma mulher em casa durante três a quatro anos cuidando de seu filho é perder um número infinito de consumidores, além do risco de quebra da lógica que o neoliberalismo impõe ao sujeito: a de ser regido pelo imperativo de gozo. Assim, a ida da mulher para o mercado de trabalho, além de fazer dela uma consumidora, contribuiu para que produtos e serviços voltados para bebês crescessem exponencialmente. A perspectiva é de que esse nicho continue em alta nos próximos anos, abrindo novas oportunidades de negócios, mesmo que a média de filhos por família tenha sofrido uma grande queda. Para o mercado, isso não é sinal de preocupação.

A análise feita pelos empresários é a de que as gerações mais antigas costumavam gastar menos com os seus bebês porque, por exemplo, reaproveitavam mais as peças de roupas, que eram passadas a cada novo nascimento na família. Segundo o diretor comercial da empresa organizadora da maior feira do mundo voltada para gestantes e bebês, que ocorre anualmente no Brasil, “há um cuidado muito maior com o enxoval, porque muitas vezes esse será o único filho do casal. Eles [os pais] querem oferecer o melhor, comprar tudo sem precisar de doações”. Enfim, a terceirização das funções parentais na atualidade – muito diferente do tempo em que a criança pequena era considerada um estorvo pela sociedade e pela família – está à serviço do capitalismo neoliberal. Pensamos que isso explica os inúmeros “profissionais da parentalidade” cuja lógica é a do mercantilismo: “resultado garantido ou seu dinheiro de volta” (IACONELLI, 2021).

Laia (2001), retomando o conceito de objeto *a* de Lacan, trouxe sua impressão sobre a condição da criança no mundo atual. Ao afirmar que “a família é secundária a uma ordem Outra: a família é ela mesma, tanto quanto a criança nascida em seu seio, um produto da Ordem Simbólica” (p.17), indica a existência de uma similaridade. Para ele, a criança, “no corpo mesmo do mundo”, se encontra nessa posição de objeto *a* como resto e como aquele que atrai. Como “objeto de discursos especializados, objeto de atenção especializada, objeto capaz de atrair e de ser abandonado com intensidade avassaladora” (LAIA, 2001, p. 22), a criança atingiu um estatuto no mundo semelhante àquele em que muitas vezes a encontramos em um circuito mais restrito – como objeto do Outro materno, que tem como função revelar a verdade desse objeto (LACAN, 1969/2003). A respeito disso, Laia esclareceu:

Ora, se retomarmos o quanto a mãe encarna, por vezes ferozmente, no circuito mais intimista da família, a fidelidade aos ideais civilizatórios, se nos lembrarmos de que a mãe corporifica para a criança a presença do Outro, se considerarmos esse imperativo de “a dona *de* casa” se tornar a “dona *da* casa” e se, enfim, [...] como que, hoje, os ideais cedem cada vez mais seu lugar à dimensão imperativa da satisfação, verificaremos, então, o quanto a criança – da prostituta infantil ao bebê geneticamente perfeito – está, inclusive sob a sanção do discurso da ciência, “aberta a todos os tipos

de captura fantasmática”, às fantasias mais fundamentais da subjetividade de nossa época. Nesse contexto, a criança, hoje, [...] vem revelar a verdade desse objeto que é entregue aos caprichos que atravessam o precário campo da alteridade moderna ou, [...], que caracterizam esse Outro inexistente que, no entanto, ganha corpo em nossa civilização (p.23) (grifo do autor).

Diante da terceirização das funções parentais, a criança parece sobreviver ao abandono e à negligência “*se virando*”. Muitas e muitas vezes, o seu “*se virar*” é materializado pelas ações destrutivas contra si mesma ou contra o outro, já que ela não pode contar com uma rede subjetiva que a sustente. Quando as figuras parentais perdem o seu lugar, ou deixam que seja perdido, para o anônimo, para as telas, para os objetos e dispositivos criados pela tecnologia avançada, é a transmissão geracional que se perde também. Como tecer uma rede dessa forma? Trazemos uma cena que tem o poder de mostrar esta problemática.

Em um restaurante, durante o almoço de domingo, é observado um bebê de aproximadamente 8 meses acompanhado daqueles que pareciam ser seus pais. Ele está no colo de sua mãe, que tenta almoçar. Este feito torna-se impossível diante das pequenas mãos que ora vão na direção do prato da mãe numa tentativa de levar o alimento à boca desta, ora as mãozinhas vão na direção da boca da mãe numa tentativa de abri-la para ver o alimento dentro da boca. A mãe, que parecia não estar disposta para a brincadeira, entrega o bebê para o pai. Ele, para não ser importunado pelos movimentos ágeis das mãos do bebê, pega o seu celular e mostra ao bebê um vídeo. Diante da cena do vídeo, o bebê fica estagnado. Capturado pelas imagens que via no vídeo, permite que seus pais almoçam com tranquilidade. Uma tranquilidade que tem a mesma duração do vídeo, pois, quando este acaba, o bebê se põe a chorar. A tranquilidade do almoço dos pais e a estagnação do bebê voltam a reinar com o reinício do vídeo, que se faz por inúmeras vezes.

Pensamos que esta cena ilustra bem o vazio que se instalou nas relações; não apenas nas relações familiares, mas nas relações de um modo geral. Vale assinalar que o bebezinho apresentava uma atividade, um movimento em direção ao outro – um brincar que se expressa pela linguagem da ternura. Porém, a resposta que ele obteve foi o vazio, o vazio do outro. Nesse sentido, pensamos que a criança na atualidade se constitui em uma condição de desalento devido ao mau acolhimento a que está sujeita. Desta forma, como em uma terra devastada, a morte, enquanto desvitalização, parece se impor restando à criança um árduo trabalho para que da terra seca a vida possa surgir. Portanto, pensar o infantil nas condições em que ele se constitui na atualidade é pensar que da criança “*sua majestade, o bebê*” à “*criança mal acolhida*” o mortífero foi se impondo, mostrando que nem sempre o horizonte da infância é azul. Não o azul mortífero da baleia (jogo virtual que alguns anos atrás levava muitas crianças e adolescentes às

ações destrutivas), mas o azul que clareia o horizonte da vida e que, por sua vez, alimenta a capacidade de desejar, de sonhar e de fantasiar, incrementando, assim, a capacidade de amar. Porém, para isso é preciso ter sido acolhido por uma presença que, não sendo anônima e sem vida, sustente as potencialidades da vida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. B. Violências cotidianas. In: MAIA, M. (Org.). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 307-322.

ALTOÉ, S. *Infância perdida: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

ANSERMET, F. *Clínica da origem: a criança entre a medicina e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. [Coleção Opção Lacaniana].

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, R. M. M.; FARIAS, F. R. O ser mulher e as nervuras do social. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 22, p. 187-210, 2003.

_____.; OLIVEIRA, G.F.T. As margens da pulsão. *O corpo do Outro e a criança*, Revista da Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro, n. 33, p. 95-100, 2004.

_____.; (Org.). *Subjetividade e educação: conexões contemporâneas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 25-37.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BERNARDINO, L. A abordagem psicanalítica do desenvolvimento infantil e suas vicissitudes. In: _____. (Org.). *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito emconstituição*. São Paulo: Escuta, 2006. p. 19-41.

BIRMAN, J. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. Além daquele beijo!?: sobre o infantil e o originário em psicanálise. In: SANTA ROZA, E.; REIS, E. *Da análise do infantil ao infantil da análise*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1997a. p. 7-37.

_____. *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

_____. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. Corpos e formas de subjetivação em psicanálise. In: ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE: SEGUNDO ENCONTRO MUNDIAL, 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/3_Birman_38020903_port.pdf>.

BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 40, n.72, p. 47-62, jun. 2007.

_____. Adolescência sem fim? Peripécias de sujeito no mundo pós-edipiano. In: CARDOSO, M.; MARTY, F (Org.). *Destinos da Adolescência*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008. p. 81-105.

_____. *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Cartografias do avesso: escrita, ficção e estéticas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRUM, E. *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras*. São Paulo: Leya, 2014.

BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola de Annales, 1929-1989*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

CABRÉ, L. M. El diario clínico de Ferenczi. In: L. M. Cabré (Org.), *Autenticidad y reciprocidade: um diálogo com Ferenczi* (p. 23-32). Buenos Aires, AR: Biebel, 2017.

CECCIM, R.; PALOMBINI, A. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. In: MAIA, M. (Org.). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 155-183.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. Controle e medicalização da infância. *Desidades: Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude*, Rio de Janeiro, v. 1 (1), p.11-21, 2013. Disponível em: <www.desidades.ufrj.br>.

CORAZZA, S. M. *Infância e educação*. Era uma vez... quer que conte outra vez? Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, A. M. M. Antecipação e destino: atualidades do espelho. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 12, n. 30, p. 15-24, 2006.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DRUMMOND, C. A criança objetalizada. *Revista Eletrônica IPSM – MG.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-6, jul. /dez. 2007. Disponível em: <<http://almanaquepsicanalise.com.br/edicoes/almanaque-no-01>>.

DUBY, G. Poder privado, poder público. In: _____(Org.). *História da vida privada, 2: da*

Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 19-45.

ERIKSON, K. Trauma e comunidade. In: ORTEGA, F. (Org.). *Trauma, cultura e história*. Reflexões interdisciplinares para o novo milênio = Trauma y comunidad. In: ORTEGA, F. (Org.). *Trauma, cultura e história*. Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milênio. Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 2011. p. 63-84.

FÉRES-CARNEIRO, T; MAGALHÃES, A; MELLO, R. A maturação como defesa: uma reflexão psicanalítica à luz da obra de Ferenczi e Winnicott. In: *Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*, Vol. 18, p. 268-279, jun, 2015.

FERNANDES, M. H. *Corpo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FERENCZI, S. (1908). A respeito das psiconeuroses. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 1, p. 87-123.

_____. (1909). Transferência e introjeção. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 1, p. 87-123.

_____. (1911). Palavras obscenas. Contribuição para a psicologia do período de latência. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 1, p. 125-138.

_____. (1912). O conceito de introjeção. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 1, p. 210-211.

_____. (1913a). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 2, p. 45-61.

_____. (1913b). Ontogênese dos símbolos In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 2, p. 116-118.

_____. (1919). Fenômenos de materialização histérica. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 3, p. 43-57.

_____. (1921). O simbolismo da ponte. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 3, p. 113-116.

_____. (1923). O sonho do bebê sábio. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 3, p. 223-224.

_____. (1924). Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 3, p. 277-357.

_____. (1926). O problema da afirmação do desprazer. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 3, p. 431-443.

_____. (1928a). A adaptação da família à criança. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 4, p. 1-15.

_____. (1928b). Elasticidade da técnica psicanalítica. In: *Obras Completas Sándor*

Ferenczi. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 4, p. 29-42.

FERENCZI, S. (1929). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 3, p. 55-60.

_____. (1931). Análises de crianças com adultos. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 4, p. 79-95.

_____. (1933). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 4, p. 111-121.

_____. (1934). Reflexões sobre o trauma. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 4, p. 125-135.

FERENCZI, S. (1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1932.

FERREIRA, T. *A escrita da clínica: psicanálise com crianças*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 200.

FIGUEIREDO, L. C. A metapsicologia do cuidado. In: *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2009, p. 131-151.

FLANDRIN, J. L. Infância e sociedade. *Annales. Economias, sociedades, civilizações*, 19º ano, n. 2, p. 322-329, 1964 = *Enfance et société. Annales. Economies, sociétés, civilisations*, 19º année, n. 2, p. 322-329, 1964.

FORTES, I.; OLIVEIRA, M.; WINOGRAD, M. *A pulsão de morte contra a pulsão de morte: a negatividade necessária*. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 69-88, 2016.

FOUCAULT, M. (2003). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. (2010). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCES, A. (Prefácio) In: LANDMAN, P. *Todos Hiperativos? A inacreditável epidemia dos transtornos da atenção*. Rio de Janeiro: Contra Capa. Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro, 2019.

FREUD, A. (1936). *O ego e os mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, S. (1892). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1892). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 1, p. 217-331.

_____. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 1, p. 335-448.

_____. (1896a). A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 3, p. 139-161.

- FREUD, S. (1896b). A etiologia da histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 3, p. 189-215.
- _____. (1898). A sexualidade na etiologia das neuroses. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 3.
- _____. (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 5.
- _____. (1905a). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 7, p. 117-231.
- _____. (1905b). O chiste e sua relação com o inconsciente. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 8.
- _____. (1907). Escritores criativos e devaneio (1907). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 9, p. 131-143.
- _____. (1908a). Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna (1908). In: *Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos. Edição Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 65-97.
- _____. (1908b). Sobre as teorias sexuais das crianças. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 9, p. 187-204.
- _____. (1909a). Romances familiares. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 09.
- _____. (1909b). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 10, p. 12-133.
- _____. (1911). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In: HANNS, L. A. (Ed.). *Edição Obras Psicológicas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. v. 1, p. 63-77.
- _____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: HANNS, L. A. (Ed.). *Edição Obras Psicológicas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. v. 1, p. 95-131.
- _____. (1915). As pulsões e seus destinos. In: *Edição Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. 2, p. 15-69.
- _____. (1917). Conferência XXIII: Os caminhos da formação dos sintomas. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 16.
- _____. (1919). O Infamiliar. In: *Edição Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. v. 8, p. 27-125.
- _____. (1920). Além do princípio do prazer. In: *Edição Obras Incompletas de Sigmund*

Freud. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 57-220.

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. In: Cultura, sociedade e religião: O mal-estar na cultura e outros escritos. *Edição Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 137-232.

_____. (1923a). O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 19, p. 153-161.

_____. (1923a). A organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da sexualidade. In: *Edição Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

_____. (1924). O problema econômico do masoquismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 19, p. 175-188.

_____. (1925a). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 19, p. 271-286.

_____. (1925b). Um estudo autobiográfico (1925). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 20.

FREUD, S. (1926). Inibições, sintomas e ansiedade (1926). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v.20, p.81-171.

_____. (1927). Fetichismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v.21, p. 151-160.

_____. (1932). Feminilidade In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. v.22, p. 113-134.

_____. (1938). A divisão do ego no processo de defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v.23, p. 309-312.

_____. (1939). Esboço de psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v.23, p. 169-237.

_____. (1914) *Neuroses de transferência: uma síntese* (manuscrito recém descoberto). Rio de Janeiro: Imago, 1985.

GALUCH, M. T. B.; PEREIRA, T. M. A. O garoto selvagem: a importância das relações sociais e da educação no processo do desenvolvimento humano. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 30(2), p. 553-571, 2012.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GERALDINO, C. F. G. Uma definição de meio ambiente. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18(2), p. 403-415, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.84540. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84540>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

GOLSE, B. *Do corpo ao pensamento*. Lisboa: Climepsi, 2002.

GONDAR, J. Interpretar, agir, "sentir com". In: REIS, E. S.; GONDAR, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 33-52.

_____. As coisas nas palavras: Ferenczi e a linguagem. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 112-121.

_____. A compulsão à repetição como atividade criadora: Ferenczi com Christoph Türcke. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 141-152.

_____. Ferenczi como pensador político. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 209-226.

GURFINKEL, D. *Relações de objeto*. São Paulo: Blucher, 2018. E-book. HERRMANN, F. *Introdução à teoria dos campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

HANNS, L. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HERRMANN, F. *Introdução à teoria dos campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

HERZOG, R.; MELLO, R. Psiquismos clivados: vazio de sentido e insistência no existir. *Cadernos de Psicanálise do CPRJ*, Rio de Janeiro, v.34(27), p. 65-81, 2012.

HERZOG, R.; MELLO, R. Trauma, clivagem e anestesia: uma perspectiva ferencziana. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, p. 68-73, 2009.

_____.; PACHECO-FERREIRA, F. Trauma e pulsão de morte em Ferenczi. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 18(2), p. 181-194, 2015.

HEYWOOD, C. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOBBSAWM, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, C. O sujeito e seus modos de gozo. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica [online]*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 9-13, 2012. Epub 05 jul. 2012. ISSN 1809-4414. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982012000100001>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

IACONELLI, V. Parentalidade no olho do furacão. *Jornal Folha de São Paulo*, 6 dez. 2021. *Folha de São Paulo*, 6 dez 2021.

JERUSALINSKY, A. *Psicanálise e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999.

JERUSALINSKY, J. (2002). *Enquanto o Futuro não Vem*. A Psicanálise na Clínica Interdisciplinar com Bebês. Salvador: Ágalma, 2005. [Coleção de Calças Curtas].

JERUSALINSKY, J. *Quem é o Outro do sujeito na primeira infância?* Considerações sobre o lugar na família na clínica com bebês. In: IV ENCONTRO LATINOAMERICANO DOS ESTADOSGERAIS DA PSICANÁLISE, 2005, São Paulo.

_____. *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. 2009. 263 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Salvador/BA: Ágalma, 2014.

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: As bases conceituais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. v.1.

_____. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: A clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. v. 2.

KAMERS, M.; LAJONQUIÈRE, L. Do universal da maternagem ao singular da função materna. *Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2005.

KEHL, M. R. Lugares do feminino e do masculino da família. In: COMPARATO, M. C. M.; FELICIANO, D. S. (Org.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: família e sociedade: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 29-38.

_____. *Em defesa da família tentacular*. 2013, São Paulo. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

KNOBLOCH, F. *O tempo do traumático*. São Paulo, SP: FAPESP, 1998.

KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KUPERMANN, D. A progressão traumática: algumas consequências para a clínica na contemporaneidade. *Percurso, Revista de Psicanálise*, São Paulo, v. 36., p. 25-32, 2006.

_____. Figuras do cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia. In: MAIA, M. S. (Org.). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 184-203

_____. A criança, o infantil e o que o psicanalista (não) sabe. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 324-337, 2011.

_____. *Por que Ferenczi?* São Paulo: Zagodoni, 2019.

_____. *Ferenczi e o Witz: linguagem da ternura e narrativa na clínica psicanalítica*. In: KUPERMANN, D., et al. (Orgs.). *Ferenczi: Inquietações Clínico-Políticas*. São Paulo: Zagodoni, 2020. p. 27-40.

KUPFER, M. C. Notas sobre o diagnóstico diferencial da psicose e do autismo na infância. *Psicologia USP*, 11(1), 85-105. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642000000100006>, 2000.

LACAN, J. (1938). *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LACAN, J. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é reveladana experiência psicanalítica. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

_____. (1956). A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 402-437.

_____. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533.

_____. (1960). Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 734-745.

_____. (1966). Pequeno discurso no ORTF. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 221-231.

_____. (1969). Nota sobre a criança. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 369-370.

_____. *O Seminário, livro 3: As psicoses (1955-56)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O Seminário, livro 4: As relações de objeto (1956-57)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente (1957-58)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise. (1959-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAIA, S. A infância revista. *Curinga*. Belo Horizonte, n. 15/16, p.12-25, abr 2001.

LAPLANCHE, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, [1982/2016].

LAURENT, E. Novas inscrições do sofrimento infantil. *A pequena girafa*, Nantes, n. 24, out. 2006. = Les nouvelles inscriptions de la souffrance de l' enfant. *La Petite Girafe*, Nantes, n. 24, out. 2006.

LAZNIK-PENOT, M. C. Psicanalistas trabalhando em saúde pública. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONEXÕES, 1, 1998, Rio de Janeiro. *Trata-se uma criança*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. v. 2, p. 45-62.

_____.; MAESTRO, S.; MURATORI, F.; PARLATO, E. Interações sonoras entre bebês que se tornaram autistas e seus pais. In: BERNARDINO, L. F. (Org.). *O que a psicanálise*

pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição. São Paulo: Escuta, 2006. p. 95-106.

LEBRUN, F. *Os Homens e a morte em Anjou nos séculos XVII e XVIII = Les hommes et la mort en Anjou aux XVIIe e XVIIIe siècles.* Paris, 1971.

LEBRUN, J. P. *A perversão comum: viver juntos sem o outro.* Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.

LE GOFF, J. A história nova. In: *A história nova.* 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.25 - 64.

MAIA, M. S. A questão do sentido na clínica psicanalítica. In: BEZERRA, B. JR.; PLASTINO, C. A. (Orgs). *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje.* Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 263-284.

_____. *Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica.* Rio de Janeiro:Garamond, 2003.

_____. Crianças do porão: descuido, violência psíquica e cuidado. In: MAIA, M. S. (Org.). *Por uma ética do cuidado.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 357-377.

MARCÍLIO, M.L. *História social da criança abandonada.* 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MASSON, J.M. *Atentado à verdade: a supressão da teoria da sedução por Freud.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

_____. A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MATHELIN, C. *O sorriso da Gioconda: clínica psicanalítica com os bebês prematuros.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

MCDOUGALL, J. *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MENDONÇA, L. G. L. *De que sofrem as crianças, hoje?* Curitiba: CRV, 2013.

MONTEIRO, A. C. L. *As tramas da realidade: considerações sobre o corpo em Michel Serres.* 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

NASIO, J. D. *Meu corpo e suas imagens.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

OLIVEIRA, D. C. de. O Ser no gerúndio, corpo e sensibilidade na Psicanálise. *Cad. psicanal.*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 31, p. 211-219, dez. 2014.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952014000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 mar. 2022.

PAULA, J. A. *Crítica e emancipação humana: ensaios marxistas.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção Economia Política e Sociedade).

PEIXOTO Jr., C. A; ARÁN, M. O lugar da experiência afetiva na gênese dos processos de subjetivação. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 725-745, dez. 2011. Instituto de Psicologia.

_____. (2003). Uma breve leitura do sintoma social dominante na atualidade. In: ARÁN, M.(Org.). *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003. p. 153-160.

PERROT, M. Figuras e papéis. In:_____. (Org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.107-168.

PINHEIRO, T. *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____; HERZOG, R. *Impasses na clínica psicanalítica: a invenção da subjetividade*. In: *ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE: SEGUNDO ENCONTRO MUNDIAL*, 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial>. rj.

QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Psicanálise passo-a-passo 94. Zahar, Ed., 2012.

REIS, E. S. *Trauma e repetição no processo psicanalítico: uma abordagem ferencziana*. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) - Programa de Pós-graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991

_____. *De corpos e afetos: transferências e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra CapaLivraria, 2004.

_____. Então, doutora, agora o que é que eu faço? In: REIS, E. S.; GONDAR, J. *Com Ferenczi – clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 19-32

_____. A morte do sentido e a violação da alma. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. *Com Ferenczi – clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 78-88

_____. Corpo e memória traumática. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. *Com Ferenczi – clínica,subjetivação, política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 103-111.

_____; MENDONÇA, L.G.L. Nas cinzas da catástrofe, a criança surge. In: MACIEL Jr, A. (Org.). *Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018. p. 15-36.

ROSA, M. D.; LACET, C. *A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo*. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 359-372, dez. 2012.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282012000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 mar. 2022.

ROUCHE, M. Alta Idade Média Ocidental. In: VEYNE, P. (Org.). *História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.403-465.

_____. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SABOURIN, P. Vizir secreto e cabeça de turco. In: *Obras Completas Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Prefácio). v. 4, p. 7-14.

SANSON, J. C. Mais uma vez, as inscrições primordiais. In: BERNARDINO, L. F. (Org.). *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição*. São Paulo: Escuta, 2006. p. 57-66.

SANT'ANNA, L. M.; ARMANDO, G. G.; VIEIRA, P (orgs). *Medicação ou medicalização?* São Paulo: Primavera Editorial, 2014.

SHORTER, E. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1975.

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 1, p.148-155, jan. /mar. 2006.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

STERN, D. *Diário de um bebê: o que seu filho vê, sente e vivencia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SZEJER, M. *Palavras para nascer: a escuta psicanalítica na maternidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

VERZTMAN, J.; KLEIN, T. Desenvolvimento e processo como operadores para Ferenczi e Winnicott. In: MACIEL Jr, A. (Org.). *Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018. p.83-102.

VIEIRA, B. A.; KUPERMANN, D. Limites e atualidade da empatia. In: MACIEL Jr, A. (Org.). *Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018. p. 151-172.

_____. Considerações sobre as modificações de Ferenczi à técnica psicanalítica e os desenvolvimentos posteriores de Winnicott. *Caderno psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 38, p. 79-96, jun. 2018. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141362952018000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2022.

VORCARO, A.M.R. *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

_____. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

_____. Sobre o tempo, estímulo e estrutura (Prefácio). In: JERUSALINSKY, J. *Enquanto o Futuro não Vem*. A Psicanálise na Clínica Interdisciplinar com Bebês. Salvador: Ágalma, 2002. [Coleção de Calças Curtas].

ZALCBERG, M. *A relação mãe e filha*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ZALTZMAN, N. *A pulsão anarquista*. São Paulo: Escuta, 1994.

ZAVARONI D; VIANNA, T.; MONNERAT, C. L. A. A constituição do infantil na obra de Freud. *Estudos de Psicologia*, Natal/RN, v. 12, n. 1, p. 65-70, 2007.

ZORNIG, S.; LEVY, L. *Uma criança em busca de uma janela: função materna e trauma*. *Revista Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 28-37, 20.